



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Aparecida Marina de Souza Rangel

Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado

Rio de Janeiro

2015

Aparecida Marina de Souza Rangel

Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado



Tese apresentada, como requisito parcial, para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos

Rio de Janeiro
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

B238m Rangel, Aparecida Marina de Souza.
Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado / Aparecida
Marina de Souza Rangel. – 2015.
254f.

Orientadora: Myrian Sepúlveda dos Santos.
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia

1. Barbosa, Rui, 1849-1923. 2. Fundação Casa de Rui Barbosa – Teses.
3. Museus - Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Santos, Myrian Sepúlveda dos,
1955-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 069(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Aparecida Marina de Souza Rangel

Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado

Tese apresentada, como requisito parcial, para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de junho de 2015.

Banca examinadora

Prof^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^a Dra. Lia Calabre de Azevedo
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr. Mario de Souza Chagas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dra. Claudia Barcellos Rezende
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Maurício Barros de Castro
Instituto de Arte - UERJ

DEDICATÓRIA

*Esta tese é dedicada aos ausentes presentes em minha vida:
meu pai Elydio e minha irmã Cristina;
e as pessoas especiais que por acréscimo
da bondade divina estão ao meu lado, em todos os momentos:
Minha mãe, meu marido, minhas filhas e minha irmã Adriana.*

AGRADECIMENTOS

Tempo histórico, tempo cronológico, tempo absoluto, tempo relativo...durante quatro anos convivi com diferentes sentimentos em relação ao tempo: às vezes um aliado e muitas outras um inimigo, dada a sua velocidade descontrolada. Há quatro anos iniciei uma trajetória por uma estrada desconhecida, sendo apresentada a personagens até então muito distantes do meu círculo teórico e, ao mesmo tempo rerepresentada a outros que imaginava conhecer. E, de repente o prazer pelo conhecimento e a angústia da incerteza se tornaram meus companheiros de jornada. As palavras de Heráclito nunca fizeram tanto sentido em minha vida e, de fato, “não nos banhamos duas vezes no mesmo rio porque as suas águas se renovam a cada dia”. E neste processo de renovação e aprendizado jamais estive sozinha, pois mesmo durante as muitas madrugadas que passei debruçada sobre os livros, os textos e o teclado do computador eu sabia que estava amparada. Talvez este seja um dos grandes aprendizados que o meu objeto de estudo me trouxe: quem lida com os *museus-casas* sente a força da presença do ausente! É possível, e quase certo, que em meus agradecimentos haja alguma lacuna, e, por isso me desculpo antecipadamente.

A Deus, Pai maior e força geradora de toda a energia universal, meu eterno agradecimento pela generosidade e paciência, de fato, divina.

Para homenagear os museus-casas, elegi minha primeira Casa - na qual, assim como Rui Barbosa na residência da São Clemente, morei por 28 anos -, localizada no bairro de Bonsucesso, subúrbio do Rio de Janeiro, como marco inicial desta lista, fato que para os mais íntimos poderá causar estranhamento, tendo em vista a dúbia relação que sempre tive com o lugar. Entretanto, por quatro anos mergulhei nos *museus* que um dia foram *casas* e, revisitar estes espaços me fez repensar a história vivenciada na Rua Barros Barreto. Lá estão enraizadas antigas lembranças, constantemente presentificadas por meio dos sonhos nos quais minha avó, meus pais, tios, irmãs, primos e amigos surgem e me mostram que cada momento tem a sua grandeza no processo de formação de um ser e, desprezá-los seria um erro. Por ter sido o primeiro e mais intenso palco da minha história o meu agradecimento especial à Casa da Vovó Marina, onde a família Cerqueira foi construída!

Aos meus pais *Elydio* (in memorian) e *Maria de Fátima* agradeço a oportunidade da vida e por terem me educado à luz do respeito e da justiça, valores essenciais a qualquer ser humano. Às minhas irmãs *Cristina* e *Adriana* pela felicidade de compartilhar com vocês as melhores e as piores experiências das diferentes fases da vida. Nossa sintonia, muito além dos laços sanguíneos, sempre me deu a dimensão da profundidade da palavra irmã. E, ainda que

em setembro de 2013 a morte prematura da Cristina tenha transformado nosso trio, numa dupla, seremos sempre uma referência de união, alegria e afeto para aqueles que conosco convivem.

Ao **Marcio**, marido e companheiro, pelo incentivo insistente para que esta empreitada se materializasse, mas acima de tudo pela parceria que torna a minha vida plena e feliz.

Às minhas filhas **Ana Luíza** e **Beatriz** que me ensinaram o significado de ser MÃE e redimensionaram minha capacidade de amar. Vocês são presentes de Deus!

Aos meus sobrinhos **Lucas**, **Thiago**, **Pedro** e **Miguel** por todos os sorrisos, abraços e gracinhas que proporcionam alegria e leveza ao meu cotidiano.

Aos meus sogros, **Edson** e **Lucia**, pelo carinho e paciência que me dedicam.

À minha orientadora **Myrian Sepúlveda dos Santos** pela interlocução constante e generosidade ao me guiar pelos caminhos da Sociologia. Em todas as encruzilhadas suas ponderações e conselhos foram fundamentais para encontrar o rumo certo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, em especial **Valter Sinder** e **Claudia Barcellos Rezende**, pelos momentos edificantes que muito contribuíram para minha formação.

Aos colegas das diferentes disciplinas com os quais compartilhei não apenas as calorosas discussões acadêmicas, mas as angústias e os prazeres de um Curso de Doutorado, sobretudo **Raquel Noronha** e **Alexandra Santos**.

Aos funcionários do PPCIS, **Wagner** e **Sônia**, por desburocratizarem os processos institucionais, com dedicação e presteza.

Os Profs. Drs. **Claudia Barcellos Rezende**, **Lia Calabre**, **Mario de Souza Chagas** e **Maurício Barros de Castro** agradeço as críticas e sugestões apresentadas na banca de qualificação que muito contribuíram para a construção desta pesquisa. Reitero a gratidão por aceitarem compor a Banca Examinadora.

As bibliotecárias **Bernadette** e **Marinês**, da Sessão de Obras Raras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Recife, onde está instalado o Museu Ruy Barbosa, pela disponibilização do material referente à instituição.

Quanto aos amigos da Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC temo ser injusta na imensa lista de agradecimentos que preciso fazer. Embora alguns tenham tido uma participação mais direta no trabalho, com sugestões, empréstimos de livros e textos, auxílio nas tabulações, todos foram de extrema importância ao longo destes quatro anos. Uma palavra de apoio, muitos abraços, vibrações positivas e até slogans fixados na imagem de Rui Barbosa com as inscrições: “Agora falta pouco...” e “vai com tudo Cida...” fizeram toda a diferença

neste processo. À *Jurema Seckler*, chefe e amiga, pela torcida e por me aproximar com a “Casa de outros tempos”; À *Rejane Magalhães* pela generosidade em compartilhar seu vasto conhecimento sobre Rui Barbosa; À *Claudia Reis* e *José Manoel* por terem me recebido com tanto carinho e aberto às portas do universo ruiano; Ao querido amigo *Aurelio* por alimentar meu espírito com sua gentileza e a “matéria” com chocolate; Aos estagiários e bolsistas por oxigenarem o museu com tanta vitalidade, em especial *João Alcântara* pela interlocução e amizade, *Luciano Caetano* pelas descobertas visuais, *João Gabriel* e *Rômulo Duarte* pela disponibilidade cotidiana; Aos “recém-chegados” pela adesão as causas institucionais e “emocionais”: *Gabriela Faria*, *Lucas Nassif*, *Marcia Pinheiro* e *Mônica Cunha*; À *Mara* pelo afeto e conversas diárias; Aos colegas do Centro de Memória e Informação, sobretudo *Ana Lígia Medeiros*, companheira de Doutorado, *Renata Gouvea* pela paciência com as inúmeras solicitações de consulta ao Arquivo e *Adams José Santos Vieira*, pela imensa colaboração com as imagens; À *Ana Pessoa*, por “cientificizar” minha prática; Aos colegas do Centro de Pesquisa, em especial *Laura do Carmo*, também companheira de Doutorado, *Joëlle Rouchou* e *Marcos Veneu*, pelo incentivo constante, e *Elisabeth von der Weid*, por compartilhar suas pesquisa inédita, sem receio. E a todos que estão lotados no Museu, não somente os que ainda estão em exercício, mas aqueles que me antecederam, sem os quais este trabalho não teria se realizado, pois se o Museu Casa de Rui Barbosa continua aberto ao público e servindo à sociedade é graças à dedicação, seriedade e competência com que todos os funcionários empregam em suas tarefas.

RESUMO

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Adquirida pelo governo federal em 1924; transformada em Museu Ruy Barbosa em 1927; alterada durante a tramitação para Casa de Ruy Barbosa em 1928; e aberta ao público em 1930, a residência onde viveu o jurista Ruy Barbosa, nos últimos 28 anos de sua vida está inserida no universo dos museus-casas. Este modelo conceitual, até então, incomum no Brasil, possui como premissa conceitual a intrínseca relação entre o conteúdo e o continente, no qual o espaço e a personagem estabelecem uma simbiose. A casa, a partir da morte do seu dono, se torna o símbolo da sua trajetória terrena permitindo a ressignificação da história de Ruy Barbosa e do seu contexto histórico-social, sob a perspectiva individual, tendo em vista ser um museu personalístico. Há, entretanto nesta mudança um conflito entre duas esferas: a pública e a privada. Levanto assim a hipótese de que a instituição é investida pelo poder público para mitificar a figura do homem público, entretanto o fato do espaço definido para narrar tal trajetória ser sua residência, lugar da privacidade e intimidade familiar, acaba por humanizar o mito. Este processo, por outro lado, ocorreu de forma subliminar a despeito do esforço institucional, empreendido, sobretudo nas primeiras décadas de sua existência. A sobreposição da esfera privada ocorre por uma demanda social e na apropriação da personagem, sob diferentes perspectivas. O objetivo dessa pesquisa, portanto, é compreender o processo de ressignificação que permeia a transformação de uma casa em museu e analisar os fatores histórico-sociais que culminaram na musealização da vida da personagem *Rui Barbosa*. Neste processo de construção identificamos, também, algumas camadas de interesses envolvidos, incluindo um movimento de despolitização pela privatização da esfera pública como uma das estratégias.

Palavras-chave: Museu. Casa. Museu-Casa. Público. Privado. Rui Barbosa.

ABSTRACT

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *House of Rui Barbosa Museum: between public and private*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Acquired by the Brazilian federal government in 1924; transformed into *Museu Ruy Barbosa* (Ruy Barbosa Museum) in 1927; renamed to *Casa Ruy Barbosa* (Ruy Barbosa House) in 1928, during the course; and opened to the public in 1930, the residence where the jurist Ruy Barbosa lived his last 28 years is part of the house-museum's universe. This conceptual model so far uncommon in Brazil, has as conceptual premise the intrinsic relationship between the content and the continent, where the space and the character establish a symbiosis. The house, from the death of its owner, becomes the symbol of his earthly journey enabling reframe the Ruy Barbosa's history and its historical and social context, in the individual perspective, considering being a personalistic museum. There are however, in this change, a conflict between two spheres: the public and the private. I therefore propose the hypothesis that the government invested in this institution to mystify the public man's figure, though the fact of space had set to narrate this trajectory be your residence, place of intimacy and family privacy, turns out to humanize the myth. This process, moreover, occurred subliminally despite the institutional effort undertaken, primarily in the first decades of its existence. The overlap of the private sphere is a social demand and an appropriation of the character from different perspectives. This research aims to understand the process of (re)signification that permeates the conversion of a house into a museum and examine the historical and social factors that culminated in the musealization of Rui Barbosa's character. In this process identified also some layers of interests involved including a depoliticization through privatization of the public sphere as one of the strategies.

Key-words: Museum; House; House-museum; Public; Private; Rui Barbosa

RÉSUMÉ

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre le public et le privé*. 2015. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Acquise par le gouvernement brésilien en 1924, transformée en Museu Ruy Barbosa (Musée Ruy Barbosa) en 1927, changée de nom pendant la transition en Casa de Ruy Barbosa en 1928; et ouverte au public en 1930, la résidence où a vécu le juriste Ruy Barbosa, durant les dernières 28 années de vie est insérée dans l'univers des *Demeures Historiques-Musées*. Ce modèle conceptuel, était peu commun au Brésil, et marqué par la relation intrinsèque entre contenu et continent, où l'espace et le personnage établissent une symbiose. La maison, depuis la mort de son propriétaire, devient le symbole de sa vie permettant la résignification de l'histoire de Ruy Barbosa et de son contexte historico-social, sous la perspective individuelle, en tenant compte que c'est un musée personnalisé. Il y a, entretemps, dans ce changement un conflit entre deux sphères: la publique et la privée. Je soutiens l'hypothèse que l'institution est investie par le pouvoir public de mythifier l'image de l'homme public. D'autre part, le fait que l'espace définit pour raconter sa trajectoire soit sa résidence, endroit de privacité et d'intimité, finit par humaniser le mythe. Ce processus, à son tour, c'est présenter subliminairement malgré l'effort institutionnel entrepris, surtout pendant les premières décennies de son existence. La superposition de la sphère privée arrive par une demande sociale et par l'appropriation du personnage sous différentes perspectives. L'objectif de cette recherche est de comprendre le processus de résignification qui traverse la transformation d'une maison en un musée et d'analyser les facteurs historico-sociaux qui ont culminé en la muséalisation de la vie du personnage Ruy Barbosa. Dans ce processus de construction nous avons identifié, aussi, quelques couches d'intérêts, incluant un mouvement de dépolitisation pour la privatisation de la sphère publique comme une des stratégies.

Mots-clé: Musée. Maison. Demeures Historiques-Musées. Public. Privé.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O HOMEM PÚBLICO E SEU ESPAÇO PRIVADO	20
1.1	Rui Barbosa: um homem público	20
1.1.1	<u>A glorificação de Ruy Barbosa</u>	40
1.1.2	<u>Mesmo morto viverás ainda: o funeral e a imortalidade</u>	45
1.2	O espaço privado do homem público	51
1.3	Museu-casa: entre o público e o privado	58
1.3.1	<u>Categorização dos museus-casas</u>	63
1.3.2	<u>Reflexão à brasileira</u>	66
1.3.3	<u>O problema dos conceitos</u>	71
2	A CONSTRUÇÃO DO MUSEU-CASA DE RUI BARBOSA	77
2.1	Antecedentes históricos: o contexto museal	77
2.1.1	<u>Transformações conceituais e práticas no cotidiano dos museus</u>	87
2.2	Casa de Rui Barbosa: (trans)formação e trajetória	99
2.2.1	<u>Os primeiros anos: 1924 a 1930</u>	103
2.2.2	<u>1930/1966 – Organização</u>	116
2.2.3	<u>1966/1997 – Fundação Casa de Rui Barbosa</u>	126
2.2.4	<u>1997/atualidade – Carreira de Ciência & Tecnologia</u>	134
2.3	A casa, o museu e a personagem	141
2.4	Espaço e subjetividade	142
3	O LUGAR E A PERSONAGEM, SEGUNDO A OPINIÃO PÚBLICA	146
3.1	Opinião pública	146
3.2	Apropriação pública da personagem	152
3.3	Projeto Memória [seletiva] de Rui Barbosa	160
3.4	Por uma etnografia dos visitantes: quem são e o que pensam	171
3.4.1	<u>Museu e personagem, segundo os visitantes</u>	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	191
	ANEXO A – Decreto nº 4.789, de 02/01/1924.....	202
	ANEXO B – Decreto nº 17.758, de 04/04/1927.....	203
	ANEXO C – O Imparcial, 11/08/1918.....	204
	ANEXO D – A Razão, 12/08/1918.....	205

ANEXO E – O Imparcial, 14/08/1918.....	266
ANEXO F – O Paiz, 02/03/1923.....	207
ANEXO G – O Paiz, 05/05/1923.....	211
ANEXO H – O Imparcial, 04/03/1923.....	213
ANEXO I – O Paiz, 06/03/1923.....	214
ANEXO J – Decreto nº 5.429, de 09/01/1928.....	215
ANEXO K – Decreto nº 5.429, de 09/01/1928.....	216
ANEXO L – O Museu Ruy Barbosa (carta) /Revista Acadêmica.....	217
ANEXO M – O Museu Ruy Barbosa (inauguração) / Revista Acadêmica.....	220
ANEXO N – Jornal do Brasil, 12/02/1927.....	232
ANEXO O – Jornal do Brasil, 28/09/1927.....	233
ANEXO P – Decreto nº 18.767, de 27/05/1929.....	234
ANEXO Q – Jornal do Brasil, 14/08/1930.....	235
ANEXO R – Decreto nº 24.688, de 12/07/1934.....	236
ANEXO S – Decreto nº 22.168, de 25/11/1946.....	237
ANEXO T – Decreto nº 30.643, de 20/03/1952.....	238
ANEXO U – Decreto nº 38.544, de 12/01/1956.....	239
ANEXO V – Lei nº 4.943, de 06/04/1966.....	240
ANEXO W – Decreto nº 59.643, de 02/12/1966.....	241
ANEXO X - Lei nº 5579, de 15/05/1970.....	242
ANEXO Y – Lei nº 5.039, de 07/04/2004.....	243
ANEXO Z – Relação dos entrevistados no Projeto Memória Rui.....	249
ANEXO AA – Modelo do questionário (Museu e a personagem).....	250
ANEXO AB – Autorização reprodução /Jornal do Brasil.....	253

INTRODUÇÃO

O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além da sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*).
Hannah Arendt (1987, p. 33)

Marilena Chauí inicia seu livro *simulacro e poder* afirmando que “faz parte da vida da grande maioria da população brasileira ser espectadora de um tipo de programa de televisão no qual a intimidade das pessoas é o objeto central (2006, p. 5)”. Por meio de outras associações a autora tece críticas ao fato de questões políticas serem substituídas por questões privadas que passam a ter mais relevância para a opinião pública do que as primeiras. A vida privada, no entanto, parece exercer grande fascínio na imaginação popular muito antes da mídia televisiva oferecer esta possibilidade por meio de seus programas ou, da mídia impressa se valer de assuntos desta natureza para vender milhares de exemplares de seus periódicos. Habermas, na década de 1960, analisou as esferas pública e privada, apontando o seu desequilíbrio. Na mesma linha, autores como Arendt e Sennett também se debruçaram sobre o tema, identificando os embates entre estas esferas. Nesta perspectiva conflituosa, tendo de um lado aspectos da privacidade e de outro a publicização, inserimos a criação do Museu Casa de Rui Barbosa, uma instituição que nasce a partir do desejo de um grupo em musealizar a casa de um homem público com o objetivo de perpetuar sua imagem. Percebemos neste percurso um movimento de despolitização pela privatização da esfera pública, como uma possível estratégia de ação. No decreto nº 17.758, de 4 de abril de 1927 que cria o museu, está ressaltada a importância da preservação da memória dos “grandes cidadãos da pátria”:

considerando a conveniencia de manter sempre bem vivo o culto á memoria dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuzeram á gratidão da Pátria [...].

Como compreender o significado da construção de um museu-casa, ou seja, uma instituição pública voltada para a representação da vida íntima de uma pessoa? Por que a opção pela criação de um museu-casa e, não apenas de um memorial desconectado do espaço particular desta personagem?

O acadêmico Josué Montello (1980, p. 178. In: Rui, sua casa e seus livros) afirmou que a Casa de Rui Barbosa foi adquirida, pelo governo, com o propósito de preservar pelo tempo a diante, o ambiente em que vivera, estudara e escrevera o maior dos brasileiros,

dando-lhe configuração museológica a exemplos da Casa de Carlyle, em Londres, da Casa de Balzac, em Paris e da Casa de Lope de Vega, em Madri. Para o senador João Mangabeira (1930), a importância do espaço estava na possibilidade de revelar a todos a figura do excepcional político. Mas, a museóloga Regina Real, percebia no aspecto privado do lugar o seu diferencial, posto que lá era o “*ninho da Águia*”, “*o refúgio onde encontrava novo alento para as lutas diárias*”, “*o doce convívio da família*” (Revista Natal, 1955). César Zama, adversário político de Rui Barbosa, acreditava ser a casa a prova da desonestidade do seu desafeto.

Qual afinal o significado desta Casa na vida da personagem, no cenário social e mesmo museal? A sua existência “a. R.B”. e “d.R.B” (antes e depois de Rui Barbosa) traz implicações passíveis de análise e interpretação, nos instigando a mergulhar no universo deste lugar, buscando compreender o significado da transformação de um espaço privado em espaço público. Poderíamos supor, a princípio que o objetivo norteador desta ação teria sido o de publicizar a intimidade de um político, então com grande destaque no cenário nacional, aproveitando a comoção causada pela sua morte. Mas, os museus e as casas nos revelam a complexidade existente em suas construções e a teia simbólica que tecem no contexto social. Portanto, a investigação que nos propomos não possui como objeto uma *casa somente* ou, um *museu apenas* e, sim, uma casa que hoje é um museu ou um museu que outrora foi uma casa, refiro-me ao Museu Casa de Rui Barbosa, criado em 1927 pelo decreto 17.758 e, aberto ao público em 13 de agosto de 1930.

Não se trata de uma historiografia institucional, embora seja recorrente a menção a sua trajetória como contextualização necessária ao entendimento do objeto de estudo. O mesmo esclarecimento se coloca sobre a figura de Rui Barbosa, na medida em que a pesquisa não pretende a elaboração de uma biografia, mas a construção de uma instituição biográfica traz em si este elemento. A personagem analisada tem sido tema de inúmeros trabalhos, em especial, os que versam sobre Direito e Política, porém nesta pesquisa faremos emergir uma outra vertente desta história, dando visibilidade a tentativa de mitificação de uma personagem por meio da publicização da sua vida privada, tendo como marco mais significativo a ressignificação social da sua residência, transformada em museu, alguns anos após a sua morte. Sendo assim, estaremos discutindo dois objetos distintos, mas, ao mesmo tempo, inseparáveis: a relação entre a casa que se transforma em museu e a personificação do mito a partir da musealização de sua antiga residência.

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, procurei dialogar com categorias conceituais e processos históricos que estão relacionados com uma “representação de

memória construída com o objetivo explícito de ocupar um lugar no imaginário social republicano”. Estaremos caminhando pelo terreno da “memória política” cuja “preservação e difusão está atrelada à política da memória, posta em curso pelas instituições museológicas (CHAGAS, 2003)”. Desde sua origem mais remota o termo museu está associado à memória, ao local que possibilita um contato com os vestígios de outros tempos e de personagens que parecem estar alheios ao ciclo da vida. Nos dias atuais os museus têm procurado uma diversidade que envolve um compromisso maior com o presente e o futuro.¹ Os espaços museais, muitas vezes enigmáticos, abrigam uma série de narrativas conflitantes criando um cenário para disputas de poder e produção de sentidos materializados no discurso institucional, pautado na interseção entre cultura e política e nos vieses que delas derivam.

Museu é um verbete, uma palavra, um lugar, aparentemente simples se o definirmos em seu aspecto denotativo. Entretanto, simbolicamente encontramos uma teia de significados envolvendo esta categoria social, e como tal, em permanente fluxo com o meio externo. Sua análise não pode ser empreendida de forma isolada, ele não se processa no vazio sociológico. A reificação deste espaço depende do público, do investimento econômico e simbólico da esfera pública, do contexto histórico, todos encadeados e conectados. O museu é revestido por uma membrana que lhe dá um contorno, mas em função da sua porosidade absorve alguns elementos e rejeita outros. Os processos de absorção e rejeição são passíveis de interpretação e análise, uma vez que nos apontam para a forma como esta instituição se coloca no mundo e é percebida por ele.

Para Hannah Arendt a *vita activa* é perpassada por três atividades fundamentais: *trabalho*, *obra* e *ação*². O primeiro é visceral, um trabalho biológico relacionado às necessidades vitais, sendo a própria vida a condição humana. A *obra* “proporciona um mundo artificial de coisas, na medida em que converte o mundo num espaço de objetos partilhados pelos homens”, tornando seu habitat diferente de qualquer ambiente natural. Tais objetos, entretanto, se interpõem entre os indivíduos e a natureza unindo e separando os seres. A condição humana desta atividade é a mundanidade. Já a *ação*, é para a autora, a única que ocorre diretamente entre os homens, prescindindo de elementos mediados, e corresponde, portanto, “à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (2014, p. 9). As condições humanas relacionadas às

¹ Ver, por exemplo, a análise de Santos (2001) sobre as megaexposições dos anos 90 em museus contemporâneos.

² Trabalhei neste estudo com duas traduções diferentes desta publicação. Na primeira (1987) encontraremos os termos trabalho, labor e ação; enquanto na segunda (2014), *labor* foi entendido como *trabalho* e, este como *obra*.

atividades da *vita activa*, sendo a *vida*, a *mundanidade* e a *pluralidade*, estão presentes também nos processos museais. E, ainda, que esta assertiva seja óbvia, posto que os espaços são formados por pessoas e estas estão inseridas na *vita activa*, a compreensão mais ampla destas presenças nos fornecem a chave para o entendimento da operacionalidade das categorias que abordaremos.

Somos seres adaptáveis e assim o são as instituições, espaços fundamentalmente sociais posto que são criações humanas, inseridas num espaço complexo sustentado por uma rede investida de significados pela ação do seu criador. O mundo no qual a *vita activa* transcorre consiste em coisas produzidas que nos condicionam e separam a vida entre o que é comum (*koinon*) e o que nos é próprio (*idion*) (ARENDDT, 1987, p. 33). O domínio público, “aquele espaço que tem como função iluminar a conduta humana, permitindo a cada um mostrar para o melhor e para o pior, através de palavras e ações, quem é, e do que é capaz” (Idem, p. I), elegeu a residência de um político para ser o primeiro museu-casa público brasileiro e, esta ação implicou na musealização da vida de uma personagem. Temos assim duas instâncias envolvendo o mesmo ato: uma casa transformada em museu e uma pessoa elevada ao panteão dos imortais. Por que Rui Barbosa e, não Deodoro da Fonseca ou Benjamin Constant, por exemplo? A escolha do modelo conceitual – “museu-casa” – foi aleatória?

O peso ideológico existente nos bens patrimoniais - sejam eles museus, igrejas ou outros monumentos - e a força que estes exercem como memória coletiva, como imagens que não permitem o esquecimento, são fatores que não escapam das preocupações políticas. Em períodos revolucionários localizamos com facilidade estes elementos: atos de vandalismo são empregados para que a carga simbólica presente nos bens patrimoniais espalhados por um território seja apagada. Aquilo que não pode ser visto, conseqüentemente, torna-se mais difícil de ser lembrado e, em pouco tempo, o esquecimento sobrepõe-se à lembrança. Em

4 de agosto de 1792, a Assembleia Legislativa [Francesa] promulga um decreto sobre a eliminação dos monumentos, resíduos do feudalismo e, sobretudo, dos monumentos de bronze de Paris. Um mês depois, no 18 vendemiário do ano II, a Convenção decreta que “todos os sinais da monarquia e do feudalismo” serão destruídos “nos jardins, parques, recintos e edifícios (CHOAY, 2001).

O decreto acima aludido nos dá a dimensão das ações empreendidas para que uma nova ideologia se estabeleça sem as marcas deixadas pela anterior. A destruição, a dispersão, as mudanças estruturais são formas de reelaborar conceitualmente os espaços e as direções políticas. Nesta perspectiva, e com uma abordagem mais direcionada, investigamos, como pontuado anteriormente, a criação do Museu Casa de Rui Barbosa a partir dos conflitos entre

as esferas pública e privada. Como objeto de estudo, o modelo conceitual, *museu-casa*, ainda é um campo em processo de ebulição na medida em que grande parte das pesquisas relacionadas a esta temática se intensifica, em nosso país, a partir do final do século passado, com a realização, em 1995, na Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC do *1º Seminário sobre Museus-Casas*. No ano seguinte, é criado, dentro do Conselho Internacional de Museus – ICOM, um comitê específico para o estudo das casas históricas - DEMHIST - *Comité International de Demeures Historiques-Musées*, instituído não apenas para o desenvolvimento de normas para a conservação, restauração e segurança dos museus-casas, mas, sobretudo para estimular as pesquisas que envolvem este modelo conceitual. Vale ressaltar que o ICOM data de 1946, contando em sua estrutura com comitês voltados para assuntos diversos e, somente meio século depois o tema *casas históricas* ganhará relevância para seja criado um comitê específico sobre o assunto.

Estamos, portanto diante de um campo do conhecimento pouco explorado, o que nos permitirá contribuir com a elucidação de questionamentos, aprofundar algumas reflexões e dar visibilidade a esta temática. Este estudo entrelaçou duas áreas do conhecimento: Museologia e Ciências Sociais. A aproximação entre ambas possibilitou a apropriação de categorias, tradicionalmente utilizadas pelos teóricos das Ciências Sociais, tais como subjetividade, espaço, casa, público, privado e personagem com o objetivo de analisar a construção de um museu, objeto afeito à Museologia. Assim, as marcas teóricas de cada uma destas áreas se fazem presentes nesta pesquisa de forma diferenciada, com os campos delimitados pelos teóricos que a sustentam e fornecem seu contorno disciplinar.

Para estruturar a pesquisa, a tese está fundamentada em três capítulos. A discussão tem início com a apresentação da personagem Rui Barbosa. Advogado, por formação, jornalista por vocação e político por convicção, esta figura polêmica na história do Brasil, por sua intensa atuação e contradições, está presente em dois momentos: na vida e na morte, na medida em que estas condições, humanas por princípio, são a causa e a consequência do objeto central na nossa pesquisa – o Museu Casa de Rui Barbosa. Diferentes fontes nos apontam para um processo de imortalização desta personagem iniciado em vida, em comemorações de grande apelo junto à sociedade, construídas por correligionários como estratégia política. Ainda neste capítulo, abordaremos a relação do homem público com o seu espaço privado, abrindo caminho para a análise do modelo conceitual “museu-casa”, na interface entre as categorias *público* e *privado*. Não apenas nesta discussão inicial mas em toda a pesquisa Arendt, Habermas e Sennett serviram como instrumental teórico basilar por dialogarem com os conceitos que nortearam este estudo.

No capítulo II nosso objeto de pesquisa emerge, o Museu Casa de Rui Barbosa: trajetória, complexidade e efeito social. O museu, a casa e a personagem criam uma tríade de sustentação da instituição merecendo, por isso uma discussão mais aprofundada. Espaço e subjetividade também compõem a estrutura teórica desta pesquisa e estabelecem uma ponte com a análise empreendida no Capítulo III. Neste, a opinião pública é destacada e interpretada, tendo como início a musealização da personagem a partir da apropriação do público. Os subcapítulos se articulam com as vozes advindas de diferentes segmentos: o projeto memória de Rui Barbosa e os visitantes, receptores de todo o processo de construção institucional.

Antes, contudo, de iniciar a análise aqui proposta, são necessárias algumas notas metodológicas. Este estudo justifica-se, também, pela minha ligação com o objeto a ser pesquisado – o Museu Casa de Rui Barbosa. Desde 2002 sou museóloga da Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC, lotada no Museu e, venho aprofundando minhas análises sobre a temática museu-casa, despertadas a partir da percepção do interesse e atração exercida pelo espaço nos visitantes, independente da faixa etária. Não posso me eximir de expor os conflitos que minha dupla inserção poderiam ter provocado, pois, afinal, a funcionária e a pesquisadora se entrelaçam e habitam o mesmo espaço.

Quando passei a compor o quadro funcional do Museu Casa de Rui Barbosa, iniciei uma trajetória profissional para a qual fui preparada em quatro anos de formação universitária, no Curso de Museologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO-; dois anos de mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da mesma instituição de ensino; somadas a algumas experiências de trabalho vivenciadas em outras instituições museológicas, tais como o Museu Histórico Nacional/MinC, o Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT, o Museu da Cidade/PCRJ e o Sítio Roberto Burle Marx/MinC. Acumulava, portanto, um sólido arcabouço teórico e vivência profissional que me permitiriam dar conta desta empreitada com competência. Um dado novo, entretanto, se apresentou: passei a ter uma relação mais sistemática com o público, fato que me colocou diante de questões subjetivas para as quais eu não estava preparada. Suas sensações, percepções, expectativas, questionamentos, conflitos, associações, despertaram em mim uma aguçada curiosidade. Como compreender a relação que aqueles visitantes estabeleciam com o espaço e com a personagem? Outro dado importante a ser destacado é que, muito antes de me tornar museóloga, tive contato, ainda, como estudante com a figura pública de Rui Barbosa, na

Escola Municipal Ruy Barbosa³, localizada em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, onde cursei o então, denominado, ginásio. Neste lugar, eu e meus amigos reverenciávamos a cada dia 5 de novembro esta personagem que em nosso imaginário infantojuvenil jamais realizava qualquer tipo de ação que o aproximasse de nós, “simples mortais”. Éramos crianças, não conhecíamos a *teoria dos dois corpos do Rei*, não sabíamos que um corpo natural e um corpo político poderiam co-habitar o mesmo corpo, sequer sabíamos o que era ser um político. Rui Barbosa significava para todos nós *um nome importante*, acima de qualquer julgamento ou ideias, afinal ele era o patrono da escola e, para merecer esta honra ele era, sem dúvida, superior.

O distanciamento, como um dos elementos necessários a uma interpretação menos comprometida emocionalmente com o objeto analisado, para alguns teóricos é uma premissa fundamental ao desenvolvimento de uma pesquisa menos permeada pela emoção e pessoalidade. Como conseguir, entretanto, estranhar aquilo que lhe é familiar? Como estabelecer a distância necessária que permita ao pesquisador observar seu objeto sem deformações advindas de seus pré-conceitos? Para uma análise do comportamento dos visitantes, algumas premissas antropológicas foram essenciais. Gilberto Velho lembra que, alguns estudiosos insistem na ideia, segundo a qual, para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade faz-se necessário uma vivência durante um período de tempo que permita ao pesquisador se familiarizar com aspectos que não aparecem à superfície, na medida em que, demandam o aprofundamento de relações e o estabelecimento de uma empatia. Contudo, ele alerta que o exercício *de por-se no lugar do outro e de captar experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo*. Trata-se, em sua interpretação, de *um problema complexo, pois envolve questões de distância social e distância psicológica* (VELHO, 1978, pp. 36-46). Entretanto, no caminhar da pesquisa me percebi como uma pesquisadora externa, encontrando dados e fontes que desconhecia, descobrindo uma *instituição outra*, desvendando mitos. Um destes afirma que o Museu Casa de Rui Barbosa é o primeiro museu-casa do país, e em alguns meses de pesquisa o “mito caiu por terra”. Ter proximidade física com o objeto de estudo não significa que ele lhe é familiar; à medida que você está imbuído do espírito da investigação científica uma nova imagem se constrói a partir dos elementos revelados.

³ A Escola Municipal Ruy Barbosa, fundada em 30 de outubro de 1950, pertencente a rede pública de ensino, está localizada na Rua Aguiar Moreira, 652, em Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro. Lá, estudei dos 10 aos 13 anos, onde cursei da 5ª a 8ª séries; período hoje, corresponde ao 2º segmento do Ensino Fundamental.

Assim, minha inserção profissional e o anseio em compreender os processos de construção de memória que permeiam toda a lógica interpretativa do museu-casa me impulsionaram a lançar um olhar acadêmico sobre esta temática: seguindo talvez um caminho inverso - da empiria à teoria – passo das observações *in locu*, à análise sociológica deste material. Ao eleger a formação de museu-casa como objeto de estudo, em torno da figura de uma personagem, alguns questionamentos são recorrentes e elucidá-los pode ser um caminho para uma compreensão mais ampla da sua função política.

E assim, começamos a desvelar o espaço de uma casa que, a partir da morte do seu proprietário deixa de ser uma residência como qualquer outra para entrar no universo dos museus-casas e, esclareço que tudo começou *como uma ideia e não como um projeto bem acabado. É que não sou engenheira civil, mas estudante das coisas humanas* (DAMATTA, 1997, p. 13).

1 O HOMEM PÚBLICO E SEU ESPAÇO PRIVADO

“Todo homem deve
ser considerado em
dois níveis, o privado e o público”.
Butler (apud SENNETT, 1988, p. 31)

A construção do homem público, sua mitificação e os interesses políticos envolvidos neste processo abrem este capítulo. Em seguida, enfatizamos a relação do homem público e seu espaço privado, entendimento que fornece a base teórica para a discussão sobre a formação dos museus-casas. Abordaremos ainda a complexidade dos conceitos *casa* e *museu*, como categorias sociais basilares do estudo em questão. Este capítulo será analisado a partir dos conceitos de público e privado, tendo em Arendt, Habermas e Sennett o instrumental teórico principal.

1. 1 Rui Barbosa: um homem público

Que assombro de homem, esse Rui!
Que cetáceo nesse nosso marzinho de arenques!
Ele rege as frases como um cocheiro russo rege a tróica!
Que nababo! Acho uma honra tremenda
sermos coevos de tal homem,
e duvido que tenhamos outro semelhante na vida.
Monteiro Lobato

Rui Barbosa? Este nome é familiar a quase todo brasileiro, o que não significa afirmar que sua trajetória política ou mesmo os fatos que compõem seu *curriculum* sejam conhecidos. Neste caso, é possível que o contato com este nome tenha se dado por meio de um endereço, uma praça, uma escola ou outro tipo de referência geográfica. Curiosamente, este é o terceiro⁴ personagem mais homenageado em nomes de ruas pelo Brasil: são, aproximadamente, 1.700 espalhadas por todas as unidades federativas, à exceção de Rondônia. O universo ruiano contabiliza, ainda, avenidas, praças, becos, alamedas, ladeira, bairros, cidade, escolas públicas

⁴ Castro Alves e Duque de Caxias iniciam esta relação de personagens que nomeiam ruas.

e particulares, loja maçônica, e mesmo locais inimagináveis tais como oficinas mecânicas, casas lotéricas, autopeças, gráficas, papelarias, farmácia e clube⁵.

Personagem polêmico e com grande atuação na vida política nacional, Rui Barbosa nasceu em Salvador, em 05 de novembro de 1849, e, desde muito cedo se destacou por sua capacidade intelectual. O envolvimento com a política não foi mero acaso; seu pai João José Barbosa de Oliveira, embora médico almejava à Câmara dos Deputados. E, mesmo com uma atuação no Partido Liberal, como deputado provincial pela Bahia e deputado geral, não conseguiu consolidar sua carreira política, transferindo ao primogênito seu sonho e ideal. Cuidou pessoalmente da educação não apenas do filho varão, mas também de menina, Brites. Usou todos os meios que dispunha, como educador que era, para instruí-los nos padrões clássicos. João Barbosa chegou a ser Diretor da Instrução Pública da Bahia e organizou o Liceu Provincial. Possuía, portanto um instrumental consistente para dar uma boa formação aos filhos. Escolheu o mais conceituado colégio da região para matricular Rui Barbosa, o Ginásio Baiano, cujo proprietário era Dr. Abílio Borges, o Barão de Macaúbas. Percebendo no filho inclinação para a oratória, ensinava-lhe a impostar a voz e desenvolver tal capacidade; colocava-o sobre uma velha mala e fazia com que recitasse trechos de cor, de modo a ser entendido pela plateia, naquele momento restrito aos familiares (MAGALHÃES, 1994, P. 51). Nutria imensa admiração pelo filho que por toda a vida demonstrou que a recíproca existia, como explicita em discurso na Faculdade de São Paulo, em 1909:

Falei-vos em meu pai. O que eu sou, menos o coração, em que minha mãe entrou grandemente, dele nasce quase exclusivamente, como a água que corre da água que já correu. Esta palavra, de que eu uso, em mim diminuída, era dele, o maior orador que jamais conheci. Esta cabeça, que eu tenho, não é mais que uma apagada sombra da sua. Esta paixão da liberdade e do direito e da justiça, herdou-ma ele, a mais justa das almas, o mais irredutível liberal que eu nunca vi, liberal à inglesa e à americana. O amor da pátria, a intransigência da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso do sentimento e das ideias, isso tudo é seu. De modo que, a cada passo da minha vida, o que eu sinto dentro no mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. Ele não morreu: em mim vive, e reviverá, enquanto alguma coisa de mim restar⁶.

Tão eloquente era o pequeno Rui que chamava a atenção de quem o ouvisse falar. Durante uma cerimônia no colegial seu discurso impressionou os presentes, inspirando os versos abaixo do poeta repentista Rosendo Moniz (*apud* LACOMBE, 1984, p.5).

⁵ Dados obtidos a partir de levantamento feito nos arquivos do censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. Acessado em 20 de maio de 2014.

⁶ BARBOSA, Rui. *Excursão eleitoral*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 36, 1909, t. 1), p. 210.

Admira, numa criança
O engenho, o critério, o tino,
Que possui esse menino
Para pensar e dizer

Não, não me iludo na minha
Bem fundada profecia
Um gigante da Bahia
Na tribuna ele há de ser.

Aos dezesseis anos iniciou o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, mas dois anos depois, em 1868 transfere-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, sendo seus contemporâneos os estudantes, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rodrigues Alves, Afonso Pena e o futuro Barão do Rio Branco. A fama de excelente orador cresce entre os colegas, sendo escolhido para proferir o discurso de saudação a José Bonifácio que retorna da Corte, a 13 de agosto de 1868. Esta data tornar-se-á emblemática na vida de nosso personagem, uma vez que marca sua entrada na arena pública. Seu perfil inquieto e atento aos acontecimentos o levou a participar intensamente do universo estudantil, incluindo ensaios em jornais, tal como a *Tribuna Acadêmica*, dirigido por dois futuros presidentes da República, Rodrigues Alves e Afonso Pena; a presidência de uma sociedade ostensiva, o *Ateneu Paulistano*; a admissão na franco-maçonaria, a *Loja América*. (LACOMBE, 1984, p. 10). Todas estas empreitadas tinham como bandeira principal a abolição, tema que mobilizava os estudantes, aproximando-os de políticos que, como eles, desejavam o fim da escravidão. Após a formatura, retorna à Bahia e inicia-se na advocacia sob a tutela do Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas e Pedro Leão Veloso; continua atuando no jornalismo, passando a ser colaborador no Diário da Bahia e, ingressa, por influência do pai, no Partido Liberal Baiano. A política se apresentava como uma via quase natural aos homens de sua época, um caminho para a concretização dos seus ideais, mas era sem dúvida, no Jornalismo e no Direito que Rui encontrava a sua vocação. No discurso de posse no Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1911, declarou:

Duas profissões tenho amado sobre todas: a imprensa e a advocacia. Numa e noutra me votei sempre à liberdade e ao direito. Nem numa nem noutra conheci jamais interesses, ou fiz distinção de amigos a inimigos, toda vez que se tratava de servir ao direito ou à liberdade⁷.

Dentre as muitas causas que se dedicou algumas tiveram especial relevância na biografia de Rui Barbosa: a abolição, o federalismo e a completa separação entre o Estado e a Igreja, incluem-se nesta lista. Aliás, o último tema foi sempre um ponto delicado para Rui;

⁷ BARBOSA, Rui. *Excursão eleitoral*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 36, 1909, t. 2), p. 45.

sua posição firme era confundida com ateísmo. Sua teoria, entretanto, não se circunscrevia à religião, mas à liberdade e autonomia das áreas. Rui afirmava que

Toda questão resume-se nisto: o Estado garante direitos, a Igreja determina crenças. Girando cada um deles em sua esfera não pode haver perturbação nem nos direitos, nem nas crenças, mas declara-se a desarmonia desde que um dos poderes quer invadir a órbita do outro⁸.

Sua atuação parlamentar foi marcada pela dedicação com que se envolvia em diferentes assuntos; estudava-os em minúcias, consultando autores clássicos e publicações de referência que pudessem fornecer os fundamentos necessários para a defesa de suas ideias. Embora fosse um grande orador, seus discursos não eram improvisados. Rui era um homem metódico: “elaborava um sumário, com os temas em ordem de exposição e remissões a citações”. (LACOMBE, 1984, p. 18). Se, de fato, “é o discurso que torna o homem político” (ARENDRT, 1987, p. 11), como afirmou Hannah Arendt, Rui se construiu política e publicamente por meio dele. Foi a principal ferramenta que utilizou em todas as suas áreas de interesse: a tribuna, o jornalismo e o parlamento. Seus discursos eram considerados verdadeiros tratados temáticos; longos e rebuscados, à moda de Rui, como se costumava dizer. Esta autoconstrução da imagem e a forma como a personagem se coloca no mundo público pode ser interpretada à luz da análise desenvolvida por Arendt, em *a condição humana*.

A autora enfatiza na obra citada como *ação, palavra e liberdade* não são elementos dados, mas requerem para surgirem, a construção e manutenção do espaço público (LAFER, 1981, p. XII). Três atividades fundamentais, segundo Arendt, designam a *vita activa*: labor, trabalho e ação. Estas e suas respectivas condições tem íntima relação com as situações mais gerais da existência humana, ou seja, o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor, ela afirma,

assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história (ARENDRT, 1987, p. 16).

Neste sentido, identificamos uma série de elementos e situações que se coadunam na construção da imagem de homem público a serviço da nação e das suas necessidades. Embora sua formação acadêmica fosse o direito, a presença de Rui Barbosa será uma constante nos assuntos mais díspares. Sendo jornalista, usava a imprensa como veículo divulgador da sua

⁸ BARBOSA, Rui. *Trabalhos políticos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 2, 1872-1874, t. 2). p. 92.

insatisfação com o cenário político que se apresentava ou das questões que considerava fundamentais ao desenvolvimento do país. Para o cientista político, Bolívar Lamonier, Rui Barbosa foi um protagonista intelectual e político de primeiro plano na transição do Império para a República,

apaixonado pela causa abolicionista e pelo federalismo, converteu-se à ideia republicana quando sentiu que a monarquia centralizadora acabaria por levar o Brasil a conflitos regionais cada vez mais graves e eventualmente à desagregação⁹.

Américo Jacobina Lacombe, historiador, diretor da Casa de Rui Barbosa por 54 anos e estudioso da personagem que vimos abordando, foi um dos seus grandes defensores. Afirmava conhecer contestações quanto à culminância de Rui Barbosa em algum setor da cultura brasileira e, para construir sua exposição de argumentos dissertou sobre cada um deles, enumerando suas respectivas referências. Argumentava que talvez Rui não tivesse sido o maior jurista, posto ocupado por Teixeira de Freitas; o título de maior escritor jurídico do Brasil também poderia não pertencê-lo e, sim a Lafayette, segundo o próprio Rui considerava; o maior advogado seria talvez Nabuco de Araújo, Montezuma ou Carlos de Carvalho; o primeiro orador parlamentar era Gaspar Silveira Martins; na campanha abolicionista o principal nome no tribuno era Joaquim Nabuco, no jornalismo José do Patrocínio e, Luís Gama o articulador mais destacado; o maior escritor, incontestavelmente, Machado de Assis que, segundo Rui Barbosa, prosava como Luís Souza e cantava como Luís de Camões; na imprensa estão a sua frente Evaristo da Veiga, Quintino Bocaiúva ou Alcindo Guanabara; na política internacional, Rio Branco era o *Deus Terminus* de nossas fronteiras, nas palavras de Rui; e, José Bonifácio, por consenso unânime, considerado o primeiro estadista nacional. Para Lacombe, entretanto, esta comparação em que aparentemente a superioridade técnica e intelectual de Rui é suplantada por seus contemporâneos é um dado comprobatório da singularidade desta figura. O historiador conclui que

dessa pretendida destruição resulta a glória sem par de Rui Barbosa: a de enfrentar sozinho a seleção dos maiores nomes da História do Brasil. Sua figura se estende por todos os setores fora dos picos isolados. (...) Por isso o povo fez dele realmente um mito, fenômeno espontâneo; não há pressão legal ou violência do poder que consigam destruí-lo. (LACOMBE, 1984, p. 177).

É relevante a constatação do enaltecimento da personagem por parte do povo que, por meio da citação somos levados a crer que se trata de um fenômeno espontâneo, desejado e elaborado pelos cidadãos. Seria este um mero dado se não tivéssemos ao longo desta pesquisa

⁹ BARBOSA, Rui. *Trabalhos políticos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 2, 1872-1874, t. 2). p. 70.

encontrado diferentes elementos que nos apontassem para a construção da imagem de Rui Barbosa por dois canais: um político e outro de cunho privado. Cabe, portanto pensar na razão da elevação desta personagem ao posto de mito e representante da nação, capaz de defini-la metonimicamente a ponto de ter sua casa eleita para o cargo de primeiro museu-casa público do país.

Alguns indícios nos apontam para um movimento de despolitização pela privatização da esfera pública como uma estratégia política de mitificação de um personagem público. Sim, estamos diante de um intrincado jogo entre o público e o privado! Hannah Arendt analisa com maestria o domínio público, ao qual define como “aquele espaço que tem como função iluminar a conduta humana, permitindo a cada um mostrar para o melhor e para o pior, através de palavras e ações, quem é, e do que é capaz” (ARENDR, 1987, p. I). Em seu estudo ela apresenta a esfera privada como o contraponto à esfera pública, enfatizando, ainda, o processo de perda de significado destas esferas conceituais, iniciado com o desaparecimento da antiga cidade-estado grega gerando erros de interpretação, sobretudo em sua adaptação ao pensamento romano-cristão (IDEM, p. 37). Quase ao mesmo tempo, Richard Sennett (1974) também elegia a esfera pública como objeto de estudo, discutindo as dimensões sociais e políticas do problema público, culminando com o seu declínio e a ascensão do universo privado. A forma como esses pensadores constroem suas teorias e análises sobre as esferas pública e privada nos permitem extrair subsídios que servem de inspiração à interpretação da casa, do museu e da personagem, bem como ao plano onde todas estas esferas se concentram: o *museu-casa*.

Encontramos em Sennett elementos que possibilitam compreender a elaboração deste projeto político. Em seu, já citado, estudo sobre a complexidade do universo público, ele enfatiza que a história das palavras *público* e *privado* guarda a chave para o descortinamento da transformação básica ocorrida na cultura ocidental. As primeiras ocorrências da palavra *público* em inglês, por volta do final do século XV, estão associadas *com o bem comum da sociedade*. Setenta anos depois, havia-se acrescentado ao sentido de *público* aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral. No século XVII a oposição entre *público* e *privado* era matizada, segundo Sennett, de modo mais semelhante ao de seu uso atual. *Público* significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto *privado* se referia a uma região protegida da vida, definida pela família e amigos. Na França, a interpretação conceitual era semelhante a do contexto inglês. O termo *le public*, no Renascimento, era utilizado com um sentido amplo, em termos do bem comum e do corpo político, tornando-se com o tempo, também, uma região especial da sociabilidade (SENNETT, 1988, p. 30). Percebemos na

história de Rui Barbosa, na forma como sua imagem é construída e apresentada quer em vida, por seus atos e posicionamentos, quer após a morte com a transformação da sua residência em espaço de visitação ao público, o quanto as esferas pública e privada estiveram permeadas de elementos sociais elaborados para dar visibilidade a esta personagem.

Desde o seu *début* na vida pública, tomando como ponto inicial o citado discurso a José Bonifácio, em 13 de agosto de 1868, a participação de Rui Barbosa em setores diferenciados será intensa e produtiva. Os eventos apontados anteriormente formam uma descrição bastante resumida das suas atividades. Podemos acrescentar, ainda, fatos de relevância em sua biografia que, em geral, são muito citadas quer pela ampla repercussão ou mesmo pelas críticas que propiciaram. A pesquisa que ora se desenvolve não se configura como um tratado biográfico, não possuindo, portanto o objetivo de interpretar a vida e obra de uma personagem. Entretanto, por estarmos analisando um museu casa biográfico a análise histórico social do patrono da instituição é um viés para a compreensão do processo de transformação da sua residência em museu-casa.

Assim, vale destacar o trabalho de educador de Rui Barbosa que, embora de extrema importância na história da educação em nosso país esteve sempre relegado a um plano inferior em sua biografia, tendo em vista a preponderância das atividades jurídicas e políticas. Entretanto, os pareceres sobre a Reforma do Ensino, proposto pelo Ministro do Império, o Conselheiro Leôncio de Carvalho que compunha o Gabinete Sinimbu, se configuram como um importante capítulo da atuação de Rui Barbosa, como Deputado. Encarregado de ser o relator da Comissão de Instrução Pública apresentou dois relatórios, sendo um sobre o *Ensino Secundário e Superior*, entregue em 1882; e o outro dedicado à *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*, finalizado em 1883. Em ambos, encontramos uma análise profunda da situação do ensino brasileiro e um roteiro para a revitalização urgente desta matéria. O índice geral dos trabalhos aponta que a intenção do autor era uma reformulação ampla na educação e uma preocupação com todos os elementos que se relacionavam direta ou indiretamente com o ensino, passando pelos princípios da ergonomia, ao demonstrar que o formato da cadeira não era adequado ao estudante, focando na higiene, administração escolar, coeducação dos sexos, educação religiosa e moral, os jardins de infância, chegando, inclusive a propor a criação de um Museu Pedagógico Nacional para fins de documentação e propaganda de novos métodos didáticos (LOURENÇO FILHO, 1945. p. 21). Os pareceres elaborados por Rui Barbosa demonstram uma preocupação incomum para a época no que diz respeito à forma como o conhecimento deveria ser estimulado na criança, ele defendia que:

O menino, pelos mais vivos estímulos da sua natureza, precisa de ver, de sentir, de esquadrihar, de exprimir, de executar, de inventar, achando, comparando, associando, imitando, filiando coisas a coisas, fenômenos a fenômenos, realidades a realidades. A missão essencial do mestre, a mais difícil parte do seu papel está em dirigir essas tendências ingênicas à criança, ativá-las, cultivá-las, favorecer a sua manifestação espontânea, facilitar a comunicação habitual e afetuosa entre o espírito da infância e o mundo exterior, as entidades concretas que a cercam, acostamá-la à independência na investigação, à exatidão nas percepções, ao rigor prático na apreciação das relações, a não olhar sem ver, a não ver sem perscrutar, a não perscrutar sem concluir, a não repetir sem entender, a não afirmar sem verificar¹⁰.

Embora o projeto não tenha sido implementado, Rui recebeu do Imperador D. Pedro II, o título de *Conselheiro da Corte* em reconhecimento aos serviços prestados à causa do ensino. O projeto em questão teve ainda o mérito de apresentar ideias inovadoras para a situação brasileira, rendendo a Rui Barbosa outros títulos como precursor da Educação Física, pois pela primeira vez a matéria era incluída no *curriculum* escolar e seus professores igualados ao mesmo nível dos demais; propondo o mesmo para o ensino musical, desenho e trabalhos manuais. Por este trabalho Rui foi incluído no panteão dos educadores do Brasil e, objeto de várias obras sobre o tema, tais como *vocação pedagógica de Rui Barbosa*, de Isaías Alves e *a pedagogia de Rui Barbosa*, da autoria de Lourenço Filho, segundo o qual a reforma pretendida por Rui foi a primeira que visava uma mudança social do país, encarando a escola como um elemento desta transformação.

Tema bastante polêmico vem a ser a queima dos arquivos relacionados à escravidão, sobretudo na atualidade quando o documento se tornou uma obsessão. O ato final que resulta na destruição dos papéis relativos à imigração dos negros africanos se insere num contexto mais amplo com a participação de diferentes personagens, cabendo, entretanto somente a Rui Barbosa o título de *inimigo da história*. Rui Barbosa foi Ministro da Fazenda, de 15 de novembro de 1889 a 21 de janeiro de 1891, durante o governo do Presidente Deodoro da Fonseca, entretanto a circular n. 29, expedida pelo Gabinete chefiado pelo Barão de Lucena, subscrita pelo Ministro Tristão de Alencar Araripe, que ordena a queima de livros e documentos relacionados ao elemento servil, data de 13 de maio de 1891. As fontes que abordam o assunto confirmam que a circular mencionada executava o despacho datado de 14 de dezembro de 1890, este da responsabilidade de Rui Barbosa, no qual lemos:

(...) Considerando que a Republica está obrigada a destruir esses vestígios por honra da Patria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira:

¹⁰ DANTAS, Rodolfo E. de Sousa. Relatório apresentado pelo Ministro do Império Rodolfo E. de Sousa Dantas. In: BARBOSA, Rui. *Discursos e trabalhos parlamentares: centenário do marquês de Pombal; o desenho e a arte industrial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 9, 1882, t. 2). p. 155-324. p. 162.

Resolve:

1º Serão requisitados de todas as Thesourarias de Fazenda todos os papeis, livros e documentos existentes nas Repartições do Ministério da Fazenda, relativas ao elemento servil, matricula dos escravos, dos ingênuos filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, e que deverão ser, sem demora, remittidos a esta Capital e reunidos em lugar apropriados na Recebedoria.

2º Uma comissão composta dos Snrs João Fernandes Clapp, Presidente da Confederação abolicionista, e do Administrador da Recebedoria desta Capital dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papeis e procederá à queima e destruição immediata delles, que se fará na casa da machina da Alfandega desta Capital, pelo modo que mais conveniente parecer à Comissão¹¹.

O primeiro a defender publicamente a proposta de destruição dos arquivos da escravidão foi Joaquim Nabuco, em discurso na Câmara dos Deputados, a 24 de julho de 1888. Dizia ele que os livros de matrícula geral dos escravos do Império deveriam ser cancelados ou inutilizados de modo que não fosse possível a solicitação de pedidos de indenização. A preocupação de Nabuco não era infundada, pois logo após a abolição o assunto entrou na pauta, como percebemos no Manifesto Paulino. Por meio deste o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa apelava aos seus partidários para que não fossem propostos candidatos, para as eleições de 1889, que não tivessem reconhecido o direito à indenização do valor da extinta propriedade servil, devendo privilegiar aqueles que tomassem a peito a reparação da injustiça sofrida. No início da era republicana, ainda no Governo Provisório, organizou-se um banco com o objetivo de indenizar os antigos senhores de escravos ou herdeiros que tivessem sido afetados financeiramente pela abolição. Em novembro de 1890 os organizadores de tal instituição se reúnem como o então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa para apresentação da proposta. O despacho do ministro é enfático, contrariando as pretensões do grupo:

Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional, se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro. Indeferido. 11 de novembro de 1890.

Por tal atitude, Rui foi louvado nos jornais, recebendo uma homenagem da Confederação Abolicionista que imprimiu o despacho em letras a ouro num documento, semelhante a um diploma, ofertado ao ministro¹². A decisão de providenciar a destruição dos arquivos, como proclamara Joaquim Nabuco, está pautada na prerrogativa de proteger os

¹¹ O documento na íntegra consta no Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pasta=> Acessado em 22 de maio de 2014.

¹² O mesmo encontra-se no Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, podendo ser visualizado em <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pasta=>. Acessado em 24 de maio de 2014.

cofres públicos, ação apoiada, na ocasião, por abolicionistas convictos, civis e políticos de diferentes lugares do país.

Esta personagem teve uma participação bastante atuante, como vimos narrando, em assuntos variados o que poderia, em parte, explicar a ação governamental empreendida após a sua morte, transformando a residência da família num museu-casa. Os eventos citados, de forma resumida, e muitos outros que contaram com a presença de Rui Barbosa formam um conjunto significativo e, ao mesmo tempo comprobatório do perfil inquieto e comprometido com as grandes causas que ocupavam o país ao seu tempo. Poderíamos, ainda, ter dissertado sobre o seu papel na proclamação da República ou, mesmo sua participação na primeira Constituição Republicana; ou, talvez, sobre a singularidade da campanha civilista ou da polêmica sobre a revisão do Código Civil e, ainda assim o objetivo não seria transformá-lo em herói nacional ou mitificá-lo, mas antes de tudo, demonstrar sua inserção em diferentes acontecimentos. Para cada item de sua atuação encontraremos críticos, mas, também defensores. É possível que Rui tenha sido um dos políticos mais caricaturados durante a República Velha, como também um dos principais alvos da maledicência, lendas urbanas que ainda hoje são satirizadas, tais como a proibição da passagem do bonde de segunda classe, o taioba, pela porta de sua casa; o cartaz na porta da sua residência em Londres, onde se lia “ensina-se inglês aos ingleses”; ou a colocação da escultura da águia em seu jardim, após ter recebido o apelido de “águia de Haia”. Ainda assim, este é o primeiro cidadão brasileiro a ter seu espaço privado, sua residência transformada em museu casa, por iniciativa governamental. Outrossim, e, para além de todas as suas qualificações para alcançar o posto de maior brasileiro da história, como o elegeu uma revista de grande circulação¹³, em 2007, não poderíamos deixar de buscar uma compreensão mais ampla sobre os mecanismos que, de fato, foram acionados para a explosão do seu prestígio que, em realidade se estende para além da vida. Outros personagens de igual quilate figuraram no cenário político brasileiro até aquele momento. Alguns, talvez com maior carisma e requisitos ao posto que estava sendo, há alguns anos, construído magistralmente para nossa personagem. Chagas afirma que *a ação política invoca o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente* (CHAGAS, 2003, p. 141). Nesta perspectiva, cabem alguns questionamentos: por que a escolha de Rui Barbosa para representar esta memória

¹³ Revista Época. Rio de Janeiro: Editora Globo, datada de 11 de Setembro de 2006.

política? Transformar a figura de Rui Barbosa em símbolo no imaginário social republicano brasileiro teria sido o objetivo principal dos seus correligionários?

João Felipe Gonçalves em sua dissertação de mestrado (1999) interpreta a gênese da consagração de Rui Barbosa como herói nacional a partir de dois eventos investidos de simbolismo: o jubileu cívico e a morte. Em ambos, o autor identifica que os organizadores buscaram salientar o aspecto aristocrático do político em detrimento de seus ideais igualitários, afirmando-o como *gênio e maior dos brasileiros* e, assim se perpetuará a sua imagem, sempre reforçada pelos rituais construídos em torno da sua figura. Esta premissa é corroborada pela forma como a sua residência é musealizada: o decreto nº 4.789¹⁴, emitido em 02 de janeiro de 1924 - o primeiro na sequência de vários dispositivos legais relacionados à instituição - alude à fundação de um museu-bibliotheca, ícone da erudição desta personagem. Consta, ainda, no parágrafo 3 do referido documento a orientação da publicação dos *manuscritos, cuja divulgação, dada a importância dos mesmos, for considerada útil* (Anexo A). Com esta ordem, estava o Presidente Arthur Bernardes homenageando Rui Barbosa da forma como o próprio personagem desejaria:

"Se eu pudesse ter, à minha escolha, um monumento verdadeiramente do trânsito da minha mediocridade pela terra, o que me agradaria recomendar, seria uma ferramenta de trabalho, com o nome do operário, e a inscrição daquilo de São Paulo na primeira aos coríntios: *Abundantius illis omnibus laboravi*"¹⁵.

As estratégias políticas articuladas pelos proponentes das ações, em grande medida correligionários de Rui Barbosa, foram sempre muito eficazes, criando de fato, uma aura de genialidade e mitificação em torno desta figura. Não apenas durante o período em que viveu, como após a sua morte e, ainda, hoje ao se mencionar o nome de Rui Barbosa, as associações imediatas são às suas virtudes intelectuais, como demonstra a pesquisa de público apresentada no último capítulo. Gonçalves defende a ideia de que a consagração desta personagem associa-se com a penetração, na cultura brasileira, de visões de mundo individualistas e com ideais de civilização do país, esta entendida como empreendimento moral e jurídico.

¹⁴ O texto na íntegra consta no Anexo A.

¹⁵ BARBOSA, Rui. Discurso na Biblioteca Nacional. In: _____. *Jubileu cívico*. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 45, 1918, t. 2). No prelo. A citação inteira está em São Paulo, Epístola aos Coríntios (I, 15.9 e 15.10): *Ego enim sum minimus apostolorum qui non sum dignus vocari apostolus quoniam persecutus sum ecclesiam Dei gratia autem Dei sum id quod sum et gratia eius in me vacua non fuit sed abundantius illis omnibus laboravi non ego autem sed gratia Dei mecum gratia autem Dei sum id quod sum et gratia eius in me vacua non fuit sed abundantius illis omnibus laboravi non ego autem sed gratia Dei mecum*.

Significa: *Pois eu sou o menor dos apóstolos, que nem sou digno de ser chamado apóstolo, porque persegui a igreja de Deus. Mas pela graça de Deus sou o que sou; e a sua graça para comigo não foi vã, antes trabalhei muito mais do que todos eles; todavia não eu, mas a graça de Deus que está comigo.* [tradução: José Almino de Alencar]

(GONÇALVES, 1999, p. V). A análise aprofundada que o autor empreende sobre a formação de Rui Barbosa tangenciando seus contemporâneos permite compreender como tais visões forjavam a personalidade desta geração. A juventude que convivia com Rui pelos corredores da Faculdade de Direito de São Paulo se destacará politicamente no final do Império, vindo a ocupar os principais cargos da República Velha, incluindo a presidência como pontuamos anteriormente, nas figuras de Rodrigues Alves e Afonso Pena. Gonçalves enfatiza que este grupo, conhecido como geração 70, criou laços pessoais constituindo verdadeira rede social, na medida em que suas trajetórias se cruzavam frequentemente, fortalecendo as relações futuras. Situação exemplar ele observa entre Rui e o Barão do Rio Branco. Embora este tenha convidado o primeiro para a comissão da Questão do Acre, em 1903 e para representar o Brasil como embaixador plenipotenciário na 2ª Conferência Mundial da Paz, na cidade de Haia, em 1907, fora Rui e Nabuco, segundo Rubens Ricúpero (citado por GONÇALVES) que despertaram a atenção do público para Paranhos, enaltecendo seus escritos sobre o Brasil, num artigo do Diário de Notícias em 1889.

Essas redes sociais forjadas na Academia se fortalecerão nos papéis que estes estudantes vão desempenhar nas atividades extraclasse, primordialmente de cunho político. Os pesquisadores do período creditam esta efervescência a uma forma encontrada pelos estudantes para sobreviver à baixa qualidade do ensino. Venâncio Filho (1982) e o próprio Rui, em seu parecer sobre a Reforma do Ensino Superior, reforçam esta posição. Segundo os mesmos, a Faculdade de Direito de São Paulo era caracterizada por uma incompetência pedagógica cujo corpo docente era marcado pelo protecionismo e pistolão que se sobrepunham ao mérito. As aulas eram descritas pelos alunos como enfadonhas, restritas a leitura de longos textos, raramente preparadas pelos professores (GONÇALVES, 1999, p. 15). Para Venâncio Filho, “*ser estudante de direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar de grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas*” (1982, p. 136). Assim, não só compreendemos o envolvimento de Rui em tantas atividades extras, mas também as articulações futuras que, dentre outros resultados, culminaram na muselização da residência do jurista. Dentre estas me refiro em especial a participação de Rui na sociedade secreta *Burschenschaft* (liga de rapazes), fundada em 1830, apelidada por *Bucha*, na qual fizeram parte além de Rui, nomes como Artur Bernardes, Pinheiro Machado, Washington Luís e Afonso Arinos.

Um detalhe nesta lista de personalidades chama a atenção, em realidade, trata-se da presença de duas personagens importantes no processo de transformação da residência de Rui

Barbosa em Museu: Arthur Bernardes, presidente do Brasil de 1922 a 1926, estava na presidência à época da morte de Rui Barbosa, ocorrida em 1923 e, é ele quem assina o decreto o Decreto nº 4.789, de 02/01/1924 (Anexo A) que autorizou a compra da casa do senador com vistas à instalação de um museu-biblioteca. E, ainda, Washington Luís, presidente de 1926 a 1930, signatário do Decreto nº 17.758, de 04/04/1927 (Anexo B), por meio do qual é criado o Museu Ruy Barbosa, sendo ainda o responsável pela abertura da instituição ao público a 13 de agosto de 1930. Vale ressaltar que o evento citado contou com a presença do referido presidente que, na ocasião plantou uma muda de Pau Brasil, no jardim da instituição, existente até hoje.

Ainda na interpretação de Gonçalves, o valor dado à coragem, ao heroísmo, ao indivíduo livre e capaz de contestar ou mudar o mundo, era um conteúdo importante do *ethos* desta geração, sempre alimentado pelos livros, importados ou traduzidos, que circulavam entre esses ávidos leitores. A oratória, o heroísmo cívico, a poesia, os arroubos políticos, eram as esferas em que todos queriam ser indivíduos únicos, especiais, e onde lutavam para se destacar (GONÇALVES, 1999, p. 18). De fato, todos estes elementos se fazem presentes nos célebres discursos de Rui Barbosa e nas causas pelas quais lutou com veemência, sobretudo quando o direito à liberdade estava ameaçado. Sua vasta biblioteca reflete a necessidade do conhecimento; os mais de trinta mil volumes, em diferentes idiomas, abordam temas muito díspares que vão de romance à religião, obras jurídicas que inclui legislações de vários países, suas constituições, códigos e leis civis e, ainda obras raras como um precioso exemplar da *Divina Comédia*, de Dante, um incunábulo datado de 1481, o *Rerum per octennium in Brasilia*, de Barlaeus, editado em 1647, bem como a *La vie de Notre-Seigneur Jésus Christ*, de Tissot, editada em 1896-1897 e a 1ª edição da *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, editada em 1644. Consta, também, no seu acervo as obras dos maiores juriconsultos dos séculos XIV ao XVII, revistas estrangeiras sobre quase todos os ramos do Direito, dicionários jurídicos, além de extensas enciclopédias, gerais e especializadas; as *Leis do Brasil* (1808 a 1923), os *Anais da Assembleia Constituinte* (1823 e 1891), *da Câmara* (1826 a 1923) e *do Senado* (1826 a 1923)¹⁶. A biblioteca sempre foi um símbolo da sua distinção e personalidade; trata-se de um testemunho material da sua intelectualidade, sendo comumente objeto de charges, calúnias, caricaturas e discursos, como o de Homero Pires:

¹⁶ Referências sobre o acervo bibliográfico podem ser obtidas em http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=108. Acessado em 26 de junho de 2014.

A biblioteca de Rui Barbosa foi muitas vezes, enquanto ainda ele vivo, objeto da curiosidade geral dos brasileiros. Faziam-se cálculos sobre o número de volumes, que subiam ou desciam conforme a fantasia de cada qual. Assim, mais de um jornalista procurou o velho solar de São Clemente, com o propósito especial de percorrê-la, e falar dela ao público através das colunas do seu diário¹⁷.

Esta geração será responsável após a proclamação da República por instituir uma estrutura organizacional que introduzisse no país a esfera pública, no sentido apresentado por Habermas (2013). Os seus representantes encarnam o sentido da evolução da representatividade pública, como analisa o sociólogo alemão, relacionada aos atributos da pessoa: a insígnia (emblemas, armas), hábito (vestimenta, penteado), gesto (forma de saudar, comportamento) e retórica (forma de falar, o discurso estilizado em geral). (HABERMAS, 2003, p. 20). Sua incursão no universo público nos revela a complexidade embutida nesta esfera cujas origens podem ser encontradas na Grécia, embora tenhamos adotado como padrão, a versão romana. Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (koiné) é rigorosamente separada da esfera do *oikos* que é particular de cada indivíduo (idia). (...) Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência: a imortalidade da fama (IDEM, p. 16). É por este viés que a figura de Rui Barbosa se sobressaía perante seus pares: sua erudição, retórica e grandiloquência impactavam os adversários políticos e aumentava a admiração da plateia. Aqui podemos traçar um paralelo na distinção que Sennett estabelece entre o homem público, ao afirmar que quando a personalidade adentra o domínio público, sua identidade foi dividida em dois; poucas pessoas continuaram a se expressar em público de modo ativo, e conservaram o imaginário do homem enquanto ator que orientava o Antigo Regime, surgindo os atores profissionais e, outra identidade paralela, a do espectador. Este por sua vez, embora passivo em público, não desertou desta esfera e continuou acreditando na sua importância, entretanto sentia-se mais confortável enquanto uma testemunha da expressão de outra pessoa, do que enquanto um ativo condutor da própria expressão (SENNETT, 1988, p. 243).

Rui Barbosa foi fundamental na transição do Império à República, em especial por sua citada erudição e conhecimento constitucional. Seu engajamento à causa republicana ocorre, sobretudo por perceber que a política imperial se esgotara ao recusar as inúmeras propostas de reforma apresentadas por Rui. Prova da sua insatisfação com o Império e, ainda, que a sua

¹⁷ Discurso pronunciado por Homero Pires, na Casa de Rui Barbosa, em 05 de novembro de 1938. In: Rui, sua casa e seus livros. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. pp. 27 – 93.

adesão à República, estava além de interesses puramente pessoais de ascensão como político profissional, como alguns afirmavam, é a recusa do convite de Ouro Preto à pasta de Ministro do Império. Seu ponto mais debatido era o federalismo, levando-o a afirmar em discurso no Congresso Constituinte, em 1890:

“Eu era, senhores, federalistas, antes de ser republicano. Não me fiz republicano, senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a Monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação. Esse non possumus dos partidos monárquicos foi o seu erro fatal. A mais grave responsabilidade, a meu ver, dos que presidiram à administração do país no derradeiro estádio do Império está na oposição obcecada, inepta, criminosa de uns, na fraqueza imprevidente e egoística de outros contra as aspirações federalistas da nação. A federação teria demorado o advento do regímen republicano por pouco tempo; mas teria poupado a república as dificuldades de organização, com que temos arcado, e continuaremos a arcar talvez por não breves dias¹⁸”

Com a proclamação da nova forma de Governo, Rui passa a compor o primeiro escalão político, tornando-se Ministro interino da Justiça, o primeiro ministro da Fazenda e, de certa forma torna-se o idealizador da República a partir do projeto da Constituição, no qual teve participação destacada. Para Lacombe, Rui não era apenas o membro mais culto do Governo, era o que tinha uma visão mais profunda das transformações necessárias ao país (LACOMBE, 1984, p. 39) cujas ideias principais estavam no federalismo, na eleição dos governos provinciais e na industrialização do Brasil. Sua projeção política e social se ampliou consideravelmente; seu nome é conhecido em todo o país e fora dele. É difícil citar um evento, no âmbito político, entre 1889 e 1923 que a presença de Rui não seja comentada. Esta atuação era ainda potencializada por meio dos seus artigos publicados em diferentes jornais, alguns atuando como redator chefe, como o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 por Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Dantas e a *A Imprensa*. Entretanto, a ascensão de Floriano à presidência deslocará a situação política de Rui para a oposição. O clima de animosidade entre ambos era recente, chegaram mesmo a serem amigos durante o governo provisório, mas, analisa Lacombe que havia da parte de Floriano um desprezo pelas garantias individuais que contrariava o ideal legalista de Rui. Acreditava o marechal que somente a ditadura militar poderia cauterizar as partes podres do organismo social, levando Rui a combatê-lo, da tribuna ao Senado, de forma contundente e feroz conforme discurso abaixo:

"[...] a república, ao nosso ver, não é o bastão do marechal [Floriano Peixoto] com um barrete frígio no topo e um agitador de sentinela ao lado com a fraternidade escrita no cano do fuzil; não é a convenção de um nome, servida alternativamente por camarilhas condescendentes, ou revoltadas; não é nem o compadrio de nossos amigos, nem a hostilidade aos nossos adversários. É a defesa da autoridade e a sua fiscalização à luz dos princípios constitucionais. É o direito de ter todas as opiniões e

¹⁸ BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 17, 1890, t. 1). p. 148.

a obrigação de respeitar todas as consciências. É o governo do povo pelo povo, subordinado às garantias da liberdade, com que a constituição e o direito público universal limitam a própria soberania popular."

Com a eclosão da Revolta da Armada, em setembro de 1893, encontra Floriano o argumento para acusar Rui de ser o líder, empreendendo esforços para prendê-lo. Avisado pela sua rede de relacionamentos, alguns dispostos a tudo para salvá-lo, como Tobias Monteiro, preso pelo crime de ser amigo de Rui (BANDEIRA, 1960, p. 49), consegue o jurista fugir do país, exilando-se na Argentina, Portugal e Londres, onde se estabelece por dois anos, até o seu retorno ao Brasil. Este período de afastamento compulsório é considerado por aqueles que se debruçaram sobre a vida do jurista, profícuo, na medida em que permitiu-lhe uma nova visão da política brasileira e de suas próprias convicções (VIANA FILHO, 1941; BANDEIRA, 1960; LACOMBE, 1984). Imbuído do espírito combatente, não arrefecido pela separação continental, escreveu uma série de artigos para o *Jornal do Comércio*, transformados no livro *Cartas da Inglaterra*. Com a morte de Floriano, retorna ao Brasil, em julho de 1895.

Os reverses do exílio não abalaram sua popularidade, confirmada pela escolha do seu nome para chefiar a delegação do Brasil na 2ª Conferência Mundial da Paz, ocorrida em 1907, pela qual recebeu o apelido que o acompanhou por toda a vida, o *Águia de Haia*. Gonçalves localiza o processo de mitificação de Rui a partir das comemorações do jubileu cívico, ocorrido em 1918, entretanto, o alarde em torno da sua participação no evento supracitado nos permite contrapor esta afirmativa e indicar tal origem a partir das festividades em comemoração ao retorno do Dr. Barbosa, como ficou conhecido pelos participantes da Conferência. O próprio Rui se surpreendeu com a dimensão dada ao fato afirmando que:

Quer-me parecer que nunca houve, entre nós, manifestação nacional maior que essa de 1907, na qual concorreram, unânimes a Câmara, o Senado, todos os congressos estaduais, a maioria dos municípios, todas as corporações de importância na sociedade, na política, ou no mundo intelectual e o coro geral da imprensa (citado por NERY, 1955, p. 100).

As festividades organizadas para recebê-lo corroboram a magnitude pretendida para a comemoração: no retorno ao Brasil, foi homenageado em Paris, onde a colônia brasileira realizou uma recepção no Hotel Continental em outubro de 1907, recebendo do Ministro do Brasil, Dr. Gabriel de Toledo Piza, o bronze da autoria de E. Bárias. No Brasil, os jornais mais importantes anunciavam a sua chegada, na primeira página. Ao desembarcar na Bahia, em 29 de dezembro, foi recebido pelos seus conterrâneos com grande pompa, sendo

presenteado com outro bronze, *Devoir Civique*, de Eugène Marioton¹⁹. Na chegada à Baía de Guanabara, encontrou embarcações enfeitadas com bandeiras que escoltaram o navio até o Cais Pharoux, onde Rui desembarcou na antiga galeota real de D. João VI, sendo levado pelo Barão do Rio Branco até o Palácio do Catete, onde foi recebido pelo Presidente Afonso Pena. O governo mandou cunhar uma medalha comemorativa à missão de Haia, oferecendo-a em solenidade a 15 de novembro de 1908, a Rui Barbosa, sendo esta mais uma das inúmeras festividades que compareceu em sua homenagem. Foi, ainda, eleito membro da Corte Permanente de Arbitramento, em Haia; e convidado pela Universidade de Yale para realizar uma série de conferências sob o tema: “*on the responsibilities of citizenship*”, mas, recusou o convite.

A campanha civilista na qual Rui, candidato civil à presidência da República disputava o posto com o, então, Ministro da Guerra, Marechal Hermes, representante militar, é um episódio importante da história desta personagem. Por diversas vezes, Rui recusou se candidatar a eleição de 1909 afirmando não se considerar competente para o cargo e, ainda, não nutrir a mínima ambição, a qual só tinha medo, pois sabia os desgostos que tal pleito lhe traria (Citado por NERY, 1955, p. 110). Seu grande temor estava no candidato militar, como expressou em carta aos senadores Francisco Glicério e Antonio Azeredo: Quero o exército grande, forte, exemplar, não o quereria pesando sobre o governo do país. A nação governa (IDEM, p. 108). O exército, como os demais órgãos do país, obedece. Seu posicionamento acendeu uma reação cívica contra o Marechal Hermes. O próprio Rui se empenhou em encontrar um candidato civil que pudesse impedir a presença de um militar no Catete. Escreve ao Dr. Rodrigues Alves:

Consultado por membros da Junta Nacional sobre a candidatura que melhor corresponda às aspirações nacionais empenhadas na manutenção da ordem civil, respondi na série das mais convenientes, políticas e eficazes, a de V. Ex., a meu ver, pesadas todas as circunstâncias atuais, é a primeira. (...) (Idem, p. 109).

Tendo em vista a sua recusa, Rui volta a ser cogitado, acabando por ceder aos apelos dos participantes da Convenção Nacional, reunida no Teatro Lírico. No mês seguinte, inicia uma campanha eleitoral nunca antes vista em solo brasileiro, acostumado a assistir a alternância das oligarquias paulista e mineira, na presidência. Rui empreendeu uma metodologia nos moldes que conhecemos atualmente. As pessoas se amontoavam pelas ruas para vê-lo de perto, como notamos nas imagens abaixo, a primeira pela sua passagem em Belo Horizonte e, a segunda, em Campinas-SP. Para nós que estamos acostumados aos comícios políticos, sobretudo os que ocorrem próximo as datas de votação, o fato não se configura

¹⁹ Ambos fazem parte do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa e se encontram em exposição.

como novidade, mas ao contextualizarmos a situação lembraremos que a República brasileira se iniciara há vinte anos e toda esta movimentação em torno de campanha presidencial não fazia parte da rotina do povo brasileiro.



Acervo FCRB/MinC



Chegada do Conselheiro Ruy em Campinas — O *Lombard* conduzindo S. E. para em frente ao Palacete Sarmento na praça Carlos Gomes e rua Barão de Jagu Incadidas por mais de dez mil pessoas que aclamam o Visitante.

20

O candidato civil elaborou um programa de governo e realizou uma excursão eleitoral a dezenas de cidades; em São Paulo, pronunciou discursos em Queluz, Lorena, Taubaté, Cruzeiro, Campinas, Santos entre outras; em Minas, visitou cidades como Ouro Preto, Juiz de Fora e Belo Horizonte impregnando a ideia de civilismo por onde passava, como demonstrou Carlos Drummond de Andrade, em crônica no JB, no cinquentenário da morte de Rui Barbosa, intitulada *Rui, naquele tempo*:

RUI BARBOSA, que volta glorioso aos jornais, vencidos os prazos do silêncio — bem que o conheci, sem nunca tê-lo visto. Era uma presença em Minas Gerais, no começo do século, sob o ardor da campanha civilista, e nos anos que se seguiram ao seu malogro. Tanto quanto podem valer as impressões da infância, recolhidas em pequeno meio provinciano recorde que não havia neutros naquele tempo. Éramos todos, meninos inclusive, civilistas, quer dizer, ruístas. Hermistas seriam apenas os funcionários estaduais e municipais, sujeitos a represálias do Governo se aderissem à corrente da Oposição. Quero crer que os havia sinceramente adeptos do Marechal Hermes e de Pinheiro Machado, pois afinal são tão várias as inclinações humanas, mas seriam poucos. (...)

E como falava bem o mocinho, cuja pistola era o verbo. (...) Não havia rádio, tinha-se que ler aquilo tudo pelo dia afora, se é que algum corajoso o lesse. Mas a sensação de força, de bravura e eletricidade moral era unânime. Rui Barbosa

²⁰ Ambas fazem parte do Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa e podem e ser encontradas na base iconográfica, disponível em <http://iconografia.casaruibarbosa.gov.br/fotoweb/>

representou o melhor, o mais puro e desinteressado pensamento do homem da rua, desencantado da engrenagem política montada no país e esperançoso (utopicamente) de erigir um Governo civil inspirado na justiça, na liberdade, na representação autêntica, na virtude.(...)

Na derrota, ele cresceu ainda mais. De 1910 a 1914 o Brasil teve dois Presidentes: um de fato e outro de consciência, entre seus livros e papéis da Rua São Clemente, e daí para a tribuna do Senado ou perante o Supremo Tribunal Federal, postulando, verberando, exigindo o cumprimento da lei, já menos como político do que como defensor dos direitos humanos. Esta a imagem de Rui guardada por uma criança mineira. Continua viva, como gravura que o tempo não patinou. Surgirá outra assim, adaptada às condições do nosso tempo?²¹

Como aponta o último parágrafo da carta, Rui não foi vitorioso nas urnas a despeito dos protestos de fraude bradados pelo país. Entretanto sua imagem ficou associada ao civilismo, o grande herói da República Civil. As homenagens a este homem público se proliferaram em nomes de escolas, grêmios estudantis, convites para paraninfo, marca de cigarro, clubes de futebol e, muito comumente, nomes de batismo. Curioso é perceber que a última forma de homenagem citada não se restringiu ao período em que a figura de Rui Barbosa era a de um proeminente político, sendo mesmo atualmente possível encontrar um cidadão de nome Ruy, cuja origem é a admiração familiar ao jurista. A figura de Rui Barbosa vai ganhando notoriedade junto aos diferentes segmentos sociais: respeito, admiração e, mesmo ceticismo quanto ao seu caráter e retidão são sentimentos expressos pelos correligionários, pelos adversários e pela opinião pública. Mas o ponto que queremos expor é a visibilidade desta personagem; o quanto seus atos, discursos e atitudes vão se tornando assuntos de ordem pública, no sentido apontado por Habermas e Arendt, como *algo que interessa a todos*. Uma ida ao cinema, fato corriqueiro para qualquer cidadão em seu momento de lazer e por isso uma ação pertencente ao seu universo privado se torna para Rui uma aparição, como narra Josué Montello: o poeta Martins Fontes e seus jovens amigos foram a um cinema no Rio de Janeiro e, no meio da fita a projeção é interrompida; acendem-se as luzes e um velhinho, cabeça enorme, bengala e chapéu na mão entra; busca um lugar e se senta; se espalha o sussurro de admiração e reverência: É o Rui! As luzes se apagam e a sessão recomeça (citado por GONÇALVES, 1999, p. 69.).

²¹ A crônica na íntegra está disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/sobre_rui_barbosa/FCRB_CarlosDrummondAndrade_Rui_naquele_tempo.pdf. Acessado em 28 de maio de 2013.

1.1.1 A glorificação de Ruy Barbosa²²

A forma como a apropriação desta personagem ocorreu, foi sendo reforçada como elemento de um projeto político maior que pretendia à legitimação da República. José Murilo de Carvalho, ao analisar o extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite afirma que este processo não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal, sendo necessário, assim, o uso de sinais universais como as imagens, as alegorias, os símbolos e os mitos (1990, p. 10). As solenidades e comemorações em torno da figura de Ruy Barbosa possuem dimensões incomuns para as festividades do período e, são desproporcionais aos fatos que representam.

O jubileu cívico de Ruy Barbosa ilustra esta interpretação. Em 1918, seu conterrâneo, Constâncio Alves, médico, jornalista e ensaísta, teve a iniciativa de comemorar o cinquentenário do primeiro discurso cívico do, então, estudante de Direito, realizado em homenagem a José Bonifácio. Gonçalves suspeita que a ideia da comemoração está associada a situação política da Bahia, pois em maio do mesmo ano ocorre o rompimento de Ruy Barbosa com Antonio Ferrão Muniz de Aragão, governador do estado que lançou a candidatura de José Joaquim Seabra para seu sucessor. E, assim, o jubileu pode ter sido proposto como forma de levantar o prestígio dos correligionários de Ruy, contra os defensores de Seabra. A ideia aparece pela primeira vez na revista Bahia Ilustrada por meio da qual, Constâncio Alves estimulava os baianos a se antecipar aos demais brasileiros para comemorar “(...) o momento em que no horizonte da vida acadêmica bruxuleou o alvor dilucular da glória de hoje”. O prestígio de Ruy era, sem dúvida, um instrumento importante da oposição baiana na luta contra Seabra e, potencializá-lo reforçaria a estratégia de intimidação e enfraquecimento do adversário, já que as eleições para o estado ocorreriam no ano seguinte. Constâncio, mesmo não sendo político, era ligado ao grupo dos correligionários de Ruy e, como tal tinha interesse na eleição de Paulo Fontes, candidato apoiado por este grupo. A Comissão Executiva do Jubileu, era composta por 32 membros, incluindo João Mangabeira, Evaristo de Moraes, Irineu Marinho, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Miguel Couto, Otávio Mangabeira, Pedro Lessa e Ulisses Brandão.

²² O Imparcial de 13/08/1918 trazia em sua primeira página o título “A glorificação de Ruy Barbosa pelos estudantes”. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=107670_01&pasta=ano%20191&pesq=ruy%20barbosa. Acessado em 31/10/2014.

O evento, denominado pelo jornal *O Imparcial* como *Festas do Sol* (Anexo C), comparando o senador ao astro-rei, sobre o qual, se dizia possuir a vantagem de nunca se pôr, de não ter ocasos regulares ou eclipses, e de estar sempre no zênite (IDEM, p. 76), não se restringiu a capital federal, ocorrendo também em São Paulo e Salvador, com repercussão em todo o país e, mesmo fora dele, como atesta o periódico mencionado. *Ruy Barbosa, não é, de fato, simplesmente um brasileiro ilustre entre os mais ilustres, o “primus inter pares” de nossa gente; sua personalidade não é patrimônio exclusivo de sua Pátria, o orgulho de seus concidadãos. Ruy Barbosa é uma glória da raça latina, um tipo representativo da mais apurada civilização da nossa época (...). Eis porque as festas do Sol se anunciam com o mesmo caráter de universalidade da tradições luminosas do astro rei.* Assim, anuncia O Imparcial, o início das festividades do jubileu, a 11 de agosto, portanto, dois dias antes da data oficial. A dimensão do evento é surpreendente: o expediente foi encerrado às 13 horas, por ordem do Presidente da República, decretando, ainda, feriado bancário para que todos tivessem a chance de aderir às festividades.

Enquanto na Bahia a comemoração se estendeu por quase uma semana, no Rio de Janeiro, capital federal, durou três dias, mas nas duas cidades, as que mais se empenharam para o que o evento ganhasse magnitude, a participação popular foi imensa. No Rio, o programa teve um caráter diferenciado, marcado por uma tríade permeada de significados, como aponta Gonçalves (1999, p. 86). No dia 11 de agosto, o caráter religioso do evento foi preponderante: uma grande missa campal, organizada pelo jornal A Noite, no Campo de São Cristóvão, com a presença do Presidente da República Venceslau Brás; o vice-presidente Urbano Santos; todo o corpo diplomático; o Cardeal Arcoverde, encarregado da celebração; o embaixador dos Estados Unidos; o prefeito do Distrito Federal, Amaro Cavalcanti; batalhões escolares; representantes de inúmeras associações literárias, científicas, comerciais e classistas; além de milhares de pessoas, *gente de todas as classes sociais*, como exaltou o periódico *A Razão*, jornal voltado à causa do operariado carioca, que trazia em sua manchete o título “uma nacionalidade que se levanta ao homenagear o maior de seus filhos” (Anexo D). No dia seguinte, o viés intelectual deu o tom da solenidade, desta vez sob a responsabilidade da revista *Bahia Ilustrada*, “portadora da voz da elite baiana residente no Rio, especialmente aquela ligada a Rui por laços políticos e pessoais” (GONÇALVES, p. 86). O lugar escolhido também é emblemático, a casa dos livros, símbolo do saber e do estudo com os quais o homenageado sempre foi identificado. Além das conferências, proferidas por Miguel Calmon e Constâncio Alves, houve a inauguração de uma grande exposição biográfica com os trabalhos de Rui e objetos a ele relacionados e, ainda, a inauguração de um busto, do escultor

português Pinto do Couto que, ainda, hoje se encontra na Biblioteca Nacional. Mesmo avesso a este tipo de homenagem, Rui acabou concordando em função da insistência de Carlos Vianna Bandeira, seu cunhado. Dizia ele:

“de bustos e estátuas não sou lá grande entusiasta. Essa petrificação ou mineralização de um vulto humano não me fala à alma. Um homem em metal ou pedra me parece duas vezes morto. Muito pode valer a estátua pelo merecimento da obra-prima. Mas então o seu lugar adequado será no museu. Perdida nos salões das bibliotecas, ou isolada, entre a multidão, no vazio das praças, a mim se me afigura uma espécie de consagração do esquecimento. Liquidada assim, por uma vez, com o estatuado a conta da sua admiração, os contemporâneos descansam no sentimento de uma dívida extinta²³”.

O dia 13 de agosto, data máxima do evento, foi dedicado ao civismo, sendo coordenado pela mocidade acadêmica, com o patrocínio d’*O Imparcial*, tendo como palco o Teatro São Pedro, na Praça Tiradentes. Dentre as muitas manifestações de apreço e, mesmo veneração a Rui, destaco a forma como ele foi conduzido até o local da solenidade. As comissões representativas das escolas superiores do Rio de Janeiro e Niterói foram buscá-lo em Botafogo e seguiram em comitiva até o centro da cidade. Os jornais apelidaram o ato de *marche aux flambeaux* porque

“a frente do enorme preito as pessoas empunhavam lanternas.
Em seguida, uma banda militar.
O povo sempre ovacionando o homenageado, se dividiu em duas alas.
O carro do conselheiro Ruy Barbosa vinha depois, cercado de populares, precedido de uma banda do exército” (O Imparcial, 14/08/1918; Anexo E).

A participação das instituições de ensino, de todos os segmentos e naturezas foi muito grande; os estudantes cariocas que se envolveram diretamente na organização do evento, conseguiram auxílio financeiro junto ao Presidente Venceslau Brás para trazer comissões acadêmicas de outros estados. A descrição que os jornais fazem desta celebração demonstra a proporção alcançada pelo evento; chama a atenção a quantidade de instituições envolvidas, os detalhes de sofisticação, o requinte, os rituais semelhantes aqueles realizados pelas cortes reais. Por onde passava Rui Barbosa era aplaudido e ovacionado como um deus, o deus Sol, alusão recorrente nestas comemorações. Como fontes reveladoras deste momento, temos no Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, inúmeras imagens, na sua maioria publicada em jornais e revistas que cobriram o evento.

²³ BARBOSA, Rui. Discurso na Biblioteca Nacional. In: _____. *Jubileu cívico*. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 45, 1918, t. 2). No prelo.



A primeira refere-se ao dia 11, durante a missa campal realizada no domingo, abrindo as comemorações, e a seguinte retrata a multidão em frente ao Teatro São Pedro, no dia 13 de agosto. Em ambas, percebemos o culto a figura pública; a concretização do desejo da

imortalidade da fama como abordamos anteriormente, sob a perspectiva de Habermas (1961). A visibilidade almejada pela esfera pública brasileira alcança o seu ápice com as festividades do Jubileu Cívico de Rui Barbosa. As fronteiras da publicidade desta personagem se expandiram a tal modo que as grandes nações do período também tiveram sua participação nesta efeméride: o Ministro francês Paul Claudel, em nome do seu país, entregou a Rui a placa de Grande Oficial da Legião de Honra; a Bélgica prestou sua homenagem entregando-o a Grã Cruz da Ordem de Leopoldo II; a Inglaterra enviou um embaixador que o saudou com uma mensagem enaltecendo os serviços de Rui à causa da humanidade; a Academia das Ciências de Lisboa celebrou uma sessão especial à glória do grande escritor. A imortalidade, definida por Arendt (1987) como continuidade no tempo, vida sem morte nesta terra e neste mundo, tal como foi dada, segundo o consenso grego, à natureza e aos deuses do Olimpo parecia se materializar na figura de Rui Barbosa, enaltecido como tal. A imprensa também assim registrou e deu seu parecer: o Conselheiro ganhava em vida sua imortalidade. Percepção compartilhada por todos que Rui já não fazia parte do círculo dos homens comuns, sendo elevado a uma categoria superior na qual ficaria para sempre, imortal, como declara o estudante Rafael Dias dos Santos em seu poema:

Prossegue, ó lutador sublime e forte!
Com teu talento em prol da Humanidade
Antes que ao nada te conduza a morte!

Morrerás? Não! Tua glória se não finda
Oh! Grande! Oh! Nobre herói da liberdade!
E mesmo morto viverás ainda! (Apud GONÇALVES, 1999, p. 176)

1.1.2 “Mesmo morto viverás ainda”: o funeral e a imortalidade

Na vida como na morte, Rui Barbosa foi, até então, a figura mais cultuada entre seus pares e mesmo antecessores. Se o jubileu foi denominado a Festa do Sol, o jornal *O Paiz* anunciava, em quatro páginas, sua morte como *clarão extinto*:

Apagou-se hontem a grande vida de Ruy Barbosa. Não se grapha esta phrase friamente. (...) Desmorona-se, com elle, o acume da mentalidade brasileira; perde a América o seu maior cidadão vivo, e o mundo civilisado uma das raras cerebrações potenciaes que illuminam do peregrino esplendor contemporaneo a sua cultura política, jurídica e literária. (O Paiz, 02/03/1923, Anexo F)

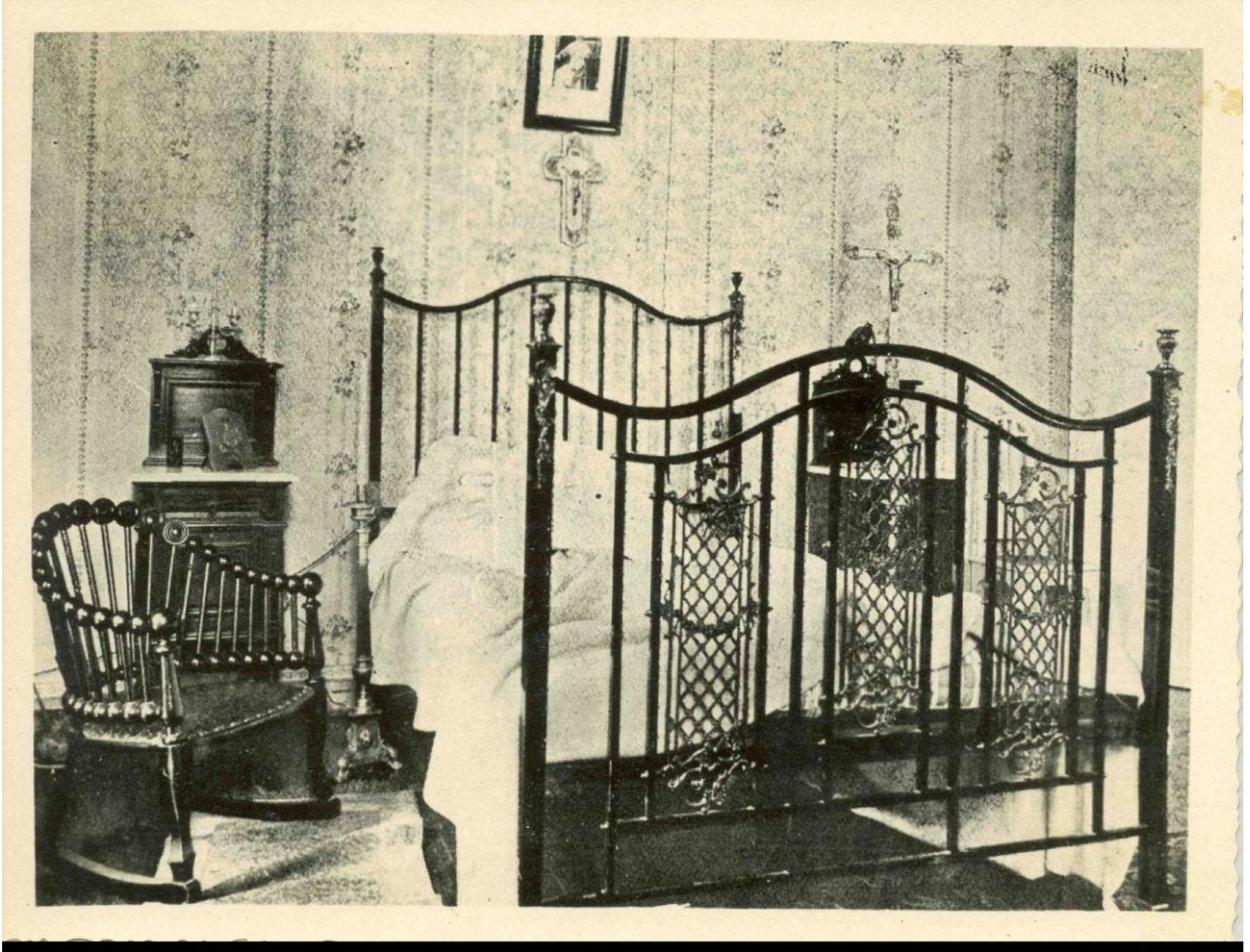
Às 20h35, do dia 1º de março de 1923, falecia Ruy Barbosa, em sua casa na cidade de Petrópolis, de paralisia bulbar e, novamente o Brasil assistiria a uma celebração inaudita. Seu corpo foi preparado para o velório que durou três dias, ocorrendo o sepultamento no dia 04. O traslado do corpo se deu em trem especial, chegando à Estação da Leopoldina no dia seguinte à morte, onde milhares de pessoas o aguardavam. Mais uma vez, os signos serão utilizados para o enaltecimento e distinção do jurista. Ainda no dia 02 foi assinado o decreto presidencial 15.977, no qual lê-se:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo aos extraordinarios serviços prestados á Patria pelo inclyto estadista Senador Ruy Barbosa, e interpretando os sentimentos unanimes do povo brasileiro, diante da desgraça que o feriu com a sua morte, resolve:

- a) decretar luto nacional por tres dias, a começar, de hoje;
- b) prestar ao grande morto as homenagens devidas a Chefe do Estado;
- c) realizar o seu funeral a expensas da Nação.

O documento de cunho oficial está imbuído de significado. Ele reforça o caráter mítico da pessoa morta ao afirmar que o fato é uma *desgraça para o país*, tendo em vista se tratar de alguém cujos *serviços prestados à Pátria eram extraordinários*. Mais uma vez, a figura de Ruy Barbosa surge associada não apenas ao civilismo como, também, sua excepcionalidade é exaltada justificando assim, a distinção que o governo emprega em seu sepultamento. Juntamente com o presidente Arthur Bernardes, o documento é assinado por mais sete políticos, sendo um deles integrante da comissão executiva do jubileu – Miguel Calmon Du Pin e Almeida. O enaltecimento foi fomentado, sobretudo, pela imprensa que enobrecia a figura de Rui Barbosa, adjetivando-o com termos nobres e distintivos, exaltando sua intelectualidade, caráter e, mesmo heroísmo. Ações, que poderíamos classificar como de preservação da sua imagem também foram empreendidas, refiro-me, em especial, a

adulteração do local em que ele veio a falecer. A *Revista da Semana*, periódico de grande circulação, fez uma reportagem especial, em quase vinte páginas, sobre o acontecimento, incluindo as primeiras imagens do quarto em Petrópolis, onde ele estava quando o fato se deu. Entretanto, na cena original vemos embaixo da cama um penico branco, como era comum no período, mas tal objeto não aparece na foto publicada na revista, como percebemos a seguir:



Mesmo estando no leito de morte, a figura de Rui Barbosa não deveria ser associada ao homem comum, aquele que possuía necessidades básicas posto que o seu lugar estava reservado no olimpo, não sendo portanto desejável manter na cena os elementos que confrontassem esta premissa. Arendt define este ato como *desprivatização* e *desindividualização*, ou seja, quando algo restrito ao universo privado e íntimo sofre uma adequação para ser apresentado em público (1987, p. 60-61). A anulação dos objetos que reforçavam sua fragilidade, como o penico e o nebulizador, localizado atrás da cadeira, é bastante emblemático, e materializa os conceitos discutidos por Arendt. Em todo o ritual do enterro os símbolos de distinção foram acionados para que a sua mitificação parecesse um processo quase natural.

Por sugestão do educador Afrânio Peixoto o velório aconteceu na Biblioteca Nacional, escolha saudada pela imprensa porque a *cidadela do saber* se transformara assim *em templo, onde está se cultuando a religião do Patriotismo (O Paiz, 04/04/1923)*. O espaço recebeu uma decoração especial, caracterizada pelo luxo e suntuosidade, como descreve Gonçalves:

do teto do saguão pendiam tiras de veludo preto; as paredes eram cobertas de pano preto, com as iniciais RB bordadas em prata; os lustres estavam cobertos de crepe negra; um enorme catafalco circundava a eça, coberto de veludo negro e com lágrimas de prata incrustadas. No alto da escadaria estava o busto, inaugurado durante as festividades do jubileu, coberto de crepe e com a base envolta na bandeira nacional (1999, p. 179).

O jornal *O Paiz* (Anexo G), do dia seguinte ao enterro, dedicou algumas páginas ao tema, subdividindo-o em assuntos específicos; no item *a multidão* é narrado a intensa participação pública que, segundo consta, era formada por representantes de todas as classes sociais: *cavalheiros e senhoras da melhor sociedade, gente da classe média, famílias pobres, numerosas, trazendo bandos de crianças – todos galvanizados pelo desejo de trazerem o último olhar, o seu adeus ao incomparável tribuno da campanha civilista, ao defensor triumphal do direito e da justiça perante o Congresso Internacional de Haia*. As palavras impressas são corroboradas pelas imagens que retrataram o evento, em diferentes periódicos. As fotos abaixo revelam que a multidão que aguardava a chegada do corpo de Rui Barbosa à Biblioteca Nacional, acompanhou a saída do mesmo, seguindo em cortejo até o Cemitério São João Batista, onde foram realizados discursos, oito no total, a benção dada por Monsenhor Fernando Rangel e as homenagens finais. Em seguida o corpo foi transferido para o suntuoso mausoléu da família; ainda hoje local de visitação, embora seus restos mortais tenham sido

transladados, no seu centenário em novembro de 1949, para o Fórum Rui Barbosa, em Salvador, na Bahia.



Acervo FCRB/MinC



Acervo FCRB/MinC

A todo o momento são acionados nos jornais e nos discursos das personalidades que participaram do funeral os dispositivos simbólicos que tornaram a figura de Rui Barbosa o *cidadão excepcional*, o *intelectual que enalteceu a imagem do Brasil perante o mundo*. As homenagens não se restringiram ao solo nacional: o Presidente da França, Alexandre Millerand, prestou reverência ao ilustre brasileiro no *Institut de France*; na abertura da sessão da Corte Permanente de Justiça de Haia, a triste notícia também foi o tema abordado. No Uruguai, a Sociedade de Direito Internacional realizou uma sessão especial na Universidade local, batizando, ainda, uma de suas ruas com o nome de Rui Barbosa, na capital do país, como consta, no citado, *O Paiz* (Anexo G). Na Polônia, pela qual Rui havia proferido discursos defendendo a sua soberania contra o Império Alemão, o governo determinou que os alunos das escolas públicas fizessem de pé cinco minutos de silêncio em respeito ao falecimento do brasileiro e, na Ópera de Varsóvia, o espetáculo de 02 de março foi interrompido para que se ouvisse de pé a marcha fúnebre de Chopin, em sua memória. O *New York Times* dedicou o seu editorial do dia 03 de março a Rui, destacando seu discurso de

defesa da entrada dos países da América do Sul na Primeira Guerra Mundial, realizado durante as comemorações do centenário da República Argentina, em 1916, como representante do Brasil. O periódico norte-americano inicia a matéria informando ao mundo que

Brazil has lost one of her greatest citizens in Dr. Ruy Barbosa, jurist, diplomat and a man of letters. Versatility such as his is more frequently met with in Latin America than among us, but talents such as his are rare in any land. Mathematics, science, even medicine, were among his subsidiary interests; finance, the law and diplomacy absorbed most of his attention. (apud Revista O Tempo, edição especial, março de 1923).

Dois dias após o sepultamento, estava sendo exibida nos cinemas Ideal, Parisiense e Odeon, localizados no Centro, do então, Distrito Federal, a película intitulada “*o sol que se apaga*”, como atestam os jornais *O Imparcial* (Anexo H) e *O Paiz* (Anexo I) do dia 06/03/1923. O filme produzido pela Botelho Film, a “*grande empresa nacional de filmes cinematográficos*”, editado em duas partes mostrava detalhadamente as cerimônias de transladação do corpo de Petrópolis ao Rio de Janeiro, o velório na Biblioteca Nacional, a saída do corpo para o cemitério, a multidão presente, além de imagens da residência na Rua São Clemente, e histórias da vida e da obra do ilustre morto. Para *O Paiz*, a película da *Botelho Film* evocava a frase de Rui Barbosa, aplicada à outra pessoa, mas tão apropriada ao momento: “*enquanto a lousa do túmulo se fecha sobre uma grande vida, aos sobreviventes compete lembrarem-se da dignidade das tradições que elle representava*”.

1.2 O espaço privado do homem público

A relação da residência, localizada à Rua São Clemente, 134, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, com a história não se inicia com a sua transformação em museu-casa. A partir do momento em que a mesma é adquirida, em 1893, pelo então, Senador Rui Barbosa, ela passa a ser testemunha edificada da vida pública e privada deste personagem. A mansão da São Clemente, como muitos a denominavam, presenciou as glórias do seu dono: para lá ele voltou após a Conferência de Haia; o local experimentou a fama que cruzou as fronteiras do país ao proferir, em Buenos Aires, o *dever dos neutros*, lançando as bases da neutralidade vigilante (LACOMBE, 1984, P. 54); foi o palco no qual políticos brasileiros e estrangeiros reverenciaram o jurista. Mas o lugar era, sobretudo, o refúgio, o aconchego, seu

“centro de força, numa zona de proteção maior” (BACHELARD, 2003, P. 48). A casa não testemunhou a sua morte física, este momento se deu em outro cenário: a casa de veraneio, localizada na cidade de Petrópolis. À residência da São Clemente estava reservada a experiência da imortalidade e, não da finitude, ainda que, em 1949, durante as comemorações do seu centenário tenha sido realizada, neste espaço, a missa de corpo presente, por ocasião da transferência dos restos mortais para o Fórum Rui Barbosa, em Salvador. Entretanto, o status da casa havia mudado: não mais a residência familiar, reservada à esfera privada, mas o museu-casa, criado, no âmbito da esfera pública, para cultuar sua memória.

O casarão em estilo neo-clássico, foi construído em 1850 por Bernardo Casimiro de Freitas, Barão da Lagoa, no terreno que, antes do loteamento, fazia parte da fazenda do padre Clemente Martins. Anos mais tarde a propriedade foi vendida ao comendador português Albino de Oliveira Guimarães que, em 1890 a vende ao inglês John Roscoe Allen. Rui Barbosa é, então, o quarto proprietário da casa que, em homenagem à sua esposa, recebe o nome de *Vila Maria Augusta*. A residência não é ocupada pela família de imediato, pois o ano da compra marca um momento político bastante conturbado na vida de Rui Barbosa que culmina com o exílio na Inglaterra, como analisamos. Embora tenha sido adquirida por hipoteca, a compra ocasionou uma série de boatos por parte dos adversários, obrigando Rui Barbosa a constantes esclarecimentos, como o transcrito abaixo, durante um discurso parlamentar, em 1896:

“A casa, onde moro, foi comprada por mim a John Roscoe Allen e sua senhora, em 23 de maio de 1893, por instrumento celebrado em notas do Tabelião Evaristo. [...] Do preço de cento e trinta contos de réis, que me custou, só tive que entrar com sessenta; porquanto os setenta remanescentes representam uma hipoteca de que assumi a responsabilidade (MAGALHÃES, 1994, p. 17)”.

As lendas sobre o espaço se propagaram mesmo entre aqueles que tiveram algum convívio com a família, como vemos em Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco. Durante depoimento ao *projeto Memória de Rui*²⁴ ela destaca os ataques morais sofridos pelo jurista e diz lembrar que “quando ele recebeu a casa, (...) oferecida (...) pelo comércio do Rio de Janeiro, e como ele era Ministro da Fazenda, houve grandes ataques achando que ele tava abusando do seu lugar aceitando um prédio de tal valor, quando ele podia fazer favores equivalentes”. O entrevistador reitera a questão perguntando se a casa mencionada é da São Clemente, e ela consente. Viana Bandeira, cunhado de Rui, narra sua preocupação com tal aquisição, prevendo o falatório que ocasionaria:

²⁴ O projeto mencionado será analisado no capítulo III.

“Mestre Rui, eu no seu caso não comprava... (...) Porque de Rui, não tendo comprado casa alguma, já se diz o que se diz, quanto mais quando souberem que comprou um palácio. Referia-me ao maldoso boato de ter-se ele tornado dono do grande edifício do Modesto Leal, nas Laranjeiras, tendo sido eu a pessoa que lhe mostrara o pérfido anúncio, que deu motivo a uma carta sua ao Paiz, datada de 05/07/1892” (VIANA BANDEIRA, 1960, p. 41).

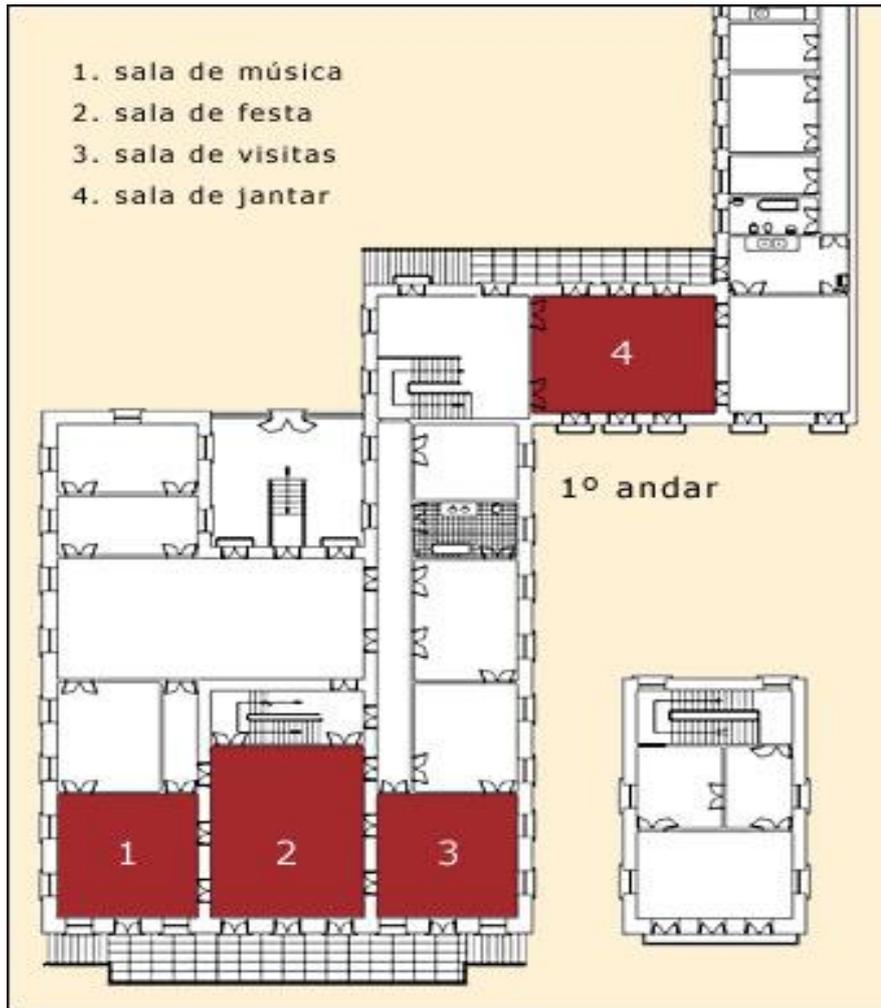
Dois fatores foram decisivos para que Rui se encantasse pela propriedade: os amplos salões que possibilitariam a instalação e ampliação da sua biblioteca e, o belíssimo jardim existente na parte posterior. “Um plano de adaptações e reformas foi encomendado por Rui Barbosa e sua esposa, D. Maria Augusta, ao arquiteto Antônio Januzzi” (MAGALHÃES, 1994, p. 17). Contudo, em função da sua “viagem” para o exílio, a reforma acabou sendo supervisionada pelo cunhado, Carlos Viana Bandeira – Carlito – que seguia as instruções enviadas por Rui, da Inglaterra, como comprovam as correspondências existentes no Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O mundo doméstico, como observa a pesquisadora Marize Malta, compreende o “principal ambiente construído em que convivemos durante nossas vidas. É o lugar onde homens e mulheres vivem suas vidas privadas e depositam suas coisas mais caras, benquistas” (2014, P. 49). Assim, percebemos que uma casa não se constitui apenas como um abrigo das intempéries externas, em seu sentido denotativo; ela acolhe simbolicamente a vida, construindo um microcosmo que, de certa forma, representa em menor escala a sociedade mais ampla, com suas relações de poder e papéis determinados. E ainda que não seja possível uma elaboração mais generalista sobre a imagem da *casa*, tendo em vista a situação desfavorável vivenciada por muitas pessoas em suas próprias residências, no imaginário coletivo prevalece à associação com relações de afeto e sentimentos saudosistas. Ao mencionarmos as casas-sonho, as casas-aconchego, as casas-afeto, não abolimos a existência das casas-prisão, das casas-tristeza, enfim das casas nas quais as lembranças angustiam e causam dor. Entretanto, ainda assim, a casa é uma referência emblemática na história de cada pessoa, sendo esta a linha conceitual que seguimos ao entender a casa como construtora de subjetividade e sociabilidade.

A categoria *casa*, enquanto espaço reservado à intimidade e à privacidade possui uma trajetória relacionada às mudanças ocorridas nas esferas pública e privada, a partir dos séculos XVII e XVIII, como analisa Habermas. Corrobora o autor, as observações de Trevelyan, pontuando que a “privatização da vida pode ser observada numa alteração do estilo arquitetônico: (...) a galeria de teto mais alto, com barrotes em cima, (...) sai então de moda. A *sala de jantar* e os *quartos de dormir* passaram a ser feitos da altura de um andar, enquanto

que as diferentes finalidades a que o antigo salão devia servir foram distribuídas por numerosos quartos de tamanho comum” (apud Habermas, 2003, p. 41). As aparentes mudanças na estrutura física compõem um conjunto de transformações sociais refletidas neste espaço que se redefine. Observa Habermas que “a natureza pública do salão de convivência da grande família, em que a dona de casa, ao lado do senhor da casa, representava perante a criadagem e a vizinhança, dá lugar à sala de estar da pequena-família”. Cria-se assim a sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público. “o *salão* não serve ao lar, mas à sociedade, e esta sociedade do salão está muito distante de ser equivalente ao círculo fechado dos amigos da casa”. Embora o nome salão seja mantido, ele se diferencia do espaço público original de disputa em sociedade; “a linha entre a esfera pública e a esfera privada passa pelo meio da casa. As pessoas privadas saem da intimidade dos seus quartos de dormir para a publicidade do salão” (IDEM, p. 62).

A casa da família Rui Barbosa, segue esta organização: os quartos reservados à privacidade são separados do espaço social por meio de um grande corredor que dá acesso as salas de recepção, num total de três: sala de visitas, salão de baile e sala de música. Estas se conectam aos ambientes reservados ao estudo do jurista, incluindo a monumental biblioteca, mas ao mesmo tempo podem ser isolados com o fechamento das portas de folhas duplas, criando assim núcleos com funções específicas, conforme planta a seguir:



Os ambientes reservados à privacidade (quarto de uma das filhas, quarto do casal, quarto de vestir da D. Maria Augusta, banheiro) estão voltados para o corredor, por meio do qual a família acessa os espaços reservados ao convívio social: as salas de música (1), baile (2) e visita (3). Ao mesmo tempo em que estas se comunicam com a ala íntima, também se abrem ao mundo exterior, permitindo a comunicação. Esta estrutura se repete em relação a sala de jantar (4) que possui abertura para o jardim privado da residência. Como observado por Habermas e, acima citado, “a linha entre a esfera pública e a esfera privada passa pelo meio da casa. As pessoas privadas saem da intimidade dos seus quartos de dormir para a publicidade do salão.”

No segundo pavimento da residência há igualmente espaços reservados a diferentes finalidades: sala íntima, usada para conversas após a refeição; sala de jantar com vista para o jardim privado e integrada a este por meio da varanda; sala de almoço; copa, banheiro, quarto das *nurses* onde também dormiam os dois filhos caçulas do casal – Maria Luísa Vitória Rui Barbosa e João Rui Barbosa -, cozinha e grande corredor com saída para a lavanderia reforçando a diferenciação social: entrada e saída dos empregados e entregadores. Conta, ainda, com um sobrado que serviu de residência à filha mais velha, Maria Adélia, após o casamento com o advogado, Antônio Batista Pereira, cuja cerimônia, civil e religiosa, aconteceu na Casa e a descrição do evento nos remete a análise de Habermas sobre as festas familiares nas quais espaços privados tornaram-se “*locais de encontros dos pais de famílias burguesas e respectivas esposas*”. Assim, conclui o autor “*as pessoas privadas que se constituem em público não aparecem “na sociedade”; toda vez elas, por assim dizer, destacam-se primeiro em relação ao pano de fundo de uma vida privada que ganhou forma institucional no espaço fechado da pequena-família patriarcal*”. A festa de casamento foi bastante concorrida como relata Maria Luísa, filha caçula do casal Rui Barbosa e Maria Augusta, em depoimento ao projeto Memória de Rui: “brutal a quantidade de gente; devia ter umas quatro ou cinco mil pessoas”.

A missa aconteceu no salão da biblioteca, o maior cômodo da residência, e a festa no jardim privativo²⁵. Nestas ocasiões os convidados tinham a oportunidade de conhecer a residência; sua decoração, mobília, com vários móveis trazidos de sua estada na Inglaterra, Holanda, Argentina; bronzes decorativos que Rui recebia de presente como homenagens por sua atuação em diferentes atividades; a própria arquitetura do espaço, com tetos decorados em estuque; pinturas murais; banheiros, ambiente este pouco comum nas residências do período; além dos objetos que adornavam as salas como tapetes, quadros, porcelanas entre outros que em conjunto tornavam o ambiente requintado e representativo da posição social da família.

A disposição dos ambientes e seus usos também são formas interessantes de se pensar o convívio. Ainda em sua entrevista, D. Baby - como era conhecida Maria Luísa- narra que o espaço onde atualmente funciona a administração do Museu, contíguo à Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti, era o escritório do genro de Rui, o Batista Pereira e, ao lado o quarto do João, quando solteiro, denominado por ele “*château misere*”. A localização

²⁵ O jardim da Casa de Rui Barbosa possui traços do estilo romântico à inglesa, sendo dividido em dois espaços: a área social, localizada na entrada, com lago imitando um rio sinuoso, cascatas, pontes, rocalhas, caramanchões e estátuas; e área íntima, na parte posterior da residência, com parreiral, lagos, ponte e quiosque. Segundo Ana Pessoa, pesquisadora do tema, os jardins domésticos do século XIX, no Rio de Janeiro, integram as modificações ocorridas na cidade com a chegada da Família Imperial e refletem o gosto pelo luxo e modo de vida do europeu. (2011, p. 162).

independente deste quarto, fora do corpo principal da casa, era uma forma de proteger a tranquilidade do ambiente privado, do lar. Sabemos, por relatos, que João era boêmio, muitas vezes chegava à casa na madrugada, vindo de algum baile, e se instalava no *château misere* para que o pai não percebesse. Dr. Lacombe, em depoimento ao projeto citado afirma que D. Maria Augusta “ocultava as coisas que os filhos faziam para o marido não se aborrecer (...) e chegou a empenhar joias para pagar dívidas de um deles, sem o conhecimento de Rui”. Certamente questões de gênero; dos papéis desempenhados na família; costumes temporais, entre outras poderiam servir de embasamento analítico para a situação apresentada. Entretanto, nosso foco de abordagem se concentra no conflito entre o público e o privado na construção do Museu Casa de Rui Barbosa, e nesta perspectiva percebemos a mediação existente entre os espaços presente na residência. Os códigos da casa, portanto da esfera privada, se diferenciam daqueles praticados na rua, no espaço público: a separação entre as esferas mantém a ordem no ambiente interno.

A casa é em si um símbolo de distinção familiar, premissa verificável historicamente, como analisa Arendt. Para a filósofa alemã, “é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido à custa da esfera privada da família e do lar”. Entretanto, a antiga santidade deste espaço, embora muito mais pronunciada na Grécia clássica que na Roma antiga, jamais foi inteiramente esquecida. Afirma Arendt que o que “impediu a *polis* de violar as vidas privadas e a fez ver como sagrados os limites que cercavam cada propriedade não foi o respeito pela propriedade privada, como a entendemos atualmente, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse” (1987, p. 39). Malta enfatiza que no Brasil, foi no século XIX, principalmente a partir da segunda metade, que a “ideia de domesticidade tomou corpo, configurando outros sentidos à casa, valorizando o intimismo, o resguardo do indivíduo, e propiciando construção de singularidades sociais e identidades pessoais” (2014, p.49).

A casa, é uma categoria social por todos os elementos que a compõem e pelas relações que permitem estabelecer entre a família e o mundo exterior a ela; ao mesmo tempo, trata-se de um documento, retrata os hábitos, costumes e modos de habitar do período representado. Dessa forma, embora o espaço fosse reservado à privacidade ele se abria ao público para dar a conhecer aos seus convidados o status diferenciado dos seus habitantes que, sem esta interação estariam privados da vida em sociedade. Ao nos referimos à mansão da São Clemente estamos discutindo um lugar imbuído de significados que coadunam dois espaços interceptados pelas esferas *pública* e *privada*. Enquanto a casa ocupava o terreno notamos a

preponderância da esfera privada, na medida em que retrata sua função original: ser um local de uso privado. Entretanto, ao ser transformada em museu, as funções se invertem, predominando o caráter público do lugar. Se antes deste processo tínhamos uma *casa habitada por uma família*, temos a partir da mudança do seu status, uma *casa habitada por um museu*, e nesta nova configuração a casa e o museu se conectam criando o museu-casa.

1.3 Museu-casa: entre o público e o privado

“Eu tinha em mente muitos heróis que, durante os últimos anos de suas vidas, como Gustave Moreau, haviam tomado providências para que suas casas fossem postumamente transformadas em museu. Eu adorava os museus que eles tinham criado (...)”.
Kemal, personagem do Museu da Inocência (PAMUK, 2011, p. 532)

Uma cidade, qualquer que seja a sua localização geográfica, está permeada por elementos que a constroem e lhe dão um contorno específico. Como analisamos anteriormente, estes elementos são constituídos de células revestidas por membranas que embora lhes deem uma forma, não os isolam de outros contextos, permitindo o fluxo entre estes nos levando a pensá-los em articulação no tempo e no espaço. Na medida em que a agência dos atores vai determinando a vida social, torna-se pertinente refletir sobre este processo e o quanto, e como, os elementos de um território interferem ou contribuem para a formação desta clivagem. As variadas formas da presença do Estado no espaço, sobretudo por meio de suas políticas, torna-se evidente na produção de lugares morais, sociais, precários, culturais entre outras dimensões constitutivas deste cenário que denominamos *cidade*. As dicotomias aparentes, apresentadas comumente em oposições clássicas tais como indivíduo x sociedade; ordem x desordem; centro x periferia, se diluem neste contexto, sendo possível percebê-las, muitas vezes, em concomitância, como numa vasta teia de relações que se estabelece, não apenas entre o Estado e os sujeitos mas, também, entre os próprios sujeitos. Dos muitos dispositivos criados pelo Estado que perpassam e se conectam com a vida social e cultural dos sujeitos interessa-me, de maneira especial, pensar na construção de espaços museológicos mais especificamente dos museus-casas. Os museus, independentemente da categoria de pertencimento são dispositivos sociais, e, como tais, abrangem uma complexa e imbricada rede de mecanismos acionados para o seu funcionamento.

A complexidade citada se faz presente nas diferentes etapas do processo institucional; ela perpassa toda a história deste espaço marcado por disputas e jogos de poder. O processo de formação de uma instituição, voltada para o público, merece um olhar crítico e atento porque traz em si uma série de variáveis que são determinantes na sua atuação e nos efeitos sociais que serão gerados. Ao voltarmos nossa atenção para uma residência transformada em museu, alguns questionamentos são especialmente importantes: Como e por que um personagem e sua residência são eleitos para serem musealizados? Qual o efeito social destas ações? A quem interessava a criação deste espaço? A musealização da Casa, enquanto um lugar histórico, dotado de referências arquitetônicas; modo de construção; materiais típicos de uma dada região; palco de um acontecimento considerado significativo para uma sociedade, em suma, um objeto em si, é uma prática no universo museal. No Brasil e no resto do mundo construções históricas são aproveitadas para a instalação de museus, com temáticas bastante variadas. Entretanto, o modelo conceitual de museu que elegemos como objeto de estudo, possui características singulares, na medida em que a casa musealizada guarda uma relação direta com o personagem que a habitava e ambas são partes constituintes do acervo a ser trabalhado. Neste espaço, denominado *museu-casa*, a casa de um homem público, com papel político destacado no final do Império e início do período republicano, tornou-se um museu, a partir de esforços empreendidos por indivíduos da esfera pública – correligionários políticos – e da esfera privada, da sua intimidade – familiares e amigos. Em seguida, os aspectos públicos e privados serão apresentados ao público baseados nas escolhas empreendidas por profissionais que privilegiarão um aspecto em detrimento de outro.

Os processos constitutivos dos museus, ainda, estão permeados por elementos não revelados que ao serem interpretados podem nos apontar a dinâmica da vida social destes espaços. Os dados que envolvem a transformação de uma coleção, uma residência, um tema ou uma experiência em museu não são objetivos, nem estatísticos, o que, talvez, facilitasse a análise da sua formação. Também não se traduz numa ação produtiva, o agrupamento em categorias com vista a buscar determinações comuns para sua origem, pois os processos não são universais; eles seguem caminhos particulares que envolvem uma série de variáveis, muitas vezes imponderáveis, sendo impossível replicá-las a outras experiências, ainda que as similaridades sejam facilmente identificadas. Isto porque há uma complexa teia de relações factuais, históricas e sociais presentes em todos os processos de formação e, a introdução ou retirada de um elemento qualquer, altera substancialmente o efeito social do futuro espaço.

Podemos identificar na formação do Museu Casa de Rui Barbosa, como enfatizamos acima, duas esferas de ação: uma restrita ao âmbito privado, pessoal, porque está circunscrita ao desejo de uma pessoa ou mesmo de um grupo em deslocar uma ideia do plano da imaginação para o mundo exterior; e outra de ordem jurídica, de âmbito público, composta de dispositivos legais que devem ser cumpridos para que o museu exista, de fato. A primeira, parte da premissa de que o Museu é uma instituição capaz de corresponder às expectativas de significação, em dar sentido no mundo exterior à ideia, até então, circunscrita ao plano da imaginação, em expor algo à admiração pública (ARENDRT, 1987, p. 66)²⁶. A etapa seguinte engloba um percurso administrativo, mas nem por isso isento de interferências, manipulações e interesses, trata-se de uma fase organizacional. Para tal, é necessário um decreto, lei, portaria, ata ou algum dispositivo legal que registre a criação da instituição; em seguida, outros documentos são sugeridos para que o museu se organize e seja inserido na inerente burocracia estatal que, por outro lado permite sua participação nos editais de fomento e benefícios de diferentes naturezas. Nas duas esferas podemos identificar ações políticas, sobretudo quando nos apoiamos teoricamente em Arendt para quem “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (1987, p.11). A implementação de uma instituição museal é também a construção de um discurso que será negociado pelas esferas interessadas, sendo assim o museu um espaço político.

Os processos de criação de duas instituições brasileiras servem como modelo para a discussão fomentada acima. Em 1915, temos em Juiz de Fora – MG a abertura de uma coleção privada ao público, inaugurada oficialmente como *Museu Mariano Procópio* em 23 de junho de 1921 e, transformada em instituição pública municipal, por escritura de doação em 1936. Segundo os parâmetros de classificação do DEMHIST²⁷ o Museu Mariano Procópio é um museu-casa, definido como *Casa de personalidade e de colecionador* e, assim, diferentemente das informações oficiais, configura-se como a primeira instituição desta natureza, e não o Museu Casa de Rui Barbosa.

²⁶ Hannah Arendt ao dissertar sobre a necessidade da *admiração pública* não faz relação com o *museu*, tema, aliás não analisado pela autora. Entretanto, ao se debruçar sobre a condição humana (1987) em interface com as questões do público e do privado fornece vasto instrumental teórico para refletirmos sobre o tema mencionado, possibilitando uma transposição conceitual.

²⁷ Comitê de Casas Histórias do ICOM – Conselho Internacional de Museus.

A Villa Ferreira Lage, residência de campo da família, transformada em Museu pelo descendente do engenheiro e político Mariano Procópio²⁸, seu filho Alfredo Ferreira Lage aglutina, metaforicamente, dois museus: o do pai e o do filho, como relata o artigo sobre a inauguração:

Alfredo Ferreira Lage, dono principal do rico solar, durante longos anos, pacientemente e benemeritamente tratou de enriquecê-lo, mantendo um museu de arte e de curiosidades e gastando respeitáveis somas em aquisições oportunas e valiosas. Era o meio mais digno de cultivar a memória de seu ilustre pai. (FASOLATO, 2010, p.42).

Diferentemente dos museus-casas clássicos, o espaço, em questão, não se restringia a retratar a vida familiar por meio da decoração original dos ambientes ou a explorar a figura da personagem central. Fasolato esclarece que algumas salas serviram como “*panteão ao antigo regime, exaltando, através de objetos, o período de triunfo da Monarquia, dedicando-se uma delas às relíquias que fizeram parte do Paço Imperial, como a cadeira do beija-mão, usada por dom João VI, os fardões do imperador Pedro II, as cartas que D. Pedro I escreveu à Marquesa de Santos e os presentes que lhe ofereceu, assim como, o traje de corte da princesa Isabel (IDEM)*”. Sua apresentação se assemelhava a um museu histórico mesclando objetos de diferentes procedências e personagens. A obstinação pela preservação da memória paterna parece ter sido o argumento motivador para a criação do museu, entretanto, percebemos na ação de Alfredo Ferreira Lage um movimento autorreferente. O acervo era formado também por objetos adquiridos em suas viagens, como uma “coleção de minerais, parte dos quais com nomes de cidades francesas onde foram recolhidos”. Segundo Fasolato, Alfredo dedicou sua vida à cultura, sendo por isso considerado um mecenas. Diferentemente do pai que “viveu preocupado em construir e buscar o futuro, novas tecnologias e seus avanços”, ele se devotou a “recolher os vestígios do passado” (IDEM, p. 40).

Mesmo após a doação do espaço à esfera municipal, os laços do “dono”, tal qual define o autor do artigo, com a instituição permanecem, tornando-se seu primeiro diretor, cargo que ocupa de 1936 a 1944. Com a sua morte, a “prima Geralda Ferreira Armond, assume a direção da instituição, atendendo ao seu desejo” (IDEM, p.43), como se o museu ainda fosse uma residência, dotada desta característica: a hereditariedade da propriedade

²⁸ Mariano Procópio Ferreira Lage nasceu em Barbacena – MG, em 1821, pertencia a uma importante família, com vários titulares do Império, como Duque de Caxias. Era engenheiro e foi o responsável pela construção da rodovia União e Indústria, ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Foi diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil e deputado por Minas Gerais à Assembleia Geral por dois mandatos, 1861-63 / 1869-72. Ver: FASOLATO, Douglas. Museu Mariano Procópio: a casa do pai, a casa do filho. In: PESSOA, Ana; RANGEL, Aparecida (orgs). Anais do III Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

privada. Os museus-casas parecem propiciar a confusão entre a esfera pública e a privada. Os herdeiros naturais dos espaços insistem em manter os laços a despeito da sua alteração jurídica.

Inserida no mesmo modelo conceitual – *museu-casa* – a Casa de Rui Barbosa, criada, por decreto, em 1927 e aberta ao público em 1930 se diferencia da sua congênere mineira pela condução do seu processo institucional, como perceberemos na análise detalhada do capítulo II. Entretanto, guarda na sua ideia de criação a mesma intenção em concretizar o desejo do patrono. A preocupação com o destino da casa do poeta Edmond Rostand, expressa em artigo da revista O Tempo, bem como a divulgação da transformação da casa de Dickens em museu, encontrada no mesmo periódico nos dão pistas para elaborar a premissa declarada.

Ainda que o estímulo para esta ação tenha, hipoteticamente, partido do desejo de musealização da própria personagem, a criação do museu se dá por um ato legal, empreendido pelo poder público. Ademais, a instituição sempre se organizou como um museu-casa clássico, “decorado” à moda do ilustre morador. A política de aquisição de acervo também se baseou na relação direta do objeto com a personagem ou com a sua família. Esta origem irá definir, inclusive, a forma como cada item do acervo é classificado e numerado: estão divididos em dois livros de tombo distintos: no livro A constam os que pertenceram a Rui Barbosa, esposa e filhos. Esta letra compõe o número de registro do objeto, juntamente com o ano em que a peça foi registrada no Museu, podendo ou não coincidir com o ano da sua entrada na instituição. O livro B é subdividido em quatro categorias: CFR (coleção Família de Rui); CRA (Coleção Reconstituição de Ambientes); COR (Coleção Relacionados a Rui), na sequência; e COD (Coleção Objetos Diversos). Todas as ações empreendidas neste espaço visam manter a aura sagrada do templo que se constitui a casa da personagem, para que a leitura visual não seja maculada com interferências que confundam os visitantes, quanto à natureza do local que se encontram.

O “mito de origem” dos museus-casas brasileiros sempre esteve relacionado ao Museu Casa de Rui Barbosa, presente no discurso institucional, e reforçado no imaginário museal, como vemos D. Regina Real, propagar na publicação destinada aos participantes do 1º Congresso Nacional de Museus, em 1956, em Ouro Preto, que assim se inicia: “(...) Contém a relação das atividades da Casa de Rui Barbosa, pioneira das Casas Históricas do Brasil. Oxalá que, a seu exemplo, outras muitas sejam preservadas, restauradas, fundadas, para desenvolver o culto cívico aos nossos antepassados ilustres” (1957, p. 5). Ou, Américo Jacobina

Lacombe²⁹ que tantas vezes ratificava em público palavras tais como: “(...) Coube a Washington Luis, veterano do civilismo em 1909, a satisfação de inaugurar em 13 de agosto de 1930 a Casa de Rui Barbosa, o primeiro museu do tipo no Brasil” (1984; p. 66). Entretanto, o pioneirismo pode ser reivindicado se nos referirmos a *Casa de Rui Barbosa* como o primeiro museu casa criado, em nosso país, pela esfera pública. Há na formação de ambas uma semelhança: a ideia de transformação do espaço privado em ambiente público foi vislumbrada primeiramente pelos seus proprietários, fato comprovado no primeiro caso (FASOLATO, 2010, pp:34-46), e, presumido, no seguinte, a partir de alguns indícios apontados anteriormente. Entretanto, a institucionalização jurídica, bem como a organização conceitual destes espaços seguem percursos diferentes; enquanto o Museu Mariano Procópio nasce sob a tutela exclusivamente privada, a Casa de Rui Barbosa é criada como órgão público federal. A motivação em transformar uma residência, esfera privada, em museu, sob a esfera pública é um percurso complexo permeado por elementos diluídos na trajetória da personagem mitificada em vida.

1.3.1 Categorização dos museus-casas

Os primeiros museus-casas traduziam de forma mais denotativa a definição oficial proposta pelo DEMHIST³⁰ na qual *insistiam substancialmente na relação única e imprescindível entre o invólucro (o edifício, o ambiente natural e antropizado que o circunda) e o conteúdo (a coleção de arte, os móveis e as decorações criadas especificamente para o lugar, os quais legam, então, àquele invólucro um projeto comum)* (PAVONI, 2011); a exemplo no Brasil, do Museu Casa de Rui Barbosa. Entretanto, alguns espaços complexificam esta noção, na medida em que são derivações da categoria surgindo, assim a necessidade de reflexão sobre as casas que não são identificadas de imediato com um museu-casa clássico, aquele em que o personagem e sua residência são musealizados e trabalhados em conjunto. Como classificar os espaços em que a referência ao personagem-morador inexistente ou no qual os ambientes se encontram descaracterizados? Ainda assim, podemos

²⁹ Américo Jacobina Lacombe foi Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa por 54 anos. Era um estudioso da vida e obra de Rui Barbosa. No capítulo seguinte voltaremos a mencioná-lo, com mais atenção.

³⁰ DEMHIST - *Comité International de Demeures Historique-Musées* – é o Comitê de Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus, criado em 1998, durante a Conferência Geral do ICOM, realizada em Melbourne, na Austrália, com o objetivo de valorizar e refletir sobre o modelo-conceitual *museu-casa*.

manter a nomenclatura museu-casa? Alguns equívocos são gerados, a partir da falta de clareza dos parâmetros que diferenciam estes espaços, como a confusão, bastante corriqueira, entre museu biográfico e museu-casa, sobretudo quando o espaço dedicado ao personagem está instalado numa casa histórica, como ocorre com o Museu Villa Lobos³¹, no Rio de Janeiro. No contraponto, temos o Museu Carmem Miranda³² que, embora biográfico, não gera interpretações sobre o local, tendo em vista não se tratar de uma residência. A imagem da casa histórica sobressai no primeiro caso, enquanto no seguinte o personagem é preponderante diante da impossibilidade de se relacionar o continente ao conteúdo.

É na perspectiva de sistematizar e facilitar os estudos sobre esta categoria que algumas iniciativas de classificação foram propostas. Antonio Ponte (2007, p. 43) localiza como ponto de partida desta ação o artigo de 1934, *les maisons historiques et leur utilisation comme musées*³³, no qual as casas são agrupadas em três blocos, de acordo com suas similaridades, assim definidas: casas de interesse biográfico; casas de interesse social e casas de interesse histórico. As duas primeiras apresentam uma tênue fronteira conceitual, mantendo o foco na tipologia do acervo e na presença do personagem; a terceira tem na casa o seu viés interpretativo, assemelhando-se a um museu histórico, na medida em que as coleções são oriundas de diferentes proprietários, sem relação com o espaço. Meio século depois (1985), esta preocupação volta à pauta, quando George Henry Rivière (IDEM, p. 44) propõe o estabelecimento de dois blocos classificatórios, sendo o primeiro subdividido em três categorias: Casas históricas (Museus-Palácios e Castelos de Soberania; Palácios, Castelos e Casas Privadas; e Casas Notáveis e de pessoas célebres) e Casas rurais. Ainda nesta linha de ação, temos em 1993, nova abordagem apresentada por Sherry Butcher-Youngmans (IDEM), por meio da qual, quatro categorias são definidas: casas-museu documentárias; casas-museu representativas; casas-museu estéticas; casas-museus que combinam categorias anteriores. A primeira categoria prima pelo autêntico, buscando retratar os ambientes em sua configuração original; a seguinte admite as reconstituições e o foco não reside em um personagem específico, mas na história de grupos; as casas-museu estéticas são espaços de exposição de coleções de diferentes tipologias e o personagem que habitou a residência não se configura

³¹ O Museu Villa Lobos foi criado em 1960, ocupando o 9º andar do Palácio Gustavo Capanema. A transferência para a sede atual, localizada na Rua Sorocaba, em Botafogo-RJ, ocorreu em 1986. O casarão do século XIX não foi residência do maestro.

³² O Museu Carmen Miranda está instalado na Av. Rui Barbosa, num pequeno prédio circular, no Parque do Flamengo, projetado pelo arquiteto modernista Affonso Eduardo Reidy, na década de 1940. Em 1975, o mesmo foi adaptado, por Ulisses Burlemaqui para receber o Museu.

³³ Publicado na revista *Museion* do *Office International des Musées* (S/A 1934:283).

como um elemento fundamental. A autenticidade é uma questão cara aos museus-casas, a crença de que os objetos expostos nos ambientes pertenceram e foram utilizados pelos habitantes da residência, parece exercer um fascínio, de ordem sobrenatural, no público. As recorrentes perguntas: isto é autêntico? Ele dormia nesta cama? Vocês modificaram os ambientes? São elementos que não podem ser desconsiderados quando analisamos o objeto museu-casa. A experiência relacional parece se completar a partir destes dados, ainda que o personagem não esteja fisicamente no ambiente, sua presença se concretiza por meio dos seus objetos.

No âmbito de DEMHIST, ressaltamos o projeto de classificação definido por um grupo de trabalho, coordenado por Rosana Pavoni³⁴, iniciado no final da década de 1990. Este procedimento visava *ajudar o público a compreender e apreciar cada museu-casa visitado, evitando o risco da confusão e também da frustração que pode ser gerada quando não está clara a interpretação dada à história que a casa se propõe a contar* (PAVONI, 2011, pp. 148-163). A primeira fase desta empreitada contou com a colaboração de, aproximadamente, 150 museus-casas, de diferentes países, que preencheram uma ficha de inventário, enviada em seis idiomas, definidos como “descrição da identidade do museu”. A etapa de categorização contou com participantes de outras localidades, sobretudo sul-americanos, norte-americanos e australianos possibilitando uma compreensão mais ampliada do universo dos museus-casas, fruto do compartilhamento de experiências diversas e realidades muito peculiares. Assim, foram propostas nove categorias (IDEM, 159) que descrevo na íntegra para melhor entendimento:

- Casa de pessoas ilustres (*Personality Houses*): escritores, artistas, músicos, políticos, heróis militares etc;
- Casa de colecionadores (*Collection Houses*): casas onde agora estão dispostas coleções;
- Casas da beleza (*Houses of Beauty*): residências cuja razão primordial para a existência do museu é a casa como obra de arte;
- Casas dedicadas a eventos históricos (*Historic Event House*): casas que comemoram um evento que teve a casa como cenário;
- Casas desejadas por uma comunidade (*Local Society Houses*): casas transformadas em museus não por motivos históricos ou artísticos, mas porque a comunidade a considera como um instrumento propício para contar a sua própria identidade;
- Residências nobres (*Ancestral Homes*): casas de campo, vilas e palácios abertos ao público;
- Palácios reais e lugares de poder (*Power Houses*): abertas ao público, conservando ou não suas funções;
- Casas do clero (*Clergy Houses*): mosteiros, abadias e outras residências eclesásticas abertas ao público, com uso residencial atual ou passado;
- Casas de caráter etno-antropológico (*Humble Homes*): documentos de um mundo e de uma sociedade desaparecida, como as casas rurais da sociedade pré-industrial;

³⁴ Ex-presidente do DEMHIST.

Os termos adotados para classificação das residências hierarquizam os espaços gerando novos conflitos sociais. As casas de pessoas ilustres (*personality houses*) são exemplares desta dicotomia, tanto como as casas da beleza (*houses of beauty*). A preservação de espaços representativos da nobreza e do poder reforçam no imaginário popular a imagem do museu como um lugar sacro, um templo distante cronológica e socialmente das suas vidas comuns. Sobretudo porque é imputada a tais lugares uma visão metonímica. Muitos visitantes expressam um sentimento saudosista em relação a um tempo que não vivenciaram, mas ainda assim fazem elucubrações, remetendo o período à sofisticação, criando assim uma imagem fantasiosa e irreal. Os conflitos sociais e as contradições econômicas também permeavam este universo, como atestam os cortiços existentes na Rua Assunção, localizada no final do terreno fundos da residência da São Clemente.

1.3.2 Reflexão à brasileira

Até meados da década de 20, do século passado, o número de museus existente no Brasil ainda era bastante tímido, menos de 25, segundo o Cadastro Nacional de Museus/IBRAM. Figurava neste contexto, apenas um representante da categoria *museu-casa*, como identificamos o Museu Mariano Procópio que, entretanto, tratava-se de uma instituição privada, tendo sido criado por iniciativa da família. Diferentemente da França que elegeu a Casa de Victor Hugo entre os monumentos a serem preservados, ou da Alemanha com a Casa de Goethe, ou ainda dos Estados Unidos que já havia musealizado a Casa de George Washington, além de várias outras centenas de casas, como afirma Regina Real,

“Muito longe estamos da lição norte-americana em que 400 casas históricas são mantidas, cuidadas, expostas à visitação pública. Que é isso senão um carinho, um respeito todo especial para com aqueles que lutaram pela formação da nacionalidade?” (1957)

Um dado curioso, entretanto, chama a atenção: ainda no século XIX, temos registrada a primeira intenção pública em criar um memorial na residência de um político. O texto não se refere especificamente à implementação de um museu, mas os indícios nos permitem

chegar a esta conclusão. A referência está no Art. 8º, das Disposições Transitórias, da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, onde lemos:

Art. 8º - O Governo federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Doutor Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República.

Parágrafo único - A viúva do Dr. Benjamin Constant terá, enquanto viver, o usufruto da casa mencionada. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como nela se contém. Publique-se e cumpra-se em todo o território da Nação.

Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, na Cidade do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1891, 3º da República.

PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS, PRESIDENTE DO CONGRESSO,
SENADOR POR SÃO PAULO.

Os poucos museus existentes neste período dedicavam-se a temas abrangentes, em geral, relacionado às ciências e à história. As denominações institucionais não eram alusivas a personagens públicos, tampouco retratavam aspectos privados da vida de políticos, cientistas ou outros cidadãos. Até a data da promulgação da Constituição mencionada, o tímido universo museal contava com dez instituições, sendo cinco na cidade do Rio de Janeiro (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico; Museu Nacional; Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Museu Naval e Museu Inaldo de Lyra Neves-Manta⁶), e as demais em Belém (Museu Emílio Goeldi); Recife (Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco); Maceió (Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas); Curitiba (Museu Paranaense); Ouro Preto (Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto) e Manaus (Museu de Numismática Bernardo Ramos)⁷. O interesse na aquisição da residência de Benjamin Constant, um dos principais articuladores da República, dois anos após a proclamação do novo regime, está pautado na construção do panteão de heróis que se pretendia instituir. Entretanto, somente em 1982 a residência será aberta ao público como Museu Casa de Benjamin Constant.

Do universo quantitativo fornecido pelo Cadastro Nacional de Museus, até o ano de 2006, o Brasil possuía 3.025 instituições museais, englobando espaços que, segundo o Conselho Internacional de Museus – ICOM - se enquadram nesta categoria, tais como jardins botânicos, aquários, entre outros, como vimos anteriormente. Deste conjunto,

⁶ Para que a observação referente às denominações institucionais não se torne infundada, esclareço que o Museu Inaldo de Lyra Neves-Manta foi criado como Museu Anátomo-Pathológico e de Curiosidades Médicas, recebendo o nome atual em 1965; Da mesma forma, o Museu Paraense, somente em 1900 tem sua denominação alterada para Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁷ Dados obtidos no Cadastro Nacional de Museus/IBRAM.

aproximadamente dez por cento é considerado *museu-casa*, termo que se diferencia do museu, propriamente dito, por estabelecer, necessariamente, uma relação entre o conteúdo e o continente. Este modelo conceitual específico “conecta o espaço físico, o acervo de bens originais da edificação ou representativo do período e as relações de vida humana nesses ambientes” (CARVALHO, 2013. p. 8). Um grande número de museus está instalado em edifícios históricos, escolhidos para abrigar um tema de relevância para uma dada sociedade; ou são construídos para abrigar coleções ou representar fatos e, assim, servirem como espaços referenciais para determinados grupos. Não necessariamente, estes locais possuem ligação com a temática principal e a dinâmica institucional se dá por meio de exposições e ações variadas sob um amplo espectro de possibilidades discursivas. Embora a dimensão da vida humana se faça presente, por ser inerente ao processo museológico, muitas vezes os fatos se sobrepõem ficando os personagens imersos e pulverizados nos temas apresentados. No *museu-casa*, entretanto, ela é um dado constitutivo do próprio modelo-conceitual. Estar em um *museu-casa* se configura numa experiência relacional clássica, duas vidas se conectam por meio do espaço: o visitante entra na residência de um personagem, na sua intimidade, no seu ambiente privado. “A casa habitada pelo museu abriga não só pessoas e objetos, mas também uma dimensão psicológica e espiritual” (IDEM). A domesticidade, a forma de morar de um período, a decoração dos ambientes, a disposição dos cômodos, a arquitetura, a história dos habitantes, os fatos ocorridos, os objetos curiosos ou corriqueiros são alguns dos elementos que enriquecem e dão sentido ao *museu-casa*.

Recente publicação brasileira, organizada por Ana Cristina Carvalho (2013), mapeou a existência de pouco mais de três centenas de museus-casas em nosso país, que inclui sobrados, palecetes, casas ditas comuns, fazendas e até palácios. A autora classificou os espaços a partir das categorias propostas pelo DEMHIST, adotando, entretanto algumas adequações para à língua nacional, como ocorreu com as *casas de beleza*, sendo denominadas *casas de arquitetura destacada*; além disto, foi criada uma nova categoria para abarcar as fazendas históricas abertas à visitação, chamadas de *casas rurais*. Uma análise mais detalhada do material torna visível a complexidade do processo de classificação, não apenas porque algumas instituições parecem estar numa zona fronteiriça, mas, sobretudo pelas incongruências geradas pelos termos adotados. Algumas instituições, apesar da configuração atual se distanciar das características necessárias para defini-la como um *museu-casa*, outrora foram residências e, as marcas simbólicas permanecem, ainda que os registros físicos estejam ausentes. Este é o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, hoje considerado o maior museu de história natural e antropológica da América Latina, mas que

serviu de moradia a Família Imperial brasileira até 1889, sendo, ainda, o local de nascimento de D. Pedro II. Este espaço que abriga parte da memória do cotidiano da Família Imperial não consta na publicação *Museus-Casas Históricas no Brasil*, acima mencionada. Contraditoriamente, o Centro Cultural Paço Imperial é registrado pela mesma, sendo classificado como *Casa de Poder*. O local que serviu como residência aos primeiros governadores da Capitania do Rio de Janeiro, abriga atualmente um centro cultural com grande fluxo de exposições de arte; as referências ao uso anterior são poucas. E, portanto qual seria a justificativa para este constar na publicação e, aquele estar ausente? Existe, uma demanda social pela história do palácio do Paço de São Cristóvão que foi negligenciada por questões políticas: apagar os vestígios de memória deixados pelo Império na recém-instalada República era uma forma de interromper o fio condutor da vida imperial e permitir o fortalecimento do novo regime.

O bem cultural possibilita a manutenção dos elos temporais e espaciais, como vemos acontecer no Museu da República, também classificado, como *Casa de Poder*. Diferentes camadas históricas se sobrepõem ao local, e, embora tenha servido de sede da Presidência da República a dezoito Chefes de Estado, é sem dúvida a figura de Getúlio Vargas a mais destacada no imaginário popular, por ter sido palco do seu suicídio. E, assim, este espaço poderia estar enquadrado em duas categorias distintas: além da citada, casa de personalidade. Sobre esta classificação - *casa de personalidade* – poderíamos introduzir algumas questões: quem determina o título de personalidade? Qual o significado deste termo, socialmente excludente? De acordo com a publicação brasileira, dos 323 museus-casas, 145 estão classificados como *casa de personalidade*. Este número inclui espaços como o Museu Casa de Rui Barbosa, o Sítio Roberto Burle Marx, Casa de Marechal Deodoro, Casa de Cultura de Jorge Amado, Museu Casa de José Américo, Casa de Chico Mendes, Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freire³⁵ entre outras residências de políticos, artistas e poetas que, inegavelmente são considerados personalidades, segundo os parâmetros histórico-sociais vigentes em nossa sociedade. Entretanto, duas instituições, bastante semelhantes em sua formação e simbologia, têm seus personagens compreendidos de forma diferenciada: A Casa da Flor³⁶, localizada na cidade de São Pedro da Aldeia, no estado do Rio de Janeiro, se enquadra em duas classificações, *casa de personalidade* e *de arquitetura destacada vernacular*. O local foi

³⁵ Sobre esta instituição ver: RIBEIRO, Rodrigo Alves. *Moradas da memória: uma história social da Casa-Museu de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

³⁶ Sobre este Museu, há uma dissertação de Mestrado defendida, por Daniele Maia Francisco, no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da UNIRIO/MAST. Disponível em http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_Dani%20Maia_FINAL.pdf. Acessado em 03 de janeiro de 2015.

construído por Gabriel Joaquim dos Santos, trabalhador das salinas da região, no início do século XX, com materiais retirados do lixo. Na cidade de São Paulo, encontramos a Casa de Pedra, identificada apenas como casa de *arquitetura destacada vernacular*. Assim como o espaço anteriormente citado, o proprietário não se enquadra nos cânones de personalidade, pois se trata de um jardineiro, morador de favela que também se utilizou de objetos coletados no lixo para construir e decorar sua casa. Entretanto, a residência de Gabriel ganhou o status de *casa de personalidade*, mas o mesmo não ocorreu com a habitação de Estêvão Conceição, o jardineiro. Qual a diferença entre ambos? Terá sido a condição existencial, uma vez que o primeiro está morto e o segundo vivo? Somente pessoas mortas se tornam personalidades?

O título de uma matéria publicada em 2014 demonstra que os espaços não são meras construções arquitetônicas, eles estão impregnados de simbolismo e possibilitam a presentificação dos personagens e dos fatos dos quais foram cenário. Em letras negritadas lê-se: *Casa onde Hitler nasceu dá dor de cabeça à Áustria*³⁷. O artigo relata que o edifício *Salzburger Vorstadt*, da pequena cidade de *Braunau am Inn*, na fronteira entre a Áustria e a Alemanha, local onde Adolf Hitler nasceu em 20 de abril de 1889, se configura um problema ao governo. Temendo que o mesmo se torne um centro de peregrinação neonazista, o Ministério do Interior, mesmo não sendo o proprietário do imóvel, aluga o espaço para atividades que descaracterizem o ambiente, desconectando a lembrança da comunidade e dos muitos interessados em conhecer o local. Embora Hitler tenha morado na residência, apenas por algumas semanas os moradores afirmam ser frequente a busca de informações por parte de viajantes, com o intuito de fazer adoração ou mesmo retaliação. Segundo o artigo, assinado por Bethany Bell, da BBC News, um parlamentar russo tentou comprar a casa para implodi-la, além de outras propostas de ocupação, como a transformação em diversos apartamentos; a instalação de um centro de educação para adultos; um museu e uma organização para confrontar o passado nazista da região. Mesmo com a possibilidade de atrair turistas para a região, fato que em muitas localidades é decisivo para a criação de instituições museais, a cidade se recusa a assumir o espaço e a sua carga simbólica; não cogitam a transformação da residência em museu-casa por acreditarem que este é um legado que deve ser esquecido. Para a jornalista, “a polêmica sobre a casa despertou lembranças desconfortáveis para a pequena e próspera cidade de Braunau”.

O Brasil carece de um estudo mais detalhado sobre a simbologia das casas transformadas em museu e o seu efeito social. Sabemos que alguns espaços, como o citado

³⁷ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/12/141229_casa_hitler_1k. Acessado em 02 de janeiro de 2015.

Museu da República, possuem uma identificação no imaginário social que se sobrepõe à missão institucional que busca trabalhar com o patrimônio cultural republicano mais amplo e, não especificamente com a Era Vargas, como muitos pressupõem. As casas históricas lidam, também, com o estigma da morte, causando delírios evocativos e suscitando histórias fantasmagóricas.

1.3.3 O problema dos conceitos

Dentre os modelos conceituais que definem os museus, talvez seja o *museu-casa* o que apresenta os questionamentos mais desafiantes, sobretudo por estarmos trabalhando com duas esferas conceituais complexas, neste estudo, compreendidas como categorias sociológicas³⁸: *casa* e *museu*; com a introdução de uma terceira, a *personagem* que habitou o espaço durante um período de sua vida física. Embora aparentemente distintas, tendo em vistas suas naturezas específicas e gramáticas próprias – estando uma relacionada ao universo privado e, a outra ao público; enquanto o personagem transita nos dois -, estas categorias permitem aproximações e reflexões que caminham na mesma direção. Não seria absurdo afirmar que a origem conceitual do museu é uma casa; a morada das musas, o *mouseion*. Mesmo quando trabalhamos com a historiografia menos remota, alguns dos primeiros museus públicos eram residências, palácios. Se ampliarmos esta discussão para uma perspectiva mais simbólica, podemos nos aproximar de Walter Benjamin e afirmar que o museu é uma casa de sonhos; não mais a residência de um morador ilustre ou anônimo, mas o abrigo do impossível, do incontrolável, das sensações, do pensamento autônomo e criativo. Uma casa é muito mais do que uma simples construção com objetivos práticos, “é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade” (BACHELARD, 1993, p. 36).

Em seu inspirador estudo sobre *a casa & a rua*, Roberto DaMatta justifica o uso da noção de *categoria sociológica* para conceituar os termos *casa* e *rua* afirmando que, em especial no Brasil, eles “não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas

³⁸ Me aproprio da noção de *categoria sociológica* a partir de Roberto DaMatta, para o qual, baseado em Durkheim e Mauss, compreende como “um conceito que pretende dar conta daquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e ideias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para introduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente”. Ver. DaMatta, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 14.

dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DAMATTA, 1997, p. 15). O exemplo analisado acima, sobre a casa de Hitler, nos permite perceber que a afirmação de DaMatta se estende a outras culturas; não somente no Brasil uma casa é uma entidade moral, este espaço é dotado de significação. E, portanto, estabelecer um paralelo entre “a casa & a rua” e “a casa & o museu” não é difícil; há um diálogo produtivo entre ambos e a aproximação conceitual não se configura como algo absurdo, ao contrário, é perfeitamente viável pela afinidade conceitual e simbólica. A casa está no seu lugar e a rua é substituída pelo espaço do museu que tal como esta categoria está associada ao universo público; o museu assim como a rua não é apenas um espaço geográfico, mas uma entidade moral, esfera de ação social concebido para receber pessoas de diferentes tipos com suas bagagens emocionais; o público transita pelo museu, assim como o faz na rua, admirando não os prédios, o comércio, outros transeuntes e todos os elementos que compõem a *vida in locu*, mas um recorte da vida reconstruída a partir de objetos, histórias e personagens que são cotidianamente modificados pelos diferentes olhares, tal como a rua.

O museu-casa fala à emoção, possibilita conexões espaciais, temporais, geográficas, sensitivas e cognitivas. O corpo de imagens sinalizado por Bachelard são trabalhados numa rede de significados interpretativos: ausência/presença; vivo/morto; objeto/documento; visitante/patrono... Quando uma casa é musealizada, e, tendo esta sido habitada por um morador ilustre, em geral, pretende-se que o seu patrono seja o viés das relações sociais e interpretativas que serão estabelecidas. Contudo a dimensão da casa, muitas vezes, se sobrepõe ao biográfico. A casa, disse Freyre, “é museu quando esta ultrapassa os tempos, é o lugar da memória porque nela o homem brasileiro encontra as suas origens e é patrimônio porque nela reside a voz de um passado por ela testemunhado (RIBEIRO, 2008, p. 65)”. Este modelo conceitual representa, de alguma forma, um cenário complexo, na medida em que aglutina dois espaços diferentes e simbolicamente impregnados pelo imaginário popular. Estes conceitos são familiares, possuem uma representação facilmente identificável.

A casa, definida por Pina Cabral (2003) como uma entidade social, é o lugar da família, da construção de um grupo, da formação dos valores que serão compartilhados pelos seus membros. Em casa se aprende as primeiras lições da vida e, assim, como o museu, é um lugar de memória e identidade. Casa é aconchego, lar, local de origem, está associada à família, aqueles que nos querem bem, mas nem por isso anulamos os conflitos; em casa não somos anônimos, pertencemos a um grupo que nos reconhece, temos importância e destaque.

Embora o museu ainda seja para um número considerável de pessoas o lugar onde são depositadas as coisas velhas, os objetos obsoletos, sua imagem nos remete a conhecimento, autenticidade, memória e valor. Os objetos que se encontram em um museu são exemplares referenciais em suas categorias e, o mesmo ocorre com os personagens eleitos para serem musealizados. Aloísio Magalhães quando se referia aos museus, destacava a importância imensa e simbólica do objeto museológico, pois acreditava que este estava impregnado de conteúdo anímico, transmitindo por isso, muito mais do que beleza e plasticidade.

Este poder anímico também é explorado por Orhan Pamuk, em sua obra literária *o museu da inocência*, no qual os objetos que compõem “o seu museu” são organizados como lembranças do caso de amor, entre Kemal e Füsün. Sua obsessão pelos objetos o leva a explorar o universo dos museus, em especial dos *museus casas* com os quais passa a estabelecer uma conexão quase metafísica. Sua coleção de objetos, que permitia potencializar a presença da amada em suas lembranças, era preservada da apreciação do público para evitar críticas e maledicências. Entretanto, o contato com os objetos dos colecionadores, expostos nos inúmeros museus que contemplou, os seduziram de tal modo que ele passou a ter orgulho de cada cinzeiro, saleiro, garfo, cigarro, fósforos e outros objetos que, por certo, encontram-se na categoria das coisas insignificantes para um indivíduo qualquer, mas que para Kemal eram tão preciosas que ele mal tinha coragem de olhar, com receio de estragá-las de algum modo. Ao visitar os museus parisienses, “não as grandes e famosas instituições, sempre lotadas como o *Louvre* ou o *Beaubourg*, mas os pequenos, em geral vazios, a exemplo do *Musée Édith Piaf* ou do *Musée Jacquemart-André*”, nosso personagem se sentia reanimado; “encontrava alguma sala dos fundos, longe do olhar dos guardas que acompanhavam os seus passos; e, enquanto o som do tráfego, das construções e do tumulto urbano se infiltrava ali, era como se tivesse entrado num reino à parte que coexistia com as ruas movimentadas da cidade mas não pertencia a elas; na misteriosa atemporalidade desse outro universo, ele encontrava algum conforto” (PAMUK, 2011, p. 524).

Os museus, e seus objetos ligados ao cotidiano mais corriqueiro, vão despertando em Kemal uma emoção quase religiosa, levando-o a visitar a mesma instituição – o *Musée Gustave Moreau* – por vinte anos, e, sempre, segundo ele com intensa paixão. A experiência vivenciada em Paris é tão enriquecedora para o seu projeto de vida que é replicado para outras cidades, criando um circuito de museus ao redor do mundo, do Rio de Janeiro a Kyoto, indo para Hamburgo e Lisboa, se estendendo da cidade chinesa de Hangzhou até a Stuttgart, se permitindo explorar, em cinco meses, 273 museus estadunidenses, e como um desbravador de

novos museus foi “visitando os mais notáveis de cada lugar, sem nunca se apressar, sem deixar de ir a nenhum deles, como um estudante cumprindo meticulosamente uma tarefa” (IDEM, p. 527). Ao retornar de suas viagens, Kemal decide transformar o cenário do seu caso de amor com Füsün em um museu, mas ele já não consegue viver longe deste espaço, integra, como cada um dos objetos expostos, a narrativa. Ele explicita seu conflito ao descrever que *há quem encha sua casa de objetos e, no momento em que sua vida começa a aproximar-se do final, a transforma num museu. Mas, ele, tendo transformado em museu a casa de outra família, tentava agora – pela presença da sua cama, do seu quarto e dele mesmo – transformá-la de volta numa casa* (IDEM, p. 540). O que pode ser mais inspirador que passar as noites cercado pelos objetos que nos ligam às nossas memórias e conexões sentimentais mais profundas? Para Kemal, o museu aglutinava todos os espaços que lhe eram caros e davam sentido à sua vida: a casa, permeada pelos objetos-lembranças, atuava como uma zona de contato entre ele e o outro mundo, intermediando sua ligação com Füsün. E, neste sentido ele conclui afirmando que “os verdadeiros museus são lugares onde o Tempo é transformado em Espaço” (IDEM). Numa lógica inversa, este museu sai das páginas literárias para ocupar um espaço físico na Turquia, tendo uma recepção tão positiva junto ao público e à comunidade museológica que recebeu em 2014, o Prêmio de Museu Europeu do Ano (*European Museum of the Year Award*).

As casas, assim com os museus não são espaços homogêneos, podemos perceber elementos de similaridade, mas o uso de uma lupa social nos permite enxergar para além do que está dado e, como em uma imagem gerada por um caleidoscópio notaremos os elos e as conexões entre eles. As casas, para além das suas paredes e estrutura física, são vastos espaços de histórias, frustrações, realizações, tempos e incoerência, em resumo, uma entidade social, como já apontado por Pina Cabral (2003, p. 31). Nesta intersecção, entre a casa e o museu se localiza uma categoria particular de espaço cultural identificada como *museu-casa*. O lugar que antes pertenceu a uma família, a uma personagem, à intimidade e ao privado passa a uma esfera pública, a expor a vida em seu habitat. Esta metamorfose está imbricada de paradoxos e incoerências que passam a conduzir os discursos produzidos pela instituição.

Em geral, estes espaços são constituídos a partir da morte de uma personalidade e do interesse público ou familiar em transformar o local em um museu com o objetivo de dar visibilidade à obra e à vida de tal personagem. Entretanto, ao lançarmos um olhar mais atento sobre esta categoria, inúmeras questões se colocam adensadas pelas construções sociais que perpassam a mesma. A relação entre a política e a cultura se torna aparente na escolha das personagens eleitas para uma homenagem desta natureza. Segundo Reis, *as estratégias do*

poder privilegiam sempre a divulgação de figuras e ideias que solidifiquem os ideais dos grupos que governam. Para a autora, um bom exemplo está na casa museu de Tolstoi na Rússia. O escritor, falecido pouco antes da revolução comunista, teve a casa em que viveu em Moscou com a esposa Sofia e os dez filhos, transformada em museu que tinha como principal característica dar a impressão que Tolstoi saiu para passear e pode voltar a qualquer momento. Esforço pessoal de Lênin que pretendia mostrar ao povo como vivia o, embora aristocrata, grande escritor russo (REIS, 2013).

Por que razão a casa de um determinado cidadão desperta, em algum momento, o interesse em torná-la um museu, retirando-a da esfera privada e transferindo-a ao universo público? Pavoni acredita que a

admissão que uma casa deve ser conservada porque pode tornar-se um bem comum representa a convicção que, a despeito das dificuldades em musealizar, ou seja, de tornar público e educativo um lugar dotado de referências individuais e intimamente ligadas a ações e ritos pessoais, apenas a casa está em posição de contar com uma linguagem própria, os acontecimentos de uma sociedade, de uma época, de um período artístico, de uma personalidade que de outra forma seriam irremediavelmente perdidas (PAVONI, 2011, p.148).

Gonçalves explora o potencial analítico do patrimônio como forma de entendimento da vida social e cultural, chave interessante para interpretarmos a produção de significados que derivam da transformação de uma casa em museu. Para o autor,

os patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres etc. (GONÇALVES, 2005, pp. 15-36).

O museu-casa funciona como um mediador entre o personagem, ausente do mundo físico, e o público. Por outro lado, a casa e o museu analisados separadamente, também, exercem mediações não apenas entre diversos domínios, como apontado por Gonçalves, mas, entre si. Esta mediação, ainda que seja uma ação intencional, nem sempre ocorre da forma proposta, isto porque, o visitante aciona dispositivos que não são possíveis de serem controlados durante todo o tempo. Ele é o agente da sua própria visita. É possível encontrar um visitante perdido em suas lembranças, ativadas pela residência. Os objetos, talvez o tenham remetido a casa na qual ele passou a infância: um guarda-roupa com as mesmas características da casa da avó; o fogão à lenha de uma antiga fazenda na qual ele esteve em férias; a escrivaninha que perdeu a função original; a penteadeira, tão comum nas residências e, hoje, dificilmente encontrada. Ao evocarem *Mauss*, Duarte e Gomes lembram que “os

objetos transcendem seu conteúdo puramente material, incorporam e transmitem como espírito os valores e significados das relações sociais neles inscritas” (DIAS DUARTE, 2008, p. 164-165). Neste sentido a casa e, os objetos que a compõem, possibilitam a mediação entre o tempo e o visitante; um tempo que certamente não é o dele, mas para o qual ele pôde ser levado por meio da ponte construída pela casa. Este lugar, entretanto, não é mais um espaço real tal como foi concebido. As pessoas que lá estão não são seus moradores e, a dinâmica típica de uma residência foi alterada para a rotina de uma instituição. A casa que hoje é museu possui horários específicos para abertura e fechamento; o visitante não é mais recebido pelo proprietário, mas por funcionários que dão as explicações sobre o local ao invés de darem as calorosas boas vindas; os ambientes não foram arrumados pelos donos da casa, mas cenografados por museólogos e outros profissionais que lá desempenham suas atividades.

Palacianos ou modestos; citadino, rural ou periférico; medievais ou contemporâneos, os mais de trezentos museus-casas brasileiros e outras centenas dispersas no mundo são espaços que devem ser compreendidos num contexto relacional em que as marcas da vida humana, da domesticidade e do ambiente privado são elementos essenciais para a produção de sentido nas narrativas. Elas tornam seus habitantes imortais, transformam seus espaços em planos heterotópicos e permitem a coexistência dos tempos e das esferas sociais que englobam a categoria: a casa, o museu e o outro mundo.

2 A CONSTRUÇÃO DO MUSEU-CASA DE RUI BARBOSA

*“Tenho ido todas as manhãs assistir os preparativos
para a inauguração do museu.
É um prazer doce e amargo ao mesmo tempo.
A impressão que me domina é que os dias que passaram
vão voltar novamente. Tudo aquilo me parece que é para
recebê-lo de volta. Infelizmente, partiu para nunca mais voltar”.*
D. Maria Augusta, viúva de Rui Barbosa,
em entrevista ao *Jornal do Brasil*,
publicada no dia 13/08/1930, inauguração do museu.

A formação do Museu Casa de Rui Barbosa é o objeto de análise privilegiado deste capítulo: trajetória, complexidade e efeito social, são alguns dos elementos a serem discutidos em interface com o contexto histórico e museal. O conflito e as negociações entre a *esfera pública* e a *esfera privada* perpassam a discussão, tendo, ainda, como desdobramentos a relação da casa, do museu e do personagem que o constrói e por ele é construído. Categorias como *espaço* e *subjetividade* são inseridas neste cenário teórico como construtores das narrativas trabalhadas no museu-casa. Arendt, Habermas e Sennett cancelam a hipótese defendida, ou seja, o imbricado jogo entre a esfera pública e a esfera privada com vistas a mitificar uma personagem por meio da transformação do seu espaço privado em espaço público.

2.1 Antecedentes históricos: o contexto museal

*“O museu é uma novidade do passado”
D. Rita³⁹*

O estudo da gênese da história dos museus no Brasil nos remete a uma associação direta com a origem das ciências em nosso país. As primeiras instituições museais brasileiras surgiram como espaços destinados a musealizar a natureza e os habitantes que aqui estavam

³⁹ Rita de Cássia Marques Nascimento, moradora da Rocinha, favela da cidade do Rio de Janeiro, é auxiliar de serviços gerais do Museu Casa de Rui Barbosa. Durante uma entrevista, realizada em 27/08/2014, para a pesquisa *perfil-opinião dos funcionários das equipes de apoio do Museu Casa de Rui Barbosa*, ao ser perguntada sobre o significado do museu, respondeu se tratar de “uma novidade do passado”.

antes da chegada dos portugueses, sendo por isso, considerados lugares estratégicos para o desenvolvimento econômico da metrópole. Como aponta Lopes,

ainda ao longo de todo o século XIX e mesmo entrando o século XX, os museus com suas expedições exploratórias e exposições se organizaram como espaços privilegiados de articulação do olhar dos naturalistas. Foram, também no Brasil, em grande medida os responsáveis pelos processos intrincados que constituíram versões locais das ciências naturais taxonômicas e descritivas baseadas em coleções e inventários. (LOPES, 2001, p. 83).

Confirmando a colocação acima temos duas experiências museológicas⁴⁰ antecedendo o *Museu Real do Rio de Janeiro*, considerado a primeira instituição brasileira dedicada exclusivamente ao estudo das Ciências Naturais⁴¹. Criado em 6 de junho de 1818, por D. João, a instituição incorpora o acervo da extinta Casa de Xavier dos Pássaros.

Inserido no bojo do desejo de emancipação da Corte, intensificada com a chegada da Família Real, em 1808, o Museu Real, assim como a maioria das instituições criadas no período, atendia a um público seletivo, como aponta Chagas,

é evidente que o Museu Real não se destinava ao João-ninguém, ao negro escravo ou índio bravo, mas sim à qualificação da nova sede da coroa portuguesa em relação às outras nações, aos interesses da aristocracia local, dos homens ricos e livres, das famílias abastadas, do clero católico, dos cientistas, dos artistas renomados e dos viajantes estrangeiros (CHAGAS, 2009, p. 67).

O museu enquanto espaço público voltado a segmentos restritos parece a princípio um contracenário, entretanto se coaduna com o pensamento vigente. Habermas nos esclarece usando como exemplo a França do século XVIII, que “*Le public designava os lecteurs, spectateurs, auditeurs como destinatários, consumidores e críticos de arte e literatura, acrescida de uma pequena camada da alta burguesia que se assentavam nos camarotes dos teatros parisienses* (2003, p. 47)”. Assistiremos, de fato, em paralelo com as transformações conceituais ocorridas na própria instituição museu, o mesmo processo com a categoria *público*, aqui compreendida como *visitantes que acessam o espaço*. Dos museus criados até 1900, o tema da ciência perpassava quase todos, como o já citado Museu Real, acrescido pelo Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); Museu Paraense Emílio Goeldi

⁴⁰ Alguns estudiosos, como Chagas (2009, p.64) afirmam remontar ao século XVII a primeira experiência museológica em terras brasileiras, com a instalação de um museu no Palácio de Vrijburg, em Pernambuco, durante o governo Maurício de Nassau. Temos, em seguida, a *Casa de História Natural*, conhecida como *Casa de Xavier dos Pássaros*, criada em 1784, no Rio de Janeiro.

⁴¹ Museu Real. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Online. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acessado em 02 de outubro de 2014.

(1866); Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (1876) e Museu Paulista (1895), apenas para elencar alguns.

Enquanto internamente, apontamos a ideia de construção de nacionalidade apoiada nas ciências como um fator preponderante, o quadro internacional está permeado pelos ecos do pensamento iluminista e do nacionalismo pós-Revolução Francesa. Para Lopes, existe no período o empenho das instituições, sobretudo nos museus, pela construção de perspectivas nacionais fortemente alicerçadas nas ciências naturais. Ela afirma que nas diversas

“investigações científicas que se consolidavam em ciências geográficas, geológicas, paleontológicas e antropológicas, no país, a eterna busca por origens perdidas ou que em breve se perderiam, foi incorporada intensamente pelos naturalistas dessas instituições científicas, traduzindo em perspectiva locais os modelos transladados que seguiam nessas buscas” (LOPES, 2001, p. 85).

Durante a República Velha, que se estende de 1889 até 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, são criados cerca de dezoito museus, dos quais apenas três de âmbito federal: o Museu de Mineralogia e Petrologia Luiz Englert, em Porto Alegre-RS, em 1909; o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, em 1922; e, também na então Capital Federal, em 1927, o Museu Casa de Rui Barbosa. História e Ciências da Natureza continuam a predominar entre as temáticas dos museus instituídos neste contexto. Chama a atenção o grande número de instituições estaduais, metade do total, seguida das federais que perfazem quase 40%, conforme se constata no quadro a seguir:

Instituição ⁴²	data	esfera	local
Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	1894	Privado associação	Salvador - BA
Museu Anátomo-Pathológico e de Curiosidades Médicas (Em 1968 recebe o nome de Museu Inaldo de Lyra Neves)	1894	Privado sociedade	Rio de Janeiro - RJ
Museu de Numismática Bernardo Ramos	1900	Público estadual	Manaus - AM
Museu do Estado (posteriormente, em 1907, denominado Museu Júlio de Castilhos)	1903	Público estadual	Porto Alegre – RS
Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense	1904	Privado sociedade	Pelotas - RS
Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	1905	Privado associação	João Pessoa - PB
Museu do Remo	1905	Privado sociedade	Recife - PE
Pinacoteca do Estado de São Paulo	1905	Público estadual	São Paulo – SP
Museu de Mineralogia e Petrologia Luiz Englert	1909	Público federal	Porto Alegre – RS
Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (na década de 1950 é denominado Museu Galdino Bicho)	1912	Privado associação	Aracaju - SE
Museu da Polícia Civil	1912	Público estadual	Rio de Janeiro – RJ
Museu de Anatomia Humana (em 1999 recebe o nome de Museu de Anatomia Humana Prof. Alfonso Bovero)	1914	Público estadual	São Paulo - SP
Museu Mariano Procópio	1915	Privado	Juiz de Fora - MG
Museu Anchieta de Ciências Naturais	1917	Privado associação	Porto Alegre - RS
Museu de Arte da Bahia	1918	Público estadual	Salvador - BA
Museu Histórico Nacional	1922	Público federal	Rio de Janeiro - RJ
Museu Casa de Rui Barbosa	1927	Público federal	Rio de Janeiro - RJ
Museu do Estado de Pernambuco	1929	Público estadual	Recife - PE
Museu da Polícia Civil	1930	Público estadual	São Paulo - SP

Destacamos neste cenário, duas instituições pelas suas singularidades, na medida em que foram instituídos com vistas a cultivar a memória de um personagem, estabelecendo uma relação direta entre o conteúdo e o continente; estamos nos referindo ao Museu Mariano Procópio, criado na cidade de Juiz de Fora-MG, em 1915, como o primeiro museu-casa privado e, em 1927, o Museu Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, o primogênito deste modelo conceitual, na esfera pública, como abordamos no capítulo anterior. Temos, ainda, em 1922, o Museu Histórico Nacional, criado no bojo das comemorações do centenário da Independência do Brasil, cuja gestação começou a ser idealizada em 1911 (SANTOS, 2006, p.27), por Gustavo Barroso, nomeado seu primeiro diretor, cargo que exerce até 1959. A instituição marca o campo museal brasileiro e o cenário cultural, dentre outros aspectos,

⁴² Dados obtidos no Guia dos Museus Brasileiros. IBRAM, 2011.

porque parte de um projeto que procurava consolidar um novo conceito para a nação (IDEM), fortemente marcada pela atuação de Barroso, sendo, ainda, palco da criação do primeiro *Curso de Museus* para formação de *conservadores de museus*. Esta instituição se torna emblemática para os profissionais do campo e, embora não seja o primeiro museu criado em nosso país, ele abriga o mito de origem da profissionalização do setor. Para Mario Chagas, ele é uma ponte museológica entre os séculos XIX e XX, entre o Império e a República, colocando em questão não a ruptura, mas a continuidade e a tradição. Tradição esta, bradada nas palavras de Barroso:

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exm^o Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista serem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem a repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século bondade dirigiu seus destinos. Ele o cimentou instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos (CHAGAS; GODOY, 1995. pp. 31-60).

Com a fundação deste Museu, o Brasil passa a contar com duas instituições que se propõem a retratar o nacional, em diferentes vertentes. Chagas, embasado em Pomian, aponta que a expressão *museu nacional* abarca duas tendências: enquanto em uma a nação é valorizada, sobretudo pela produção da cultura material dos povos primitivos e suas riquezas naturais, sublinhando-se aquilo que a torna semelhante às outras nações do mundo civilizado; na outra, a diferença é marcada, buscando-se dar visibilidade aos grandes feitos da história nacional. Se a primeira tendência nos remete ao *Museu Nacional*, temos na segunda, uma identificação clara com o *Museu Histórico Nacional* que, para Barroso, deveria exaltar os mitos fundadores, ser uma espécie de cartão de identidade da nação e ser identificado como tal (CHAGAS, 2009, p.91). *Ele nasce preocupado em delimitar o perfil da nação brasileira, procurando elos entre o passado e o presente*. Neste primeiro momento, a instituição se caracteriza como *um museu-memória, no qual a história é apresentada por uma sequência de objetos e palavras do passado que reflete uma temporalidade descontínua e pontual* (SANTOS, 2006, p. 21). A identificação do museu com o autêntico, com a perspectiva de apresentar ao público objetos vistos não apenas como produto da cultura material, mas considerados “provas” físicas dos fatos, torna-o uma instituição privilegiada aos olhos do Estado que cria um vocabulário cultural de legitimação; termos como *resgate cultural, conscientização, identidade cultural, memória, pertencimento* são acionados a todo momento pelo jogo político; são conceitos afirmativos e estratégicos para que as alianças se

estabeleçam. Os lugares são investidos de simbolismo, se tornam, portanto *fontes simbólicas* (GEERTZ, 1989, p. 57) e servem de auto-orientação.

Os museus nacionais, neste sentido, são emblemáticos na medida em que se propõem a retratar metonimicamente a nação. Esta construção discursiva objetificada na ação museal e patrimonial, no período histórico abordado, é bastante representativa do quadro que analisamos. A criação do Museu Histórico Nacional parte de um projeto que procurava consolidar um novo conceito para a nação (SANTOS, 2006, p. 27), está inserida num contexto de ações voltadas à preservação dos bens nacionais pautada na projeção de um Brasil mais moderno, mas que, considerava fundamental manter os vínculos com um passado que o legitimasse enquanto detentor de uma identidade nacional, que todos estavam subordinados pela filiação comum. Em sua análise sobre a esfera pública Arendt sinaliza que se “*o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais* (1987, p. 64)”. Esta percepção lança luz sobre os processos de construção dos lugares de memória, tais como os museus. Os dados nos revelam que a grande maioria destes espaços são investidos pela esfera pública: 67,2% dos museus brasileiros, segundo o Cadastro Nacional de Museus⁴³, sendo 11,8% no âmbito federal; 14,3% estadual e 41,1% municipal. Ela viabiliza os instrumentos que justificam e imortalizam a sua presença ao longo do tempo, pois “*diferentemente do bem comum tal como o cristianismo o concebia – a salvação da alma do indivíduo como interesse comum a todos – o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos* (Idem, p. 65)”. Nesta perspectiva, inserimos, também, o *Museu Ruy Barbosa*, criado por decreto em 1927 (Decreto nº 17.158, de 04/04/1927)⁴⁴ mas reformulado durante a tramitação na Câmara dos Deputados, por sugestão do deputado Sá Filho, que propõe a criação da *Casa de Rui Barbosa*, “um museu-biblioteca que funcionará no prédio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro” (Decreto nº 5.429, de 09/01/1928)⁴⁵. O culto ao personagem Rui Barbosa marcará toda a atuação institucional que busca por meio do seu espaço privado enaltecer a memória do grande cidadão, como nos deteremos em outro item.

Ainda que de forma tangencial ao escopo de construção de um discurso nacionalista, vale ressaltar a instituição do Curso de Museus, pelo Decreto nº 21.129, de 07/03/1932, nas

⁴³ Fonte: Museus em números. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, Vol 1, p. 63.

⁴⁴ Vide Anexo B.

⁴⁵ Vide Anexo J.

dependências do referido museu, onde funcionou até 1979. Idealizado por Gustavo Barroso, mas implementado durante a gestão de Rodolfo Garcia o *Curso Técnico de Museus*⁴⁶, se propunha a formar Conservadores de museus para atender, inicialmente as demandas de mão de obra mais especializada do Museu Histórico Nacional. A grade curricular, composta, fundamentalmente, por disciplinas aplicadas, tais como Artes Decorativas, Etnografia, Técnica de Museus, Arqueologia refletia o caráter pragmático do curso. Outro dado importante nesta conjuntura reside na intrincada teia de relações interpessoais, existente entre dirigentes, alunos/técnicos e os membros das famílias de elite, responsáveis por doações de objetos que compõem muitas das coleções do acervo da instituição⁴⁷. Essas relações desempenharam um papel relevante na história do MHN, especialmente porque os objetos eram valorados por duas características intrínsecas: seus atributos artísticos e/ou históricos, e pelo fato de terem “pertencido a membros daquelas famílias, a personagens históricos e heróis nacionais, autenticando, assim, as narrativas históricas sobre o Brasil” (GONÇALVES, 2007, p. 94). Por ser o único curso de formação existente no país, durante décadas, o perfil dos profissionais atuantes em diferentes museus era basicamente o mesmo.

A partir de 1930, profundas transformações políticas afetam, como sempre acontece, a área cultural. A Era Vargas, como denominados o período que se estende até 1945, é marcado por intensos conflitos que culminam no Estado Novo, momento ditatorial que perdura por quase uma década. Data do primeiro ano de sua gestão a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), dirigido por Francisco Campos. Entre 1934 e 1945, assume a pasta o mineiro Gustavo Capanema, sobre o qual Lia Calabre afirma que “durante os onze anos em que esteve à frente do órgão, não houve um setor que não tivesse recebido atenção”. Para a autora, “no campo da administração pública, este foi o momento da construção de uma racionalidade administrativa que buscou romper com a tradição de uma república oligárquica. Em 1934, foram instituídos concursos públicos para ingresso no funcionalismo de carreira e, em 1938 foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que investia na formação dos quadros públicos” (CALABRE, 2009, p. 16). Na estrutura do novo ministério é

⁴⁶ Em 1951, a então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ conferiu ao Curso Mandato Universitário. Na década de 1970, passou a denominar-se informalmente Escola Superior de Museologia. Em 1974, sua duração foi ampliada para quatro anos e, em 1977, o Curso foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – FEFIERJ, continuando, no entanto, a funcionar nas instalações do MHN. Pelo Decreto lei nº 66.655, de 05/06/1979, a FEFIERJ passou a denominar-se Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO. Informações disponíveis em <http://www4.unirio.br/museologia/escolademuseologia/apresentacao.htm>.

⁴⁷ Dois importantes estudos se destacam sobre o tema das coleções e construção de narrativas em museus históricos: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (1988); ABREU, Regina (1990).

criado o Departamento Nacional de Ensino o qual ficam subordinados as bibliotecas, as escolas de arte e os museus, incluindo a Casa de Rui Barbosa.

O universo museal brasileiro é consideravelmente ampliado, não apenas no quesito físico, ainda que este fator seja bastante relevante: um aumento em mais de 100% é registrado no número de instituições museais criadas durante a Era Vargas. O conjunto dos museus contava com, aproximadamente, trinta instituições no início da década de 1930 e, ao final de 1945 o número chegava a quase setenta. Além disso, as existentes contaram com melhoria na infraestrutura e verbas significativas para aquisição de acervo. Ainda neste período e, diretamente associadas à ideia de construção da identidade nacional, temos iniciativas vinculadas à salvaguarda dos bens patrimoniais como a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934) e posteriormente, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (1937), atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A preocupação com a salvaguarda do patrimônio estava na pauta política há algum tempo em ações isoladas, embora as conquistas se consolidem no período citado⁴⁸. A criação deste órgão remonta ao ano anterior à sua “legalização” quando em 1936, Capanema, solicitou ajuda ao poeta Mario de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, para elaborar um projeto que incluísse a preservação dos monumentos e outras obras de arte, em nível nacional que, segundo seu depoimento, se encontrava em situação de perigo não só pela “danificação e arruinamento, mas, ainda, em grande número de casos, pela dispersão para fora do país⁴⁹”.

As ideias apresentadas por Mario de Andrade conciliavam *as experiências de outros países com as peculiaridades brasileiras, para criação de um Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*⁵⁰. Aproveitando o momento político favorável, uma vez que a reorganização geral do Ministério da Educação estava tramitando na Câmara, Capanema

⁴⁸ Em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro apresentou à Câmara o primeiro projeto elaborado com o objetivo de organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos do país. O poeta e representante de Minas Gerais Augusto Lima, submete no ano seguinte, novo projeto, desta vez visando proibir a saída do país de nossas obras de arte tradicionais. O mesmo, entretanto, não é aprovado por entrar em confronto com a Constituição Federal e o Código Civil vigentes. Em 1930, José Wanderley de Araújo Pinho, da bancada baiana, apresentou um projeto de lei federal para que a proteção aos monumentos históricos e artísticos fosse assegurada pelos estados, incluindo dispositivos de penalização pelo não cumprimento. Contudo, o fechamento do Congresso, em decorrência do Golpe que possibilita a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, torna-o inválido, em função do fim da vigência da Constituição de 1891. Sobre este assunto ver: Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, SPHAN, Fundação Pró-Memória, 1980. p. 14.

⁴⁹ Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, SPHAN, Fundação Pró-Memória, 1980. p. 22.

⁵⁰ Idem.

solicitou a inclusão do SPHAN no organograma da Pasta e, ainda, seu funcionamento em situação experimental, sendo aprovado por Getúlio Vargas, em 19 de abril de 1936. Em menos de um ano, o órgão, o primeiro desta natureza na América Latina, estava oficializado, sendo mantido o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, como seu presidente. Iniciando o período da Ditadura Estadonovista, a Constituição outorgada no mesmo ano, trazia em seu artigo 134, texto, até então dos mais enfáticos sobre o tema, conforme vemos a seguir:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional⁵¹.

Diferentemente de outros momentos, em que as iniciativas políticas para a preservação do patrimônio esbarravam em entraves de diferentes ordens, a promulgação do Decreto-lei nº 25, finalmente foi sancionado pelo Presidente em 30 de novembro de 1937, transformando em lei as ações relacionadas ao tombamento dos bens culturais, e fornecendo ao SPHAN competência fiscalizadora e punitiva. A despeito de todas as críticas feitas ao documento final, sobretudo no seu distanciamento da proposta inicial de Mario de Andrade, o mesmo pode ser considerado um marco na institucionalização do ideário patrimonial brasileiro. Para o projeto de nação desejado pelo Governo Varguista, o patrimônio de forma mais ampla e, os museus como expressão de uma das suas vertentes, eram peças estratégicas pelo seu efeito social. Para Santos, “os museus têm a função de legitimar um imaginário junto ao público e quando cumprem esta função não conseguem modificar este imaginário com facilidade” (2006, p. 56). Os bens selecionados para o tombamento deveriam, como prega o decreto-lei nº 25, ser de “interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. A ideologia nacionalista de Vargas se alicerçava não apenas na ideia de construção de um futuro grandioso, mas na preservação de um passado excepcional que correspondesse à imagem do grande país que despertava do seu estado de inércia. Neste período quase quarenta museus são criados, sendo dez no âmbito federal, conforme discriminados abaixo:

⁵¹ Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, SPHAN, Fundação Pró-Memória, 1980, p. 24.

Instituição	data	esfera	local
Museu de Zoologia João Moojen	1935	Público federal	Viçosa - MG
Museu Nacional de Belas Artes	1937	Público federal	Rio de Janeiro – RJ
Museu da Inconfidência	1938	Público federal	Ouro Preto – MG
Museu Herbário	Década de 1940	Público federal	Juiz de Fora - MG
Museu Regional da Fauna e da Flora	1940	Público federal	Itatiaia - RJ
Museu Imperial	1940	Público federal	Petrópolis – RJ
Museu das Missões	1940	Público federal	São Miguel das Missões - RS
Museu Solar Monjardim	1942	Público federal	Vitória - ES
Museu do Ouro	1945	Público federal	Sabarará – MG
Museu de Paleontologia do Instituto de Geociências - RS	1945	Público federal	Porto Alegre - RS

Ainda persiste o foco nas ciências da natureza em 40% deste total e, quanto ao modelo conceitual *museu-casa* temos apenas o Museu Imperial, classificado, segundo os parâmetros do DEMHIST como *Casa de Poder* e o Museu Solar Monjardim, como *Casa Rural e de Personalidade*. Quando ampliamos a análise para as instituições criadas em outras esferas encontraremos, no período, mais cinco museus-casas, assim distribuídos:

Instituição - tipologia	Data	Esfera	Local
Museu Regional de Olinda - Casa de Sociedade Local	1934	Público - estadual	Olinda - PE
Casa de Juvenal Galeno - Casa de Personalidade	1936	Privado	Fortaleza – CE
Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes Casa de sociedade local	1941	Público estadual	Terezina – PI
Museu Antonio Parreiras - Casa de Personalidade	1941	Público estadual	Niterói - RJ
Museu Casa de Pedro Américo - Casa de Personalidade	1943	Público municipal	Areia - PB

Dos espaços mencionados, dedicados a publicização do ambiente privado de um personagem, consta a residência de um poeta (Juvenal Galeno) e dois artistas (Antonio Parreiras e Pedro Américo). A historiografia dos museus brasileiros nos aponta para a exploração dos objetos e dos assuntos, mas não dos personagens em seu “habitat”, ação que se inicia, no âmbito da esfera pública, com a Casa do político Rui Barbosa.

2.1.1 Transformações conceituais e práticas no cotidiano dos museus

“O conceito de museu não deve ser generalizado.
Existiram, ao longo da história, museus com
características e significados bem distintos”.
(SANTOS, 2006, P. 16)

A Casa de Rui Barbosa foi criada no século XX, período que assistiu a profundas transformações no universo museal, como analisado anteriormente. No cenário político, duas grandes guerras ocorrem num período inferior a trinta anos, mudando a visão sobre o futuro, a memória e o risco de desaparecimento de acervos e espaços seculares. O museu acompanhou tais mudanças, tanto na sua vertente conceitual quanto física. Órgãos e associações de classe burilaram o significado da instituição na tentativa de adequá-la aos paradigmas contemporâneos. Destacamos neste cenário, a criação do ICOM - Conselho Internacional de Museus -, em 1946 que, desde então, vem sistematicamente propondo a adoção de uma definição em âmbito mundial, bem como a adequação do termo aos diferentes contextos histórico-sociais, como forma de atender as realidades da comunidade museu global. A primeira definição data do ano em que o órgão é fundado e propõe um entendimento amplo da instituição *museu* aos incluir em seu escopo, espaços com coleções vivas, tais como os jardins botânicos e zoológicos. Por outro lado, imputa ao museu o papel de espaço civilizador, como se constata em suas resoluções.

Em pouco mais de meio século de atividades, o ICOM propõe recorrentes alterações na definição do vocábulo museu, aproximadamente sete, elaboradas em 1946, 1951, 1961, 1974, 1989, 1995, 2001 e 2007. O que isto nos sinaliza? Quais são os dispositivos acionados nesta trajetória conceitual? A mudança conceitual se materializa nas ações desenvolvidas? Ela ocorre de fato? Os autores da publicação *History of ICOM 1946-1996*⁵² dedicam algumas páginas a análise do que eles denominam *evolução no conceito de museu* e afirmam que este fato demonstra a preocupação em torná-lo uma instituição mais atual, capaz de desempenhar um papel enfático, a serviço da sociedade e do patrimônio. Para corroborar a colocação, eles comparam a definição de 1895, elaborada pela *The Museums Association*⁵³, com a proposta pelo ICOM, em 1946 no afã de dimensionar o caráter inovador, já presente na origem do órgão.

⁵² Disponível em <http://archives.icom.museum/publications/history.html>.

⁵³ Segundo a publicação citada, esta organização foi criada por cerca de uma dúzia de curadores britânicos, sendo provavelmente a primeira no mundo. Seus membros eram tanto representantes de museus nacionais quanto estrangeiros.

Assim, se a primeira entendia o museu como uma *instituição para conservação de obras de arte, coleções arqueológicas e espécimes de história natural*; o novo Conselho amplia esta noção em duas vertentes; técnica: agregando instituições de outras naturezas na categoria museu, como zoológicos e jardins botânicos; e social: ao introduzir e, com isto reforçar a função desta instituição, a locução “*aberta ao público*”. Ainda que o conceito de *aberto ao público* possa ser questionado, na medida em que difere do termo *a serviço do público*, a sua inserção sem nenhum qualificador permite, minimamente, o benefício da dúvida, no quesito intenção. Diferentemente de tempos remotos quando o público do museu era, visivelmente, circunscrito a poucos privilegiados e, não nos referimos especificamente às coleções privadas de príncipes e viajantes que permitiam o acesso aos amigos e parentes. Neste aspecto já iniciamos a discussão com a abertura dos museus ao público, entretanto com restrições subentendidas como analisado por Habermas sobre a categoria *Le public*.(2003, p. 79)

O Ashmolean Museum, considerado o primeiro museu público da Europa, aberto em 1683, tinha, por exemplo, sua visitação restrita a especialistas, estudiosos e estudantes universitários (SUANO, 1986, p. 25). Sete décadas depois, o Museu Britânico que se pretendia mais acessível ao público reforçava, em outros aspectos, o caráter restrito dos seus visitantes, uma vez que o valor do ingresso era alto, devendo ser adquirido com duas semanas de antecedência. Relatos dispersos corroboram a necessidade de trajés específicos e comportamento comedido para ser aceito nestes locais, como demonstra o trecho destacado:

O casaco de inverno de Marx estava destinado a entrar e a sair da loja de penhores durante todos os anos de 1850 e o início dos anos 1860. (...) Se seu casaco estivesse na loja de penhores durante o inverno ele não podia ir ao Museu Britânico. (...) os fatores sociais ideológicos eram, provavelmente, tão importantes quanto o frio. O salão de leitura não aceitava simplesmente qualquer um que chegasse a partir das ruas: e um homem sem um casaco, mesmo que tivesse passe de entrada, era simplesmente qualquer um (STALLYBRASS, 2008, P. 48).

O museu não era acessível a todos que desejassem, ainda que esta informação não fosse explícita. O impedimento se colocava por quesitos subentendidos, como percebemos no trecho acima. Isto posto, não podemos desconsiderar a importância da presença da locução citada, sem analisar suas implicações sociais. A retirada de alguns termos e a inserção de outros poderiam nos apontar para uma tentativa de aproximação da instituição com o público. A definição de 1951, quando comparada com a anterior tem como conquista a substituição do termo *aberto ao público* pela informação *administrado para interesse geral*, pressupondo, assim, a correção de ambiguidades que a locução anterior poderia suscitar.

(1951) Artigo II - ICOM Estatutos, julho de 1951;

A palavra museu aqui denota qualquer estabelecimento permanente, administrado no interesse geral, com a finalidade de preservar, estudar, valorizar de diversas maneiras e, em particular, de expor ao público para deleite e aprendizado os objetos e espécimes de valor cultural: coleções artísticas, históricas, científicas e tecnológicas, jardins botânicos, aquários e zoológicos. As bibliotecas públicas e instituições arquivísticas públicas que mantenham salas de exposições permanentes serão considerados museus.

O conceito de permanência, bem como as finalidades, com destaque para a educação, se faz representada tanto em *estudo* quanto *deleite*, também são agregadas à definição deste ano. Nas assembleias e conferências seguintes não há grandes alterações, mas vale ressaltar que a introdução da *finalidade educativa* ecoa numa série de eventos e publicações, inclusive no Brasil. Em nosso país temos como fruto significativo a realização do *Seminário Regional Latinoamericano*, terceiro no gênero organizado pela UNESCO, seguindo o mesmo tema dos anteriores, *a função educativa dos museus*, mas restringindo à participação aos membros de museus da América Latina.

O evento, ocorrido em 1958, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, foi coordenado por Georges Henri Rivière, primeiro diretor do ICOM, e organizado em parceria com vários órgãos, entre eles o ONICOM – *Organização Nacional do International Council of Museums* -, como mencionado, presidido por Heloísa Alberto-Torres. Embora tenha sido intitulado como seminário, a natureza do evento era semelhante a de um curso, iniciado em 7 de setembro e finalizado no dia 30 do mesmo mês. Como parte do programa, foram realizadas visitas técnicas a museus de diferentes tipologias, tais como o Museu Nacional de Belas Artes, Museu do Índio, Museu Nacional, Museu do Banco do Brasil e a Casa de Rui Barbosa, representada por Regina Real cujas ações desenvolvidas na instituição refletirão sua participação no encontro. Uma excursão às cidades históricas de Minas Gerais, também compunha o evento. Nas conclusões do seminário, constam as *definições fundamentais*, compostas por uma gama variada de informações em diferentes níveis que perpassam a organização dos museus; os profissionais que devem compor as equipes, de acordo com o tamanho da instituição; normatização de alguns termos concernentes ao campo; incentivo à criação de sociedades de amigos dos museus e outros aspectos. Destacamos a noção de museu, reafirmando a proposta pelo ICOM; e as definições de Museologia e Museografia, sendo a primeira entendida como a *ciência que tem por objeto estudar as funções e a organização do museu*, e a seguinte como o *conjunto de técnicas relacionadas com a Museologia*. Um dado chama a atenção, a conceituação de Museologia como ciência, discussão que permeará o campo por longo tempo. Segue um panorama resumido das propostas apresentadas pelo grupo:

- necessidade de criar instituições formadoras, dada à carência de profissionais especializados;
- adequação do museu de modo a colaborar com a educação formal;
- inserção dentro da comunidade com vistas ao seu desenvolvimento;
- objetivação de conceitos abstratos veiculados pelo ensino formal;
- atendimento a necessidades sociais através de departamentos educativos ou de serviços didáticos;
- reafirmação do objeto como cerne do museu, com a utilização de todos os recursos disponíveis para produzir uma relação harmoniosa sujeito e objeto;
- consideração da exposição enquanto meio específico dos museus, definindo as seguintes modalidades, de acordo com objetos e recursos: exposições ecológica e sistemática; exposições circulantes; exposições polivalentes; e ambientes sonorizados.

Entre 1965 e 1970, o cenário museal era bastante crítico, levando Hugues de Varine a afirmar que os *museólogos mais empreendedores e mais inovadores em todo o mundo tinham perdido suas ilusões: o museu enquanto instituição consagrada pela tradição estava morrendo, apesar dos esforços despendidos por todos para inventar um futuro para ele*. O autor apontava que *todas as estatísticas mostravam que 90% dos moradores de uma cidade jamais visitavam os museus de sua região*. A 9ª Conferência Geral do ICOM, ocorrida em Paris e Grenoble, no ano de 1971, é marcada pela tensão; a ideia, proclamada pelo beninense Stanislas Adotévi e pelo mexicano, Mario Vásquez, propagava um grito de alarme e socorro, ao afirmarem que *a revolução do museu deveria ser radical, ou o museu desapareceria* (VARINE, 1979, p. 63). Alguns meses antes deste desabafo, o então Diretor do ICOM, Hugues de Varine, juntamente com o ex-diretor e conselheiro permanente do órgão, Georges Henri Rivière, e Serge Antoine, conselheiro do Ministro do Meio Ambiente francês, estavam reunidos para tratar da logística da Conferência citada que aconteceria em setembro. O destaque da discussão girava em torno do teor do discurso que Robert Poujade, prefeito de Grenoble e Ministro do Meio Ambiente da França, deveria pronunciar. Os representantes do ICOM almejavam que, pela primeira vez, numa conferência internacional, um político de primeiro escalão relacionasse publicamente os termos *museu e meio ambiente*. Entretanto, o conselheiro do Ministro estava receoso, pois sabia que, naquele momento, uma declaração sobre o museu não poderia ser verdadeiramente inovadora. As palavras não são simples organização de letras, elas estão carregadas de significado e, museu, naquele momento estava associado a algo negativo. No afã de ver sua expectativa correspondida, Georges Henri, explicitou seu pensamento:

“seria absurdo abandonar a palavra; melhor mudar sua imagem de marca...mas pode-se tentar criar uma nova palavra a partir do museu...”E tentei diversas combinações de sílabas a partir das duas palavras “ecologia” e “museu”. Na segunda ou terceira tentativa, pronunciei *ecomuseu*. Serge Antoine aguçou o ouvido e declarou pensar que talvez essa palavra pudesse oferecer ao Ministro ocasião de abrir um novo caminho à estratégia de seu Ministério” (Idem, p. 64).

E assim, na abertura da Conferência de 1971 o termo *ecomuseu* foi apresentado à plateia de, aproximadamente, 500 especialistas da área. Entretanto, segundo o próprio Hugues de Varine, naquele momento o termo ainda era muito vago, tratava-se de uma ideia sem forma. Agora um desafio estava posto e o campo museal experimentaria grandes mudanças que reverberaram em diferentes planos. Ainda em 1971, é formulado o projeto de um museu estruturado em bases menos consolidadas que, de certa forma, se afastavam dos tradicionais pilares do museu clássico. Três anos mais tarde, este museu, de tipo novo, recebe o nome de *Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau-les Mines*. A concepção do *ecomuseu*, segundo seu principal idealizador,

em sua variedade comunitária, é inicialmente uma comunidade e um objetivo: o desenvolvimento dessa comunidade. Em seguida, é uma pedagogia global que se apoia em um patrimônio e em agentes que pertencem ambos a essa comunidade. Enfim, é um modelo de organização cooperativa com vistas ao desenvolvimento e a um processo crítico de avaliação e de correção contínuas. (Idem, p. 69).

Ainda, sob o clima de apreensão e críticas, internas e externas, acontece, em 1972, a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, marcando profundamente a área museológica, ainda que, seus reflexos não tenham sido tão imediatos. É um momento de sacudida e reflexão sobre o papel dos museus diante de uma sociedade em transformação e um museu estagnado, ensimesmado em suas funções técnicas. O processamento das ideias e os desdobramentos práticos gerados a partir da Mesa Redonda, não acompanharam o ritmo acelerado que os especialistas do campo, presentes ao encontro, desejavam, mas metaforicamente, podemos afirmar que a preparação do terreno ocorreu cuidadosamente, possibilitando uma sólida construção. Hugues de Varine destaca dois aspectos inovadores sobre o evento citado, a saber: o conceito de *museu integral*, a partir do qual o museu deveria considerar a totalidade dos problemas da sociedade em suas abordagens e, o museu como *ação*, ou seja, como instrumento dinâmico de mudança social. Para ele, dessa forma *se esquecia aquilo que havia constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão da coleta e da conservação. Chegou-se em oposição, a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse do homem e de todos os homens* (OLIVEIRA BRUNO, 2010, v. 2, p. 40). O evento

reúne uma série de elementos que fornecem, sobretudo quando analisados separadamente, subsídios para uma densa reflexão sobre os diferentes momentos que perpassam à Mesa Redonda. Temos inicialmente um organismo europeu (UNESCO) propondo a realização de um evento voltado para um grupo restrito de museólogos da América Latina. A dimensão física deste encontro é desproporcional ao seu alcance ideológico e simbólico; estavam presentes, além dos quatro expositores e cinco membros da organização, apenas onze representantes de instituições museais da América Latina.

O Chile, de 1972, liderado por Salvador Allende, é escolhido para sediar o encontro, certamente pelo auspicioso momento político que o país experimentava, diferentemente de outras nações, localizadas abaixo do Equador, sob o autoritarismo militar. Prova contundente deste momento é o veto do nome do educador brasileiro, Paulo Freire, para atuar como moderador da Mesa Redonda que, ao ser sondado por Hugues de Varine, se comprometeu *a refletir especialmente sobre uma nova concepção do museu como instrumento a serviço da libertação do homem e do seu desenvolvimento* coadunando assim, sua atuação com seus ideais e constante luta em prol da educação conscientizadora e comprometida com o ser, ao qual se destinam nossas ações. Sempre tão eloquente e contumaz na resistência à escravidão em relação às técnicas e à burocratização do compromisso, seu nome foi considerado subversivo, pelo regime militar, para o cargo.

A metodologia adotada para estruturar o evento foi um dos elementos que demonstrava o caráter diferenciado que se pretendia para aquele tipo de reunião. Um dos destaques está na definição do espanhol como o idioma oficial; os estrangeiros presentes atuariam como observadores, não tendo direito à participação no debate. Foram convidados debatedores, de países latinoamericanos - fato que, segundo Hugues de Verine, se configurava como novidade, tendo em vista que, em geral, eram oriundos da Europa ou América do Norte - especializados em quatro áreas, que - com exceção da educação - não se articulavam diretamente com a museologia do período: agricultura, urbanismo, tecnologia e a já citada, educação.

A origem da noção de museu integral, formulada durante o encontro, está de certa forma, associada às provocações trazidas por estes *outsiders*. Como apontado, os museus encontravam-se ensimesmados, privilegiando as funções técnicas em detrimento de uma ação mais atuante, para além dos muros institucionais, como se vivessem num vazio sociológico. No documento final, consta em sua recomendação primeira que “a Mesa-Redonda considerou que uma de suas realizações mais importantes foi a identificação e definição de uma nova abordagem para a ação dos museus - o museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural”. É neste contexto que o termo *a serviço*

da sociedade passa a compor a definição de museu, ainda, em 1972, sendo reafirmado durante a 11ª Assembleia Geral do ICOM, realizada em 1974, como notamos a seguir:

(1974) - Seção II - ICOM Estatuto, aprovado na 11ª Assembleia Geral, em Copenhague, Dinamarca, 14 de junho 1974;

artigo 3 - Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento; aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos concretos do homem e seu meio ambiente.

artigo 4 - Além de museus designados como tal, o ICOM reconhece que os seguintes espaços se enquadram na definição acima:

a. institutos de conservação e galerias de exposição mantidos permanentemente por bibliotecas e arquivos;

b. Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos; os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno;

c. instituições exibindo espécimes vivos, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros, etc

d. reservas naturais;

e. centros científicos e planetários.

Sabemos o quanto as generalizações são perigosas, elas pasteurizam a informação, empobrecem a reflexão, mascarando, muitas vezes, os conflitos e as tensões. Embora fosse grande o número de museus que refletisse a situação apontada, não somente pelo ICOM mas, também por outros críticos do campo, algumas experiências museais, caminhavam no sentido contrário, trabalhando *avant la lettre* o conceito de museu integral, antes mesmo deste ser cunhado. Uma referência alusiva a este contexto pode ser encontrada em Anacóstia, bairro habitado por maioria negra, de baixa renda, localizado em Washington-EUA. O museu, cujo projeto é de 1967, surge como um instrumento de mediação proposto pelos próprios moradores, na tentativa de apoio a grave crise ambiental existente na localidade. A praga de ratos enfrentada pelo bairro serviu de tema à primeira exposição planejada por eles, seguida por outra, de caráter itinerante, elaborada a partir dos desenhos e depoimentos das crianças que narravam a difícil convivência com os ratos. A mesma, itinerou pelos EUA, causando grande impacto no público e nas autoridades. A reurbanização e a melhoria das condições de vida passaram a ser a espinha dorsal do Museu de Anacóstia.

Os ecos da Mesa Redonda de Santiago do Chile se propagam ainda hoje. Muitas experiências inovadoras no campo museal reconhecem que são herdeiras dos ideais difundidos no início dos anos de 1970, quando a instituição *museu* teve seu valor e forma de atuação questionados. Dentre estes, destaco o Movimento Internacional para uma Nova Museologia, Minon, criado em 1984, durante o I Atelier Internacional de Ecomuseus e Nova Museologia, ocorrido em Quebec-Canadá. Segundo Paula Assunção, o Minon:

teve e tem um papel importante em enfatizar a dimensão política do conceito de museu integral, isto é, museu como ação, como um instrumento a serviço da sociedade e envolvido na solução de seus problemas. Para o Minon, a declaração de Santiago oferece os fundamentos para uma (nova) museologia, cuja primeira e principal preocupação é a melhoria das condições de vida, o desenvolvimento das populações e seus projetos para o futuro (NASCIMENTO JR.; TRAMPE; SANTOS, 2012, p. 9).

Em 2007, à noção de museu é incorporado o termo *immaterial*, presente, até então, de forma pulverizada nos artigos subsequentes à definição principal. As adequações ou evolução, como sugere o ICOM, não foram absorvidas igualmente em todos os países. Embora o órgão citado pretenda um alcance mundial, alguns Estados adotam conceituações próprias e, muitas vezes não há uma unidade conceitual dentro dos seus próprios limites, como ocorre, por exemplo, *na Alemanha, onde cabe aos Estados Federados definir que instituições devem ser contabilizadas nas estatísticas oficiais sobre museus* (Ibram, 2011, vol. 1, p. 02). O Brasil, presente desde a criação do referido órgão, representado, na ocasião, por Mario Barata, trabalha com a noção ampla de museu, por este proposta, adotando algumas adequações definidas pelo Estatuto de Museus:

Art. 1^o Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2^o São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

O cenário mundial é bastante diverso e, embora como vimos analisando, o conceito de museu tenha se modificado ao longo do tempo visando a inclusão de instituições afins e, ainda,

a adequação às mudanças sociais, as experiências locais guardam especificidades que a tornam ímpares. Dados estatísticos produzidos pelo *Musems of the world*⁵⁴, indicaram no levantamento de 2007, a existência de 55.098 museus espalhados em nosso planeta. Estes números, entretanto, não refletem a densidade museal, uma vez que os critérios conceituais, como já apontamos, adotados pelos países diferem entre si, dificultando um mapeamento mais próximo da realidade. O fato de não termos dados numéricos precisos sobre o universo museal, para além das dificuldades logísticas concernentes à coleta destas informações, abre caminho para a reflexão sobre um ponto interessante: *o caráter amorfo e plural do museu*, apesar de todos os esforços empregados por diferentes órgãos para enquadrá-lo num recorte específico. Muitas são, assim, as instituições, os processos, os fenômenos que por sua natureza diferenciada não se adequam à definição oficial de museu. Ser ou não ser, a famosa questão proposta por Shakespeare há mais de quatro séculos se aplica a algumas instituições que se autodenominam museu, sem respaldo técnico ou conceitual. Mais uma vez, temos aqui um rico material para reflexão: estamos diante de uma instituição capaz de produzir *injunção identitária*, ela afiança positivamente os processos mnemônicos junto ao público e, a despeito das críticas se mantém vigorosa atravessando o tempo e o espaço.

A alteração conceitual é suficiente para uma mudança social? O esforço em se mostrar diferente é materializado em ação? Estes espaços geram interpretações distintas e conflitantes no imaginário popular variando entre categorias que oscilam do *importante* ao *chato*. No final dos anos de 1980, um projeto, coordenado pelo professor Mario Chagas⁵⁵ da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, levantou a imagem que os pedestres transeuntes, de diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, associavam ao termo, solicitando que estes informassem o que vinha a mente quando a palavra *museu* era mencionada. Os dados obtidos confirmaram o que qualquer pesquisador do campo observa em seu contato direto com o público: a imagem mais difundida no imaginário social era “coisa velha, coisa antiga”. Nos idos dos anos 90, como produto final para uma disciplina, dos períodos iniciais, do curso de Museologia, da mesma universidade, investiguei a percepção que amigos e familiares possuíam acerca do termo. As respostas traduziram esta interessante dicotomia: lugar de coisa velha; lugar de cultura; lugar de conhecimento; lugar chato; lugar de passado; lugar de

⁵⁴ Disponível em www.egmus.eu. Acessado em 31 de outubro de 2014.

⁵⁵ CHAGAS, Mario de Souza et al. Museus e público jovem: percepções e receptividades. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST. V.3 n.1 - jan/jun de 2010. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/94/120>. Acessado em 20 de maio de 2014.

peças inteligentes. Identificar o museu como um lugar, sempre seguido por um termo qualificador, em geral associado ao passado é recorrente e, nos estimula ao desenvolvimento de pesquisas de público buscando compreender como as diferentes gerações ressignificam este termo e se relacionam com as instituições museais.

Nesta perspectiva, em 2005 foi criado um programa de pesquisa e serviços sobre os museus e instituições afins, integrando onze instituições do estado do Rio de Janeiro, denominado *Observatório de Museus e Centros Culturais*⁵⁶. Dentre outras informações, a pesquisa, realizada com visitantes a partir dos 15 anos, revelou que 64,4% do público estava indo aquele lugar pela primeira vez, confirmando os dados de pesquisas anteriores nas quais havia uma prevalência de novos visitantes nos museus. Demonstrando, assim a dificuldade em fidelizar o público, em tornar este espaço um hábito cultural nas agendas pessoais. Dos onze museus participantes, a Casa de Rui Barbosa foi a instituição que apresentou o maior índice de visitantes de primeira vez, chegando ao percentual de 84,4%. Esse dado permite algumas considerações. No universo analisado, esta era a segunda instituição mais antiga, tendo a sua frente o Museu Nacional que, por sua vez, teve o menor índice de novos visitantes. A dificuldade em renovar museograficamente os ambientes de um museu-casa pode ser um dos elementos que não estimula o visitante a revisitá-lo. A quebra deste ciclo – imutabilidade do espaço / dificuldade em fidelizar o público – gera um conflito aos gestores pois, muitos temem interferir na leitura visual e na compreensão do todo com a realização de projetos que alterem, ainda que temporariamente, a decoração definida pelo patrono.

No ano seguinte, visando “analisar as percepções e representações sobre o espaço museal, especialmente no que se refere às linhas de agenciamento que vinculam os museus às dimensões culturais, patrimoniais e educativas”, bem como estabelecer dados analíticos com os da pesquisa realizada no final da década de 1980, Mario Chagas com a colaboração de outros pesquisadores, desenvolveu a pesquisa *as imagens dos museus*. Para a nova empreitada, elegeu como público alvo estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, na faixa etária de 10 a 18 anos, de quatro escolas: três públicas, localizadas nas zonas norte, sul e oeste, e uma da rede privada, com sede na zona sul, todas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa utilizou como ferramenta padrão um formulário com duas questões:

⁵⁶ Observatório de Museus e Centros Culturais, inspirado na experiência do *Observatoire Permanent des Publics*, do avaliador francês Lucien Mironer, é um programa de pesquisa e serviços sobre os museus e instituições afins, idealizado por Luciana Sepúlveda, pesquisadora do Museu da Vida/FIOCRUZ, em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins; a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e, o então, Departamento de Museus e Centros Culturais/IPHAN – embrião do atual IBRAM/MinC. O projeto piloto aconteceu em 2005, no Rio de Janeiro, com a participação de 11 instituições, englobando, aproximadamente, 3.500 visitantes.

“como você vê o museu?” e “você já foi ao museu?” Enquanto a primeira pergunta permitia explorar a percepção subjetiva do respondente que poderia traduzir o seu sentimento por meio de uma redação ou de um desenho; a segunda tinha um caráter objetivo, com duas possibilidades de resposta: sim ou não. Para os pesquisadores, a análise dos desenhos,

indica que as imagens que aparecem com destaque no imaginário dos jovens são percepções e sensações positivas da instituição museal - um ambiente “bonito, espetacular” - que possibilita um aprendizado ao se ter contato com diferentes objetos da sociedade. No entanto, comparando as análises dos desenhos de estudantes que já visitaram museus e os que nunca visitaram, nota-se que aqueles que nunca visitaram museus parecem “idealizá-lo”, manifestando representações associadas à ideia de um passado remoto: castelos, esqueletos de dinossauros, múmias e elementos associados, associadas a expressões como “lindo” e “maravilhoso”⁵⁷.

Em recente pesquisa⁵⁸ desenvolvida com os funcionários terceirizados do Museu Casa de Rui Barbosa apenas dois, dos vinte entrevistados, haviam entrado em um museu, antes de trabalhar na instituição: falta de interesse, desconhecimento e imagem negativa foram às causas apontadas. Os que afirmaram ter visitado, o fizeram em situação de visita escolar ao Museu Nacional. Quase todos consideravam a instituição museu “uma coisa chata”, sem atrativo e, por isso nunca pensaram em visitar. Entretanto, esta visão mudou, após conhecer a FCRB e, a maioria pretende conhecer outro museu e levar os familiares. Todos indicam a Casa para amigos e parentes como forma de lazer e, cerca de quatorze, já foram na sua folga visitar a instituição, acompanhado de um familiar ou amigo. A fala de uma das participantes da pesquisa deixa claro seu completo desconhecimento sobre o universo museal ao informar que não imaginava a possibilidade de transformação de uma casa em museu. Ela relata, ainda, a surpresa ao entrar no Museu Casa de Rui Barbosa e, encontrar uma residência “montada”. No seu entender, “um museu era um monte de quadros pendurados na parede”.

A familiaridade que passa a existir entre este corpo de funcionários e a instituição transforma, “a coisa chata” em “espaço interessante” que todos devem ter acesso, como atesta um dos participantes da pesquisa ao compartilhar conosco sua campanha de divulgação para levar os vizinhos até o Museu. Ele insiste em afirmar que “vem de um lugar muito carente de cultura, a Baixada Fluminense, e se, as pessoas não vão até os museus é porque não sabem

⁵⁷ O artigo na íntegra encontra-se na Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/Mast. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/94/120>. Acessado em 20 de maio de 2014.

⁵⁸ Trata-se da mesma pesquisa citada na primeira nota. Foram entrevistados 18 funcionários, sendo 8 vigilantes, 4 auxiliares de serviços gerais, 5 jardineiros e 1 técnico em manutenção.

que vale à pena se deslocar de tão longe para conhecer aquele local”. A autora da epígrafe que introduz este item faz uma crítica à falta de visibilidade dos museus, “todos muito escondidinhos, a pessoa passa na porta, mas não sabe que é museu e que pode entrar”.

Os recorrentes processos de ressignificação sofridos pela instituição museu é uma pista que nos indica seu vigor e a possibilidade de se adequar a contextos histórico-sociais diversos embora, muitas vezes, em um ritmo menos acelerado. Candau constata que

a sociedade francesa contemporânea manifesta um imenso desejo de memória que se traduz em um gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado, a ponto de fazer do país inteiro um imenso museu (CANDAU, 2011, P. 158).

São os desafios enfrentados pela instituição *museu* lidar com as expectativas externas: o que se espera deste lugar? Ser um refúgio do tempo? Mediar os diferentes tempos e espaços? O museu é, como vimos analisando, um espaço que possibilita múltiplas interpretações e, talvez por isso tenha vivenciado momentos de crise e, enquanto alguns pregavam a sua morte outros percebiam sua vitalidade. Para Huyssen “a batalha contra os museus foi um tropo persistente da cultura modernista (...). Ele suportou o olho cego do furacão do progresso ao promover a articulação entre nação e tradição, herança e cânone, e ao proporcionar o principal mapa da construção da legitimidade cultural tanto no sentido nacional como no universal”. E, um sintoma do seu sucesso nesta batalha, talvez seja o fato, como complementa Huyssen, de que “pela primeira vez na história das vanguardas, o museu, no seu sentido mais abrangente, passou de bode expiatório a menina dos olhos das instituições culturais” (HUYSSSEN, 1996, p. 222). Enquanto espaço e conceito, como mencionamos, esta categoria social tem sido nas últimas décadas, objeto de estudo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento com abordagens que variam da Museologia à Sociologia, passando pela História, Filosofia, Antropologia, Arquitetura; repercutindo, também, em áreas tradicionalmente afins ao universo museal como Arte, Educação e Comunicação. Da mítica origem grega aos dias atuais, o museu experimentou momentos significativos, não apenas no que se refere ao seu conceito propriamente dito, mas, sobretudo em sua repercussão junto aos críticos e à sociedade, de forma mais ampla. Se para o senso comum o museu parece ser imutável em sua lógica de funcionamento, reproduzindo etapas sempre coordenadas e, por isso muito simples de gerenciar, para os pesquisadores que lidam com esta temática, a análise aponta numa direção oposta: poucas instituições culturais são permeadas por uma teia tão complexa de relações sociais e simbólicas. À aparente tranquilidade dos ambientes expositivos é contrastada por tensões, conflitos e disputas perpassando toda a trajetória

institucional, presentes, inclusive na ideia de criação do museu, como analisaremos na criação da Casa de Rui Barbosa.

2.1 Casa de Rui Barbosa: (trans)formação e trajetória

Até o final da República Velha o Brasil possuía cerca de poucas dezenas de museus dedicados a diferentes temáticas, além de outros lugares de memória, no sentido apontado por Pierre Nora, “marcos testemunhais de outra era, das ilusões de eternidade” (1993, p.13). Entretanto no hall destes lugares, ainda não figurava em nosso país um espaço biográfico, dedicado a um personagem público, musealizado com todo o seu invólucro: a casa e o personagem convivendo no mesmo patamar hierárquico. Rui Barbosa foi o primeiro homem público brasileiro a ter o seu espaço privado transformado em museu, por iniciativa governamental. Muitas hipóteses podem ser propostas para compreender esta distinção. Ao iniciar a pesquisa, suspeitávamos que a ideia central de criação do museu estava relacionada à elevação da personagem ao posto de mito republicano. Outros nomes de maior destaque no movimento também poderiam ter concorrido ao posto, por que, então, um republicano de última hora, como o próprio Rui sempre se considerava? Sinalizamos no item anterior que a casa de Benjamin Constant é citada na Constituição de 1891 como um espaço a ser ressignificado, tirando-a do seu contexto exclusivo de uso residencial para ser investido como local de memória, a princípio restrito à colação de “*uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República*”, como assim o denominaram os constituintes. Este é um indício que a ideia de apropriação de um espaço privado para divulgação da memória de um homem público estava na pauta política.

Os textos e imagens dos periódicos⁵⁹, que retrataram a morte de Rui Barbosa, em março de 1923, nos fornecem a dimensão da comoção instalada. Este clima gerou uma expectativa pública sobre o destino da memória do mito, explicitada e potencializada, por exemplo, por Constâncio Alves, no *Jornal do Commercio*, quatro dias após o sepultamento de Rui Barbosa, no qual ele manifesta preocupação com o acervo bibliográfico do senador, considerado por ele como verdadeiro patrimônio nacional. O apoio à Alves foi imediato em diferentes periódicos que propunham a aquisição da biblioteca e a sua transformação em bem

⁵⁹ Muitos destes periódicos estão digitalizados e disponíveis para consulta em <http://www.bn.br/acervo/bn-digital>.

público. No trecho a seguir, pronunciado durante uma reunião no Instituto dos Advogados, dois meses depois da morte de Rui Barbosa, e publicado no Jornal do Brasil (18/05/1923 Anexo K), percebemos a veemência do pedido e o movimento desta associação de classe para que a casa seja transformada em museu, a exemplo de outras residências de ilustres personagens estrangeiros. Assim, lemos no referido artigo: “*levanta um appello ao Congresso Nacional para que se vote uma lei autorizando o Governo a não somente adquirir a biblioteca de Ruy Barbosa, mas também o seu palacete de residência, para que ali se installe um Museu Ruy Barbosa, à semelhança do que fizeram os francezes com o grande genio que foi Victor Hugo*”.

Embora tal modelo de museu fosse novidade no Brasil, a ideia de apropriação do espaço privado para publicização de uma personagem pública encontra sustentação teórica na análise empreendida por Sennett, em o *declínio do homem público*. Ele aponta que no século XVIII, à medida que as cidades cresciam e desenvolviam-se em redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam se encontrar regularmente. O centro da vida pública, na qual grupos sociais complexos e díspares se encontram, passa a ser a capital, e seus cidadãos enfrentam o desafio de definir, no comportamento e na crença, tanto o que era a vida pública quanto o que não era. Afirma Sennett que “a linha divisória entre a vida privada e a vida pública constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade – encarnadas pelo comportamento público, cosmopolita – eram confrontadas com as exigências da natureza – encarnadas pela família” (1988, p. 33) e, portanto pertencente ao universo privado. Entretanto, o equilíbrio existente entre estas categorias começa a se romper a partir do século XIX sobre a ação de três forças: em primeiro lugar, um duplo relacionamento que o capitalismo industrial veio a ter com a vida pública nas cidades maiores, baseada nas pressões de privatização que este suscitou na sociedade burguesa e na “mistificação” da vida material em público, causada pelo consumo que se amplia; em segundo lugar, temos uma reformulação do secularismo, impactando na forma como as pessoas interpretavam o estranho e o desconhecido; a terceira força é considerada a lenta transformação da vida pública, ao longo do século XIX, motivada pela sublevação social e política, ocasionando uma tensão nas três forças, na medida em que uma afetava a outra. Para Sennett, gradualmente os traumas do Capitalismo levaram as pessoas a se protegerem dos choques de uma ordem econômica, e a vontade de controlar e de moldar a ordem pública foi se desgastando, levando-as a se refugiarem em seus universos privados, baseado na família, onde os valores morais fossem mais elevados do que no domínio público. Diferentemente do pensamento vigente no Iluminismo, onde as pessoas percebiam o domínio

público como um conjunto limitado de relações sociais, no século XIX, tomando as relações familiares como padrão, a vida pública é considerada moralmente inferior. Nesta perspectiva, os conceitos de privacidade e estabilidade pareciam estar unidos na família e, é em face dessa ordem ideal que a legitimidade da ordem pública será questionada (IDEM, p. 35).

Toda esta reestruturação dos códigos sociais gera o desequilíbrio entre as categorias, levando o âmbito privado a uma identificação com aquilo que é confiável. Este traço se reproduz ainda hoje nos discursos dos homens públicos, em especial, candidatos políticos que acionam aspectos da vida privada, tais como infância, vida familiar, preferências de lazer como forma de atrair votos e respeitabilidade junto aos cidadãos. Como bem analisa Sennett, “seria suicídio, na política moderna, para um líder insistir em dizer: esqueçam a minha vida privada; tudo o que precisam saber a meu respeito é se sou bom legislador ou bom executivo e qual a ação que pretendo desenvolver no cargo” (IDEM, p.41). Embora o contexto histórico do autor fosse os anos de 1970 podemos, sem medo de errar, afirmar que a vida privada é um fator determinante na escolha dos homens públicos. Por este viés podemos compreender que a privatização da vida pública de Rui Barbosa, por meio da musealização da sua residência, era uma estratégia possível de seus admiradores e correligionários para a mitificação, iniciada em vida, da personagem. Acrescentamos, ainda, a esta premissa o fato de neste momento o país estar vivendo uma República civil que busca desvincular o caráter militar do regime recém-proclamado. Nos diferentes periódicos que consultamos, o termo *civilismo* surge como uma bandeira importante para marcar a nova fase política. O nome de Rui Barbosa, desde a sua campanha presidencial contra o candidato militar Hermes da Fonseca, estará sempre associado a esta categoria; referir-se a ele como campeão do civilismo tornou-se uma metonímia.

Alguns indícios nos apontam, ainda, para a conclusão de que a ideia da aquisição da casa de Benjamin Constant tenha sido proposta pelo revisor do documento mencionado, o jurista Rui Barbosa. Na Europa, esta tipologia de museu já havia sido adotada e, encontramos uma nota divulgando a criação de um museu-casa na revista quinzenal *O Tempo*⁶⁰ (15/09/1922), na qual lê-se:

A casa de Dickens

Acaba de ser adquirida em Londres a casa nº 48 da rua Doughty (Blomhary), onde Dickens residiu depois de casar-se e onde elle acabou de escrever Pickwick Papers. Essa casa vai ser transformada em um museu Dickens. A Inglaterra já possui, como se sabe, a casa de Shakespeare e a de Carlyle, ambas transformadas em museu.

⁶⁰ O exemplar citado consta no acervo do Arquivo Histórico da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Na página seguinte, encontramos um pequeno artigo lamentando o destino da casa do poeta Edmond Rostand (1868-1918), vendida em leilão; informa que “*a propriedade do grande poeta em Cambo, aquelle ninho feito de uma porção de sonhos, de phantacias e de caprichos acabou-se prosaicamente, com a sua descrição enquadrada em um annuncio (...) Pobre Rostand! Pobre Arnaga! Triste fim para a casa de um grande poeta onde elle sonhou os melhores sonhos de sua existência feita de belleza e glória*”.

O significado dos mesmos torna-se um dado relevante quando mencionamos que os proprietários do periódico em questão são Alfredo Ruy Barbosa e Carlos Vianna Bandeira, filho e cunhado de Rui, sendo este, ainda, um dos colaboradores da revista. Analisando os dados correlatos podemos, também, afirmar que tanto a divulgação da abertura do museu quanto o lamento tenham sido escritos por Rui Barbosa. Lembramos que durante dois anos esteve o político exilado na Inglaterra, país que admirava e o encantava, tendo certamente visitado os dois museus-casas citados posto que, eram escritores por ele lidos. E quanto à residência de Rostand, por que o lamento? A casa está apenas sendo vendida e não demolida, ela continuará a existir, entretanto sem referências ao antigo proprietário, fato que incomoda ao autor do artigo, que parece ser leitor e admirador do poeta, fato que corroboramos com a existência de sete obras de Edmond Rostand⁶¹, existentes na sua Biblioteca.

Após a morte do jurista, a viúva Maria Augusta recusou duas propostas vantajosas de venda da casa oferecidas pela embaixada da Inglaterra e, outra da biblioteca, feita pelo Jockey Clube de Buenos Aires (MAGALHÃES, 1994, p.21). Preferiu D. Maria Augusta, mesmo com prejuízo monetário evidente, vender a casa, biblioteca, arquivo, mobiliário e a propriedade intelectual das obras ao governo federal que expressou interesse na criação de um museu-biblioteca (IDEM). No discurso de inauguração da instituição, proferido pelo sr. Antonio Batista Pereira, fica explícito que o desejo do ilustre morto estava sendo realizado. A marca deixada pela presença humana, aludida por Arendt, parece ter sido definida e articulada pelo jurista: o criador (Rui Barbosa) vislumbrou a criatura (museu-casa) que possibilitasse tornar seus vestígios imorredouros. Era, de fato, seu desejo que a marca, por ele deixada, pelo trânsito na terra fosse a ferramenta de trabalho que o distinguiu em vida: o conhecimento que ele creditava as horas de estudo e consulta aos livros de sua biblioteca.

⁶¹ Alguns exemplares com o mesmo título, porém de edições diferentes.

2.2.1 Os primeiros anos: 1924 a 1930

O projeto para a aquisição da casa pelo governo foi elaborado pelo Senador Antonio Azeredo, amigo e correligionário de Rui Barbosa, incentivado pelas manifestações publicadas em jornais, como a já citada preocupação de Constâncio Alves, com a biblioteca, bem como a do Instituto dos Advogados, sugerindo a compra da residência. O mesmo seguiu com emendas do Senador Irineu Marinho, sendo a aquisição aprovada e autorizada, conforme Decreto nº. 4.789, de 02/01/1924 (Anexo A), assinado pelo Presidente Arthur Bernardes e pelo, então Ministro da Justiça, João Luiz Alves, assim descrito:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, separadamente, ou em conjunto:

a) a casa á rua S. Clemente n. 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. sennador Ruy Barbosa;

b) o mobiliario, a bibliotheca, os manuscriptos e o archivo;

c) a propriedade, intellectual das obras do eminente brasileiro.

Parapho unico. Realizada a aquisição, o Governo fundará, no edificio, e com as installações adquiridas, um museu-bibliotheca; podendo dar-lhes, não obstante, os destinos que julgar mais adequados ao culto nacional pela memoria do grande cidadão⁶².

Entretanto, como lemos no decreto seguinte, nº. 16.651, de 23/10/1924 “*Abre ao Minsterio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2.965:000\$, para pagamento, em apolices da divida publica interna, das despesas com a aquisição da propriedade intellectual das obras do senador Ruy Barbosa e da casa em que o mesmo residiu, nesta cidade, com a bibliotheca, os manuscriptos e o archivo*”, o mobiliário, exceto as estantes, foi retirado da compra, ato também assinado pelo Ministro João Luiz Alves, inimigo político de Rui Barbosa. Além da exclusão do mobiliário, temos outro fator que juntos descaracterizam a residência, retardando o processo de implementação do Museu. Após a venda da casa, D. Maria Augusta se muda para uma residência menor, localizada na Rua Raimundo Correa, em Copacabana, sendo necessário o desfazimento de inúmeros objetos. Assim, em 21 de dezembro de 1924 é realizado, no interior da residência da São Clemente, um grande leilão, anunciado, dentre outros periódicos, no Jornal do Comércio, como “sensacional leilão dos móveis e mais objetos de arte que guarnecem o palacete do 134, Rua São Clemente. Residência do inolvidável Conselheiro Ruy Barbosa” (Jornal do Comércio, 23/12/1924)”. Sobre o leilão e a venda da casa ao governo, Lucila Batista Pereira,

⁶² Decreto nº 4.789, de 2/01/1924.

irmã Ana de Lourdes, neta de Rui Barbosa, relatou em depoimento ao projeto Memória de Rui Barbosa⁶³:

FCRB (Lídia Cordeiro e Claudia Reis): “Tem uma sra. que foi na Casa de Rui Barbosa e disse que tem duas estantes que foi de RB e estão lá na UFRJ. E o que consta é que as estantes não saíram da casa, não é?”

Lucila: “O leilão foi um desastre. Pagou o leiloeiro. Ah, estante nenhuma saiu da casa. Aquilo foi vendido para o governo. O Bernardes era “unha-de-fome” ... porque o 1º projeto..., isso eu vou contar pra vocês, porque vocês não devem saber: o projeto inicial era a compra da casa, com tudo, por 50.000 contos, com tudo, tudo... direitos autorais ... O Bernardes não quis, então foram vendidos por menos de 3.000; a casa os livros e os direitos autorais, nesse meio tempo o Jockey Clube da Argentina mandou oferecer pra vovó por 5 mil contos só a biblioteca. Deixava a casa, os móveis, queria só os livros. Vovó disse que não. Se Rui se fosse vivo não deixaria sair do Brasil. Quer dizer, ela recusou por 5 mil contos só os livros ficando com a casa e com tudo e recebeu do Brasil menos de 3 mil por tudo. para ver que mulher vovó era. Esse caso vocês não deveriam saber. Isso eu me lembro porque ouvi a discussão”

Muitos dos objetos que constam na relação do leilão fazem, hoje, parte do acervo museológicos por terem sido adquiridos ao longo do tempo pela instituição por compra ou doação de familiares e amigos. Entretanto, da extensa lista, composta por 386 itens, alguns formados por diversos objetos, tais como faqueiros completos, aparelhos de jantar, cristais entre outros, nem todos retornaram ao museu.

A despeito da sugestão de fundação de um museu-biblioteca mencionada no decreto de 02/01/1924 (Anexo A) e, ainda, do investimento feito pelo governo federal com a aquisição do imóvel, nenhuma providência legal foi tomada para a efetivação do destino da residência. Na administração do prefeito do Distrito Federal Alair Prata foi autorizado a desapropriação de parte do terreno do jardim da residência adquirida, ainda sem uso determinado, para abertura de uma rua, ligando a São Clemente à Assunção. Em seu estudo sobre o jardim histórico da Casa de Rui Barbosa, Claudia Reis afirma existir duas versões para tal ato: a abertura da rua valorizaria os terrenos contíguos, e outra de que foi o pouco caso do presidente Arthur Bernardes que permitiu a desapropriação (REIS, 2011, p. 24). A observação de Reis acrescida à declaração de Lucila fortalecem a premissa da memória política defendida por Chagas. O autor nos alerta que a preservação e difusão da “memória política” integra a “política da memória”, sendo estas postas em curso pelas instituições

⁶³ O Projeto Memória de Rui Barbosa, desenvolvido pelo Museu Casa de Rui Barbosa, ocorreu entre as décadas de 1970 e 1990. A entrevista com Lucila Batista Pereira, irmã Ana de Lourdes, foi realizada pelas museólogas da instituição (hoje aposentadas), no Convento das Carmelitas, em Teresópolis, em 23/08/1994. O mesmo se encontra no Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa.

museológicas (CHAGAS, 2003, p. 168) que preservam e cultuam os símbolos por elas instituídos .

É nesta perspectiva que analisamos o processo de criação do Museu Casa de Rui Barbosa. O decreto que inicia tal ação é apenas um ato jurídico que depende de outros dispositivos legais para a sua concretização e, os impedimentos e dificuldades encontradas neste percurso não se constituem como empecilhos casuais, mas atos empreendidos pela “política da memória” para manipular a “memória política”. A contextualização histórica pode nos ajudar a compreender a conjuntura estabelecida: Arthur Bernardes e Alaor Prata eram representantes do Partido Republicano Mineiro, tendo na figura de Epiácio Pessoa, um de seus expoentes. Este, por sua vez, foi candidato à presidência em disputa com Rui Barbosa e, embora o primeiro tenha vencido o pleito, tratava-se de um adversário político, e o que estava em jogo no momento era a construção do imaginário social republicano. As ações são representativas do desejo, mas não o deixam de ser a inércia e o descaso. Foram estes elementos observados pelos correligionários de Rui Barbosa, como expressa Ulysses Brandão em carta (Anexo L) enviada ao Diretor da Faculdade de Direito do Recife, ao informar que:

O museu de Ruy Barbosa, na Capital Federal, foi um bello sonho que se desvaneceo, não sendo possível torná-lo uma realidade, porque a sua casa de moradia, onde elle devia ser installado, já não é a mesma, desmembrada, como foi, dos seus parques e jardim e despida completamente dos seus moveis e alfaias, a não ser a bibliteca com os seus quarenta mil volumes.

Com o argumento acima ele fundamentava a criação do *Museo de Ruy Barbosa*, na mencionada faculdade, que vem a se inaugurado em dia 13 de maio de 1927. Na reportagem publicada na revista acadêmica da instituição (Anexo M), sobre a abertura do museu, a referência é feita como sendo este espaço “o único que existe no Brasil”. Entretanto, talvez ainda não soubesse o jornalista que a mudança no cenário político, em novembro de 1926, levando à presidência um correligionário de Rui Barbosa, Washington Luís ocasionara, também, a alteração do status da residência da São Clemente por meio do Decreto nº. 17.758, de 04/04/1927 (Anexo B).

De fato, a despeito da compra da residência da São Clemente pelo Governo Federal, ela parece ter se tornado um problema para a esfera pública. A manutenção do espaço ficava a cargo do ex-mordomo do jurista, Sr. Antonio Joaquim da Costa e, como a casa permanecia sem definição institucional a família e os “funcionários” se comportavam como se a mesma

ainda fosse um lugar privado. Antonio Ventura⁶⁴, em depoimento ao projeto Memória de Rui torna visível esta conturbada relação, iniciada no “processo de contratação” dos funcionários; quando ele informa ao cunhado que gostaria de ficar no Brasil, ouve a resposta: “Olha se você quiser, fica por aí, porque acho que vai-se criar um museu aqui nesta casa. Então (...) posso arranjar um lugar aí para você”. Ele diz que ambos trabalhavam de graça mas, “quando veio a lei em 28 receberam os atrasados”. Esclarece ainda, que sua chegada foi importante para auxiliar o primo Antonio, porque ele ficava muito ocupado, principalmente para a dona Maria Augusta”, viúva de Rui Barbosa, que à esta altura já havia se mudado para Copacabana. O ex-mordono o instruía a “vistoriar os livros porque costumava dar bichinhos”, enquanto se ocupava “em fazer certos recados” para a antiga patroa [Maria Augusta]. Sobre esta, diz o sr. Ventura que “quase que era rara a semana que ela não telefonava para o seu Antonio dizendo: (...) eu hoje vou aí, lá na minha casa de São Clemente (...). Então vinha aqui, sentava, olhava os salões, dona Maria, mulher do seu Antonio, minha irmã, fazia um cafezinho, eu vinha servir para ela, ficava ali conversando na sala”. Ele relata, ainda, que antes da inauguração a casa estava desprovida de grande parte dos seus móveis e objetos, pois o “governo se desinteressou pelo mobiliário da casa”, como também informou D. Baby, em seu depoimento, fato atestado pelo Decreto nº 16.651, já mencionado. Entretanto, continua o sr. Ventura, “quando Washington Luis veio aqui e pensou em transformar isso num museu (...), comprou várias delas de D. Maria Augusta (...)”.

O seu depoimento é bastante esclarecedor sobre a intenção do Presidente em “reconstruir a casa como era”, em recompor o ambiente privado do jurista, seguindo o critério da autenticidade, em seu sentido denotativo: uma representação fiel do espaço privado ocupado por Rui Barbosa, da sua intimidade. Narra o Sr. Ventura que “as peças melhores ficaram com a família (...) e a mobília da sala de jantar, [trazida da Inglaterra por Rui Barbosa], estava com o Batista Pereira, que aceitou fazer uma permuta. “O governo mandou que ele escolhesse uma mobília no Leandro Martins⁶⁵ e ele deu esta em troca”. Outros objetos que compõem o acervo da instituição também foram sendo incorporados a partir desta rede de relações estabelecida entre o governo, a família e, posteriormente com os funcionários. D.

⁶⁴ Antonio Ventura era cunhado de Antonio Joaquim da Costa e veio dos Estados Unidos para passar férias no Brasil. Acabou trabalhando na Casa de Rui Barbosa auxiliando-o em suas tarefas. A entrevista para o Projeto Memória de Rui, foi realizada em 25 de abril de 1975.

⁶⁵ A Casa Leandro Martins, de propriedade do português Leandro Augusto Martins, fabricava e vendia mobiliário fino, tapeçarias e outros artigos decorativos. Por volta de 1916 era considerada a melhor loja do gênero no Rio de Janeiro. Fonte: Fichas de catalogação do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa (Therezinha de Moraes Sarmento e José Manoel de Andrade Pires).

Regina Real, por exemplo, foi informada que um guarda-louça⁶⁶ que pertencera à residência estava em posse da família Oliveira Castro que o adquirira em leilão. Após negociação direta conseguiu “comprar baratinho para a casa”, segundo palavras do Sr. Ventura, que narrou ainda o processo de retorno de outros objetos: “(...) a mobília do salão das grandes recepções, a que ele [Rui Barbosa] trouxe de Buenos Aires, estava com D. Maria Augusta. Então voltou novamente pra casa. O tapete também. E a outra estava com Dedélia⁶⁷. E assim foi-se reconstituindo a casa aos poucos, a casa está tal qual conforme era”.

A descrição que o Sr. Ventura fornece sobre a ocupação do espaço é ainda mais inusitada, sobretudo quando lembramos que o lugar em questão era um prédio público, ainda que naquele momento o seu uso não tivesse sido determinado. Ele explica que como a casa do zelador só foi construída em 1938, o Sr. Antonio morava com a família no interior da residência. Na cozinha, havia um “fogãozinho a gás”, em cima do fogão à lenha, usado à época de Rui, onde preparavam a comida; “a rouparia ficou sendo o quarto do casal (...) e o outro era da filha, D. Georgina, que também foi funcionária da Casa. E aquele de cá (...) era o quarto do Alfredo, meu sobrinho. Depois eu vim, eles me deram aquele pra mim e ele ficou dormindo no sofá (...)”.

A inversão entre as esferas se configura num dado bastante singular para a nossa análise. Vimos até então construindo a discussão pautada na transformação de uma residência, portanto espaço da esfera privada, em lugar público. Habermas esclarece que chamamos de “*públicos* certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas”. Ele enfatiza que ao nos referirmos a “prédios públicos não significa dizer apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam estar liberados à frequência pública; eles abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos” (2003, p. 14). Entretanto os primeiros anos do prédio, sob a gestão da esfera pública, é apropriado pela esfera privada, não cumprindo com a “sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos”, o “atributo de ser público”, como define Habermas (IDEM).

Alguns meses após assumir a presidência, faz Washington Luis uma visita oficial ao prédio de Botafogo e, providencia, como relata o Jornal do Brasil (12/02/1927 Anexo N), duas medidas:

⁶⁶ O referio guarda-louça se encontra em exposição na Sala Questão Religiosa (sala de almoço).

⁶⁷ Maria Adélia Rui Barbosa nasceu em Salvador-BA, era a filha mais velha do jurista.

A primeira ordenada pelo Chefe da Nação, é a criação do Museu Ruy Barbosa, localizado nesse edifício, compreendendo a biblioteca, obras de arte, etc, que pertenceram ao grande brasileiro e que a União adquiriu (...).

A segunda providência mandada adoptar pelo Dr. Washington Luis é a de ser restituída à Casa de Ruy Barbosa a área do terreno que a passada administração municipal retirou, mutilando-lhe o jardim (...).

(...) Em breve teremos, pois, o Museu Ruy Barbosa, installado e inaugurado no velho solar, tal qual estava em vida do immortal bahiano, que durante décadas alli meditou, estudou, produziu.

Se entre os anos de 1924, quando a casa é comprada, até o final de 1926 nenhum ato é realizado para a implementação concreta do museu, teremos a partir de 1927 uma profusão de decretos e ações que visam efetivar a criação da instituição. Estas medidas se iniciam, como citado anteriormente, em 4 de abril de 1927 pelo Decreto nº 17.758 (Anexo B), que cria e aprova o regulamento do Museu Ruy Barbosa, assim definido:

“O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando a conveniencia de manter sempre bem vivo o culto á memoria dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuzeram á gratidão da Pátria;

Considerando que o Estado adquiriu a casa em que viveu o grande estadista republicano Ruy Barbosa, sua bibliotheca, seu archivo e a propriedade intellectual das suas obras:

Resolve, na conformidade da autorização expressa no paragrapho unico do art. 1º do Decreto Legislativo n. 4.789, de 2 de janeiro de 1924, crear o Museu Ruy Barbosa, expedir para o mesmo, o Regulamento que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores e organizar, ad referendum do Congresso, o quadro do respectivo pessoal”.

Este primeiro decreto denomina a nova instituição por *Museu Ruy Barbosa*, homônima, portanto, do espaço que será aberto, no mês seguinte, em Recife. E, ainda, estabelece o regulamento da instituição, definindo, inclusive o quadro funcional, com suas respectivas atribuições. Entretanto, sete meses após o decreto acima a situação permanecia inalterada. Essa falta de definição sobre o destino da mansão da São Clemente, já investida do atributo de bem público, era alvo de críticas como observamos na reportagem do Jornal do Brasil, datada de 28 de setembro de 1927 (Anexo O), intitulada Museu Ruy Barbosa:

“A casa onde viveu Ruy Barbosa com a sua preciosa biblioteca, depois de ser adquirida pelo governo da União, ficou esquecida com um guarda civil nos seus jardins e um zelador nella morando. (...)

Além disso, resolveu crear na casa de Ruy Barbosa, um museu com o seu nome, onde guardados e conservados a biblioteca e outros objetos que pertenceram a Ruy, pudessem os seus admiradores, o publico em geral, apreciar e reviver num ambiente próprio a obra e vida do grande brasileiro.

Chegou a ser então organizado e publicado o quadro de funcionários do Museu Ruy Barbosa. Até hoje, porém, elle existe só em nome e a casa de Ruy continua sempre fechada (...).

Por que isso? Se realmente existe intenção de se crear o Museu Ruy Barbosa, é preciso que seja elle organizado devidamente com um regulamento que permita ao

público visita-lo. Sim, porque não é de crer que foi para conservar fechados e mofando numa velha residência, que o governo adquiriu a biblioteca e outros objectos de grande valor, que pertenceram a Ruy Barbosa”

Durante a tramitação no Congresso Nacional o decreto anterior é reformulado e o documento sancionado pelo Presidente Washington Luis, assinado, ainda pelo Ministro do Interior, Vianna do Castello, sob o nº. 5.429, de 09/01/1928 (Anexo J), declara que:

Art. 1º Fica creado um museu-bibliotheca, sob a denominação de Casa de Ruy Barbosa, que funcionará no predio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na capital da Republica.

Neste, a menção ao termo *casa* aparece oficialmente, pela primeira vez, como proposta do Deputado Sá Filho. No documento, ao termo *museu* é agregado o termo *biblioteca*, formando assim, um espaço que se pretendia duplamente diferente dos existentes no cenário cultural brasileiro: um *museu-biblioteca* denominado Casa de Ruy Barbosa. A biblioteca tem uma função pública, tal como o museu oferece ao público uma coleção; tem, também, uma função de ensino e, reforça o caráter de erudição do patrono. Os termos *museu* e *biblioteca*, quando associados agregam ao espaço significado e valor simbólico: se o museu é no imaginário social um templo de valorização do passado pela possibilidade de remeter o visitante, por meio dos objetos, a um momento que ele não vivenciou; a biblioteca é o templo do conhecimento, propicia, por meio das letras, acesso a um universo mais amplo. Entretanto, este espaço será visitado por pessoas que são contemporâneas a Rui Barbosa; sua casa é aberta ao público sete anos após a sua morte, um tempo recente para que os visitantes associem o local ao passado. Tudo ainda é presente, Rui está nos jornais, nas comemorações, no pensamento. Visitar o museu-biblioteca é acessar o seu universo privado, posto que sua atuação no âmbito público era do conhecimento de todos e, estar especialmente no lugar considerado seu claustro sagrado significava, segundo Homero Pires, “penetrar-lhe no caráter e na inteligência, a investigar-lhe os elementos da cultura, a descobrir-lhe os recursos da erudição, a reconhecer-lhe as energias que lhe alimentam e retemperaram o ânimo, a explorar-lhe as tendências e preocupações não reveladas da sua vasta curiosidade espiritual (1938)⁶⁸”; era enfim alicerçar as bases do mito Rui Barbosa perante o público.

A biblioteca do jurista era alvo de verdadeiras lendas urbanas, faziam-se cálculos sobre a quantidade de livros e, muitas caricaturas eram publicadas na imprensa, sendo ainda, objeto de entrevistas feitas a Rui por jornalistas que descreviam em suas colunas o tão famoso

⁶⁸ Discurso pronunciado em 05/11/1938. In: Rui sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

espaço. As críticas eram proporcionais à curiosidade: diziam os inimigos que a biblioteca de Rui era “uma das amostras mais evidentes das inexplicáveis e fartas finanças do Ministro da Fazenda do Governo Provisório (IDEM)”⁶⁹; ou ainda, que as estantes que guarneciam o salão principal da sua casa teriam sido roubadas do ministério citado, após a demissão da Pasta. Alegavam que o ex-ministro teria usado como argumento o monograma *RB* existente na cartela que encima a estante principal que era, segundo eles uma referência à *República Brasileira*, mas teria dito o “ladrão” ser *RUI BARBOSA* e, por este motivo levou-as para sua residência. José do Patrocínio foi, ainda, mais feroz ao afirmar que:

Pode-se dizer sem medo de caluniar que o Sr. Rui Barbosa vive para o dinheiro. A sua inteligência não passa de uma cortesã, que se arrebuca e engalana para atrair freguesia. S. Ex^a dá renda às livrarias, como as sacerdotisas do pecado às modistas e aos joalheiros. Aquelas querem ser vistosas e chibantes para aguçar a luxúria; S. Ex^a quer ser correto no estilo e pródigo nas citações para mercadejar causas e posições (Apud, Homero Pires, 1938)⁶⁹.

Todas estas manifestações, de apreço ou repulsa, acrescida à pressão exercida pela mídia, compõem um quadro favorável em torno da expectativa de abertura da Casa; seja para apreciar o recinto mítico ou corroborar a visão negativa do patrono, é um desejo coletivo conhecer a Casa de deus/diabo. E assim, as ações para abertura da instituição vão sendo empreendidas. No mesmo ano é autorizada, também, por decreto, a compra do mobiliário que pertenceu ao jurista e despesas complementares para a instalação da instituição. E, em 27/05/1929, o decreto nº 18.767 (Anexo P) aprova o regulamento da Casa de Ruy Barbosa, curiosamente fazendo referência ao de 1928 que cria a Casa, mas não menciona o de 1927 que, tanto cria o Museu Ruy Barbosa quanto aprova o seu regulamento. Temos, ainda, um dado singular: o regulamento que consta no decreto de 1929 é, com pequenas diferenças, o mesmo apresentado no primeiro citado. Somente na denominação dos cargos, encontramos alguma mudança, como no quadro comparativo abaixo:

Decreto nº 17.758, de 04/04/1927	Decreto nº 18.767, de 27/05/1929
1 conservador	1 zelador
1 auxiliar	1 porteiro-conservador
2 serventes	2 serventes
1 jardineiro	1 jardineiro

⁶⁹ Idem, p. 30.

Vale ressaltar que no período não havia normatização da nomenclatura referente aos profissionais que atuavam em museu, tendo em vista ser a Escola de Museologia criada em 1932. Assim, as instituições adequavam os termos em função das suas necessidades, como percebemos com o profissional intitulado *zelador* que, de fato, morava no local, em uma casa construída no terreno da Casa de Rui Barbosa para servir de moradia ao detentor do cargo. Sua função era a de diretor, sendo ele “nomeado por decreto e de livre escolha do Governo”.

Para a abertura da Casa ao público, foi providenciada, como apontado, a reforma do jardim que incluía, sobretudo, a restituição da área lateral que a municipalidade solicitou para a construção de uma rua, cujas obras ficaram inacabadas. Para a reconstrução, o Ministro Vianna do Castello contratou o engenheiro Vittorio Miglietta que realizou a obra em 25 dias, entre os dias 5 e 30 de junho de 1930. Afirma Miglietta em seu relatório ter feito “tudo da melhor forma possível procurando dar ao jardim o aspecto que tinha antes”. Menciona, ainda, no mesmo documento que “os convites estavam prontos para o dia 2 de julho quando o S. Ex. o Sr. Ministro me fez comunicar que a inauguração estava adiada primeiro para o dia 7 de setembro, depois para 13 de agosto⁷⁰”.

A cerimônia de abertura recebeu a mesma pompa que os eventos relacionados ao jurista costumavam ter, com ampla cobertura da imprensa que proclamava: “A solenne inauguração do museu do glorioso brasileiro foi uma ‘festa bilhantíssima de intelligencia’ e mundanismo” (Jornal do Brasil 14/08/1930 Anexo Q). Estavam presentes, familiares, amigos e políticos, incluindo o Presidente da República e ministros. Os discursos proferidos pelo senador João Mangabeira, em nome do governo e, por Antonio Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, representando a família do patrono o reverenciavam como se ele estivesse presente. Os adjetivos usados para qualificá-lo configuravam um ser inalcançável, tamanha envergadura apresentada. O pronunciamento de Batista Pereira corrobora a hipótese de que a transformação da residência em museu era um projeto pessoal e político posto em curso pelos laços de amizade. Ao saudar o Presidente Washington Luiz, diz Batista Pereira:

Deus reservou-lhe, entre outras, a graça, meu grande Presidente e caro amigo, de, inaugurando esta Casa, não só dar corpo a uma aspiração nacional como ainda seguir a corrente mais íntima e espontânea dos seus sentimentos pessoais. A mão do Presidente da República, que descerrou a placa inaugural desta solenidade, é a mesma que o velho Rui tantas vezes estreitou como a de um de seus melhores amigos (Batista Pereira, 13/08/1930)⁷¹.

⁷⁰ O relatório está disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/edicoes_online/relatorios/FCRB_Reforma_Casa_RuiBarbosa_1930.pdf. Acessado em 20 de dezembro de 2014.

⁷¹ Discurso pronunciado em 13/08/1930. In: Rui sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 14.

João Mangabeira, por sua vez, esclarece o significado da transformação da casa em museu, em comparação com outras homenagens que o patrono poderia receber, percebendo com clareza o quanto este espaço é rico em interpretações, ele exalta que:

Tudo isto nos daria o jurista, o orador, o filólogo, o escritor, o filósofo, o artista. Mas, não nos daria Rui. Não nos daria o homem, a personalidade, a consciência, o substratum, a unidade complexa de uma vida divinizada embora pelo gênio, mas decorrida, não a de Apolo, no culto da beleza, mas como a de Vulcano, forjando raios por entre áscuas e chispas de bigorna (João Mangabeira, 13/08/1930)⁷².

A data de abertura da instituição, 13 de agosto, não é uma escolha aleatória; trata-se de um marco simbólico na vida do seu patrono, como analisamos anteriormente, sendo reforçado pelo senador Mangabeira,

“Designado o dia de hoje para esta inauguração, foi buscar o Governo, na biografia de Rui, a data comemorativa do seu jubileu cívico, celebrada em 1918, por todo o território nacional, com manifestações incomparáveis. [...] Mas o que esta efeméride relembra, não é a primeira manifestação da inteligência prodigiosa de Rui, senão a sua entrada no campo da vida pública, a sua primeira apresentação na arena da luta política, que ele deveria, desde aí, ocupar, sem intermitências, sem tréguas, sem recuos, sem descanso, durante cinquenta e cinco anos. O que esta data rememora, é a primeira manifestação pública do civismo de Rui e da sua dedicação fervorosa ao culto impessoal da justiça, da liberdade e da lei (IDEM)⁷³”.

A transformação da residência de Rui Barbosa em museu-casa pode ser compreendida como a construção de um conjunto de dispositivos memoriais postos a serviço de interesses políticos inseridos em um discurso mais amplo de identidade e memória nacional. Gonçalves aponta que “as práticas de colecionamento e exposição podem ser pensadas no contexto de uma concepção moderna de história em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma cultura, tradição, identidade ou memória nacional tendem a se perder”. Como uma das marcas do discurso produzido pelo patrimônio cultural, a noção de apropriação se destaca. Assim, o autor conclui que estas práticas – colecionamento e apropriação – “devem ser entendidas como um esforço no sentido de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional; um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir a autenticidade ao restaurar e defender um evanescente sentimento de ser” (GONÇALVES, 2002, p. 24). É possível, por este viés interpretativo entender o empenho

⁷² Discurso pronunciado em 13/08/1930. In: Rui sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 6.

⁷³ Idem, p.5.

empregado por Washington Luis na reconstrução da Casa, tal como se o ilustre morador lá, ainda vivesse.

Os primeiros decretos relacionados à Casa foram meros atos formais para atender à demanda social fomentada pela imprensa e setores ligados a Rui. A dispersão dos objetos, a desapropriação do terreno para a construção de uma rua, o abandono do local eram claros indícios que o projeto de criação de um museu biográfico se esvanecia. Não interessava ao Partido Republicano Mineiro, cujos representantes estavam no poder naquele momento, imortalizar a figura do adversário político. Entretanto, no eterno jogo político, a conjuntura se altera constantemente, transformando o cenário e o pensamento vigente. Neste novo contexto, o projeto de criação da casa avança e, a direção escolhida é que permite dar visibilidade a esfera privada, sem, entretanto, anular o homem público.

O desmembramento dos objetos da residência seria uma ação contrária a tudo que se buscava construir naquele momento: unidade, autenticidade, coerência corroboram a ideia de nação e identidade nacional, ao passo que a fragmentação instala a sensação da perda, de destruição. No momento em que a imagem de Rui Barbosa ainda é associada ao homem culto, ao grande estadista da República, garantir a preservação da sua memória por meio da musealização dos seus bens parece ser uma medida “politicamente correta”. A casa passa, então, a representar não apenas o seu antigo proprietário ou a ser mais um espaço cultural na cidade, ela simboliza também uma ideia, o desejo de uma nação de se ver retratada na figura do brasileiro ideal, que pela sua erudição deve servir de exemplo às gerações futuras.

O público e o privado são a todo o tempo acionados no espaço da Casa; para a sua inauguração, o engenheiro Miglietta, confecciona à pedido do Ministro, placas, em metal, de identificação para colocação nos portais. Os nomes adotados como referência aos espaços, agora expositivos, buscou privilegiar três aspectos da vida do patrono: o político, o jurista e o familiar. As principais salas são relacionadas à sua participação na política: *Haia, Pró-aliados, Federação, Civilista, Buenos Aires, Constituição, Questão Religiosa, Abolição, Estado de Sítio, Queda do Império e Instrução pública*; as salas de uso mais íntimo, ou seja, o quarto de dormir, seu quarto de vestir e um gabinete de trabalho são alusivos ao Direito, respectivamente são as Salas *Habeas Corpus, Casamento Civil, Código Civil*, tendo, ainda, uma que era usada pelos empregados que recebe o nome de *Dreyfus*. Os nomes reservados ao aspecto familiar são representados por duas figuras importantes na vida do grande homem, seu pai *João Barbosa* e sua esposa *Maria Augusta*, bem como sua terra natal *Bahia*. O Rui sábio e eloquente que calava os adversários pela retórica se faz presente no espaço por meio da sua vasta coleção bibliográfica, seu precioso piano, os quadros com a sua imagem tornando

o ambiente um misto de templo e escola. A imponência do lugar não suscita dúvida; o visitante é arrebatado pela sensação de euforia e admiração por aquele “pequeno” grande homem.

Os museus-casas talvez possam ser aproximados à outra categoria de patrimônio muito estudada por Koselleck (1997), os *monumentos aos mortos*. Estes espaços, ele afirma, são constituídos a partir da necessidade de rememoração dos vivos e, como são estes que fornecem sentido ao monumento, ele é sempre passível de mudança. Entretanto, para que o monumento cumpra sua função é necessário além de representar os mortos, ou seja, de produzir a identificação com o que está sendo representado, produza a identificação com os vivos; produza *injunção identitária*. Os museus-casas são espaços criados a partir da necessidade de rememoração dos vivos para celebrar determinado personagem, para atender demandas sociais e políticas. Quando o Museu Casa de Rui Barbosa é aberto ao público, a construção desta identificação é imediata, sua imagem ainda é muito presente e, por isso o estímulo a sua apropriação é facilmente articulada. O senador Mangabeira expressa em seu discurso o significado que a Casa deverá ter para o público invertendo a ordem dos acontecimentos ao creditar à sociedade a criação do museu:

“esta casa, testemunha muda de teus trabalhos, das tuas vigílias e dos teus sacrifícios, a Nação transformou-a num Templo, santificando-a para o culto da democracia e da lei. Doravante, será aqui que virão pedir inspirações, beber ensinamentos, reacender a chama da fé bruxuleante, os amigos do direito, os defensores da liberdade, os devotos da lei, os sacerdotes da justiça! Nesta Casa se reverá todos os dias tua Pátria, orgulhosa do monumento que, à tua própria glória, fundaste com as tuas mãos⁷⁴”.

Neste sentido a opção pela criação de um museu-casa é deveras eficaz: monumentos erguidos em praça pública, batismo de logradouros e instituições de ensino, publicações biográficas são, sem dúvida, importantes veículos memoriais, mas a instituição museu agrega outros valores a este processo e quando associada ao espaço privado do homenageado potencializa simbolicamente o bem musealizado. Estar num museu-casa é vivenciar uma experiência sensorial numa dimensão diferenciada da que se experimenta em outra categoria de museu. Este espaço biográfico, impregnado das marcas deixadas pela personagem, estabelece uma comunhão entre o público e o sujeito-objeto, criando uma relação de confiança. O museu-casa não é mais uma residência, mas a disposição dos ambientes, a presença dos móveis, dos objetos, remetem para a casa cujo cenário é complementado pela

⁷⁴Discurso pronunciado em 13/08/1930. In: Rui sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p 12.

presença imaterial do morador ilustre, possibilitando assim a conexão entre as memórias. Os visitantes são instados a estabelecer vínculos com o espaço que se encontram. Ao mesmo tempo em que rememoram as lembranças pessoais fazem um exercício imaginativo para evocar as cenas que, segundo suas concepções, se passaram naquele espaço.

O museu-casa, como enfatiza Marcos Veneu, “encena uma dramaturgia de memória toda especial, capaz de emocionar, de quebrar certas barreiras racionais, de provocar imaginações, sonhos e encantamentos (2002)⁷⁵”. Por isso mesmo, afirma o historiador, não devemos ser ingênuos em relação aos museus-casas sendo necessário compreendê-los como parte de “projetos políticos sustentados em determinadas perspectivas poéticas que criam narrativas de memória com um acento lírico”.

As narrativas oficiais, desde a abertura do museu, foram construídas com vistas a fortalecer o mito do homem público, sobretudo durante a administração do Dr. Américo Jacobina Lacombe. Perceberemos, entretanto, que o foco narrativo sofre uma mudança com a transformação jurídica da instituição, quando “informalmente” duas instituições são estabelecidas, não apenas no discurso dos funcionários, com também no imaginário popular: o Museu Casa de Rui Barbosa e a Fundação Casa de Rui Barbosa. A cronologia institucional⁷⁶ apresenta aparentes rupturas que, nem sempre se materializaram em sua totalidade, em função da continuidade administrativa. Ao analisá-la, detectamos três períodos de ruptura que poderíamos assim definir: 1930 – 1966; 1966 – 1997; 1997 – em diante. Entretanto, estes períodos são apenas sinalizadores das mudanças mais visíveis, sendo possível perceber entre eles significativos processos de transformação que vão ocasionando a reflexão da forma de atuação institucional, em consonância com o contexto histórico-social.

2.2.2 1930 / 1966 – Organização

De 13 de agosto de 1930 a 05 de abril de 1966, o Museu Casa de Rui Barbosa se constituiu enquanto uma instituição museológica de fato, cumprindo as etapas inerentes ao processo de implementação de um espaço desta natureza. O ano da inauguração é

⁷⁵ VENEU, Marcos Guedes. Reflexões apedêuticas: o museu-casa, encruzilhada de memória. Texto não-publicado, apresentado na Fundação Casa de Rui Barbosa/RJ, em agosto de 2002.

⁷⁶ Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=73&ID_M=72. Acessado em 23 de abril de 2014.

politicamente conturbado em nosso país, sendo este ato a última solenidade pública a que compareceu o presidente Washington Luis. A Revolução de 1930, como ficou conhecido o movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da República, instala novo momento político, encerrando a República Velha. A Era Vargas foi, como bem analisou Helena Bomeny, “o marco simbólico e histórico da reformulação de uma política de Estado voltada para as manifestações da cultura e, dentro dela, da ideia de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional (1995, p.14)”. São muitos os estudiosos que se debruçaram sobre este período sob a perspectiva da relação entre política e cultura, em especial no âmbito dos museus. No início do capítulo fizemos menção à Era Vargas, abordando o impacto mais visível com a ampliação do universo museal e as ações correlacionadas que influenciaram diretamente o setor, como as políticas voltadas para a preservação do patrimônio. O Museu Casa de Rui Barbosa, como parte integrante deste recorte cultural, e, sobretudo por estar inserido na administração federal, não ficou à margem da influência varguista. A nomeação dos zeladores, cargo semelhantes ao de diretor em suas funções, é da escolha direta do Governo e segue a diretriz por ele determinada. No mesmo ano, a instituição, antes sob a administração do Ministério da Justiça e Negócios de Interior é vinculada ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

O que se verifica, neste momento, é uma ação voltada para o culto à memória de Rui Barbosa e uma busca para remontar os ambientes como se o patrono ainda ali vivesse. D. Maria Augusta, viúva do jurista, é presença constante nas cerimônias realizadas na instituição, reforçando o sentimento de continuidade, confundindo o espaço público com o privado. Em 1932 assume como zelador interino, o Sr. Antonio Joaquim da Costa que havia sido empregado da família e, que, como analisamos no item sobre os primeiros anos da casa como prédio público, habitava o lugar com sua esposa, filhos e cunhado. Dois anos depois, a instituição sofre a primeira reformulação estrutural, por meio do decreto nº 24.688, de 12/07/1934 (Anexo R), cujo objetivo proposto é a “*conservação da biblioteca, do arquivo, a publicação das obras do grande brasileiro e a realização de cursos e conferências*”. A nomenclatura dos cargos também é alterada, passando o zelador a ser denominado diretor e, pelo artigo 6º é determinado que o porteiro-conservador residirá nas dependências do próprio edifício, oficializando assim, o que já acontecia. Vale ressaltar que neste período, até a década de 1970 quando o prédio anexo é construído, nem todos os cômodos da Casa estavam abertos ao público, sendo algumas salas usadas como espaços administrativos. A instituição se estrutura, primordialmente, como um lugar de pesquisa e estudo, embora o museu estivesse

em funcionamento, mas não em seu potencial. A visitação pública era restrita, como nos apontam os artigos 7º e 8º, abaixo descritos:

Art. 7º A Casa conservar-se-á aberta á visita pública ás quintas e aos domingos, das 11 ás 17 horas, ficando, porém, diariamente franqueados, para a consulta dos livros e documentos, a Biblioteca e o Arquivo.

Art. 8º Fora dos dias aqui determinados, unicamente por autorização especial do diretor, poderão ser permitidas visitas ao estabelecimento.

A percepção do museu como espaço de ensino é corroborada pela Lei nº 378 de 13/01/1937 que enquadra a Casa de Rui Barbosa, juntamente com outros museus, como instituição de educação extra-escolar, reafirmando em seu art. 45 que o objetivo da instituição é “*cultuar a memoria de Ruy Barbosa, velando pela sua bibliotheca e todos os objectos que lhe pertenceram, e promovendo a publicação de seu archivo e de suas obras completas*”. Segundo Calabre, a criação da Divisão de Educação Extraescolar, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, à qual ficou subordinada a Casa de Rui Barbosa, objetivava “facilitar a retomada da atuação no campo da produção cultural como um todo, ou seja, sair dos limites do terreno educativo” (2009, p. 38). A publicação das Obras Completas do Patrono foi estimulada pelo Ministro Gustavo Capanema, em 1934, quando a Casa deu início ao trabalho. Nas comemorações do centenário de Rui Barbosa, ocorrido em 1949, Américo Jacobina Lacombe se referia a esta ação como “*o maior empreendimento editorial do país, e sem exagero, do mundo (1980, p. XI)*”. Na ocasião, 116 tomos já haviam sido publicados, contando atualmente com 137. Esta coleção engloba os trabalhos de Rui em suas diferentes esferas de atuação: como jurista, político e jornalista. Em 1938, a Casa é tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos Livros *Histórico* (inscrição nº. 32) e no de *Belas Artes* (inscrição nº. 52).

Em 1939, assume a direção da instituição Américo Jacobina Lacombe, cargo que exercerá por 54 anos. Lacombe, graduado em Direito, professor de História da Civilização e do Brasil na PUC-RJ, na Universidade Santa Úrsula e no Instituto Rio Branco era um ruiano declarado. Em sua biografia apresentada no site da Academia Brasileira de Letras, onde assumiu, em 1974, a cadeira nº19, vemos explicitado seu interesse:

“E a escolha do Ministro Gustavo Capanema não poderia ter sido mais acertada, pois Lacombe, ligado ao Conselheiro por laços de parentesco – sua avó materna era Barbosa de Oliveira – desde os bancos ginasiais se revelou um ruísta apaixonado,

tendo, já em 1934, prefaciado e anotado a correspondência do grande brasileiro, reunida no volume *Mocidade e Exílio*⁷⁷”.

Em seu tempo de atuação na instituição, Rui Barbosa, foi por ele venerado, empreendendo todos os esforços para colocar em prática o objetivo proposto nos decretos oficiais: *cultuar a memória de Ruy Barbosa*. Nas inúmeras palestras que proferiu o que se vê é um advogado em ação a defender postumamente o seu cliente. Para todas as críticas interpostas, os argumentos eram contundentes. Estudava a legislação, o contexto histórico, o perfil dos inimigos políticos, as alianças, o assunto até esgotar as fontes para embasar seus textos, verdadeiras monografias. Sabia de cor as datas e os fatos relacionados à vida e a obra de Rui Barbosa. Sempre a ele se referia com adjetivos antecedendo o nome: *glorioso, gênio, inconfundível, brilhante*, são apenas alguns exemplos do seu inesgotável repertório.

Dr. Lacombe organiza a instituição, dotando-a de condições para aumentar a demanda de público e serviços. Ao mesmo tempo, se empenha na divulgação da memória de Rui Barbosa, na perspectiva do homem público. Em suas apresentações enriquece sua fala com pensamentos do patrono, sempre comparando-o a seus contemporâneos e mesmo ao conjunto dos cidadãos, como forma de demonstrar a superioridade do homenageado. Dizia ele durante uma conferência intitulada *Rui – o homem e o mito* que a obra de Rui Barbosa era a maior do Brasil, em extensão (1984, p. 157); em outra, realizada no Curso Rui Barbosa, da Universidade Federal da Bahia, denominada *Projeção nacional do pensamento e da ação de Rui Barbosa*, ele afirmava que “*se o sentimento brasileiro de justiça e de igualitarismo, de amor à ciência e de respeito à inteligência, tiver que personificar-se em algum vulto, não encontrará nenhum como Rui Barbosa, com o conjunto de traços que compõem a fisionomia do brasileiro, naquilo que ele tem de mais nobre* (1984, p. 174)”. A paixão deste servidor pelo patrono parece ter contagiado todos que com ele trabalharam na instituição. Em sua administração não havia espaço para crítica ou qualquer tipo de contestação sobre a figura do patrono. Regina Real, funcionária da Casa de Rui Barbosa entre os anos de 1955 e 1969, expressa a mesma admiração na abertura no guia de visitação, publicado em 1964, ao declarar que:

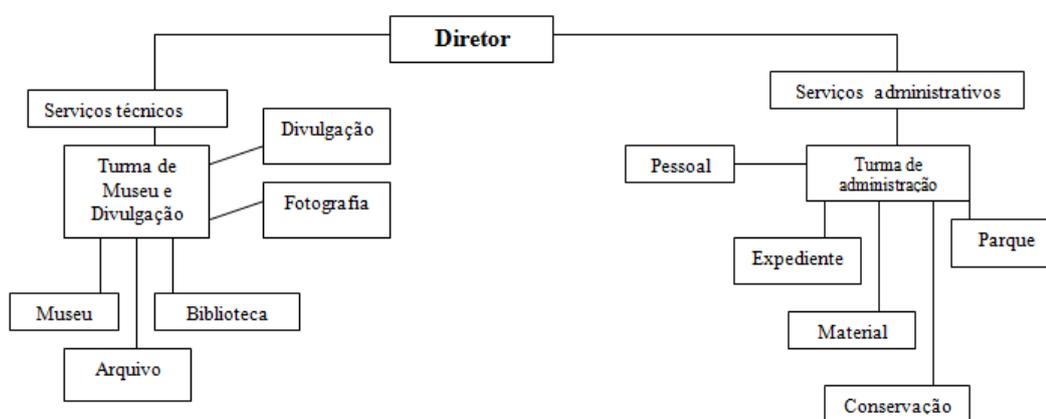
A casa de Rui Barbosa é a casa histórica mais importante do Brasil não só porque nela viveu um dos mais ilustres brasileiros como porque conserva, quase na sua totalidade, o que lhe pertenceu: por tal razão foi possível dar a feição peculiar de como se vivia no final do século passado e princípio deste – recordação que já vai desaparecendo do nosso meio.

⁷⁷ Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=122&sid=215>. Acessado em 20 de dezembro de 2013.

É um museu-biblioteca subordinado ao Ministério da Educação e Cultura; todavia não tem aspecto de repartição pública pelo cunho que se lhe deu.

O material mencionado revela que na década de 1960 a instituição já havia conseguido reunir grande parte do acervo que se dispersara após a morte de Rui Barbosa, enriquecendo assim, o espaço com as referências à intimidade do homem público. Em 1948, com a morte de D. Maria Augusta, objetos que pertenciam à viúva também foram adquiridos pelo museu, incluindo a cama do casal e outros pertences que vão permitindo a remontagem dos ambientes como o objetivo de devolver a “originalidade” dos mesmos; para o visitante é como se a qualquer momento o próprio Rui ou um familiar fosse voltar para casa, como expressou D. Maria Augusta: “a impressão que me domina é que os dias que passaram vão voltar novamente. Tudo aquilo me parece que é para recebê-lo de volta”.

A chegada de D. Regina Real, conservadora formada pelo único Curso de Museus existente, até então, para compor a equipe institucional também se configura um dado importante. A estrutura por ela encontrada era recente, havia sido implementada pelo decreto nº. 22.168 em 25/11/1946 (Anexo S), conforme organograma⁷⁸ abaixo:



Por meio dele, um novo regimento interno foi aprovado e a Casa de Rui Barbosa passou a ser organizada em duas seções: a *Turma do Museu e Divulgação* (T.M.D) e a *Turma da Administração* (T.A); este possibilita a ampliação do quadro funcional; determina as atribuições de cada um e o funcionamento do órgão. É relevante observar que a organização proposta assume o museu como cerne da instituição, não havendo divisão pela natureza do

⁷⁸ ALBERNAZ, Maria Beatriz. *Historiografia das atividades educativas da Casa de Rui Barbosa (1930-2005)*. Trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, orientado por Aparecida M. S. Rangel, entre 2006-2007. Não-publicado.

acervo: livro, documento e objeto são tratados pela Turma do Museu, como se constata pelas competências destinadas a este setor:

Art. 6º À T. M. D, compete:

I promover a aquisição, o registro, a classificação e catalogação, a guarda e conservação dos livros, documentos, móveis e outros objetos que pertenceram ou se refiram a Rui Barbosa;

II permitir a leitura e a consulta das coleções de publicações e documentos;

III realizar pesquisas, estudos e divulgações sobre a pessoa, a vida e a obra de Rui Barbosa;

IV promover a edição de catálogos e publicações de documentos e de conferências de autoria de Rui Barbosa ou com ele relacionadas;

V elaborar o plano anual de conferências a serem realizadas pela C. R. B.;

VI organizar o calendário das comemorações cívicas dos atos e fatos marcantes da vida de Rui Barbosa;

VII prestar informações aos visitantes a respeito da vida e obra de Rui Barbosa;

A conservadora citada, foi uma das primeiras com formação especializada do país, iniciou sua carreira no Museu Nacional de Belas Artes, direcionando sua produção para questões teórico-metodológicas da Museologia, bem como para a relação do museu com a educação (VASCONCELOS CRUZ, 2010, P. 97), como destacamos no início do capítulo. Regina Real inicia, no final dos anos de 1940, um inventário da coleção da Casa de Rui Barbosa, mas por não pertencer ao quadro, neste momento, o trabalho é interrompido, sendo continuado por Haydeé Di Tommaso Bastos, temporariamente transferida do Museu Imperial. Embora Dr. Lacombe tenha solicitado a transferência definitiva de Haydeé, este ato não se concretiza em função do falecimento da conservadora.

D. Regina retoma seus trabalhos na Casa de Rui Barbosa em março de 1955, sendo efetivada no ano seguinte, quando sua transferência do Museu Nacional de Belas Artes é oficializada. A conservadora é uma das responsáveis por conferir o visual mais residencial a Casa, tirando-lhe o caráter de repartição pública como ela mesma reforça na abertura do guia de visitação, anteriormente citado: *todavia não tem aspecto de repartição pública pelo cunho que se lhe deu*.  , de certa forma, sua orienta o dar mais visibilidade ao aspecto privado da vida de Rui Barbosa e da própria residência, como percebemos em um artigo⁷⁹ de sua autoria em que se refere a Casa como o “*ninho da  guia*”, “*o refúgio onde encontrava novo alento para as lutas diárias*”, “*o doce convívio da família*”. Dedicou-se, ainda, a identifica o e classifica o do acervo, sem se descuidar da divulga o da vida e da obra do patrono, trabalhada em exposi es temporárias, artigos publicados em periódicos e palestras proferidas em diferentes encontros. Lembramos que D. Regina, como narrado anteriormente, participou

⁷⁹ Revista Natal, 17/10/1955, p. 11.

do *Seminário Regional Latinoamericano*, promovido pela UNESCO, no Rio de Janeiro em 1958. A Casa fez parte do circuito de visitas técnicas programadas pelos especialistas e, muitas das propostas apresentadas por este grupo foram implementadas na instituição por D. Regina, como a realização de exposições temporária; o estreitamento dos vínculos com a educação formal; a catalogação do acervo, tendo em vista a reafirmação do objeto como cerne do museu, com a utilização de todos os recursos disponíveis para produzir uma relação harmoniosa sujeito e objeto; elaboração do guia de visitação, entre outras ações. Em 1959, como o falecimento da técnica em educação Virgínia Cortes de Lacerda, D. Regina assume a chefia da Seção Técnica, cargo que ocupará até sua morte em 1969, quando então Vera Lúcia Mota Bottrel, também museóloga formada pelo curso de museus, assume o posto. D. Regina chegou a ser nomeada diretora substituta da Casa de Rui Barbosa entre 1963 e 1964. Enquanto ela dava visibilidade à intimidade e vida privada de Rui Barbosa, Dr. Lacombe se esmerava em reforçar o mito do homem público.

A administração do Dr. Lacombe foi de extrema relevância, não apenas por ter sido a mais longa, mas pelas transformações ocorridas na instituição. Ao assumir a direção, em 1939, se tornou seu décimo gestor, sendo antecedido por nomes como Fernando Neri, Alberto Barcelos, Homero Pires e Humberto de Campos. Empreendeu diversas ações para aquisição de acervo, pertencente ao patrono que se encontrava disperso: eram constantes os encaminhamentos de pedidos de compra de objetos ao diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, algumas enviadas diretamente aos Ministros, como Clemente Mariani (1949) ou Pedro Paulo Penido (1960) e, mesmo correspondências trocadas com familiares de Rui Barbosa, negociando a compra de peças para o acervo da instituição. Em 1948, com a morte de D. Maria Augusta, viúva do Conselheiro, Dr. Lacombe, com a ajuda do diretor do DPHAN, adquire quase 40 objetos que, segundo folhas 80 e 81 do processo de inventário⁸⁰ da viúva são tombados pelo órgão, dando assim, preferência à União na compra de tais bens, caso seja do desejo do proprietário vendê-lo, conforme determinação do dispositivo legal mencionado no trecho abaixo. No referido documento enviado pelo citado diretor ao Juiz da 1ª Vara de Orfãos e Sucessões, Dr. Sady Cardoso de Gusmão, lê-se:

“Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia., para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, no Livro de Tombo Histórico, a que se refere o artigo 4º, nº 2, do citado decreto-lei, dos seguintes bens do espólio da Sra. D. Maria Augusta Ruy Barbosa, viúva do conselheiro Ruy Barbosa, cujo inventário se processa no 2º ofício dessa Vara”

⁸⁰ O inventário se encontra no Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa.

São arrolados, em seguida, 35 itens, totalizando mais de 40 objetos, grande parte incorporado, posteriormente, ao acervo do Museu Casa de Rui Barbosa. O empenho do Dr. Lacombe não se restringia ao acervo, ele personificava a ideia do culto à memória do grande cidadão e, trabalhava incansavelmente na divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa. No centenário do patrono, uma série de eventos e ações foram por ele empreendidos para render culto à memória daquele que considerava o maior de todos os brasileiros. Exposições, seminários e cursos foram realizados não somente no Rio de Janeiro, como também na Bahia. A Biblioteca Nacional organizou uma exposição sobre o centenário de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, tendo o discurso de encerramento sido feito pelo Dr. Lacombe; O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro organizou o curso Rui Barbosa; Seus restos mortais foram trasladados para o Fórum Rui Barbosa, em Salvador, havendo uma missa de corpo presente na Biblioteca da Casa de Rui Barbosa; É publicada a obra *Rui, pequena história de uma grande vida*, da autoria de Cecília Meirelles, com uma tiragem de 90 mil exemplares, enviada, pela instituição com ajuda das Forças Armadas, a todas as escolas do país. Apenas para citar alguns exemplos.

Ainda em comemoração ao centenário do patrono de Rui Barbosa foi criado, o *Museu Casa de Rui Barbosa*, na sua cidade natal, Salvador, com o apoio do Dr. Lacombe. Instalado na residência onde Rui Barbosa viveu até 1865, cujo prédio foi adquirido no início do século XX, em leilão, pelo proprietário do *Jornal A Tarde*, o jornalista Ernesto Simões Filho, a instituição pretendia inicialmente a realização de uma parceria com a prefeitura para a criação de uma escola, o que acabou não acontecendo. Em 1935 a ABI – Associação Baiana de Imprensa reivindica a posse do casarão e, inaugura em 1949 o Museu Casa de Rui Barbosa. Desde 1999, a instituição está sendo gerida pela Faculdade Rui Barbosa, por meio de um convênio firmado com a proprietária do imóvel. Desta forma, esta personagem passa a ser o único brasileiro patrono de três museus, localizados em diferentes estados – Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

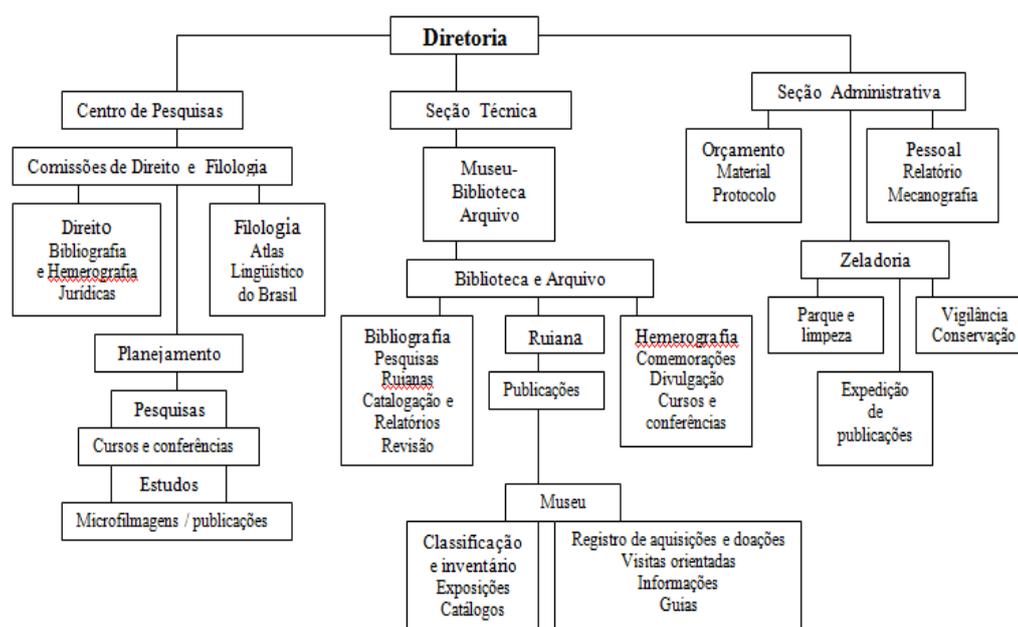
Rui continuou a ser homenageado em outras instâncias, após a morte, algumas bastante significativas tal como a proposta na Constituição promulgada em 1946 que determinou no artigo 33, no *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* a construção na capital da República de um monumento a Rui Barbosa, em consagração dos seus serviços à Pátria, à Liberdade e à Justiça. Segundo Lacombe, o mesmo seria constituído de uma porta monumental na Cidade Universitária. Para a sua construção foi iniciado, em 1952, um concurso de projetos cujo vencedor foi o brasileiro Pedro Paulino Guimarães associado ao artista francês Jacques Gottard (1984, p. 209). Projeto, maquete e documentos foram

encaminhados por Américo Jacobina Lacombe, à época Secretário do júri, por ordem do Ministro da Educação, Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, ao diretor do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, o professor Luís Hildebrando Horta Barbosa, para dar andamento aos procedimentos necessários à construção do mesmo que, contudo, não foi construído.

Visando potencializar as pesquisas sobre o patrono, é criado, por sugestão de Thiers Martins Moreira, amigo de Lacombe, na Casa de Rui Barbosa, pelo Decreto nº 30.643, de 20/03/1952 (Anexo T) o Centro de Pesquisas, que “*realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisar a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos*”. É válido ressaltar que as ações empreendidas por Dr. Lacombe, são sempre investidas por instrumentos legais não se restringindo ele a determinação de portarias internas, dotando, assim paulatinamente, a instituição de uma estrutura que começa a extrapolar sua capacidade de absorção. O referido documento aponta no seu artigo 5º que “*Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualizá-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado*”. Esta informação somada ao decreto seguinte, nos apontam que, de fato, a instituição se encontra distante daquela de 1930, necessitando de uma reestruturação técnica e física. Elisabeth von der Weid⁸¹, pesquisadora da instituição, esclarece que o funcionamento da pesquisa “se dava de forma original, tendo em vista não existir quadros suficientes para desenvolver a proposta. Havia comissões de notáveis de cada área, não oficiais, formadas por estudiosos que propunham os temas e orientavam as pesquisas. Estas eram desenvolvidas em grande parte por pessoal emprestado de outras instituições, particularmente da Biblioteca Nacional”. A pesquisadora revela que o setor de Filologia dedicava-se a “pesquisas sobre português arcaico ou sobre literatura popular em versos. A Casa possuía uma coleção de folhetos de cordel de grande interesse para Thiers Martins Moreira, que incentivou o desenvolvimento de pesquisas na área, o que permitiu a publicação de alguns catálogos temáticos e uma antologia. No setor de Direito, as pesquisas se dividiam também em duas frentes: estudos referentes ao direito constitucional, que renderam publicações importantes como os *Textos constitucionais na biblioteca de Rui Barbosa* e uma *Bibliografia Brasileira de direito Constitucional*; e pesquisas mais práticas que também foram publicadas, como *O mandado de segurança e sua jurisprudência*” (IDEM).

⁸¹ A história da pesquisa na Casa de Rui Barbosa é o título do estudo desenvolvido pela pesquisadora citada. O mesmo se encontra em andamento.

Ainda na década de 1950, temos o decreto nº 38.544, de 12/01/1956 (Anexo U), por meio do qual é aprovado o regimento que organiza a Casa em quatro seções, duplicando sua antiga estrutura que passa a contar com a Seção Técnica: englobando a Biblioteca, o Arquivo Histórico e o Museu; o Centro de Pesquisa; a Seção de Administração; e a Zeladoria. Ficando o organograma⁸² assim estruturado:



Vale ressaltar que a vocação da instituição para o *estudo* e a *pesquisa* não se inicia com a criação do Centro de Pesquisa e, nem mesmo se restringe a este setor, tendo em vista que os termos já aparecem no decreto de 1941. Sua inserção no organograma institucional possibilitou o direcionamento e a intensificação das pesquisas, a princípio, nas áreas do Direito e da Filologia. Entretanto, como consta item II, art. 8º, do decreto de 1956 - que determina a competência da Seção Técnica, à qual estavam subordinadas o Museu, a Biblioteca e o Arquivo Histórico - o estudo e a pesquisa, também, fazem parte das atribuições dos técnicos do setor.

O decreto mencionado alude curiosamente, ao documento que dá origem a instituição como sendo o decreto nº 5.429, de 12/01/1928 (Anexo J) que cria a *Casa de Rui Barbosa* ao invés do de nº 17.758, de 04/04/1927 (Anexo B), por meio do qual é criado o *Museu Rui Barbosa* e aprovado o seu regulamento. A existência destes dois instrumentos parecer ter sido

⁸² REAL, Regina. Casa de Rui Barbosa, resumo histórico de suas atividades. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.

apenas uma homologação jurídica, tendo em vista ser o primeiro um ato do poder executivo e no segundo constar a aprovação do Congresso Nacional, bem como a sanção do presidente. Entretanto, há entre os dois um dado mais substancial: a denominação institucional. Podemos pensar nesta questão como sendo o primeiro conflito entre o público e o privado, enfrentado pela instituição no qual a Casa, como representante do universo privado se sobrepõe ao Museu, espaço público por excelência.

Como observamos, a Casa de Rui Barbosa, sob a gestão do Dr. Lacombe, expandiu o quadro de pessoal e, conseqüentemente suas ações; alterou seu perfil e ampliou conceitualmente o campo de atuação institucional. Contudo, segundo Elisabeth von der Weid, “nos primeiros anos da década de 1960, o museu se encontrava em condições muito precárias, e o diretor começou a estudar uma solução com seus amigos Thiers Martins Moreira, então diretor do Centro de Pesquisas e Luiz Vianna Filho, Chefe da Casa Civil da Presidência da República naquele momento, e biógrafo de Rui Barbosa”. Sobre o mesmo período Lia Calabre avalia que entre 1945 “até meados de 1960, o campo da cultura foi marcado pela fraca presença do Estado, se restringindo a maior parte das ações a regulamentar e dar continuidade a instituições que foram criadas ao longo do governo Vargas” (2009, p. 45). A pesquisadora analisa, ainda, que a questão da falta de verba para a cultura, afetava o conjunto das atividades do Ministério, como denunciava em 1966, o jornalista Franklin de Oliveira, por meio da publicação de uma série de ensaios sobre as péssimas condições das instituições culturais públicas e do patrimônio histórico e artístico nacional (IDEM). Em vista deste cenário e, de acordo com Weid, o grupo citado acima percebeu que a solução para impulsionar a Casa de Rui Barbosa seria tirá-la da administração direta do governo, seguindo assim uma ideia do Conselheiro Raymundo Moniz de Aragão, e transformá-la em fundação de direito público, inspirando-se na experiência da Universidade de Brasília, o que ocorreu em 1966.

2.2.3 1966 / 1997 – Fundação Casa de Rui Barbosa

“Art. 1º A Casa de Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Cultura, fica transformada em fundação, denominada “Fundação Casa de Rui Barbosa”, instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, tendo sede e fôro na cidade da Guanabara”.

O artigo primeiro da Lei nº 4.943, de 06/04/1966 (Anexo V) que alterou a personalidade jurídica da Casa de Rui Barbosa reflete o processo de mudança em curso há alguns anos na instituição, a despeito das permanências e continuidade perceptíveis. Uma análise comparativa entre o decreto de criação da Casa de Rui Barbosa, em 1928, complementando com o documento de 1929 que aprova o regulamento; e o de 1966, quando ocorre a transformação em Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, juntamente com o seu estatuto, aprovado pelo decreto nº 59.643, de 02/12/1966 (Anexo W), revela o grau de complexidade que a instituição adquiriu ao longo do tempo. Enquanto o primeiro decreto era composto por quatro artigos, o segundo (Lei nº 4.943) contabiliza doze. A finalidade proposta, no regulamento de 1928, de *“conservar não só a bibliotheca e o arquivo de Ruy Barbosa, adquiridos pelo Estado, mas também, quaesquer objectos que hajam pertencido ao grande estadista da Republica, ou se relacionem com sua vida e sejam doados”* é consideravelmente ampliada ao se conceituar a instituição para além das suas atividades técnicas, como notamos nos dois primeiros artigos:

Art. 1º A Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica e literária, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, constituída nos termos da Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, com sede e fôro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, rege-se-á Pelos presentes Estatutos.

Art. 2º A Fundação tem como finalidade o desenvolvimento da cultura da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação da obra e vida de Rui Barbosa e o culto de sua memória (...).

A vocação para o estudo e a pesquisa é reforçada, sendo acrescida a finalidade de ensino, delineada desde 1937 quando a instituição foi definida como espaço de educação extra-escolar, como já mencionado. A direção, agora denominada presidência, continuou a cargo de Américo Jacobina Lacombe, entretanto assessorado pelo diretor executivo *Irapoan Cavalcanti de Lyra*, proveniente da Fundação Getúlio Vargas, contando ainda com um Conselho Consultivo e, posteriormente, também, Conselho Fiscal. Segundo Weid a FCRB foi uma das primeiras fundações institucionais criadas pelo Governo, “e não se sabia ainda direito

como seria seu funcionamento, pois até então a imensa maioria das fundações era de direito privado”. Entretanto sabia-se que, como fundação, a Casa teria a possibilidade de obter financiamentos, como foi feito para as obras de recuperação do museu, financiadas pela Caixa Econômica Federal. Muitos anos depois, em entrevista para um projeto de história oral sobre a Casa (apud WEID), Irapoan expressou sua opinião a respeito do lugar que acabara de chegar: “*A Casa era na época o museu, com a biblioteca e os documentos de Rui Barbosa, a administração e o Centro de Pesquisas. Tinha em torno de 27 funcionários apenas, todos muito ligados à instituição, falando dela como de sua própria casa*”.

Na fala do Diretor Executivo está implícita a sua visão e expectativa em relação à instituição. Todo o trecho demonstra um olhar de reprovação ao que foi encontrado; ao dizer que “a Casa era o museu” parece estar posto que o modelo conceitual existente não correspondia ao seu entendimento sobre o lugar encontrado: como se o museu apequenasse a instituição. A percepção da natureza da relação estabelecida pelos funcionários com o espaço também é reveladora do entrelaçamento da esfera pública com a privada, propiciada pela “dupla identidade do lugar”. Embora a Casa tivesse sido transformada em museu, uma parte foi ocupada pelos funcionários, sendo, portanto apropriada, ao mesmo tempo, por atividades diferentes: casa e museu continuaram habitando o mesmo “teto”. As funções rotineiras de uma casa não foram totalmente abolidas, pois os funcionários trabalham na área interdita ao público, reservada às atividades administrativas. Entretanto a ambientação em nada lembrava a de um órgão público convencional, tendo que em vista que a mesma era composta pelos objetos da residência. A frase dita acima por Irapoan – “*todos muito ligados à instituição, falando dela como de sua própria casa*” - é reforçada em outros momentos da entrevista, sempre que ele estabelece um vínculo entre a instituição e seus funcionários porque é notório que todos “*tinham um amor muito grande por aquilo...era a extensão da vida deles*”⁸³.

Uma das marcas deste período institucional foi a construção de um prédio anexo para abrigar a nova estrutura organizacional da, agora, Fundação Casa de Rui Barbosa. Para tal, foi escolhido, com anuência do IPHAN, já que a Casa era tombada, desde 1938, o arquiteto Sérgio Porto sob orientação do Dr. Lúcio Costa. Antes que os recursos fossem obtidos, se iniciou, em 1968, uma reforma na residência histórica, tendo em vista seu estado precário. Durante a obra o museu ficou fechado “e grande parte dos seus móveis e objetos foram transferidos para uma casa no Cosme Velho...”. Em 1972 o museu foi reinaugurado e uma

⁸³ A entrevista realizada, em 1999, por Maria do Carmo Drummond e Silvana da Silva Telles com Irapoan Cavalcanti de Lyra foi citada por Elizabeth von der Weid em sua pesquisa sobre a “evolução da Fundação Casa de Rui Barbosa”. A mesma se encontra em andamento.

equipe foi contratada para revitalizar o espaço, dando início a um período muito profícuo. Embora a residência não estivesse desocupada das funções administrativas, tendo em vista que o prédio anexo foi inaugurado em 1978, a realização da obra e o aumento do quantitativo de funcionários revigoraram as ações desenvolvidas pelo Museu.

Os funcionários, em sua maioria museólogos formados pelo Curso de Museus foram absorvidos por uma série de concursos que aconteceram ao longo da década de 1970, dentre os quais destacamos: Aldeli Memória, Alta Barreto, Regina Timbó, José Manoel de Andrade Pires, Jurema Seckler, Lídia Cordeiro, Vera Maria de Oliveira, Jane Menezes, Maria Elizabeth Pinheiro e Cláudia Reis. A resposta do público as ações empreendidas é percebida pelo considerável aumento estatístico na visitação: a instituição recebeu entre os anos de 1931 a 1965, cerca de 93.600 visitantes; enquanto na década seguinte, compreendendo o período de 1972 a 1976, 99.082 pessoas. Ressaltamos, ainda, que o culto a memória de Rui Barbosa se arrefeceu com a introdução de novas questões para a discussão no âmbito do próprio museu, como acabamos de analisar. Entretanto a figura de Rui Barbosa ainda é apropriada pela esfera pública como percebemos pela criação da Lei nº 5.579, de 15 de maio de 1970 (Anexo X), que institui o Dia da Cultura e da Ciência, a ser comemorado em 05 de novembro, data natalícia de Rui Barbosa, prevendo no art. 2º o estabelecimento de normas, pelo Ministério da Educação e Cultura, para a divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa, principalmente nos estabelecimentos de ensino do País. Quase meio século depois da morte ainda se busca enaltecer e reforçar o mito do grande cidadão ao qual a Pátria deve render constantes homenagens em agradecimento. Um dos elementos que ressalta a atenção nesta Lei é a preocupação em divulgar a figura da personagem Rui Barbosa junto aos estudantes, reacendendo assim o elo vital com as gerações que se encontravam historicamente distantes da sua influência.

O significado da transformação em Fundação Casa de Rui Barbosa pode ser percebido em diferentes níveis: a instituição se tornou um complexo cultural, criando novos setores como o de História e o Arquivo Museu de Literatura Brasileira; enquanto o museu reelaborou o seu perfil. Simbolicamente esta separação significou uma divisão entre o Museu e os outros setores da instituição que de forma subentendida se faz presente ainda na atualidade. Informalmente, dois núcleos se estabeleceram, perceptível, por exemplo, na forma como os servidores se referem aos espaços: quando é necessário que um funcionário – sobretudo os mais antigos -, lotado no museu, se dirija ao prédio anexo, informa que está indo à Fundação, como se ele não fizesse parte da mesma.

O prestígio de Dr. Lacombe, associado ao seu capital de relações, revertia em frutos positivos para a Fundação, exemplificado pela criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Em julho de 1972, em crônica publicada no Jornal do Brasil, Carlos Drummond de Andrade desabafava:

Velha fantasia deste colunista – e digo fantasia porque continua dormindo no porão da irreabilidade – é a criação de um museu de literatura. Temos museus de arte, história, ciências naturais, carpologia, caça e pesca, anatomia, patologia, imprensa, folclore, teatro, imagem e som, moedas, armas, índio, república... de literatura não temos. (JORNAL DO BRASIL 11/07/1972)⁸⁴

Sendo Dr. Lacombe frequentador assíduo do *Sabadoyle*⁸⁵, juntamente com Drummond e o anfitrião Plínio Doyle, viabilizou a realização do sonho drummondiano, criando em 28 de dezembro do mesmo ano, nas dependências da Casa de Rui Barbosa, o desejado museu de literatura, inaugurado com a exposição Camoniana, comemorativa ao quarto centenário de *Os lusíadas* e uma mostra com documentos do espaço recém-criado⁸⁶. O estímulo para a doação de acervo foi dada pelo próprio idealizador, reforçada por Plínio:

Colecionador ou não colecionador, que tenha em casa um retrato, uma carta, um poema, um documento de escritor brasileiro digno do nome de escritor, e pode com ele enlutar (sic) o arquivo-museu menino, dirigido pelo espírito público de Plínio Doyle na Casa de Rui Barbosa: faça um beau geste, mande isso para São Clemente, 134, e terá oferecido a si mesmo o prêmio de uma satisfação generosa. (Carlos Drummond de Andrade, JORNAL DO BRASIL, 4/01/1973)⁸⁷;

Para evitar que se perca ou se disperse a preciosa documentação da nossa história literária, mandem para a Casa de Rui Barbosa todo tipo de material que sirva à nossa finalidade específica” (Plínio Doyle em apelo aos escritores)⁸⁸.

O contexto político-social no Brasil é marcado por uma ditadura militar que se instala em 1964, que, como sempre reverbera na área cultural. Para Isaura Botelho, a cultura – que, durante as décadas de 1950 e 1960, havia se consolidado como “uma das faces da política social” – foi percebida a partir dos anos 70, mais especificamente, no período ditatorial, uma “questão de segurança nacional” (2000, p. 37). Após um processo de massificação do discurso nacionalista, e dentro da proposta de instauração gradual de uma abertura democrática,

⁸⁴ Apud VASCONCELOS, Eliane. In: O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: um sonho drummondiano. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, s/data.

⁸⁵ Reuniões literárias que aconteciam aos sábados na residência do bibliófilo Plínio Doyle em Ipanema, na década de 1970.

⁸⁶ Idem, p. 4.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

surgiram medidas como a criação do Programa de Ação Cultural (PAC) pelo Departamento de Assuntos Culturais do MEC, em 1973, e o lançamento da Política Nacional de Cultura, em 1975, na gestão Ney Braga, com a determinação de metas, políticas e diretrizes fundamentadas em conceitos antropológicos. A autora analisa que, “de 1967 a 1974, o Brasil vivia o ‘milagre econômico’, mas o consumo de bens culturais permanecia restrito a uma pequena parcela da população”. Entretanto as diferentes instituições governamentais voltadas para a difusão da cultura não se tornaram simples reprodutoras de uma ideologia gestada pelos altos escalões do governo, muitas delas se organizaram em sistemas mais abertos, propiciando “o surgimento de canais diversificados de apoio, a fim de poder realizar suas atividades, independente das crises político-econômicas” (BOTELHO, 2000, p.37-42), como vimos acontecer com a Casa de Rui Barbosa.

A partir deste período o ponto forte da atuação do Museu Casa de Rui Barbosa passou a ser a educação em conexão com o pensamento vigente nas instituições museais. A chefe do Museu, Aldeli Memória, juntamente com a equipe, renovaram a visitação ampliando os objetivos desta atividade, propondo não apenas a divulgação da vida e a da obra de Rui Barbosa, mas também a reflexão sobre uma época. Não por coincidência, é iniciado em 1975, sob a responsabilidade do museu, o projeto Memória de Rui, tendo por objetivo,

“coletar depoimentos gravados de parentes e amigos que convieram com Rui Barbosa, além de contemporâneos, ou não, que possam contribuir com suas recordações para que se crie um pequeno banco de memórias, que se pretende constitua um importante arquivo sobre uma época e um Rio de Janeiro que vão se perdendo⁸⁹”.

Entre 1975 e 1994, foram entrevistados, pelos funcionários do museu, aproximadamente 40 pessoas, incluindo Maria Luíza Vitória, filha caçula de Rui Barbosa; Dr. Lacombe; Austregésilo de Athayde; o senador Luis Vianna Filho; os netos Lucila Batista Pereira e Rui Barbosa Netto; o bisneto Alfredo Rui; Raimundo Magalhães Júnior, autor do livro crítico, *Rui: o homem e o mito*; moradores do bairro de Botafogo; entre outros. Os depoimentos revelam importantes informações sobre a casa, os objetos, os hábitos da família e do patrono, o convívio com os amigos, as glórias e decepções do cidadão Rui Barbosa, permitindo traçar os detalhes da sua intimidade, contribuindo, ainda, para a reorganização museográfica, colocada em prática após uma obra realizada na casa histórica.

⁸⁹ Projeto Memória de Rui; DA (Documentos Avulsos) 07/79103. Carta enviada em 03/05/1985. Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tendo como subsídio um levantamento das questões trazidas pelos professores, coletadas em questionários específicos, o Museu consolidou de um programa voltado ao público escolar. A estratégia adotada, para que os esforços não se dispersassem, foi trabalhar prioritariamente os professores, inclusive as estudantes em formação, ainda nas Escolas Normais, como na imagem a seguir.



Algumas instituições de ensino, tanto da rede pública quanto da particular, se tornaram parceiras, na medida em que ações sistemáticas foram empreendidas. Membros da equipe passaram então a visitar com frequência esses locais, traçando objetivos e metas, como por exemplo, o Projeto-Piloto com a Escola México e a montagem coletiva da exposição sobre as escolas pioneiras de Botafogo. O trabalho envolvia três etapas: a sensibilização na própria escola, com apresentação de slides e “palestra” para os alunos e professores; a visita ao museu e, o retorno ao local para avaliação do trabalho. A visita guiada era uma prática antiga no museu, ofertada para escolares e público espontâneo, como percebemos ainda nos primeiros relatórios da instituição. Dr. Lacombe muitas vezes recebia os visitantes, apresentando o espaço, contando histórias sobre o patrono e os objetos em exposições. No relatório de 1966, ele justifica a diminuição no número de visitantes associando a falta de guias:

A visitação pública teve sensível decréscimo com a falta de incentivo de uma boa orientação guiada. A experiência encetada no ano anterior com o apoio da Secretaria de Turismo da Guanabara, contratando guias especializados e preparados pelos Conservadores dos museus, deu ótimo resultado. Terminados os festejos do IV Centenário da Cidade, foi esse serviço suspenso; todavia deve merecer todo o apoio

do Ministério da Educação e Cultura para sua manutenção permanente (Relatório 1966;DA 08/134).

Este serviço era considerado tão importante pelo diretor citado que uma das etapas de seleção para os museólogos concursados, era a visita guiada em português e inglês pelo museu, conforme relatou Jurema Seckler⁹⁰. Em depoimento ao projeto Memória de Rui, Sr. Ventura, narra que após a aposentadoria retornou a Casa, em 1972, para “acompanhar os visitantes”. Na década de 1950 ele trabalhou como ator; participou de uma seleção feita pelo Paschoal Carlos Magno, e se iniciou no Teatro de Câmera, estreando “no ramo com Maria Sampaio, Alma Flores e outros”. Para ele, esta vocação artística contribuía para sua atuação junto ao público, pois em suas palavras: “com esse negócio de teatro, eu represento, (...) eu estou mostrando a Casa, mas estou representando. De vez em quando eu digo uma graça, uma coisa assim... Eu acho que a visita comigo sente-se satisfeita. (...) É a vivência do local. Esta casa é como se fosse minha mesmo. Conheço também porque eu limpei cada canto. Os pormenores”. E, como analisamos anteriormente, de fato, ele morou na casa e, quando se refere ao espaço como se fosse seu, é uma associação natural. A museóloga Jurema Seckler confirmou o depoimento do Sr. Ventura, uma vez que ao entrar para o quadro funcional da Casa o encontrou nesta função acrescentando, ainda, que ele sempre trajava um terno branco e em sua postura no alto da escada para receber os visitantes se assemelhava fisicamente ao Rui, causando espanto em algumas pessoas.

Em 1978, é inaugurado na parte posterior do terreno do Jardim, terminando na Rua Assunção, o prédio anexo, atualmente denominado *Américo Jacobina Lacombe*, sendo transferido para o mesmo, as atividades administrativas que, antes funcionavam nas dependências da casa, com exceção da equipe do Museu que passou a ocupar as salas externas, que compõem a referida construção.

A partir da reestruturação institucional, tendo como cenário o contexto apresentado o Museu Casa de Rui Barbosa sofre uma mudança conceitual, ampliando o diálogo com a sociedade ao se voltar para novos segmentos de público, bem como realizando ações extramuros. Paralelamente, intensificam-se os trabalhos de documentação e pesquisa de acervo, com vistas à reorganização museográfica. São mapeadas informações em periódicos e no próprio acervo iconográfico para embasar tal ação. “*Apesar da reestruturação das*

⁹⁰ Jurema da Costa Seckler, museóloga formada pelo curso de museus do Museu Histórico Nacional, em 1973, prestou concurso para a Casa de Rui Barbosa em 1975. Dentre suas atribuições estava prevista a visita guiada havendo, portanto uma prova prática em inglês para ingresso na instituição. Segundo a museóloga existiam duas categorias de profissionais A e B; para a primeira, a visita guiada não era obrigatória, somente para a segunda. Desde 2003 Jurema é chefe do Museu, ocupando cargo de confiança, DAS 2, tendo em vista ter se aposentado em 1994.

atividades mantinha-se o circuito quase intocado. A visita guiada tinha como objetivo evitar que etiquetas, leitores, cordões de isolamento maculassem essa visão ortodoxa de museu-casa” (REIS, circa 2000)⁹¹.

As décadas de 1970 e 1980 são bastante produtivas para o Museu, que realiza ações de diferentes naturezas, tais como: “Artes na Casa de Rui Barbosa” (folclore e dança, poesia, declamação, cursos, voltado para o público universitário e adulto); “O homem e a natureza” (semana de eventos comemorativos do Dia do Meio Ambiente); “Exposições temporárias; Treinamento de monitores (convênio SESC); “Vamos brincar de antigamente” (convênio SESC); “Como funciona o museu”. A relação entre o museu e a escola se intensifica graças a sistematização do setor educativo que chega a contar com oito profissionais voltados a esta finalidade. Os projetos visam aproximar os estudantes, em especial do primeiro segmento do ensino fundamental, com o personagem e a sua época. Em 1980, o Relatório de Atividades da Fundação, reiterou no “Programa de atividades do Museu”, a importância das “atividades destinadas aos escolares que objetivam dinamizar o processo de ensino, inserindo o Museu e seu acervo no âmbito dos recursos que a escola pode utilizar para a transmissão de conhecimentos.” Suas propostas, tal como apresentadas no mesmo Relatório, visariam “a difusão [...] de nossos valores culturais, abordando temas do passado e também da atualidade, relacionados ou não com o nosso patrono” (ALBERNAZ, 2007). O museu se abre a temas mais abrangentes que não privilegiem exclusivamente a figura do jurista, e quando este é o foco, busca-se uma forma mais lúdica de abordá-lo como notamos nas atividades *Rui Barbosa em quadrinhos* (exposição de trabalhos apresentados por escolas) e *Vida e obra de Rui Barbosa* (concurso), ambas em 1973, além de propostas para crianças do Jardim de Infância sobre *A casa de Rui Barbosa através de recorte e colagem* (IDEM).

A partir deste período, o privado se sobrepõe ao público nos projetos desenvolvidos pelo museu, ao passo que as pesquisas realizadas pelos setores do Centro de Pesquisa dão maior relevância ao homem público: o jurista, o jornalista, o embaixador, o político. Há, talvez um equilíbrio entre as esferas no que se refere à atuação institucional, mas observa-se uma diferença entre os destinatários: enquanto o museu amplia socialmente seu público, abrindo canais de comunicação com a comunidade do entorno, como o Morro Dona Marta e as instituições de ensino, incluindo o Instituto Benjamin Constant; as atividades dos outros setores são voltadas para um segmento mais especializado, sobretudo universitários e pesquisadores nacionais e estrangeiros. Nomes de destaque no cenário cultural fazem parte do

⁹¹ REIS, Claudia. Histmus. Trata-se de um artigo não publicado; data provável, 2000.

quadro funcional da instituição quer de forma permanente ou como cargos de chefia; alguns exemplos são: como Diretor Executivo: Renato Soeiro; Washington Luis Pereira de Sousa Neto; Olavo Brasil de Lima Júnior; como Diretor do Centro de Pesquisas: Thiers Martins Moreira; Homero Senna; Maximiano de Carvalho e Silva; Francisco de Assis Barbosa; Silvano Santiago, Lêdo Ivo.

Os anos de 1990 foram conturbados para a área cultural. “O Presidente Collor promulgou a Lei nº 8.029, que extinguiu, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura, como FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN (Fundação de Artes Cênicas), FCB (Fundação do Cinema Brasileiro), Pró-Leitura e EMBRAFILME, e reformulava outros tantos como o SPHAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional). [...] Extinguiu também o próprio Ministério da Cultura, criando uma Secretaria de Cultura. [...]” (CALABRE, 2005). Assistimos, a partir de 1992, na gestão do Presidente José Sarney, o esforço governamental de reconstrução da Cultura marcadas pela “recriação” do ministério, conforme Lei nº 8.490 e a instituição da Lei Rouanet, que possibilitava o investimento de empresas privadas em atividades culturais, pela isenção de impostos.

Em 1993, Dr. Américo Jacobina Lacombe vem a falecer, após 54 anos administrando a Fundação Casa de Rui Barbosa, sendo substituído na presidência por Lêdo Ivo (1993 a 1995), coincidentemente, ocupante da cadeira nº 10, da Academia Brasileira de Letras, em sucessão a Orígenes Lessa, ex-funcionário da FCRB, também ocupada por Rui Barbosa. Durante a administração de Mario Brockman Machado (1995 a 2002), a instituição é incluída no Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, conforme a Lei nº 9.557, de 17/12/1997.

2.2.4 1997/ atualidade – Carreira de Ciência e Tecnologia

Pela Lei nº 9.557, de 17/12/1997 a Fundação Casa de Rui Barbosa, durante a gestão de Mario Brokmann Machado, é incluída no Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia (Lei nº 8.691, de 28/07/1993), sendo a única dentre as instituições filiadas ao Ministério da Cultura a compor tal quadro, criando uma distinção em relação às demais. O plano de carreira citado tem a seguinte composição:

I- Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

II - Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

III - Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia.

Esta inserção altera o perfil da Fundação Casa de Rui Barbosa que se volta ainda mais para a pesquisa, pautada na produção do conhecimento. O museu que já vinha desde a década anterior intensificando o estudo em torno do acervo, sistematiza tal atividade com a publicação da série “estudo do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa”, da autoria da Museóloga Claudia Reis. Por outro lado, a reflexão sobre o modelo conceitual, museu-casa, é iniciada em 1995, com a realização do I Seminário sobre museus-casas, proposto pela, então chefe do Museu, Magaly Cabral. Estes encontros se tornaram referenciais na área, tendo em vista, seu pioneirismo e abordagem específica, na medida em que se preocupava em discutir as questões conceituais e os desafios das casas que abrigam museus ou, se preferirem, dos museus instalados em casas históricos. Estes encontros são, ainda, realizados, e, após a série de quatro voltados para temáticas básicas da Museologia, como conservação, pesquisa e educação, foi proposto um novo direcionamento ampliando o diálogo com os museus-casas internacionais: América Latina e Caribe inaugurou este momento, seguido de quatro encontros bienais voltados para a análise do conjunto de museus brasileiros e portugueses denominados *Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas*. O último, realizado em 2014, retomou a discussão a partir do panorama interno, privilegiando as experiências desenvolvidas no Brasil.

Em 1999, por ocasião do sesquicentenário de Rui Barbosa foram realizadas uma série de comemorações, trazendo a personagem para o centro dos debates. Exposições itinerantes, publicações, programas de TV, parcerias e, uma homenagem um pouco inusitada para um “homem de vida regradíssima, sóbrio e austero, que tinha horror ao jogo e não se entregava a excessos, a não ser o trabalho e o estudo” (MAGALHÃES, 1994, p. 55); ele foi o tema do enredo da Escola de Samba São Clemente, cuja letra, como observamos abaixo, reforça todos os adjetivos usados pelos ruianos para exaltar a imagem de Rui Barbosa.

A.São Clemente comemora e traz Rui Barbosa para os braços do povo
 Minha escola faz a festa
 Traz para o povo um baiano genial
 Defensor da igualdade
 A liberdade, o seu ideal
 Uma luta pioneira
 Nossa bandeira um país melhor
 Reformas sociais ele pediu
 Que agitaram esse meu Brasil

Idéias liberais abolição
 E "rui barbosa" orgulha essa nação
 O amor à pátria ele fez valer
 "águia de haia" nos faz vencer
 A luz de um novo amanhã virá
 Seu nome nunca mais vai se apagar
 Mesmo exilado
 Jamais abandonou seus ideais
 O jornalista consagrado
 Que a família amou demais
 Jurista e diplomata se fez imortal
 Tornou-se um brasileiro sem igual
 Um líder nacional
 O exemplo vai ficar
 A luta não pode acabar
 Os jovens vão lembrar
 O sonho irá brilhar
 Vem recordar ser mais feliz
 A são clemente exalta o meu país...

Para Sennett uma das maneiras de se retratar o passado é através de imagens do surgimento e do declínio de um modo de vida determinado. Estas imagens produzem um sentimento perigoso que é o saudosismo porque ao produzir simpatia para com o passado, induz à uma certa resignação diante do presente, aceitando os seus males (1988, p. 317). Podemos, a partir deste pensamento, propor uma reflexão dos efeitos produzidos pelo museu-casa de Rui Barbosa que, ao ser criado para cultuar a memória do grande cidadão estabelece o saudosismo, marginalizando a crítica. Este fato, não se restringe à instituição citada, mas aos museus biográficos que *apresentam* ao invés de *questionar*, que *impõem* ao invés de *dialogar* que, enfim *advogam* em favor de alguém que *sequer está sendo acusado*, mas encontram neste cenário a forma ideal de legitimação para o habitante do olimpo museal.

Em meados da década de 1990, com o terror da “era Collor” o quadro funcional se esvaziou aliado a uma série de contingências externas, como o fim dos ônibus escolares que faziam o serviço de transporte de alunos da periferia e de bairros distantes para o Museu, havendo uma desmobilização do setor educativo do museu. Entretanto, as atividades de pesquisa e informatização do acervo passaram a ser privilegiadas. A museóloga Claudia Reis analisa num documento interno que o “(...) O rigor na manutenção da casa à feição do tempo em que Rui nela habitou diminuiu nos anos 90”. Alguns recursos museográficos são inseridos no circuito, tais como iluminação especial, cordões de isolamento e leitores. Para a mesma, a introdução da figura do vigilante para a segurança do espaço em substituição ao guia para o atendimento de grupos, como única forma de visitação permite que o museu fale mais espontaneamente, que o visitante demore nas suas dependências se assim desejar, não mais estabelece um “tempo coletivo” para a visita. Neste sentido, ela acredita que o “acervo passa a

ser mais eloquente e isento”, na medida em que o visitante, com os dados percebidos, pode desenvolver suas conclusões, constatar, questionar...

Em 2002 com a realização de um concurso, a instituição iniciou nova fase e ganhou ânimo com a chegada de servidores, ainda que não fosse um número suficiente para restabelecer o quadro completo. A partir de 2003, o campo museal experimentará uma dinâmica política e social diferenciada, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e, a escolha de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, segundo o qual os museus brasileiros deveriam cumprir papel de referência, servindo de base para o futuro da cultura. Para o Ministro Gil, o importante é que os museus estivessem vivos, pulsando, consagrando o jogo de tradição e invenção que dialeticamente marca construção cultural em nosso país. (GILBERTO, Gil; 2007. p. 7). Uma reestruturação interna abre espaço para a criação de uma Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. Em 16 de maio do mesmo ano, no âmbito das comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, local permeado de simbologia para a classe museológica, é lançada a Política Nacional de Museus - PNM, cujas bases de construção foram pautadas pela participação da comunidade interessada. Um dos resultados desta ampla consulta e debates públicos foi o entendimento dos

“museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira⁹²”.

Das muitas conquistas oriundas da implementação da PNM, destacamos, no plano material, a criação, no organograma do IPHAN, do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), acarretando o fortalecimento dos museus do Ministério da Cultura mas, sobretudo possibilitando a interlocução com instituições que estavam fora desta estrutura; e do Sistema Brasileiro de Museus. Com o DEMU, o cenário museal passou por significativas mudanças, ganhando visibilidade interna e destaque internacional, firmando parcerias com organismos culturais das Américas, África e Europa. A atuação do Departamento estimulou a criação de Cursos de Museologia em todo o território, antes restrito a dois estados: Rio de Janeiro (UNIRIO) e Bahia (UFBA); contando atualmente com quatorze cursos de graduação e três Programas de Pós-Graduação, sendo que apenas um possui Doutorado (UNIRIO/Mast).

⁹² Disponível em <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf>

Em 2006, tem início o Cadastro Nacional de Museus, desenvolvido com o objetivo de mapear e recolher sistematicamente informações sobre os museus brasileiros, por meio do qual foram identificados até o ano de 2010, a impressionante cifra de 3.118 instituições museais. Em 2009 dois fatos consolidam o campo dos museus, demonstrando que os avanços alcançados por este setor e seu grau de amadurecimento permitiram a construção de um caminho autônomo, em que possa gerir seus próprios projetos, independente da tutela de outros órgãos administrativos: o Estatuto de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus.

Com a mudança política, assume a presidência da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2002, o sociólogo José Almino de Alencar tornando-se o primeiro servidor da instituição a alcançar tal posto. Dois anos mais tarde, pelo Decreto nº 5.039 (Anexo Y) um novo estatuto institucional, passa a vigorar. Por meio dele:

Art. 2º A FCRB tem por finalidade o desenvolvimento da cultura, por meio da pesquisa, do ensino, da preservação e da difusão, cumprindo-lhe, especialmente:

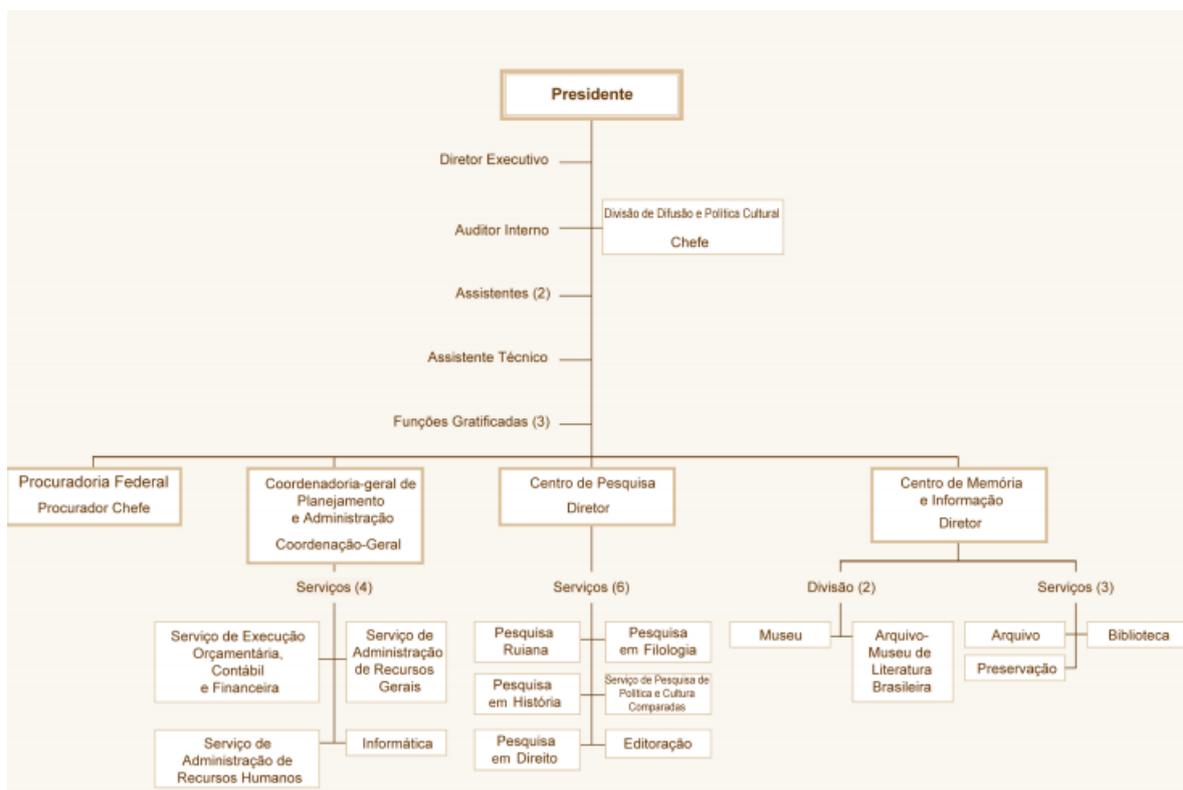
I promover o conhecimento da vida e da obra de Rui Barbosa, por meio da guarda, preservação e divulgação dos bens que lhe pertenceram – residência, mobiliário, biblioteca e o arquivo pessoal – e de sua produção intelectual, destacando-se a publicação sistemática da obra por ele deixada, sua crítica e interpretação;

II manter, ampliar e preservar os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos e iconográficos de Rui Barbosa e da cultura brasileira, sob sua guarda, por intermédio de ações exemplares continuadas de conservação, preservação e acesso aos bens culturais;

E III promover estudos e cursos sobre temas pertinentes à sua área de atuação e que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade na área de conservação, preservação e acesso a bens culturais, assim como na elaboração de normas, tecnologias e procedimentos técnicos relacionados à gestão de seu patrimônio cultural.

A estrutura organizacional é reiterada, havendo pequenas alterações: o Centro de Memória e Documentação passa a ser denominado Centro de Memória e Informação, estando a ele subordinados o Museu Casa de Rui Barbosa, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, a Biblioteca (composta por três núcleos: a Biblioteca Rui Barbosa, Biblioteca São Clemente e Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti) e o Arquivo Histórico e Institucional. O organograma⁹³ abaixo nos dá a dimensão da complexidade da Fundação:

⁹³ Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/FCRB_organograma_editado_I.pdf. Acessado em 18 de janeiro de 2015.



O museu conta, hoje, alguns projetos de grande relevância como uma linha de pesquisa voltada para o estudo do ambiente doméstico no século XIX que está servindo de embasamento para o projeto da renovação museográfica do espaço. Possuímos, ainda, projetos de planos de manejo que visam atender as especificidades de conservação de cada tipologia de acervo como indumentária, mobiliário, pintura etc., bem como destacada atuação no campo da educação museal. Os aspectos cotidianos da casa e a sua relação com o contexto histórico tem sido muito explorados nos últimos tempos. Busca-se compreender os hábitos, os costumes, a forma de habitar e as relações pessoais que marcavam aquele período. Os visitantes parecem cada vez se aproximar dos espaços que permitem o encontro com as referências do passado e da intimidade. E, nesta perspectiva, os museus-casas se revitalizam como espaços privilegiados deste processo tal como expressava Pamuk, em o museu da inocência, ou nas palavras de Eduardo Silva, pesquisador da FCRB:

Na verdade, devo confessar que sempre achei um privilégio imenso trabalhar numa instituição que guarda não apenas as palavras, o pensamento de um homem como Rui Barbosa, (...) mas que guarda, ainda, suas coisas, ou cousas, mais concretas, sua casa, seu jardim, seu quarto dormir, sua escova de dente, seus objetos mais íntimos e reveladores. Temos aqui, num imenso espaço institucional, de um lado, a história do homem público, seu pensamento, suas lutas e, de outro lado, (...) a história da vida privada (...): ou seja, macro e micro-história (...)(2002, p. 60).

2.3 A casa, o museu e a personagem

“Interessante, sempre achei que ele [Rui Barbosa] fosse um homem carrancudo, muito sério, fechado e, hoje, ao visitar este museu descobri o quanto ele era gentil, amoroso e sensível; ele colecionava rosas! Como a gente se engana com as pessoas!”

A frase dita por um visitante do Museu Casa de Rui Barbosa pode suscitar uma série de questionamentos, mas, por outro lado, possibilita uma constatação: a experiência que ele vivenciou naquele espaço mudou a sua concepção sobre o sujeito que ele imaginava conhecer. Entrar na intimidade deste personagem, no lugar que um dia foi a residência do grande jurista o tornou mais familiar, detentor de sentimentos nobres. O local aqui apresentado passa a ter uma função singular, para além de um espaço de memória é um construtor de subjetividade. Estudar um museu-casa significa lidar a uma só vez com matrizes conceituais distintas e, ao mesmo tempo, relacionadas – a **casa**, o **museu** e a **personagem**. Estas entidades são os materiais principais da construção que abordaremos, não apenas em sua perspectiva física, mas, sobretudo pelo viés simbólico que cada uma destas matrizes possui.

A *casa* nos remete as primeiras lembranças da vida, é acolhedora e segura. Talvez sejam estes os termos que melhor representam a ideia de uma casa: aconchego e segurança. Entretanto, “uma casa é muito mais do que uma simples construção com objetivos práticos, é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade (BACHELARD, 1993, p. 36)”. Não importa se grande ou pequena; de taipa ou tijolos; simples ou sofisticada, simbolicamente a casa é um local privilegiado e faz parte dos desejos humanos. Ter uma casa representa uma grande conquista. Mas a casa, também é, segundo Roberto DaMatta, uma categoria sociológica, pois entre nós, brasileiros, esta palavra

“não designa simplesmente espaço geométrico ou coisa física comensurável, mas acima de tudo entidade moral, esfera de ação social, província ética dotada de positividade, domínio cultural institucionalizado e, por causa disso, capaz de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. (IDEM)

Seguindo a linha conceitual adotada por DaMatta, devemos entender a casa, neste contexto teórico, não apenas como um espaço físico, mas para além de seus ambientes, paredes e muros, ou seja, como uma categoria sociológica. A dimensão afetiva da casa se sobrepõe à sua materialidade. Neste espaço recebemos nossos amigos, ser íntimo de alguém engloba ter acesso à casa desta pessoa, conviver com a sua família. À casa associamos

autenticidade, verdade e valores, assim como segredos, sonhos e intimidade. Em casa não precisamos fingir ser quem não somos, estamos despidos de qualquer manto que encubra o verdadeiro eu. A história da nossa vida é compartilhada com este ente fenomenológico. Metaforicamente a casa está sempre presente, levando a palavra a assumir significados muito variados. Em todas as sociedades esta unidade conceitual ocupa um lugar de destaque, e, mesmo a morte não interrompe o laço que mantemos com esta matriz conceitual, pois, neste momento, seguimos para a morada eterna.

O *museu*, por sua vez, como compreendido na contemporaneidade, é o espaço do encontro entre culturas, sujeitos e histórias. Ele se mantém, como aponta Huysen, como um espaço e um campo para reflexões sobre a temporalidade, a subjetividade, a identidade e a alteridade. Ele busca, diferentemente da casa, a publicização, ainda que, alguns sejam privados. Para ser considerado *museu* o Conselho Internacional de Museus estabelece, como vimos, a necessidade de estar aberto ao público, atuar à serviço da sociedade e o seu acervo - compreendido como patrimônio tangível e intangível da humanidade - deve ser conservado, pesquisado e exposto para educação, estudo e diversão. Para o senso comum, o museu é o local do passado, de coisas velhas, sem importância. É recorrente o uso do termo de forma depreciativa e jocosa. Mas a trajetória do museu nos permite perceber o quanto o seu legado é representativo. Huysen nos instiga a refletir sobre os caminhos trilhados pela instituição ao afirmar que

“não é o sentido seguro das tradições que delinea a origem dos museus, mas a sua perda combinada com um desejo profundo pela (re)construção. Uma sociedade tradicional sem um conceito teleológico secular não precisa de um museu, mas a modernidade é impensável sem um projeto museico (HUYSEN, 1996, p. 224)”.

Em sua intrínseca relação com a memória e com os processos histórico-sociais o museu passou a ser objeto de estudo de pesquisadores de vários campos do conhecimento, com especial ênfase às ciências humanas e sociais. Considerado espaço privilegiado da cultura material, por abrigar coleções/objetos de diferentes contextos socioculturais, o museu teve seu escopo de atuação ampliado passando a lidar, de forma mais sistemática, com o conceito de intangibilidade. Para alguns teóricos, entretanto, a perspectiva do imaterial esteve sempre presente nas coleções museológicas, o que mudou foi a abordagem e valorização que este conceito adquiriu.

Dando continuidade a interpretação da trilogia que compõe o objeto de estudo apresentado, temos a *personagem*. Este morador, outrora ilustre, da casa que agora é museu, nos interessa aqui, não por sua importância histórica, embora esta seja inegável, mas, por sua ausência que se faz presente. O personagem que dá nome ao espaço em questão morreu em

1923, mas a casa que foi transformada em museu, permite que ele esteja vivo, ainda, em 2011 ocupando uma categoria indefinida ou, talvez, amorfa: será um mito? Uma lembrança? Uma saudade? Ou um fantasma? Como abordar esta figura? É preciso que fique claro que estamos nos referindo a alguém que não possui mais uma existência física, mas a sua ligação com o mundo material se mantém; a sua relação com o outro é permanente, como enfatiza Roberto DaMatta, no Brasil se fala muito mais dos mortos do que da morte. E, para ele,

isso implica uma estranha contradição, porque falar dos mortos já é uma forma sutil e disfarçada de negar a morte, fazendo prolongar a memória do morto e dando àquele que foi vivo uma forma de realidade (1997, p. 142).

A casa, o museu e a personagem formam a base de sustentação do museu-casa que poderíamos associar ao *outro mundo* definido, por DaMatta, como sendo um *local de síntese, um plano onde tudo pode se encontrar e fazer sentido* (1997, p. 140-141). Neste outro mundo o personagem se encontra com os vivos e, com eles estabelece um diálogo no qual a sua vida é constantemente revista. As histórias oscilam entre a verdade e o inverossímil, mas isto já não importa e, sim, a possibilidade de continuar transitando entre os mundos. Neste outro mundo – o museu-casa – há uma coexistência entre tempos, espaços e histórias que talvez não seja possível em outro lugar. Este outro mundo é um espaço intersubjetivo onde os signos se articulam com os sujeitos (visitantes) por meio das narrativas produzidas com os objetos (acervo), documentos e o próprio espaço. A partir deste contexto são feitas interpretações de segunda e terceira mãos - pelos profissionais que atuam na instituição e visitantes - que juntas provocam a construção da subjetividade do personagem. Assim, é possível definir o museu-casa com um espaço ficcional, no sentido proposto por Clifford Geertz (1989, p. 26), como algo construído, algo modelado – o sentido original de *fictio* – e não como coisa falsa, não fatual.

2.4 Espaço e subjetividade

*A casa, como o fogo, como a água, nos permitirá evocar,
na sequencia de nossa obra, luzes fugidias de devaneio
que iluminam a síntese do imemorial com a lembrança.*
(BACHELARD, 2003, p. 25)

Em grande parte dos estudos que discutem a subjetividade há um foco privilegiado nos sujeitos o que parece ser natural, tendo em vista que a definição do termo remete a uma

questão relacionada diretamente com a ideia de sujeito. Para Sherry Ortner (2007, p. 376) subjetividade se refere ao *conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes*. E, neste sentido, a subjetividade lida com categorias individuais. Entretanto, ela estende a definição às *formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento etc* (IDEM). É por este viés que proponho pensar o espaço como um construtor de subjetividade, que modela, organiza e provoca, como enfatiza a autora, modos de afeto e pensamento. O museu-casa de Rui Barbosa foi criado para cultuar a memória de um determinado cidadão, mas as implicações desta ação e os diferentes significados que foram sendo construídos ao longo do tempo talvez, tenham extrapolado a proposta inicial. A figura do político, homem público, conselheiro, jurista, embaixador em duas importantes missões diplomáticas, defensor da abolição da escravidão, primeiro vice-chefe do governo provisório, redator do texto da primeira constituição republicana e detentor de tantos outros títulos é substituída pela figura do homem comum que apesar de toda a sua importância na história nacional agia como todos os outros homens do seu tempo. O museu-casa parecer humanizar o mito embora os fatos nos induzam a pensar que a motivação inicial foi a de mitificar o homem. Entretanto, o fato deste espaço ter sido originariamente uma casa, mais especificamente a casa do personagem Rui Barbosa torna esta experiência singular. O museu-casa dialoga com a emoção do visitante, remetendo-o à sua própria casa ou a de seus avós, por exemplo. Neste momento, desencadeia-se uma série de associações mentais ativando lembranças, histórias e experiências pessoais e, a casa passa a atuar como um elo de ligação entre o visitante e a personagem.

A subjetividade, referida por Ortner como uma consciência cultural e historicamente específica, pode estar presente no nível individual e coletivo. Seu entendimento de consciência, no plano coletivo, na mesma linha de Marx e Durkheim, como *a sensibilidade coletiva de um conjunto de atores socialmente interrelacionados* (IDEM, p. 381) dialoga com a perspectiva de subjetividade que venho desenvolvendo. A consciência, neste viés é, segundo a autora, ambígua, pois contempla parte das subjetividades pessoais das pessoas e parte da cultura pública. A relação existente entre cultura e subjetividade enfatizada por Ortner a partir do pensamento de Geertz abre a possibilidade de interpretação dos espaços de memória como lugares de articulação de discursos produzidos pelos homens para moldar o pensamento de outros homens.

As matrizes conceituais que formam o museu-casa (casa, museu e personagem) estão inseridas na cultura, podendo ser pensadas como símbolos que se articulam na construção de um discurso textual. O museu-casa não se configura apenas com um museu, mas ele agrega o

valor simbólico de outro espaço – a casa - formando um terceiro lugar, que não deve ser entendido como o somatório dos dois primeiros – [museu + casa \neq museu-casa] – pois nesta junção vários outros elementos são introduzidos e, este novo espaço passa a ser maior que a soma dos dois. Quando Geertz afirma que *culturas são sistemas públicos de símbolos, significados, textos e práticas, que tanto representam um mundo como moldam sujeitos de forma que se encaixem no mundo tal como representado* (1989) é possível fazer uma transposição para o museu-casa e pensá-lo como um sistema público de símbolos que compartilha os códigos dos espaços de memória que buscam, em última instância, tanto representar um mundo ou um recorte deste mundo, quanto moldar os sujeitos para que se encaixem no mundo tal como representado. Neste sentido, o museu-casa parecer ser afiançado por uma dupla chancela – a do mundo do museu e a do mundo da casa. Cada um desses mundos trabalha com motivações diferenciadas. Ao museu são dados o valor e verdade; à casa, o afeto e a emoção.

A forma como os modos de pensamento e afeto são explorados em um museu-casa constroem a subjetividade do personagem. A disposição do mobiliário, os quadros espalhados pelas paredes, a limpeza do local, a arrumação dos ambientes, tudo está organizado do jeito que o dono deixou. O visitante vai entrando pelas salas com um passo comedido como se não quisesse incomodar os moradores; e a cada ambiente acessado, ele – visitante – vai se sentindo um pouco mais íntimo do proprietário. Algumas informações o ajudam a construir a biografia daquele cidadão – origem, profissão, vida familiar, hábitos, costumes, lazer, gostos e preferências. O museu-casa apresenta ao visitante uma narrativa biográfica que mescla uma série de elementos que dão visibilidade ao privado. Diana Irene Klinger (2007, p. 23) em seu estudo sobre o gênero biográfico/autobiográfico revela que a *escrita de si* não é um fenômeno da contemporaneidade. Ainda que seja inegável a proliferação das narrativas vivenciais e a crescente espetacularização do sujeito, a autora revela que no período de formação da identidade nacional a presença da escrita autobiográfica era muito forte, sendo indiscernível, nas tramas, o individual do coletivo.

Embora não seja possível associar, de forma literal, o museu-casa à um texto autobiográfico, algumas relações podem ser estabelecidas. O discurso produzido pelo museu-casa não é o do próprio autor, não há uma narração em primeira pessoa, mas se pretende dar voz a uma experiência pessoal vivenciada pelo personagem que nomeia o espaço cujo período de criação data de 1930, inserido no projeto de formação da identidade nacional. Os fatos, as histórias, os discursos compõem o seu acervo de experiências pessoais e os objetos que lá estão contribuem para dar realidade à narrativa. Mas esta narrativa biográfica deve ser

entendida, como apontado anteriormente, como ficcional, no sentido de algo construído. O museu-casa talvez se inscreva em um desses casos de uma biografia não-autorizada. Esta narrativa biográfica ficcional tem um diferencial, ela está sendo apresentada por um museu, sendo então, chancelada pelas categorias de valor e verdade que são associadas ao espaço. No museu-casa, assim como numa biografia, a personagem parece estar mais próxima ao leitor/visitante que vai construindo ao longo da sua leitura a visão sobre aquele sujeito que, na maioria das vezes, difere da proposta pretendida.

É possível, ainda, interpretar o museu-casa como uma tentativa de *personalização da política, na qual teses pragmáticas são substituídas por vinhetas de cotidianidade, velhas e novas estratégias de autorrepresentação de ilustres e famosos*, como aponta Leonor Arfuch (2010, p. 20). Se o que se pretendia com a musealização da residência deste personagem era o culto à sua memória, outras inúmeras ações, menos onerosas, poderiam ter sido propostas, como a construção de um monumento em praça pública ou dar o seu nome a uma rua ou escola. Entretanto, nenhuma outra ação teria dado ao personagem a dimensão e visibilidade que o museu-casa possibilitou. Arfuch é enfática ao afirmar que

a insistência na exposição pública da privacidade, de todos os tons possíveis das histórias de vida e da intimidade, nessa hibridização que desafia a fronteira entre os gêneros consagrados e as reelaborações periódicas, irreverentes ou banais, longe de parecer simplesmente como um desdobramento casual na estratégia de captação de espectadores, investia-se de novos sentidos e valorizações, traçando figuras contrastantes da subjetividade contemporânea (IDEM, p. 24).

A criação deste espaço biográfico na medida em que permitiu a exposição pública da privacidade de um sujeito viabilizou a sua consagração na memória coletiva. O espaço possibilita atualizar a leitura do personagem Rui Barbosa, tornando-o sujeito e objeto da sua própria história. Estes espaços que lidam a uma só vez com o público e o privado se propõem a relatar a vida de uma “celebridade”, tendo como pano de fundo não um cenário qualquer que exige do leitor/visitante um esforço de reconstrução imaginativa, mas a sua casa, seu espaço de intimidade e privacidade. Estes fatores permitem ao leitor/visitante construir uma nova ideia sobre aquele sujeito, alterando uma visão pré-concebida, ampliando sua percepção, estabelecendo uma relação de admiração ou decepção em relação ao outro, ausente fisicamente, entretanto simbolicamente presente.

3 O LUGAR E A PERSONAGEM, SEGUNDO A OPINIÃO PÚBLICA

“Apesar de tudo isso, ainda nem sequer tocamos no emprego mais frequente desta categoria, no sentido de opinião pública, de uma esfera pública revoltada ou bem indignada ou informada, significados estes correlatos a público, publicidade, publicar”. (HABERMAS, 2003, p. 14)

O conceito de *opinião pública* fundamentado em Habermas conduzirá as discussões propostas neste capítulo. Diferentes dimensões de público serão privilegiadas em nossas análises, nos subcapítulos que se seguem: no primeiro introduziremos a discussão que perpassará os subcapítulos; no segundo, o foco se dará no processo de apropriação pública da sua imagem; na sequência, enfatizaremos o projeto Memória de Rui, realizado entre 1975 e 1994, conduzido pela instituição, com objetivos específicos. Concluindo a abordagem proposta, voltaremos nosso olhar para as entrevistas realizadas com frequentadores do lugar na expectativa de compreensão do museu casa e sua relação com a personagem, sob uma ótica menos comprometida.

3.1 Opinião pública

O termo *público* abarca uma multiplicidade de significados, prevalecendo de imediato sua associação ao que é *comum a todos*, possibilitando por isso *livre acesso*. Habermas amplia esta assertiva incluindo na discussão os *prédios públicos* que, como já citamos, ao serem assim denominados não significa apenas que todos tem acesso, mas ainda que estejam interditados, por algum motivo, à frequência pública, eles abrigam uma instituição do Estado (2003, p. 14). Reforçamos a citação do capítulo anterior para marcar que “o Estado é o poder público. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos” (IDEM). Os espaços investidos deste atributo atendem a diferentes demandas sociais, tais como saúde, educação, segurança e cultura, sendo esta última nosso objeto privilegiado de interesse. Ao falarmos de *público* também estamos nos referindo aos sujeitos que compõem a esfera pública, que trabalham, estudam, se divertem, sofrem, são portadores e emissores de opinião. Habermas esclarece que “*opinion* assume em inglês e em francês o sentido nada complicado do termo latino *opinio*, a opinião, o juízo sem certeza, não plenamente demonstrado” (IDEM). Mas, para nosso contexto o outro significado de “*opinion* é mais

importante, ou seja, *reputation*, a reputação, a consideração, aquilo que se coloca na opinião dos outros. *Opinion* no sentido de uma concepção incerta, tendo ainda que passar pelo teste da “verdade”, liga-se a *opinion* no sentido de um modo de ver da multidão, questionável no cerne”. Segundo ele, “o auto-entendimento da função da esfera pública burguesa cristalizou-se no topos da opinião pública (IDEM, p. 110-111)”. Neste mesmo sentido Rui Barbosa, percebia a força da categoria ao afirmar que:

"Acima do vosso Tribunal Supremo, entre os tribunais organizados, está um tribunal sem organização visível, mas superior ao vosso, superior a todos os tribunais legítimos do país; é o da opinião pública, que tem os olhos fitos sobre os atos desta Casa; e ao qual sois obrigados, como toda sociedade civilizada, a dar contas de vossos atos (Obras Completas de Rui Barbosa. V. 41, t. 4, 1914. p. 84)."

Os espaços museais, como sabemos, são investidos de significado e simbologia, chancelam narrativas, constroem discursos, possibilitam a visibilidade de personagens e fatos e, por isso são formadores de opinião. Comumente caracterizamos a *opinião pública* como algo advindo de uma massa homogênea que comunga das mesmas ideias, mas este grupo é composto por segmentos diferentes com interesses e opiniões que, em geral não são convergentes. Entretanto, sua forma característica é ser identificada como um só grupo. Há algum tempo as pesquisas de opinião se tornaram uma etapa em processos produtivos que incluem o lançamento de novas mercadorias, avaliação e comparação de produtos, sendo ainda, excessivamente utilizadas em períodos eleitorais. No universo museal tem sido uma prática corrente⁹⁴, como constatamos já na década de 1960 com o clássico trabalho de Bourdier e Darbel⁹⁵. Para opinar é necessário um contato prévio com o objeto sobre o qual se emitirá a opinião. À formação desta, entretanto é acrescida por outros dados que fornecem os subsídios para a construção final. As pesquisas de opinião, muitas das vezes, corroboram ou refutam hipóteses elaboradas por pesquisadores a partir da observação e conversas informais.

Para exemplificar esta premissa, citamos recente trabalho realizado no Museu Casa de Rui Barbosa onde são desenvolvidas inúmeras *pesquisas de público* buscando conhecer o perfil dos visitantes, bem como seu grau de satisfação, demandas e expectativas em relação ao mesmo. Com esta ação, pretende-se construir um diálogo com o público almejando, de fato, transformar o museu em instituição “(...) aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”, como preconiza o Estatuto de Museus (Lei nº 11.904, de

⁹⁴ No Brasil, o estudo de público em museus, tem sido objeto de pesquisadoras como Adriana Mortara; Denise Studart; Luciana Sepúlveda, entre outras.

⁹⁵ Sobre o estudo citado, ver: BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.

14/01/2009). Entretanto, a partir da fala de uma servente⁹⁶, abriu-se o caminho para questionarmos o entendimento da instituição acerca do termo *público* (visitante), tendo em vista não haver nenhuma ação⁹⁷ voltada para o denominado *público interno*, como política institucional. Para corroborar esta constatação, foi desenvolvida a *pesquisa perfil-opinião dos funcionários terceirizados do Museu Casa de Rui Barbosa*, para a qual foram entrevistadas 18 profissionais oriundos de empresas que prestam serviços à instituição. O quadro total de pessoas, lotadas no museu, contabiliza 24, entretanto duas recepcionistas se recusaram a participar e quatro vigilantes noturnos não foram incluídos por uma questão de logística. Ao invés da tradicional entrevista com anotação das respostas em questionário impresso, optou-se pela filmagem das mesmas, realizadas individualmente. Vale ressaltar que dentre estes funcionários, alguns são jardineiros e, portanto trabalham fora da casa histórica. O relato resumido das respostas demonstrou que, de fato, a noção de público trabalhada pela instituição se restringia ao visitante externo e a inexistência de uma ação voltada para o funcionário é sentida por eles de forma bastante negativa. Alguns afirmam que também fazem parte da equipe, como se sentissem a necessidade de lembrar que eles estão sendo esquecidos.

Outro dado interessante está na opinião deles sobre o lugar que trabalham, bem como sobre a instituição (museu) de forma mais ampla – somente dois já tinham entrado em um museu, antes de trabalhar na FCRB e, em visita com a escola (Museu Nacional); quase todos consideravam a instituição museu uma “coisa chata”, sem atrativo e, por isso nunca pensaram em visitar. Contudo, esta visão mudou, após começar a trabalhar na Casa e, quase todos pretendem conhecer outro espaço desta natureza; para este grupo, o lazer está associado a descanso: ficar em casa, dormir, ver televisão, são elementos que aparecem em 15 respostas. Por outro lado, todos indicam a Casa para amigos e parentes como forma de lazer e, cerca de quatorze já foram na sua folga visitar a instituição para apresentar a um familiar. Destaco, também, a resposta dada à questão que solicitava sugestões de atividades para atrair a atenção do entrevistando; alguns pediram ao entrevistador que esclarecesse se era a atenção “dele funcionário” ou “dele visitante?” E, em seguida dizem que para o visitante tá tudo ótimo, mas para o funcionário não. Reveladora, também, é a informação dada por uma vigilante que disse ter ficado surpresa quando entrou no lugar pela primeira vez:

⁹⁶ A funcionária mencionada disse a um bolsista que caso um objeto quebrasse o melhor seria jogar fora, já que tudo era muito velho.

⁹⁷ A FCRB, assim como outras instituições, realiza um treinamento para os funcionários terceirizados, mas o que propomos é uma ação semelhante a que desenvolvemos para os segmentos externos. Projetos que proporcionem uma experiência cultural diferenciada e, não um treinamento para melhor instrumentalizá-lo ao trabalho.

- Gente, eu não sabia que Casa virava museu...pensei que museu era só um monte de quadros pendurados na parede. De repente fui vendo cama, banheiro, cozinha...que legal! Casa também pode ser museu!

No citado Estatuto de Museus, importante instrumento voltado para a regulamentação do setor museal, há um peso considerável na relação com o público. O documento estabelece em seu artigo 1º que:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Neste sentido, *estar aberta ao público* torna-se uma condição para que a instituição seja denominada museu. E, continua no Art. 28, parágrafo 2, determinando que “os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes”. O referido documento esclarece, também, seu entendimento sobre a categoria público ao afirmar no Art. 35 que “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos *diferentes públicos*, na forma da legislação vigente”.

Tem sido comum, tal como vimos acima, o uso da categoria *público* de forma adjetivada e no plural. Em grande parte dos projetos da área a referência aos *diferentes públicos* é constante. Isto porque a categoria é abrangente, englobando pessoas de diferentes segmentos etários, sociais, raciais que, por sua vez não são em si homogêneos. A complexidade também se apresenta na semântica, tendo em vista se tratar de uma palavra homônima. Podemos assim nos referir ao público como *visitante*; público como *esfera administrativa*; e, ainda, como *uso comum*: “O Museu Casa de Rui Barbosa é público, está aberto ao público e seus bens são de interesse público”. Isto para citar apenas os usos mais corriqueiros, pois outros tantos são possíveis de serem analisados como bem observa Habermas ao afirmar que “o uso corrente de público e esfera pública denuncia uma multiplicidade de significados concorrentes” (2003, p. 13). Arendt também se debruçou sobre a problemática do termo público, sob uma ótica específica, alertando que o mesmo (termo público) “denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos”. Em primeiro lugar, diz a autora, “significa que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. (...) E, em segundo lugar significa o

próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (1987, pp. 59-62). A identificação da complexidade conceitual não se apresenta somente por estarmos teorizando sobre o tema, pois mesmo se nos restringíssemos ao seu significado denotativo à problemática permaneceria. O dicionário Houaiss (2001, p. 2330) traz onze definições para o verbete público e, uma busca sem filtro em um site de grande acesso indica a existência de 440 milhões de resultados possíveis. Para a compreensão da discussão em pauta vale ressaltar que estamos usando a categoria *público* em relação ao espaço museu, portanto aquele que acessa a instituição física ou virtualmente, ou ainda que virá se constituir como tal.

Para estes grupos, os espaços culturais constroem narrativas que são apropriadas e reelaboradas a partir dos elementos que os mesmos possuem em sua bagagem cognitiva. Não há, portanto como supormos se os discursos institucionais serão absorvidos em sua totalidade. Na medida em que se associam aos elementos disponíveis em sua gramática social, as narrativas são reconstruídas, escapando do controle da esfera pública. Ao longo desta pesquisa vimos analisando o esforço desta categoria em transformar um espaço privado em bem público como uma das estratégias empreendidas para mitificação de um homem público. Entretanto, o equilíbrio entre o público e o privado foi sempre uma questão delicada: a musealização de uma personagem a torna um bem público; por outro lado, o fato do lugar reservado à publicidade ter sido sua residência, espaço inicialmente construído para contemplar a esfera privada, parece ter fomentado o conflito entre ambas: a musealização pretendia sua mitificação, mas a casa revelou ao visitante a intimidade, o detalhe, a fragilidade, o homem Rui. Os depoimentos de visitantes, deixados nos livros de registro de público, ainda nos primórdios da instituição fornecem os argumentos para estas análises. No relatório de 1932⁹⁸, percebemos nas impressões expressas o fascínio que a privacidade do homem público exerce nesses visitantes:

(1)“maravilhado e estupefacto diante deste mundo de pura espiritualidade, onde viveo (sic) o maior brasileiro, cujo nome irá crescendo na memória do seu e do meu povo, como gradativamente nas alvoradas vae aumentando a luz solar, depois de caídas as ultimas trevas, subscrevo estas linhas”. Padre Almeida Leal;

(2)“Levo desta Casa a profunda impressão de ter evocado e sentido de perto, na sua crescente espiritualização, o gênio formidável daquelle que foi, em vida, o symbolo de todas as forças boas da nacionalidade e que depois de morto se transformou no culto supremo a que devem aspirar, nos caminhos altos da cultura e das virtudes cívicas, as gerações do presente e do futuro”. Pedro Vergara

(3)“Acabamos de visitar a casa onde residiu o egrégio brasileiro Ruy Barbosa, o grande, o maior entre os maiores, o maximo: admiramos profundamente essa

⁹⁸ O documento se encontra no Arquivo Histórico e Institucional da FCRB. DA 08/96(18).

intelligencia formidável, esta portentosa capacidade de trabalho e acção, esse vulto proeminente em todas as esferas do saber. E sentimo-nos orgulhosos, como brasileiros, quando pensamos que Ruy é um filho do Brasil. É, dizemos, porque, embora morto, elle está vivo no pensamento de todos os brasileiros conscientes. Só merece elogios o Governo que instituiu a “Casa de Ruy Barbosa”, na qual podem ser vistas tantas cousas que pertenceram ao excelso paladino, desde a sua vasta e riquíssima biblioteca até os objectos de uso mais íntimo”. Nestor Piorosan

A residência e a personagem se confundem na visão do público: ela – residência – parece torná-lo mais humano, menos lendário. Nos mostra que sua vida íntima era semelhante à de todas as pessoas. Os seus ambientes, a disposição do mobiliário, as histórias que ela abriga, os visitantes ilustres que aqui estiveram dão-lhe uma característica de documento; permite a leitura e a interpretação da vida privada de um personagem público. É, também, um documento arquitetônico, um exemplar dos casarões das chácaras que existiam em Botafogo no século XIX: os materiais empregados na construção, o tipo de telhado, os barrotes que sustentam os ambientes, o pé-direito, as pinturas murais, enfim registros que nos permitem variadas leituras. É, ainda, um documento social: a forma de morar, os amplos salões denotam que eram comuns as recepções, os bailes; a sala de música, a sala íntima, uma sala para o jantar e outra para o almoço; o quarto de vestir de Rui Barbosa fica de um lado do corredor e o da Dona Maria Augusta do outro lado; uma varanda frontal e outra posterior, diferentes formas de se apreciar o cotidiano: o exterior e o interior. São vestígios que vão sendo desvelados e nos fornecem preciosas informações: a casa seduz e encanta. O Museu Casa de Rui Barbosa pode ser considerado, também, uma sobreposição de lugares: o lugar da casa; o lugar do personagem; o lugar do museu; o lugar das comemorações.

Os relatos, provenientes dos visitantes, nos apontam para o processo de publicização da vida privada posto em curso com a transformação da residência em museu. Ela passa também a ser um elemento de mediação e, ganha autonomia em relação ao homem. Embora os dois – casa e personagem – se inter-relacionem, a vida privada também poder ser explorada sob diferentes ângulos, e o espaço se destaca como um objeto, mas, ao mesmo tempo, se constitui para o público como o templo sagrado da personagem, como observamos nos depoimentos acima e, no item a seguir.

3.2 Apropriação pública da personagem

O documentário *Personal Che*, produzido em 2007, pelos diretores Douglas Duarte (brasileiro) e Adriana Mariño (Colombiana) apresenta, em cerca de 90 minutos, as diversas apropriações, que foram feitas do emblemático personagem Che Guevara, em distintos países. De Cuba à Alemanha são revelados fatos que corroboram a sua figura mítica. Compreender a formação desta espetacular teia de histórias que giram ao seu redor é uma tarefa desafiadora. Não se trata apenas de uma relação de admiração por alguém que está inserido na memória coletiva como um homem que fez de um ideal a sua vida. Existem, entre os casos apresentados, pessoas que sequer conhecem a sua trajetória, mas, ainda assim, o comparam à um santo. Nas falas de Juana Ocinaga, enfermeira boliviana, e de sua conterrânea anônima, ambas depoentes do documentário, ficam nítidas a crença e fé depositadas no ex-guerrilheiro:

“[...] a alma dele está viva. Por isso, os milagres acontecem. Ele faz milagres.”

“Não sei nada de história. Só sei que sua alma é milagrosa, nem sei por quê. Já ouvi muita gente dizer que a alma do Che é milagrosa, por isso acendo velas, pedi e senti que me ajudou”

Estes depoimentos se tornam ainda mais contundentes pela presença em cena de um pequeno quadro que mostra a imagem do Che com traços semelhantes a Jesus Cristo. Quando o interlocutor questiona uma camponesa boliviana, acompanhada do seu neto, sobre esta devoção e esclarece que a figura venerada era um guerrilheiro, que não acreditava em Deus e desconfiava das religiões, o constrangimento e a perturbação se instalam e, ambos afirmam categoricamente que jamais tiveram acesso a qualquer informação deste tipo, deixando claro que não acreditam no que está sendo dito. Para estas pessoas, a figura do Che é intocável, não importa a fonte da qual provenha os dados que possam denegrir a sua imagem, a fé no “Santo Che” é inabalável. A sua transformação em ícone da luta armada numa figura de amor, justiça e paz é interessante, afirma o historiador da arte David Kunzle, o próprio Che teria se surpreendido com esta situação, continua o historiador, em sua análise apresentada em *Personal Che*. Ao ser questionado no documentário sobre a razão pela qual a figura de Che se tornou tão popular, o escritor Paul Berman, conclui que “a imagem dele se encaixou naturalmente num clique perfeito em séculos de mitologia” e, seguindo a mesma linha, John Lee Anderson, um de seus biógrafos, acredita que Che “é um Cristo moderno, ele ressoa

mitos humanos que permeiam todas as sociedades”. “Qualquer pessoa pode pegá-lo”, continua Lee Anderson, “e o interpretar como quiser; esta é uma necessidade que ultrapassa as ideologias”.

Personal Che reúne depoimentos, entrevistas e histórias espalhadas pelo mundo, nas quais o personagem ganha destaque em papéis diversos. É uma releitura da sua figura mítica apropriada de forma livre e extrema, muitas vezes contraditória as ideias defendidas por Che, afastando completamente o mito do homem. Em Hong Kong ele aparece como inspiração para um político; na Bolívia é um santo venerado por uma comunidade que acende velas em seu nome, reza missa, realiza procissão com a sua imagem guiando o cortejo; para outro grupo de neonazistas alemães ele é um ídolo que se assemelha à Hitler; no Líbano ele surge como tema do roteiro de uma peça teatral no estilo ópera-rock; em Cuba é um herói; um dos depoentes possui um vasto acervo de mercadorias que ele denomina museu do Che; ao mesmo tempo em que explora comercialmente a figura, ele a idolatra e acumula de tudo um pouco desde que haja uma alusão à imagem de Che. Dentre todos os depoentes e entrevistados, muito me intrigou a figura de um taxista cubano que transmitiu aos seus filhos o amor por este personagem, como uma herança genética. Ele se orgulha dos filhos idolatrem a figura do Che e os estimula a apresentar seus depoimentos carregados de admiração e emoção. O álbum de fotografias da família guarda muitas imagens das crianças caracterizadas de Che Guevara: uniforme militar, boina, postura enfim, representações mirins do mito.

O documentário permite, ainda, perceber que o processo de construção da identidade é diferenciado e local na medida em que este é perpassado por muitos elementos presentes no mundo social. Os processos são autônomos e singulares, mas ao mesmo tempo, estão relacionados à outros processos e, esta complexa teia que se assemelha à imagem de um fractal, garante a dinâmica da memória coletiva. Para Santos “o que recordamos não é exatamente igual ao que já aconteceu, uma vez que ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói (SANTOS, 2003, p. 93)” e, desta forma os diversos olhares sobre o passado, como percebemos em exposições museológicas, ou sobre um personagem, como é o caso de Che Guevara, se constrói num fluxo que articula espaço e tempo. A memória, nos alerta Santos, embasada, ainda em Marcuse e Benjamin, “é algo mais que uma pura construção social, é uma forma de conhecimento do mundo que a constitui (IDEM)”. E, nesta perspectiva, conclui a autora, “a memória deixa de ser objeto para tornar-se sujeito do conhecimento”. Esta premissa se faz presente como apontado anteriormente em processos

diferentes seja na construção de um documentário ou de um museu como abordaremos a seguir.

Encontramos em *Personal Che* a releitura explícita de um mito em diversas perspectivas; a apropriação e interpretação deste personagem pelo mundo social foi o viés condutor das narrativas apresentadas. Embora numa dimensão diferenciada, mas numa linha conceitual semelhante é possível fazer um paralelo entre *Personal Che* e a musealização do personagem Rui Barbosa, por meio da transformação da sua residência em museu. Um espaço dedicado à preservação da memória de alguém pode se constituir em um objeto privilegiado de análise por congrega inúmeros elementos que se relacionam, mas, ao mesmo tempo, são autônomos; por estes perpassam variadas possibilidades de interpretação. Poderíamos privilegiar a casa como foco da nossa abordagem; ou direcionarmos a atenção para o museu; ou, ainda, analisar o personagem; além disto, poderíamos, a partir de cada um destes elementos, desenvolver temáticas paralelas ou entrecruzadas. Por meio de breves narrativas⁹⁹ de visitantes, poderemos compreender a dimensão mítica do homem Rui Barbosa e o papel desempenhado pelo museu na construção deste fato, como as que se seguem.

É difícil esquecer a imagem sofrida daquele homem diante do quadro de Rui Barbosa, exposto na *Sala Constituição*, ou *Biblioteca*, como normalmente o espaço é denominado. Cercado pelas estantes que abrigam a imensa coleção de livros, favorecendo a atmosfera intimista e silenciosa do lugar, o visitante anônimo chorava e olhava para a imagem de Rui com as mãos cruzadas como num gesto de oração.

Sua concentração foi interrompida pelo barulho dos meus passos nas tábuas de madeira que revestem o chão. Quando percebeu a minha presença perguntou se eu trabalhava ali e, após a minha afirmativa passou a narrar o motivo do seu choro:

“Estou aqui rezando e pedindo ao maior advogado que este país já teve que me ajude na educação dos meus filhos. Eu desejo de todo o meu coração que pelo menos um dos meus três filhos siga a advocacia. Brilhante como ele, sei que será impossível, mas que pelo menos seja um bom advogado!”

Durante o pouco tempo em que conversamos ficou claro para mim a obsessão daquele homem por Rui Barbosa; ele citava trechos de discursos, conhecia dados históricos, informações pessoais e disse ter lido o livro *oração aos moços* inúmeras vezes e que, com frequência, repetia aos filhos a famosa frase de Rui, pronunciada em discurso no Senado Federal “*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a*

⁹⁹ As narrativas apresentadas foram coletadas no espaço do museu por mim, em situação de atendimento aos visitantes ou ao “público em geral” por motivações diferenciadas da visita.

*injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto*¹⁰⁰”. Quando nos despedimos ele perguntou se poderia voltar outras vezes para continuar os seus pedidos até que eles fossem atendidos.

Tal qual uma das personagens, presente em *Personal Che*, para este visitante, Rui Barbosa se assemelha a um santo, ele é capaz de intermediar a relação entre os planos material e espiritual. O Museu naquele momento é um templo de oração, guarda a energia do seu ilustre morador e para o visitante em questão, a imagem em exposição está lá para ser venerada como um objeto religioso, de culto. Esta conexão que ele estabeleceu com Rui Barbosa só foi possível pela mediação propiciada pela Casa e pelos objetos que ela abriga. Como afirma Geertz,

“a religião nunca é apenas metafísica. Em todos os povos as formas, os veículos e os objetos de culto são rodeados por uma aura de profunda seriedade moral. Em todo lugar, o sagrado contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca: ele não apenas encoraja a devoção como a exige; não apenas induz a aceitação intelectual como reforça o compromisso emocional (1989, p. 142)”.

Neste sentido, não bastava ao visitante estar em qualquer lugar para fazer os seus pedidos. Ele não se sentiria conectado ao seu “santo” se não estivesse num lugar privilegiado que propiciasse esta ligação, o museu, antes residência da personagem, guarda para este visitante a aura do seu morador com o qual ele deseja dialogar.

A figura de Rui Barbosa também está presente no universo onírico do público, como descrito nesta segunda experiência. Eu estava em minha sala de trabalho quando entra um cidadão trazido pelo vigilante do Jardim, este me explica que o senhor desejava algumas informações e insistia para ser atendido por um funcionário do Museu. Quando o vigilante se retirou, o cidadão pergunta em qual banco do jardim Rui Barbosa costumava sentar-se. Sem entender exatamente o teor daquele questionamento eu disse que não saberia responder com precisão, pois desconhecia o fato dele ter predileção por um banco específico. Então, vem a explicação:

“Eu tive um sonho que estou tentando decifrar; nele Rui Barbosa me deu umas pistas importantes. Em primeiro lugar, ele me deu umas informações que eu já entendi que se trata dos leões da escadaria principal da casa que ele morou; estes leões remetem para o banco preferido de Rui Barbosa, embaixo do qual ele enterrou um baú de libras esterlinas que ele trouxe da Inglaterra.”

Num misto de espanto e perturbação diante da história que acabava de ouvir fiquei por um longo tempo conversando com aquele homem, tentando demovê-lo desta busca. Ao

¹⁰⁰ Obras Completas de Rui Barbosa. V. 41, t. 3, 1914. p. 86.

mesmo tempo meu pensamento caminhava em outra direção e fiquei refletindo sobre a capacidade do museu-casa em estimular a curiosidade, a imaginação e a emoção do visitante. Estar em um espaço que foi a residência de alguém nos leva a querer saber mais do que está dito, conhecer não apenas o que é apresentado ao público, mas o que fazia parte do universo privado. Os segredos que abrigam as paredes, as histórias que não foram contadas, mas apenas vivenciadas pela família, as brigas, as confusões, a intimidade.

As narrativas que envolvem os visitantes de um museu-casa não são conhecidas somente pelos seus funcionários, outras pessoas contribuem para este acervo de histórias interessantes. Durante o 35º Encontro Anual da ANPOCS¹⁰¹, tive a oportunidade de ouvir do Professor José de Souza Martins¹⁰², uma história que ele vivenciou e, eu tomara conhecimento dois anos antes, lendo sua narrativa no jornal O Estado de São Paulo¹⁰³. Para não correr o risco de esquecer nenhum detalhe desta fantástica história, achei por bem reproduzi-la na íntegra, como consta no jornal mencionado.

”Eu fora convidado para dar um seminário a estudantes de pós-graduação no Rio de Janeiro, naquele dia à tarde. Seria um bate-papo informal sobre a pesquisa que estava fazendo na Amazônia. Fui vestido informalmente: calça jeans, camisa de manga curta, sandálias e uma velha bolsa de couro que costumava levar nas viagens e no trabalho de campo com as coisas de que necessitava. Durante a pesquisa no Mato Grosso, primeiro, e no Pará, depois, muitos dos meus entrevistados, migrantes do Nordeste, diziam que estavam à procura das Bandeiras Verdes, terra mítica anunciada numa das profecias atribuídas ao Padre Cícero. Diziam-me que haviam lido sobre elas num dos romances sobre o Padim.

Conversei com especialistas e, finalmente, o escritor Orígenes Lessa sugeriu-me que procurasse o folheto na biblioteca da Casa de Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro, que tem a nossa maior biblioteca de literatura de cordel. Aquela ida ao Rio era providencial pois aproveitaria para fazer a sondagem preliminar em busca do tal folheto. Desembarquei no aeroporto Santos Dumont ainda cedo. Naquela época, eu tinha uma cabeleira densa, desalinhada. Tomei um táxi, sentei-me ao lado do motorista e pedi-lhe que me levasse “à Casa de Ruy Barbosa, na Rua de São Clemente nº 134”.

Ele saiu dirigindo e de vez em quando me olhava de soslaio, a expressão indignada. Até que, finalmente, desabafou:

– Olha aqui, cara! Qué sabê de uma coisa? Eu acho que ele não vai te receber, não!

Achando que era gozação, entrei no jogo e respondi:

– Você acha? Por quê?

– Pô, você tá todo esculhambado, sem paletó nem gravata! Você sabe quem ele é?

Eu quis, então, saber quem era Ruy Barbosa (1849-1923).

– Bem se vê que tu é paulista. Não sabe quem é Ruy Barbosa?! O maior jogador de futebol do mundo? O famoso Águia de Haia?

Fiquei pasmo. Era 1981 e estávamos na culta Rio de Janeiro. Em face de minha notória ignorância e da humildade que tive a prudência de mostrar, ele foi me explicando quem era Ruy Barbosa. Ele me descrevia um Pelé branco. Todos os

¹⁰¹ 35º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ocorrido de 24 a 28 de outubro de 2011, em Caxambu-MG.

¹⁰² Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹⁰³ “O famoso Águia de Haia”. O ESTADO DE S. PAULO [Caderno "Metrópole"], segunda-feira, 11 de maio de 2009, p. C8.

atributos e habilidades eram os do competente e insuperável Pelé. Um jogador de futebol culto, dizia-me ele, que em campo xingava os outros jogadores em tupi-guarani. A isso fora reduzida a lenda de que Ruy Barbosa, na Conferência de Haia (1907), ao fazer seu primeiro discurso, perguntou ao presidente em que língua queria que falasse. Ao que ele concedeu-lhe que falasse em sua própria língua. Ruy teria, então, pronunciado denso discurso jurídico em língua tupi.

Chegamos à Rua de São Clemente pouco depois das 9 h, quando a casa-museu e a biblioteca já estavam abertas, janelas abertas, portão aberto.

– É, cara! Tu tá com sorte. Ele tá em casa!”

No imaginário popular o personagem Rui Barbosa ainda está muito presente e, esta presença é alimentada pela existência do Museu, instalado no espaço que outrora fora a sua residência. As narrativas acima nos permitem perceber a variedade de papéis exercidos por este personagem, mas não importa se ele pode ser um santo; uma assombração que surge num sonho; ou mesmo um jogador de futebol, o que garante a sua permanência e atualidade é o devir do personagem. Como aponta Michael Pollak,

“numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (1989, p. 2).

A imbricada e complexa teia de narrativas que vão constituindo os mitos é entremeadada por outros elementos que reforçam esta construção. Em *Personal Che*, percebemos que a apropriação se dá em diferentes níveis e a produção de imagens em torno da figura de Che Guevara contribuiu para a sua construção mítica. A sua trajetória percorreu caminhos inesperados, para além das fronteiras físicas. Che não se tornou simplesmente um personagem da história, mas definitivamente, compõe a memória coletiva. É possível pensar em outros Che's que, não necessariamente, se assemelham entre si.

A figura de Rui Barbosa também foi apropriada e mitificada. A transformação da sua residência em museu foi, como vimos, um dos elementos deste processo que se construiu ao longo de anos como estratégia política. Entretanto, o museu, associado ao espaço da casa, possibilitou a existência de um lugar cujo significado é potencializado. Ele materializa a presença desta figura fazendo a mediação do público com o personagem.

Che Guevara e Rui Barbosa existem em si mesmos, mas as suas imagens extrapolam a fronteira do humano e, ainda que, em dimensões diferentes, fazem parte do Olimpo das figuras míticas. Segundo consta, Che era ateu, mas, hoje, ele também é um santo; Che era socialista, mas hoje, ele também, virou uma mercadoria; Che foi um guerrilheiro, mas hoje, também, é tema de uma peça teatral. Rui Barbosa não gostava de futebol, mas dizem por aí

que ele foi o maior jogador do mundo; Rui foi um consagrado orador, mas, hoje parece que ele faz discursos em sonhos; Rui foi um grande jurista e, acreditava que o caminho do sucesso era o estudo contínuo e incansável, mas, hoje, ele virou santo milagreiro. Carvalho esclarece que, “embora os heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais (1990, p. 14).” O fato de estes sujeitos terem tido uma “vida real” possibilita uma livre interpretação da “vida pós-morte”, pois em algum momento eles tiveram uma existência humana tal como a nossa, diferentemente dos seres originalmente mitológicos. Quais os fatores que concorrem para a definição de um mito? Como se propaga e se reconstrói o mito? O autor enfatiza que “os símbolos e os mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos (IDEM).” A permanência e o devir destes símbolos e mitos são reforçados por uma série de aparatos políticos e culturais, tais com os museus, o cinema, os monumentos, as praças, ruas e escolas personalizadas que contribuem para a elaboração de um imaginário em torno destas pessoas/mitos.

Uma casa não é transformada em museu apenas para ser mais um espaço expositivo. Esta ação está permeada de intenções e se configura como uma estratégia de memória. A musealização de uma casa não se reduz, unicamente, a sua transformação em patrimônio, em um bem que estará sob a guarda de um órgão específico, encarregado de sua preservação arquitetônica; tampouco seus objetos são exemplares únicos, de relevância artística. A casa a que esta pesquisa se refere é transformada em museu por ter sido a residência de um ilustre personagem, musealizado juntamente com o espaço que serviu de sua moradia. Ele – o personagem – não recebe um número de patrimônio, tal como os outros objetos que compõem o acervo museológico, entretanto sua presença é perceptível a todos; a musealização do espaço é uma decorrência da musealização da vida [pós-morte] do personagem Rui Barbosa. A morte parece não romper o laço do personagem com a materialidade, o que poderia nos permitir traçar um paralelo com a noção de “objetificação cultural”, trabalhada por José Reginaldo Santos Gonçalves a partir do diálogo com outros autores. Assim, se para Hendler¹⁰⁴ “os processos de objetificação são particularmente evidentes quando pensamos em entidades sociocientíficas tais como nação, sociedade, grupo e cultura, que abordamos como se fossem coisas do mundo natural” por que não incluímos entre estas categorias a “morte” ou o “morto”?

¹⁰⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002. p. 14.

É, sem dúvida, por meio do processo de objetificação que a materialidade do “pós-vida” de Rui Barbosa se torna possível. Por outro lado, quando se trata da objetificação da morte ou do morto é preciso considerar esta categoria como algo relacional, que só existe porque está interligada à outra entidade também objetificada culturalmente como memória, identidade e nação. A transformação do político, do advogado, do homem em objeto de culto, em símbolo do grande estadista da República deve ser interpretada como parte do processo de construção de uma narrativa nacional. A trajetória histórica da criação do Museu Casa de Rui Barbosa se situa no bojo das ações relacionadas à chamada construção da identidade nacional pautada em uma narrativa que fosse capaz de traduzir um passado glorioso. O uso político da memória é o viés pelo qual podemos interpretar esta ação na qual um personagem é eleito para representar metonimicamente o “espírito” da República brasileira. O passado mítico do personagem é evocado e passa a validar a relação público e privado. Uma série de ações estratégicas vai sendo posta em curso para embasar as narrativas construídas em torno da mitologização de Rui Barbosa, sobretudo a partir da sua morte.

“Os fragmentos, retalhos e restos” são “repetidamente transformados em signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato da performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente do performático. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação (BHABHA, 1998, P. 207)”.

Neste sentido, é pertinente o pensamento de Candau ao analisar, embasado em Halbwachs, que “*um personagem desaparecido é um encorajamento ou uma advertência; bem ou mal, tranquilizador ou perturbador, poderoso ou miserável, todo indivíduo morto pode converter-se em um objeto de memória e de identidade*”. Tendo em vista que “*as relações que os homens mantêm com os defuntos são da ordem da prosopopeia (CANDAU, 2011, P. 143)*”.

3.3 Projeto Memória [seletiva] de Rui Barbosa

Como citado em outros momentos desta pesquisa, o projeto *memória de Rui Barbosa*¹⁰⁵ tem início em 1975 com objetivo de “coletar depoimentos gravados de parentes e amigos que conviveram com Rui Barbosa, além de contemporâneos, ou não, que possam contribuir com suas recordações para que se crie um pequeno banco de memórias, que se pretende constitua um importante arquivo sobre uma época e um Rio de Janeiro que vão se perdendo¹⁰⁶”. Nesta ocasião o prédio anexo estava em construção e, após o término da obra a Casa histórica seria desocupada pelos setores administrativos e, reaberta ao público em sua totalidade. O projeto em questão, também cumpriria o objetivo de buscar informações sobre a ambientação da casa à época de Rui Barbosa, como esclarece o representante da Fundação ao entrevistar à Sra. Judith Imbassahy de Mello, afilhada de casamento de Rui:

“(…) E agora a casa vai ser totalmente reaproveitada, reaberta ao público. Toda a parte de administração vai sair para um prédio novo que tem nos fundos do jardim (…). E, com isso toda a casa vai ser reaproveitada como era na época do Rui. E seria interessante inclusive que numa dessas visitas a senhora (...) lembrasse de alguma disposição de mobiliário, como era aproveitada determinada sala, isso seria para nós de grande valia na recomposição”.

Claudia Reis destaca, em artigo, que também os que não lhe são simpáticos participaram, como Raimundo Magalhães Jr., Carolina Nabuco e Laura Rodrigo Otávio deram seus depoimentos. Mas a forma como tais entrevistas foram conduzidas não abrem margem para a crítica mais enfática à personagem. Sobre o primeiro, Jurema Seckler, atual chefe do Museu e, uma das colaboradoras do projeto mencionado, disse lembrar que Dr. Lacombe ao saber que este seria entrevistado ficou bastante desapontado, chegando a fazer uma reclamação com a entrevistadora. É inteiramente justificável o comportamento do, então diretor da Casa de Rui Barbosa, quando lembramos que durante toda a sua atuação à frente da instituição, foi ele um grande defensor do homem público, colaborando sobremaneira para sua mitificação. Por meio de um trecho retirado do prefácio da obra *Rui, o homem e o mito*, da

¹⁰⁵ Os depoimentos gravados estão disponíveis no Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC.

¹⁰⁶ Projeto Memória de Rui; DA (Documentos Avulsos) 07/79103. Carta enviada em 03/05/1985. Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. No Anexo Z consta a lista dos entrevistados para o referido projeto.

autoria de Magalhães Júnior, percebemos que ambos possuíam a respeito de Rui Barbosa uma imagem diferente. Diz o autor:

“Figura que se projetou no último decênio da vida do Império, ajudou a fundar a República e encheu os primeiros trinta anos de existência do novo regime, absurdo seria negar o relevo da passagem de Rui pela vida pública e pelo cenário intelectual do país. Mas igualmente absurda é a mitificação de sua personalidade e a magnificação de todos os seus atos, iniciada por seu próprio genro, o publicista Batista Pereira, e engrossada por uma legião de seguidores, em dezenas de obras de caráter meramente apologético, em que os seus erros, contradições, fraquezas morais, ideias antiquadas, preconceitos enraizados, visão limitada, falta de senso da medida e ausência de realismo são, em geral, omitidos ou dissimulados por trás de uma catadupa de adjetivos sonoros ou de uma desfiguração romantizada dos acontecimentos. Já ouve até quem lhe desse, em publicação oficial, o qualificativo de agosto!” (1964).

Dr. Lacombe trabalhou sempre na preservação da imagem de Rui Barbosa, apresentando-o como o maior representante de sua geração; percebia na opinião pública sua aliada neste processo evitando, assim, a inserção de informações que contrariassem a ideia construída pela instituição que ele dirigia. No conflito entre o público e o privado encontramos neste funcionário público a ambiguidade das esferas: ao mesmo tempo em que sua atuação se volta a publicizar a imagem de homem público da personagem, a linha de ação adotada se assemelhava a do chefe de família descrita por Arendt, ao narrar o papel desta figura antes da moderna desintegração da família, ao qual cabia comandar o interesse comum e a opinião, evitando assim uma possível desunião entre os membros da sua casa (1987, p. 49). Também, Dr. Lacombe foi entrevistado para o projeto Memória de Rui, em 1976, sendo o terceiro na lista de depoentes. Sua relação com o personagem ultrapassava a fronteira da admiração pública e profissional, tendo em vista ser Rui Barbosa primo da avó de Lacombe. Embora tivesse apenas quatorze anos quando o jurista vem a falecer, ele narra suas visitas a “Casa do Rui” antes de se tornar “Casa de Rui”. Esta afirmação é contestada, pois define a relação como “pequena” mesmo quando diz lembrar-se “que ele (Rui) gostava muito de criança e lia para mim o Tico-Tico”. Em suas palavras a presença do desejo de ter tido um contato mais estreito: “*tenho o grande desgosto de nunca terem me levado para assistir um discurso de Rui Barbosa. De maneira que ouvi o Rui Barbosa falar em conversa, mas nunca ouvi uma oração pronunciada. Meus irmãos foram várias vezes ao Senado (...).*”

A todo o momento ele deixa transparecer a preocupação em expor algo que pudesse macular a imagem de Rui ou da família; frases do tipo “(*...*) *isso não é possível a gente narrar isto – vocês não espalhem esta gravação (...)*” perpassam sua fala, ainda que ele esteja se referindo a detalhes sem gravidade. Entretanto, são fatos da intimidade, da vida privada que

não deveriam, no seu entendimento, se tornar visíveis porque para Dr. Lacombe, Rui era, acima de tudo, o homem público e sua privacidade só poderia ser publicizada para reforçar a imagem por ele pretendida e, jamais para colocá-la em contradição. Sua admiração se estende à D. Maria Augusta, sobretudo por ter permitido que a residência fosse comprada pelo governo, mesmo contrariando o filho João. Sobre esta atitude ele exalta que “nós devemos muito a ela a manutenção da Casa. (...) o Azeredo propôs no senado a compra da casa. E isso ficou bonito porque o Azeredo tinha morrido adversário do Rui. E mandaram avaliar e deram aquele preço que consta lá na escritura. Depois disso ela recebeu uma proposta de compra pela embaixada inglesa, Sir Arthur queria comprar a casa. E a biblioteca teve uma oferta do Jockey Club de Buenos Aires (...) pelo menos o dobro do que o governo pagou pelas duas coisas. (...) Foi D. Maria Augusta que impediu: “*não senhor. Isso vai ficar para o Brasil. Comprometi-me com o Azeredo*”. (...) É preciso fazer justiça a D. Maria Augusta, primeiro como mulher de Rui Barbosa (...). Segundo, como defensora do Brasil na aquisição da casa. Patrimônio que hoje ficou conosco”. Dr. Lacombe fez do seu cargo uma bandeira em prol da causa ruiana, por ele construída tal qual um missionário. Sua entrevista é uma apologia ao homem mitificado: os elementos que nos humanizam, nossas paixões, defeitos e falhas não são perceptíveis na figura que Dr. Lacombe apresenta.

Como vimos, um dos objetivos do projeto era criar um “*banco de memórias*” sobre Rui Barbosa o que significa dizer que este material serviria como fonte para consulta e construção de outros projetos, sendo importante, na perspectiva de Lacombe, selecionar criteriosamente os participantes que deveriam, como ele, ser admiradores deste personagem. Esta assertiva é confirmada quando o entrevistador solicita sugestão de “*pessoas que tivessem presenciado discursos de Rui*”, ele propõe aqueles que comungam da sua opinião, tais como Pedro Calmon, Austregésilio de Athayde, Péricles Madureira de Pinho e Mariano (não consta o sobrenome), que “*desobedecendo ao pai, fugiu de casa e teve uma impressão extraordinária do discurso, chegando a ficar com os pés dormentes, sem sentir, por ter ficado de pé todo o tempo, prestando atenção*”. Pessoas como o Mariano, estavam aptas a serem entrevistadas, eram capazes de reconhecer em Rui a mesma idoneidade moral que Lacombe.

Igualmente interessante, e dentro desta lógica de enaltecimento da figura pública de Rui Barbosa, está a justificativa dada pelo, então diretor, sobre a existência da fotografia de Manoel de Carvalho, no acervo do Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Este cidadão, sócio da Casa Pascoal, famosa confeitaria existente na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX, teria ouvido durante jantar que preparava no Itamarati, para o Presidente Floriano, uma conversa entre dois militares sobre uma emboscada para Rui

Barbosa; na madrugada do mesmo dia o Sr. Manoel foi até a casa do Dr. Jacobina, avô do Lacombe, contar sua descoberta e seu temor pela vida do jurista. Rapidamente, o Jacobina se mobilizou, conseguindo avisar ao Rui o que estava por acontecer e, as providências foram tomadas para evitar tal “incidente”. *“Por isso é que tinha um retrato dele [Manoel de Carvalho] na Casa Rui Barbosa. Esse homem é um benfeitor do Rui”*.

Por se tratar de um projeto institucional, durante o depoimento Lacombe aproveita para refutar acusações feitas por Magalhães Jr. em sua obra, já citada, apresentando contraprovas e documentos arquivados sobre o caso Dreyfus. Lacombe afirma que *“o Magalhães ou foi mal informado ou então está querendo tapear”*.

Encontramos em algumas entrevistas a origem da admiração da personagem na geração anterior, passada como herança aos descendentes, como percebemos em Péricles Madureira de Pinho, à época vice-presidente da Editora José Olympio, ao dizer:

“Minhas lembranças do Conselheiro surgem dos primeiros episódios que me devolve à memória. (...) Meu pai, Bernardino Madureira de Pinho, era ruísta histórico. (...) Daí minha infância ter sido toda ela cheia de evocações de Rui (...)”

A mesma experiência familiar é relatada por Austregésilo de Athayde justificado por ele, ainda, pelo fato de seu pai, tal qual Rui Barbosa, ser advogado, o que torna compreensível ter *“recebido desde muito cedo a inspiração do amor e da devoção a essa figura que nós todos consideramos excelsa”*. Na sua concepção a admiração que sentia pelo jurista era compartilhada por uma multidão capaz de assistir com entusiasmo aos enormes discursos pronunciados pelo jurista. O depoimento de Austregésilo é passional, marcado pelo uso excessivo de elogios e, seguindo a mesma linha de Lacombe coloca a personagem acima das características mundanas. Sobre a Academia Brasileira de Letras ressalta o jornalista que a instituição se assentava em três pilares: Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Em sua perspectiva, este último *“pertencer à Academia foi realmente um acontecimento que preponderou no espírito de todo o país no sentido de dar logo um prestígio especial a essa instituição”*. Por nove anos consecutivos, Rui foi, em sucessão a Machado de Assis, eleito presidente da ABL ainda que raramente frequentasse as reuniões, ao que Austregésilo retrucava dizendo: *“não vinha, não se associava aos debates, não tinha nenhuma atividade, passava tudo isto ao cargo do secretário-geral, mas era reeleito sempre, porque a Academia, de certo modo, tinha a necessidade de ter o amparo, o patrocínio daquele grande nome”*. Diferentemente da avaliação de muitos dos seus adversários políticos e, mesmo de alguns correligionários, o Rui de Austregésilo era um homem carismático, a ponto de o jornalista

afirmar que “*não houve outro brasileiro em torno do qual se formasse uma corrente tão forte e tão poderosa de opinião pública, sobretudo da juventude*”.

A opinião pública não se constrói num vazio sociológico, ela é formulada a partir dos elementos disponíveis em diferentes suportes. Entretanto, estes elementos também são construídos, selecionados e fomentados pela própria esfera pública enquanto detentora dos equipamentos e dispositivos culturais que servem de fontes primárias que serão apropriadas pelos denominados *formadores de opinião*. Os museus, arquivos, bibliotecas, leis, decretos, editais geram uma massa de informações prontas para serem consumidas, daí a necessidade de burilar tais fontes. Como vimos em Habermas as instituições públicas representam o poder público na medida em que se propõem à promoção do bem comum. O autor inclui na discussão a denúncia de Marx que percebe a opinião pública como uma falsa consciência, pois ela esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse burguês (HARBERMAS, 2003, p. 149). A possibilidade de manipulação e controle reforça a denúncia acima, sem, no entanto anular a sua força potencial, sendo por isso, objeto de desejo de instâncias diferenciadas.

As opiniões apresentadas no projeto memória de Rui foram coletadas preferencialmente dos simpatizantes da personagem e, mesmo abrindo espaço aos críticos a proporção majoritária está com os primeiros, garantindo “*a divulgação da obra e vida de Rui Barbosa e o culto de sua memória*”, conforme preconizado no estatuto, aprovado pelo Decreto Nº 59.643, de 2 de dezembro de 1966, então vigente.

Em 1976 são realizadas nove entrevistas, das quais cinco se iniciam com a seguinte informação “*o seu nome foi lembrado pelo Professor Américo Jacobina Lacombe (...)*”; as quatro restantes são a do próprio Professor, a de um neto do Rui, outra de Luis Viana Filho, biógrafo do jurista e uma vizinha da São Clemente. Esta constatação revela o grau de interferência de Lacombe na “*memória a ser preservada*”. Os eleitos foram definidos pelo critério da paixão “*ruísta*”, como comprovado pelos trechos, acima destacados. Podemos, ainda, reforçar a análise com o depoimento do Professor Roberto de Lira Tavares, realizado em 1962, membro da Corte Permanente de Arbitragem de Haia e ministro de Educação e Cultura. Ele narra que sua principal preocupação ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1916, para estudar Direito, era conhecer Rui Barbosa, “*vê-lo atravessando as ruas, falar com ele e, quem sabe, apertar-lhe a mão. Sonho de nordestino, que guardava no espírito e no coração os ecos da campanha civilista*”. Para tal, indicaram-lhe uma livraria na Rua São José onde o encontro se deu, como o próprio descreve:

“Lá estava Rui Barbosa (...). Acompanhei todos os gestos e movimentos (...). Depois, segui-o como um espião, até o carro que o esperava. (...) Não tive coragem de aproximar-me do santo. Depois ficava parado diante da sua casa na Rua São Clemente, na esperança de vê-lo chegar ou sair. (...) Com o início das aulas, familiarizei-me com os veteranos. Todos também ruístas; alguns fanáticos como eu. Um deles convidou-me para ir ao beija-mão à porta do Cinema Pathé, na Rua da Carioca. E lá beijei também a mão de Rui Barbosa. Em toda mudança de filme reproduzia-se o encontro”.

Embora não seja longa, a entrevista revela um devoto em ação. Todas as suas palavras fazem referência a um ser mítico, superior em seus atributos. O termo *santo* chega a ser usado por ele para qualificar Rui Barbosa, como acima está registrado; bem como *devoção* para denominar sua relação com a personagem.

O Senador Luis Vianna Filho aponta em sua entrevista para um dado inusitado ao informar que a ideia de escrever *a vida de Rui Barbosa* ocorreu “*como uma boa maneira de combater o Estado Novo, de pregar novas ideias, de disseminar enfim as doutrinas liberais, democráticas do Rui era escrever a sua biografia*”. Para esta tarefa, Dr. Lacombe deu apoio incondicional deixando à sua disposição uma datilógrafa para copiar todos os documentos que pudessem auxiliá-lo na pesquisa, bem como recortes de jornais e outras fontes. Na oportunidade ele se defende contra a acusação feita pelo Dr. Mello Pires, segundo o qual “o livro era fantasioso”. Para rebatê-lo, Vianna Filho esclarece que na primeira edição não incluiu as fontes, mas nas seguintes se “julgou na obrigação de mencionar todas (...) para que o livro se tornasse (...) realmente histórico”. Argumenta o autor que o livro foi baseado em fatos e fontes, sendo na sua concepção “inteiramente exato”. A própria D. Maria Augusta “contribuiu bastante (...), contando episódios da vida do Rui, da mocidade, como ela o tinha conhecido e sobre pessoas da época”. A exatidão aludida por Luis Vianna provém, no seu entendimento, dos depoimentos daqueles que conviveram com o jurista e dos documentos existentes na Casa de Rui Barbosa, inquestionáveis pela sua procedência, como ele tantas vezes afirma. Entretanto, estes materiais fazem parte de uma seleção bastante criteriosa que contribuem para a construção positiva da imagem de Rui Barbosa. O apoio, classificado pelo autor, como incondicional do Dr. Lacombe já nos indica a natureza da análise que será empreendida. Um livro que pretendesse questionar ou semear a dúvida sobre o caráter e a grandiosidade do jurista não receberia a chancela da instituição criada para o “*culto nacional pela memória do grande cidadão*” (Decreto nº 4.789, de 02/01/1924).

Na lista de entrevistados, consta um severo crítico de Rui Barbosa, como pontuamos acima: o jornalista Raymundo Magalhães Júnior. Em seu depoimento, contudo há um tom conciliador por parte do entrevistador que conduz o diálogo como “um bate-papo super

informal acerca da época de 1920-30”. Tal qual um exercício autobiográfico, Magalhães Jr. narra sua chegada ao Rio de Janeiro, vindo do Ceará em setembro de 1924. Costumes como o uso do chapéu, bengala, polainas sobre os sapatos, são abordados na entrevista que é perpassada por um clima saudosista. A vida social na cidade do Rio de Janeiro o faz divagar em suas memórias, trazendo para a mesma as reminiscências dos carnavais, dos cursos enfeitados, das moças fantasiadas, dos cinemas, teatros, cafés e confeitarias, “era uma vida ainda tranquila”, (...) “uma cidade muito alegre”, ele avalia. A rotina de trabalho compõe sua entrevista na qual descreve sua participação na Sociedade de Autores Teatrais, como ingressou neste meio, e suas idas semanais à Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a cadeira número 34. Dizia o jornalista ser mais ou menos eclético: “eu fiz teatro, fiz jornalismo toda a minha vida, escrevi livros, fui professor, ainda sou porque estou em processo de aposentadoria (...) leciono na Escola de Biblioteconomia e Documentação da FEFIERJ”.

Finalizando a entrevista, o representante da Casa de Rui Barbosa sugere ao professor, “falar sobre como surgiu a ideia da criação desse livro tão polêmico e maravilhoso Rui e o Mito”. Esclarece, então, que seu interesse no assunto foi despertado após a indexação de alguns livros que o permitiram perceber a “extrema volatilidade, volubilidade do pensamento político de Rui Barbosa que era um liberal (...) esvoaçante”. Segundo Magalhães, o jurista

“mudava de opinião constantemente de acordo com a sua posição política no momento, com a sua conveniência política e então comecei ver também que por trás da figura hierática oficial apresentada havia uma figura diferente, uma figura humana, (...), com os deslizes humanos, com as contradições humanas e então o que despira aquela imagem que estava dentro de uma couraça dourada e para mostrar que havia carne viva por baixo daquilo. Eu não disse no meu livro que Rui era um ignorante, que era um cretino, que era um analfabeto. Agora disse que ele não falou em todas as línguas em Haia”.

Em realidade, durante a entrevista não é explorado a vertente crítica do jornalista e, mesmo sua abordagem sobre o livro, quase ao término da mesma, é muito branda frente ao material publicado, no qual esmiúça diversos fatos, contestando-os e refutando o destaque atribuído ao jurista Rui Barbosa. O projeto Memória de Rui é claramente uma proposta institucional com objetivos pontuais, tais como remontar os ambientes da Casa, deixando-a o mais próximo possível da sua feição à época de Rui e montar um banco de memórias sobre a personagem e seu período. Entretanto, os entrevistados foram escolhidos pelo critério da afinidade existente com a mesma, salvo raras exceções.

A presença da categoria *memória* como denominador do projeto em análise abre caminho para uma reflexão sobre a relação desta com o museu. Estes espaços são, para o imaginário social, casas de saber, templos destinados à cultura em seu mais alto grau de distinção; espaços que se relacionam com a memória por excelência. Ao longo da história assistimos às tentativas de governantes de inscreverem seus nomes no hall dos inesquecíveis e da possibilidade de acionar memórias para usos no presente. A construção do mito e a expectativa de permanecer vivo na memória escapam aos desejos e desígnios dos homens públicos, para isto precisam se tornar objeto de investimento político dos “vivos”. A memória encanta e seduz, pela sensação, ainda que ilusória, da perenidade, por isso a sua emergência como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais se tornou, como afirma Andréas Huyssen (2000, p. 9), um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes. Este desejo de memória se faz presente em escalas variadas, da sociedade ao indivíduo, passando pelos grupos ditos minoritários que reivindicam visibilidade para sua tradição e a inserção nas narrativas históricas. Os álbuns de fotografias familiares, as cartas trocadas entre os antepassados, antigos recortes de jornal, objetos representativos se constituem em recordações com aspirações a se tornarem memória.

Chagas percebe, entretanto, que identificar os museus apenas como “lugares de memória é reduzi-los a uma expressão que está longe de abarcar suas complexidades”. Eles são, em seu entendimento, *microcosmos sociais*, e devem ser considerados “a um só tempo, como palcos de subjetividades, e lugares de memória, de poder, de esquecimento, de resistência, de falação e de silêncio” (2009, p. 25). A expressão “lugares de memória” cunhada pelo historiador francês Pierre Nora (1993, p. 22) foi amplamente apropriada pelos teóricos que se debruçaram sobre o universo museal. Em sua intrigante análise, afirma o autor que “há locais de memória porque não há mais meios de memória” e, se hoje falamos “tanto em memória é porque ela não existe mais” (IDEM, p. 7). Na sua linha conceitual “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações” (IDEM, p. 9). “Os lugares de memória são antes de tudo restos, (...) marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” e, nesta categoria juntamente com os museus enquadram-se, também, os arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, comemorações enfim, uma gama de “empreendimentos” constituídos por um “jogo da memória e da história” cuja existência é garantida pela “vontade de memória” (IDEM, p. 22). Esses lugares, e, portanto, também os museus, operam, segundo

Nora, em três dimensões: material, simbólico e funcional, em coexistência. E, para ele, “se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, (...) imortalizar a morte (...), é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (IDEM). Nesse sentido, percebemos que no museu-casa, o “ressaltar dos significados” e a “dimensão simbólica” se revestem de uma carga de familiaridade, de afetividade potencializada, por exemplo, no caso do nosso objeto de estudo, pelos fragmentos extraídos do projeto Memória de Rui. Durante a mediação realizada com os diferentes grupos os fatos relacionados à vida de Rui Barbosa são afeiçoados pelos depoimentos dos participantes do trabalho citado, dando aos olhos do visitante mais veracidade as narrativas. A fórmula encontrada pela instituição para fazer funcionar a engrenagem do lugar parece ter sido a superposição das memórias dos outros: assim os ambientes do museu foram sendo reconstruídos fisicamente e, também assim, o perfil da personagem foi sendo explorado e publicizado ao grande público.

Vimos que dentre os entrevistados, num total de quase quarenta, apenas três, segundo Claudia Reis, poderiam ser considerados como menos simpáticos à figura de Rui Barbosa, todos os outros eram seus profundos admiradores. Alguns deles chegam a impressionar pela forma como se referem à personagem, conforme observamos, nos diferentes trechos destacados ao longo deste subcapítulo. Tal qual o já citado Prof. Roberto de Lira Tavares que ao encontrar Rui Barbosa na rua não teve coragem de se aproximar do santo, encontramos no depoimento do médico e jornalista Hélio Silva a presença do mito Rui Barbosa, comprovada pelo trecho a seguir:

“Então eu conheci o senador Rui Barbosa. Eu devo dizer que antecipadamente eu me tornara admirador do Rui Barbosa, ele era um mito para mim. E analisando essas impressões remotas eu me surpreendo sentindo aquele gigante na tribuna que fisicamente era um pigmeu”.

O jornalista se revela um defensor de Rui Barbosa, apresentando argumentos que justificam suas escolhas e decisões, ainda que estas tenham sido alvo de críticas, à exemplo da queima dos arquivos da escravidão. Informa Hélio Silva que “até hoje é uma mentira histórica que Rui queimou os arquivos que documentavam a escravidão – não é verdade. Hoje em dia já se sabe perfeitamente que houve certos documentos que não tinham utilidade, ele não destruiu, então, politicamente ele era acusado de erros que cometeu e de erros que lhe foram

atribuídos”. Análise semelhante é empreendida quando ele se refere à campanha civilista na qual, segundo o jornalista, “Hermes da Fonseca foi aclamado Presidente da República pela fraude”, pois “sequer possuía o título de eleitor”, mas “nós não tínhamos um público, uma consciência cívica, uma consciência política, o povo era doente e analfabeto, a elite política era corrupta e vivia de fraude” (...), conclui Hélio Silva.

Seus laços com Rui Barbosa se estendem a Casa, não a do Rui porque esta não chegou a frequentar, mas a instituição instalada na residência, sendo ainda muito amigo do Dr. Lacombe. Sua visão sobre o lugar é bastante interessante e merece um destaque:

“Frequentei a Casa de Rui Barbosa e vi que religiosamente aquilo foi conservado e deve ser conservado assim. Não apenas como um culto merecido a Rui Barbosa, não como um centro de estudos que existe ali que encontra não só toda a sabedoria de Rui Barbosa, sua biblioteca, como também outros livros, outras coisas. Eu mesmo pesquisei ali, é muito útil. (...) Mas aquilo mostra uma outra maneira de viver e realmente agente compreende o Rui Barbosa (...), hoje em dia, com a criadagem de hoje, morando num edifício de apartamentos, ele teria podido fazer aquela vida que fez? Não podia ter feito. Então, isso que chamam de civilização, realmente é barbárie”.

Percebe o jornalista que uma instituição desta natureza agrega valor ao personagem na medida em que o conecta ao mundo dos vivos. A “imortalização da morte” desejada pelos lugares de memória como enfatizado por Nora é, sobretudo um elemento de atração e cobiça aos que acreditam que o museu é o instrumento mais eficaz para o cumprimento deste objetivo. E nesta perspectiva, Hélio Silva declara que fez “um movimento no Rio Grande do Sul para fazer de Pedras Altas uma outra Casa de Rui Barbosa”, só que desta vez para cultuar a memória de Assis Brasil a quem considera “o único capaz de se aproximar de Rui Barbosa”. Entretanto, ele lamenta não ter conseguido o apoio devido, “nem mesmo de dois gaúchos: o presidente da República, General Garrastazu Médici, de Bagé, e o secretário da presidência, também de Bagé”. Vale ressaltar que a entrevista foi realizada em 26 de maio de 1987 e, em 1999, o Castelo de Pedras Altas, propriedade de campo do advogado, escritor e político, Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, estando classificada, nos parâmetros do DEMHIST, como *casa de personalidade e de colecionador*.

Os depoimentos revelam as percepções individuais acerca da mesma personagem e, embora haja consenso sobre a capacidade intelectual e sua notoriedade, outras características são controversas como carisma, simpatia e mesmo idoneidade. Barbosa Lima Sobrinho, por exemplo, ao narrar um pronunciamento de Rui na Associação Comercial afirma que “ele falava sobriamente (...) com tanta nitidez que num salão amplo, sem microfone, que naquele

tempo não existia, todos ouviam o discurso dele. (...) ele sabia articular bem as palavras (...). Também Rui tinha essa tendência, uma voz apropriada, nítida e clara e os taquígrafos diziam que era muito fácil apanhar as palavras dele porque todas as palavras eram ditas devagar, com lentidão, mas com uma precisão admirável sílaba por sílaba”. Entretanto a imagem que o professor Hélio Silva nos apresenta se contrapõe à anterior ao enfatizar que:

Na tribuna, o curioso do Rui Barbosa, é possível que isso que estou dizendo se choque com a imagem heroica que ficou do Rui Barbosa, que os ruístas não gostam disto que eu estou dizendo porque os ruístas, realmente fazem de Rui Barbosa tudo que é de melhor. Ele não precisa desse favor. Rui Barbosa na tribuna era homem pequeno, pouco assomava na tribuna. Não era um homem com uma voz poderosa, tornotoante como depois iria conhecer grandes oradores (...) a voz dele não era alta e naquele tempo em que não havia microfone mal se ouvia em todo o recinto do Senado.

Em diversos momentos das entrevistas encontramos elementos que comprovam que o material proveniente das mesmas serviria de fonte para ações institucionais. Durante o depoimento da neta de Rui Barbosa, Lucila Batista Pereira, a representante da Casa de Rui explicita seu objetivo: “a gente está querendo fazer uma apresentação do Museu com uma abordagem mais familiar, baseado nesses depoimentos da família, e a gente está querendo tirar dúvidas, para passar o máximo possível aspectos verdadeiros da vida da família na casa”. Este desejo parece, de alguma forma, atender a expectativa do visitante que costumeiramente indaga aos mediadores se a casa está ambientada tal qual era na época do ilustre morador. Sua curiosidade é satisfeita e, sempre acrescida da informação que o projeto contou com os depoimentos de familiares e amigos que frequentavam a residência. Este dado dá veracidade ao discurso institucional tornando-o irrefutável perante o visitante que não se sente apto a questionar uma referência advinda de um “narrador-personagem”.

A força do depoimento em primeira pessoa, base da denominada História Oral, está talvez na confiança que depositamos nos testemunhos e, mesmo as aparentes contradições são entendidas como parte do processo de reconstrução da memória, o que não o torna inverossímil, mas apenas passível a interpretações. O projeto memória de Rui se enquadra no bojo da introdução da história oral como metodologia no Brasil, incluindo neste contexto as dificuldades impostas a todo processo que se inicia. O pesquisador Philippe Joutard aponta que os primeiros trabalhos em história oral surgiram nos anos de 1950, nos Estados Unidos com o modesto objetivo de coligir material para os historiadores futuros, enquanto na América Latina é criado em 1975 na Fundação Getúlio Vargas o primeiro programa de

história oral destinado a colher depoimentos dos líderes políticos desde 1920 (1995; apud FERREIRA; AMADO, 2006, pp. 42-62).

É também em 1975 que tem início, na Casa de Rui Barbosa, o projeto que vimos analisando, mas vale ressaltar que dois anos antes o, então, Diretor Executivo da instituição, Irapoan Cavalvanti de Lyra, que, como já citado era oriundo da Fundação Getúlio Vargas, propõe o desenvolvimento de outro projeto denominado *Memória da Casa de Rui Barbosa*. O argumento principal girava em torno da preocupação com o risco de incêndio que a residência estava sujeita, tendo em vista sua estrutura em madeira e que “os móveis, documentos, livros (...) de fácil e rápida combustão”. E assim, continua Irapoan, “verificando o alto custo do seguro e o seu caráter repetitivo, e dificuldade de uma efetiva prevenção do fogo, concluímos pela elaboração de um projeto que possibilitasse a reconstituição da Casa, na sua feição histórica, e os seus principais documentos, pelo menos em suas partes mais importantes” (01/06/1973 – Arquivo FCRB). Embora parônimos, os projetos *Memória da Casa de Rui Barbosa* e *Memória de Rui* divergiam conceitualmente uma vez que o primeiro admitia a reconstituição total da residência, como um espaço cenográfico, enquanto o outro almejava à autenticidade, em seu sentido denotativo. Por outro lado, ambos se baseavam em fontes menos tradicionais: um em fotografias produzidas no presente com o objetivo de “reconstituir o passado” e, o outro em depoimentos para chancelar o espaço e a personagem.

3.4 Por uma etnografia dos visitantes: quem são e o que pensam

*Para decifrar, temos de aprender a captar (...).
Temos, por assim dizer,
de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios
que formam a malha textual destes diálogos.
Carlo Ginzburg (1989, p. 209)*

Os estudos de público há algum tempo ocupam a pauta dos museus: compreender os anseios das diferentes pessoas que elegem estes espaços para lazer, curiosidade, ou qualquer outra forma de uso tem sido um mote para os profissionais que atuam na área e mesmo teóricos de outros campos do conhecimento. Trata-se de lugar comum afirmar que a tríade - preservação, investigação e comunicação – compõem as funções básicas dos museus, entretanto estes conceitos não devem ser analisados separadamente, posto que estão sempre encadeados. As ações desenvolvidas com vistas a preservar o bem-cultural, buscam retardar o processo natural de sua destruição física que, por outro lado, por meio da investigação terá sua

vida informacional preservada. Essas duas ações são complementadas pelo processo de comunicação com o público, fundamental para que a ação museológica cumpra sua função de valorização e revitalização do patrimônio cultural. A experiência vivenciada pelo visitante dependerá não somente da forma como ele se relacionará com os elementos e conceitos propostos pela instituição, mas também pela elaboração pessoal que se processará internamente a partir de sua bagagem social. Ainda que o atendimento as expectativas individuais seja uma meta impossível frente à diversidade que lidam os museus em seu cotidiano, os estudos de público nos permitem mapear de forma generalizada o perfil dos visitantes e avaliar as demandas mais comuns.

Avaliar provém do latim 'valere', ser forte, ter valor; e, num sentido atual: fazer uma apreciação cuidadosa, de modo a permitir a formação de uma opinião, de um juízo justo, correto e a tomada de consciência do mesmo¹⁰⁷. As avaliações internas realizadas no âmbito das reuniões de equipe, por aqueles que elaboraram os projetos, refletem os aspectos técnicos e mais visíveis da ação que foi empreendida, entretanto a forma como a narrativa construída será apreendida pelo público foge do controle institucional. Neste sentido as pesquisas de público são sempre muito interessantes, pois permitem ultrapassar a fronteira do material e chegar a um campo mais subjetivo. Nesta perspectiva, a Museologia apresenta um acúmulo de conhecimento no estudo e análise do comportamento dos visitantes a exposições, circuitos e museus de diferentes tipos¹⁰⁸.

O Museu Casa de Rui Barbosa possui desde a década de 1929, ou seja, anterior a sua abertura oficial, dados estatísticos de visitação, que, embora não se configure em um estudo sistematizado, nos fornecem subsídios para uma análise comparativa. Entre 1929 e 1971 temos apenas o quantitativo bruto, sem variáveis distintas. Entretanto, por meio dos relatórios anuais é possível cruzar as informações e compreender as razões de aumento e diminuição de público, como percebemos no documento de 1966 no qual Dr. Lacombe justifica o decréscimo na visitação, relacionada, segundo ele, ao término do projeto de guias,

¹⁰⁷ Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado. Lisboa: Livros horizonte, 2003.

¹⁰⁸ Os estudos sobre os museus e seu público encontram-se bastante desenvolvidos na Europa e EUA. A Universidade de Lancaster, por exemplo, acumula uma grande quantidade de pesquisas nessa área. Ver sobre o tema MacDonald (1996), Hooper-Greenhill (1992, 1996). Nos últimos anos, estes levantamentos de público passaram a fazer parte da agenda pública. No Brasil destacam-se os trabalhos de Luciana Sepúlveda Köptcke (2000; 2003; 2005; 2007); Adriana Mortara Almeida (1995;1997;1998; 2005); Marília Xavier Cury (2001; 2002; 2005; 2006). Luciana Sepúlveda coordenou o Observatório de Museus e Centros Culturais, programa de pesquisa vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que teve entre seus consultores a socióloga Myrian Sepulveda dos Santos, professora deste Programa de Pós-Graduação. O OMCC teve, no Rio de Janeiro, duas edições, sendo uma em 2005 e outra em 2009. Informações estão disponíveis em <http://www.fiocruz.br/omcc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

contratatos no âmbito das comemorações do quarto centenário do Rio de Janeiro. Assim, enquanto a instituição computou 7.000 visitantes em 1965, no ano seguinte verifica-se uma queda de quase 50% ao contabilizar 3.540 pessoas. Em 1972, quatro variáveis são introduzidas à estatística, sendo elas: *adultos*, *crianças*, *estrangeiros* e *escolares*; o item criança gera um dado nebuloso, na medida em que não distingue a nacionalidade. No ano seguinte, a variável *adulto* é alterada para *nacionais* assim permanecendo até 1994. Também se inicia neste período o levantamento por evento, tais como cursos, seminários, teatro e exposição, ressaltando que, com a mudança jurídica para Fundação Casa de Rui Barbosa, os eventos passam a ser computados setorialmente. Assim, os dados que nos referimos são específicos do Museu. Em meados de 1994 o livro de visitação é reformulado e variáveis importantes para as análises quantitativas são incluídas, tornando os dados substanciais, possibilitando traçar um perfil mais amplo do público. Ainda em uso, a planilha conta com os seguintes dados: hora da visitação; nome; idade; formação (subdividida em fundamental, médio e superior); gênero; ocupação; UF, cidade e bairro (para residentes no Brasil) e país (para estrangeiros).

A partir da década de 1980 essa massa numérica recebe um olhar analítico das museólogas, Claudia Reis e Jurema Seckler que traçam o perfil do visitante do Museu Casa de Rui Barbosa, mas entre os trabalhos desenvolvidos merece destaque o “Estudo sobre a visitação do Museu Casa de Rui Barbosa”, realizado pela servidora Maria do Perpétuo Socorro Rocha¹⁰⁹ de 1994 a 2000. O objetivo, segundo a autora:

não [era] somente avaliar a execução das atividades, mas principalmente, levar todos a uma reflexão, visando adotar medidas mais adequadas, para uma melhor promoção cultural e educacional da população. Tal reflexão poderá nos levar a uma ação inovadora e mesmo transformadora da realidade existente.

No primeiro estudo, tendo como recorte o período de abril de 1994 a fevereiro de 1996, o *livro de visitante* serviu como fonte dos dados analisados. Estes materializam as observações feitas pelos mediadores que lidam cotidianamente com o público: identificou-se que 49,9% dos visitantes possuíam nível superior, 65,6% eram proveniente da Zona Sul, da cidade do Rio de Janeiro, e que a distribuição por faixa etária é igualitária à exceção do grupo “até 14 anos”, idade em que a frequência se dá por meio da escola, bem como daquele com 60

¹⁰⁹ A servidora mencionada foi realocada com a extinção da *Legião Brasileira de Assistência*, sendo incorporada ao quadro da Fundação Casa de Rui Barbosa em 1996, onde se aposentou em novembro de 1998 (até o ano 2000 ela permaneceu, de forma voluntária, trabalhando neste projeto). Formada em Geografia, se interessou pelos dados da visitação, contidas nos livros da portaria, iniciando, de forma sistemática, o estudo do público do Museu.

anos ou mais, no qual há uma preponderância de 2%. A conclusão do trabalho demonstra certa preocupação em atender de forma pontual às características do público da instituição, tal como lemos abaixo:

Por apresentar um número significativo de estudantes, professores e advogados que visitam o Museu, esta instituição deverá oferecer espaço como também realizar palestras, seminários e congressos voltados para as áreas de Direito, Economia, Política, Sociologia, Educação, História Política e História do Brasil, de preferência dentro do período em que o grande mestre e conselheiro Rui Barbosa atuou. Esta sugestão poderá também ser desenvolvida em parceria com as Universidades. (Estudo Preliminar sobre o visitante do Museu Casa de Rui Barbosa- 1994/1996).

O estudo seguinte se diferencia do anterior por analisar, além do livro de visitante, os questionários aplicados durante a atividade *Domingo com Arte*, que ocorreu ao longo do ano de 1996. Com a abertura do museu nos fins de semana¹¹⁰ há um aumento no número de crianças, colocando o grupo “até 14 anos” no segundo lugar do ranking de visitação, abaixo somente da faixa de 30 a 39 anos. As variáveis *local de procedência* e *nível de escolaridade* não apresentaram alterações em relação aos outros anos, permanecendo moradores da zona de Sul, com nível superior. Sobre os visitantes estrangeiros, os europeus eram majoritários, tal como em 1994-1996. Compõe o escopo do segundo estudo, como já citado, uma avaliação, por meio de questionário, da atividade *Domingo com Arte*. O instrumento estruturado em nove questões fechadas e uma aberta visava avaliar o evento citado e, dar continuidade ao projeto de estudo do perfil do visitante. Os comentários oriundos do espaço destinado à expressão livre do visitante são, na totalidade, elogios ao trabalho e sugestões para que mais atividades sejam realizadas. Para a idealizadora do estudo estes eram de “fundamental importância para a valorização do trabalho realizado, servindo também de incentivo para que a Fundação continuasse a ampliar seu leque de atividades culturais e educativas, principalmente em Botafogo que, embora com diversos espaços culturais, não oferece tantas atividades a sua comunidade”.

Pesquisas semelhantes foram realizados por Socorro Rocha em 1997 e de 1998 a 2000. Estas seguiram a mesma metodologia de pesquisa ao utilizar o livro de visitante como fonte para análise. Este instrumento, embora eficaz para uma pesquisa quantitativa não possibilita a compreensão mais ampla das demandas dos grupos, bem como a interpretação de aspectos subjetivos que envolvem a experiência de visitação a um museu. Percebemos nas considerações apresentadas que dentre os principais objetivos dos estudos estava “visualizar a

¹¹⁰ No período referente ao estudo anterior o Museu não estava funcionando nos fins de semana, em função do número insuficiente de vigilantes.

evolução e involução da frequência de visitação” relacionando-os a dados técnicos como infraestrutura, vigilância, oferta de serviços e outros elementos pontuais. A consolidação das informações serviria, também, no entendimento da equipe, para embasar futuros projetos, já que tais dados corroboravam as observações feitas pelos técnicos que associavam os períodos de baixa frequência ao museu à ausência de condições ideais.

Cabe, ainda, destacar uma pesquisa realizada com os frequentadores do jardim em 2001, coordenada pela, então, chefe do Museu, Vânia Dolores Estevam de Oliveira, com a intenção de “conhecer e avaliar o perfil do usuário, seu grau de satisfação, nível de interesse ou desinteresse pela Casa e suas expectativas em relação ao uso do Museu (jardim e Casa)”. O jardim da Fundação Casa de Rui Barbosa abriga diferentes espécimes da nossa flora e fauna, fato que já seria suficiente para considerá-lo de grande importância, mas este espaço também abriga histórias, memórias, pessoas, sons e cores, sendo um refúgio em meio à agitação urbana; um convite ao lazer e a reflexão. Segundo os preceitos da Carta de Florença, elaborada em 1981, pelo Comitê Internacional dos Jardins Históricos do ICOMOS-IFLA, um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico, sendo considerado, portanto um monumento. Neste sentido, o local aludido acima é um jardim histórico e, como recomenda o art. 25, do documento mencionado, “o seu interesse deve ser estimulado por todas as ações adequadas à valorização deste patrimônio visando torná-lo mais conhecido e apreciado”.

Ao longo do tempo o jardim da Fundação Casa de Rui Barbosa se tornou uma referência sob óticas diferenciadas: para os moradores do entorno este espaço é sinônimo de encontro, lazer e tranquilidade. Sucessivas gerações guardam na lembrança os momentos que passaram no jardim onde tomaram os primeiros banhos de sol e, muitas vezes, ensaiaram os passos iniciais nos paralelepípedos irregulares. Para os pesquisadores da área do patrimônio este jardim configura-se como um objeto de estudo pelas suas especificidades, seu traçado característico e os elementos existentes como os lagos artificiais, as pequenas pontes e os recantos de inspiração romântica que fazem lembrar os trabalhos do paisagista francês Auguste Glaziou. Para os estudos e o público em geral o jardim oferece infinitas possibilidades de apropriação desde aquelas estimuladas pelos mediadores até as que muitas vezes nossa imaginação não alcança: serve de inspiração a namorados, pista de caminhada para os idosos, cenário de imagens para ilustrar o perfil dos adolescentes nas redes sociais dentre outros.

O espaço se torna ainda mais singular por ser uma das poucas áreas verdes, aberta ao público, no bairro de Botafogo. Por oferecer segurança e itens de conforto como banheiros, bebedouro e estacionamento atrai diariamente uma grande quantidade de pessoas, especialmente idosos e crianças com seus pais ou babás, cuja frequência supera a estatística de visitação ao museu. Entretanto, embora entendido como parte do conjunto museal, integrando, inclusive, o circuito das visitas mediadas, os usuários do espaço não o percebiam desta forma, como revela a pesquisa. Para 48% dos entrevistados o jardim era um espaço independente e nunca tinham visitado o museu. Embora o mesmo estivesse temporariamente fechado, em função de obra para substituição de papel de parede e reforma de alguns tetos, no período de realização da pesquisa, 62,6% eram moradores do bairro e 25,35% estudavam, trabalhavam ou tinham alguma atividade em Botafogo, e, portanto, não estavam no local apenas naquele momento. Dentre os motivos apontados, alguns merecem destaque:

- 1- “A gente só vem ao jardim, a gente gosta é do jardim”;
- 2- “Não tive vontade, já imagino o que tenha lá dentro”;
- 3- “Não sei onde é o museu”;
- 4- “Não sabia que podia entrar”;
- 5- “Não sabia que tinha museu aqui, pensei que a Casa de Rui Barbosa fosse uma espécie de organização”.

A resposta número 2 é significativa para o universo dos museus-casas, na medida em que a denominada *fidelização do público* é uma questão bastante cara a este modelo conceitual de museu. Ao cruzarmos este dado com outro obtido na pesquisa perfil-opinião do Observatório de Museus e Centros Culturais, cuja primeira edição aconteceu em 2005, corroboramos a hipótese de que o visitante do museu-casa não se sente estimulado para uma segunda visita por acreditar que os ambientes estão “sempre iguais”, não havendo o mesmo dinamismo encontrado nos museus com exposições de curta duração. A pesquisa mencionada foi realizada simultaneamente em onze museus do estado do Rio de Janeiro, entre junho e agosto de 2005, no âmbito do OMCC, um “programa de pesquisa e serviços sobre os museus” que pretendia a criação de um “sistema, em rede, de produção, reunião e compartilhamento de dados e conhecimentos¹¹¹” sobre o universo museal. Para a fase piloto do projeto, o Museu Casa de Rui Barbosa precisou cumprir uma meta de consultas, estipulada pelo IBGE, de

¹¹¹ Disponível em <http://www.fiocruz.br/omcc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

acordo com a média de visitantes que possuíamos: 700 questionários respondidos. Estes foram encaminhados à equipe do OMCC que produziu um boletim com os principais resultados dos onze museus participantes.

Carlo Ginzburg, citado na epígrafe, afirma que para “decifrar, temos de aprender a captar (...). Temos, por assim dizer, de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos” (1989, p. 209). Os dados fornecidos pelo Observatório de Museus e Centros Culturais, assim como todos que são produzidos por pesquisas de público, configuram-se como os fios emaranhados referidos pelo autor, desembaraçá-los e decifrá-los se tornou uma tarefa instigante aos profissionais dos museus, que visavam com esta ação aproximar a instituição do público. Os resultados apresentados em um boletim com quadros comparativos dos onze museus permitiram uma análise do perfil daqueles que visitam os espaços museais revelando os hábitos, motivações e expectativas. Para os idealizadores do projeto estes “contribuem, ainda, para a compreensão da dinâmica de acesso aos museus e revelam a necessidade de pesquisas contínuas, tanto qualitativas como quantitativas que ajudem a compreender a complexidade dos processos sociais da apropriação da cultura” (Boletim OMCC, dez-2007).

Além de reafirmar alguns elementos como a predominância dos visitantes brancos, altamente escolarizados e moradores da Zona Sul, corroboramos, como abordado em outro momento, o alto percentual de visitantes novos, ou seja, na média, 64,4% dos visitantes declararam estar visitando a instituição pesquisada pela primeira vez, demonstrando a dificuldade em transformar “os visitantes” em “público frequente”. O maior índice, contudo, se refere ao Museu Casa de Rui Barbosa, onde 84,4% dos entrevistados declararam ser visitantes de “primeira viagem”. Essa informação se equipara àquela da pesquisa do usuário do jardim, mencionada no parágrafo anterior. Os pesquisadores do estudo explicam que “pesquisas anteriores no Brasil e em outros países, também encontraram a prevalência de novos visitantes nos museus, sugerindo uma relação motivada pelo prazer da novidade, pela curiosidade, afeita às descobertas e à abertura cultural” (IDEM). Este dado é ratificado na própria pesquisa, na qual 73,7% dos entrevistados declararam como motivação da visita o interesse em conhecer coisas novas. É nesse percurso, na necessidade de avaliação dos projetos e da própria instituição, que as pesquisas de público contribuem para o enriquecimento da experiência de dar voz ao público. É nessa busca dialógica que o Museu se constitui um espaço de compartilhamento de ideias e trocas sociais.

3.4.1 Museu e personagem, segundo os visitantes

Os estudos que analisamos neste subcapítulo visavam traçar um perfil objetivo do visitante do Museu Casa de Rui Barbosa gerando informações pontuais como gênero, escolaridade, idade, ocupação e outros itens desta natureza. Embora relevantes para subsidiar projetos e mesmo algumas políticas que necessitam de dados empíricos, as informações obtidas tornam-se insignificantes quando desejamos avançar para uma análise mais subjetiva que propicie compreender, por exemplo, o grau de relação e interesse do visitante com a personagem, bem como sua percepção sobre a forma pela qual a instituição explora a vida pública e privada do patrono. A subjetividade em seu sentido denotativo, aquela que subjaz a consciência humana, imensurável por princípio jamais esteve em nosso escopo de trabalho, e, portanto vale esclarecer que ao nos referirmos à proposta de uma análise subjetiva o fazemos em contraponto aos dados mais objetivos e genéricos das pesquisas perfil-opinião.

A pesquisa que ora abordaremos está inserida num longo processo de construção teórica que se inicia com a observação participante. A atuação em um museu-casa propicia ao profissional (museólogo, historiador, pedagogo entre outros) vivenciar uma experiência diferenciada na medida em que lida cotidianamente com uma questão-problema: a oxigenação de um espaço inserido em um modelo conceitual que impõe limites de diferentes naturezas. Certamente que toda a cadeia de museus temáticos enfrenta problemáticas específicas, mas estes, ainda, possuem uma margem de negociação menos restritiva. Existe em relação a alguns espaços uma demanda social que não pode ser negligenciada. Em um museu-casa *conteúdo* e *continente* convivem em sua origem; a personagem e a residência dão significado a este modelo conceitual e, devem, portanto, ser publicizados em suas singularidades. Entretanto, ao longo da trajetória institucional, suas narrativas se transformam para que continuem a produzir *injunção identitária* entre os vivos. Por outro lado, se o mito de origem do Museu Casa de Rui Barbosa está pautado na construção de uma narrativa de identidade e memória nacional objetificada *pela* e *com* a musealização do personagem, como atualizar esta narrativa sem desconectá-la do personagem que dá sentido à existência da instituição? Como o diálogo com o tempo presente pode ser estabelecido?

Os museus não são iguais, ainda que componham o mesmo modelo conceitual, se diferenciam, embora, inegavelmente, haja entre eles pontos de contatos. Quando Geertz afirma que “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir a sua

particularidade” (1989, p.24) podemos transpor esta reflexão ao universo dos museus, e pensar que na medida em que os estudamos em profundidade e, percebemos a forma mais apropriada de potencializar sua vocação, ele se torna capaz de atender as demandas sociais com mais coerência, sem perder os elementos que o diferenciam do conjunto.

Partindo desta perspectiva, procurei observar e analisar as relações que os visitantes estabeleciam com o espaço durante sua permanência no local, interpretando suas atitudes, reações e vínculos. Muitas das situações observadas foram narradas ao longo deste trabalho demonstrando o quanto a apropriação da personagem se traduz em rico material para interpretações e análises. Outras tantas, menos sujeitas à narração por sua natureza mais sensorial também enriqueceram meu arsenal teórico: um olhar mais atento acompanhado por um brilho especial, às vezes até por uma lágrima; uma interjeição sufocada; um gesto de surpresa ou um aceno positivo com a cabeça eram suficientes para gerar grande inquietação e aguçar minha curiosidade de pesquisadora. Qual o dispositivo foi acionado para despertar esta emoção? Que tipo de associação está sendo feita? Em que medida as memórias se conectam?

Entretanto, para além das muitas possibilidades de observação e interpretação um dado se destacou: o conflito entre as categorias público e privado. O Museu Casa de Rui Barbosa é criado para cultuar a memória do grande cidadão, do personagem público, mas o espaço privado transforma este mito numa pessoa comum: diante de um vaso sanitário, uma banheira, uma cama, um par de sapatos a associação mais direta é ao homem Rui e não ao Ser acima de todos os outros mortais. Motivada por esta premissa e vislumbrando a possibilidade de identificar a motivação geradora do interesse do visitante ao eleger o Museu Casa de Rui Barbosa como objeto de lazer, estudo ou pesquisa, elaboramos um questionário (Anexo AA), dividido em três blocos: o primeiro grupo de perguntas é destinado à identificação do visitante, contendo perguntas fechadas e objetivas, tais como gênero, estado civil, formação e ocupação; o bloco seguinte, composto por duas perguntas fechadas e três abertas concentrou as questões relativas à personagem; enquanto no último o Museu Casa de Rui Barbosa foi o objeto privilegiado. Este se estruturou em sete perguntas fechadas, sendo que uma se desdobra em duas questões abertas excludentes; e a outra possibilita uma ampliação em caso de resposta afirmativa; havendo, ainda, uma totalmente aberta. Foram aplicados sessenta e cinco questionários, em visitantes maiores de dezoito anos, escolhidos aleatoriamente.

O processo de escutar o visitante é, sobretudo, crítico e reflexivo, na medida em que a dimensão das ações empreendidas pela instituição se torna mais visível. As informações extraídas a partir dos questionários aplicados revelam não apenas a opinião, mas também o discurso institucional que, em última análise, conforma a personagem. Quase um século após

a morte de Rui Barbosa, sua presentificação na história é fomentada, em grande parte, pela existência da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arendt enfatiza que a ação jamais é possível no isolamento, pois juntamente com o discurso estão circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela (2014, p. 233). Por outro lado, ressalta Arendt, “como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta outros” (Idem, p.236). A forma com a personagem foi sendo apropriada nos demonstra claramente que a despeito da ação institucional e da construção de um discurso de enaltecimento não há como garantir a recepção. Sobre isto também nos esclarece Arendt ao abordar que a imprevisibilidade é uma das características da ação. Para ela,

“não se trata apenas da mera impossibilidade de se predizerem todas as consequências lógicas de determinado ato, pois a imprevisibilidade decorre diretamente da história que, como resultado da ação, se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O problema é que, seja qual for o caráter e o conteúdo da história subsequente – quer transcorra na vida pública ou na vida privada, que envolva muitos ou poucos atores -, seu pleno significado pode se revelar somente quando ela termina” (Idem, p. 237-238).

A pesquisa realizada com o público como parte integrante deste estudo complementa nosso diálogo com os visitantes na busca em tentar compreender o significado da transformação de uma casa - espaço privado por excelência -, em museu, local público. Ainda, que nosso objetivo não seja traçar um perfil sócio-etário dos visitantes, vale uma análise superficial, sobretudo pela possibilidade de confrontarmos com dados anteriores. Seis anos após a realização da última pesquisa mais consistente, se tomarmos como referência a segunda edição do OMCC, as características do público são muito semelhantes. Sobre a procedência, 63,07% são moradores da cidade do Rio de Janeiro, e dentre estes, 41,46% residem na Zona Sul, com destaque para o bairro de Botafogo. O dado referente a gênero é bastante díspare, pois 70,77% são mulheres. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio¹¹² - PNAD -, do IBGE aponta que em 2011 havia no Estado do Rio de Janeiro 53,19% de mulheres e 46,81% de homens, portanto uma diferença percentual bem inferior à encontrada entre os visitantes do museu. Há, entretanto, um elemento observado durante as entrevistas que deve ser considerado: ao abordar um grupo ou um casal e solicitar participação na pesquisa, com frequência a concordância partia da mulher, enquanto o homem

¹¹² Dados disponíveis em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=PD337&t=populacao-residente-sexo>. Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

se restringia a dizer que iria ajudá-la, se recusando, de forma subtendida, a responder sua própria entrevista. A faixa etária predominante está entre 26 e 35 anos, compreendendo 30,77% do total. E, o museu, continua sendo visitado por pessoas com alto nível de escolaridade, já que 47,69% possuem Ensino Superior completo e, 18,46% têm Pós-Graduação.

Os dados se coadunam com as observações feitas não apenas no período da pesquisa, mas ao longo dos anos de atuação na instituição. Os museus ainda são espaços elitizados procurados por uma camada economicamente privilegiada da população, inserindo estes espaços num ciclo vicioso. A apropriação dos bens culturais demanda, em geral, certa conscientização e autonomia social perante a cidade que se vive, mas a aquisição de tais atitudes está permeada por muitos elementos invisíveis que vão interditando e segregando zonas geográficas. Por quase uma década foi realizado na Casa de Rui Barbosa um evento denominado Um domingo na Casa de Rui Barbosa, cujo escopo previa como objetivos principais contribuir para o enriquecimento da experiência cultural e garantir um estreito canal de comunicação com os vários segmentos etários do público. Estruturado em duas atividades simultâneas, sendo uma para criança e outra para os adultos, o projeto pretendia também ampliar socialmente o perfil dos visitantes da instituição. Entretanto, logo nas primeiras edições percebemos que este desejo não seria concretizado com um simples evento, pois a relação do público com o museu está mediada por elementos que perpassam sua forma de inserção na sociedade. Para esta atividade foram elaboradas filipetas impressas para divulgação, encaminhadas aos moradores da região, com atenção especial ao Morro Dona Marta, localizado na mesma rua que o Museu Casa de Rui Barbosa. O contato com os moradores do Morro foi realizado por meio das creches existentes para as quais solicitamos que as filipetas seguissem nas agendas das crianças. Uma grande lona foi estendida na entrada do museu para que o público infantil pudesse assistir ao teatro elaborado especialmente para a ocasião. A atitude de um morador do *Dona Marta* materializou a discussão acima proposta, como narro a seguir: ao chegar no portão principal do jardim, acompanhado por quatro crianças, e perceber a presença de muitas outras “desconhecidas” ele não permitiu que suas acompanhantes se juntassem aquelas; imediatamente convidamos as mesmas a sentar na lona e participar da atividade, ao que nos respondeu o responsável por elas:

- “Você me desculpe, mas eles receberam este papel na creche e eu achei que fosse só para o “pessoal” do morro, por isso nós viemos. Eu não sabia que era para todo mundo e vim assim... de chinelo e bermuda”.

Esta mensagem tão rica em significado nos faz refletir sobre a imagem que esta pessoa tem sobre o espaço que ele se encontra e, como tal imagem foi construída. Quais foram os elementos que o levaram a acreditar que as suas crianças, moradoras do Morro, não poderiam interagir com aquelas que ali estavam e, ainda, por que a *bermuda* e o *chinelo* o impediriam de entrar no museu? Para se apropriar plenamente dos espaços culturais, para ler a cidade, é fundamental dominar a gramática e os códigos que os instruem. Nosso cidadão se intimidou ao entrar num universo que ele desconhecia, mas se sentiu estimulado a penetrar após um convite recebido por meio da creche que, no seu entendimento estava dando um “passe livre”, chancelando seu passeio. Fato como este nos demonstra que tornar o museu um espaço, de fato, aberto indiscriminadamente ao público e a serviço da sociedade demanda um esforço que implica outras esferas de ação.

Quando nos voltamos para a análise das questões menos objetivas, aquelas mais voltadas à relação específica com o espaço e a personagem descobrimos que a figura de Rui Barbosa ainda é bastante conhecida como comprovam 95,38% dos respondentes que afirmaram já ter ouvido falar em Rui Barbosa, antes de visitar a instituição. Aos que responderam sim, solicitamos que nos informasse como se deu o contato com o mesmo e, para mais da metade destas pessoas, os conteúdos escolares foram o veículo de divulgação. A questão seguinte, de livre anotação, indagava sobre quem foi Rui Barbosa, e vale mencionar a insistente presença dos termos “intelectual” e “notável”, bem como das locuções “personagem importante na História”, “peça chave”, “político importante” e “estudioso da República” associados a sua definição. Para outros ele era “o dono da casa”, “um dos maiores escritores do Brasil”, “organizador da República” e “defensor da igualdade”. Tendo em vista que o questionário foi aplicado após a visita à Casa, somos levados a pensar que estas pessoas ainda estavam sob o impacto da experiência que acabaram de vivenciar, inebriados pelo espaço e encantados com a personagem idealizada pela instituição.

Percebemos com este trabalho, a mudança conceitual que ocorre, sobretudo a partir do final da década de 1970, quando um novo desenho institucional torna o museu um setor de uma estrutura maior denominada Fundação Casa de Rui Barbosa. Se antes havia um foco privilegiado na figura do homem público, do intelectual acima dos seus contemporâneos, a abertura total da casa, ampliando os espaços de visita, faz emergir o cidadão *quase* comum que desempenha funções vitais à sobrevivência: usa o banheiro, dorme, se alimenta. E, embora a residência se assemelhe a um palacete ela é em suma, uma casa.

Nesta perspectiva, foi sem surpresa que notamos que 89,23% dos respondentes informaram que “no seu entendimento o visitante se sente mais próximo do personagem pelo fato de estar no espaço que fora sua residência¹¹³”. Embora não seja possível estabelecer uma análise comparativa com pesquisas anteriores, pelo ineditismo desta que ora dissertamos, as informações extraídas dos discursos dos antigos dirigentes da instituição, como apontamos ao longo do estudo, nos revelam que a figura do homem público era o viés conceitual do museu, norteando todas as ações. E nesta perspectiva o espaço era o cenário da sua vida privada não sendo ele *em si* um objeto de estudo. Por outro lado, a imprevisibilidade também se apresentou quando um visitante, dos três que informaram nunca ter ouvido falar em Rui Barbosa antes de visitar o museu, respondeu que “a imagem ou palavra que melhor retrata a figura desta personagem¹¹⁴” era “uma praça famosa na cidade de Curitiba que tinha este nome”. Este dado nos faz perceber que nomear um logradouro não garante a distinção desejada, pois a associação de ideias nem sempre ocorre, sendo necessárias outras ações para que a injunção identitária se estabeleça e faça sentido. Relaciono este fato a uma experiência pessoal: embora eu tenha estudado na Escola Municipal Ruy Barbosa, da 5ª a 8ª séries, o patrono jamais teve qualquer conotação distintiva, sendo apenas um nome sem qualificações, “uma palavra morta”. O mesmo processo se deu com o visitante em questão que, embora soubesse da existência da Praça Rui Barbosa no sul do país, afirmou nunca ter ouvido falar na personagem *Rui Barbosa* antes de visitar o museu, não percebendo se tratar da mesma pessoa.

Ao analisar a obra de arte e a permanência do mundo, Arendt destaca o conceito de *reificação* sobre o qual podemos realizar uma transposição para o nosso objeto. Enfatiza a autora que reificação e materialização, sem a qual nenhum pensamento pode tornar-se uma coisa tangível, ocorrem sempre a um preço, que é a própria vida: é sempre na “letra morta” que o “espírito vivo” deve sobreviver, uma morte da qual ele só pode ser resgatado quando a letra morta entra novamente em contato com uma vida disposta a ressuscitá-lo, ainda que essa ressurreição dos mortos tenha em comum com todas as coisas vivas o fato de que ela também tornará a morrer (2014, p. 210). Os diferentes logradouros batizados de Rui Barbosa são, em última instância, “letra morta”, diferentemente da Casa de Rui Barbosa onde o processo de reificação é constante ao possibilitar o contato da personagem com o “espírito vivo”, ressuscitando-a a cada instante. Para isto ela foi criada, como declararam 64,62% dos visitantes ao opinarem sobre o motivo que levou o governo a transformar a residência em

¹¹³ Pergunta nº. 12. Vide anexo AA

¹¹⁴ Pergunta nº. 4.

museu¹¹⁵. Por ser tratar de uma pergunta aberta, as respostas não são iguais na estrutura, mas se assemelham no conteúdo, apontando a maioria, para “a importância da personagem” e o “desejo da esfera pública em preservar sua história”, “perpetuando-a através das gerações”, como razões principais para a musealização do espaço. O pensamento de um visitante, apresentado a seguir, representa metonimicamente grande parte das ideias surgidas na pergunta mencionada, segundo o qual a casa é criada “para que as pessoas possam ter contato com a história do seu país e para possam se interessar mais pelos livros, pois esses sim ensinam sobre a vida, diferencia, faz crescer...difícil no mundo de hoje que apareça algum Rui Barbosa, por aí”.

A grande maioria dos visitantes percebe que os aspectos da vida privada são privilegiados na organização do espaço tanto pela instituição, quanto pelos mediadores¹¹⁶, em detrimento dos relacionados à vida pública. Para confrontar esta informação, indagamos alguns mediadores sobre a representação discursiva abordada durante o trabalho e, todos concordaram que há uma “propensão natural” a explorar a intimidade por estarem num espaço residencial, ainda que musealizado. E, desta forma entendemos a razão pela qual 47,69% afirmaram ter alterado a imagem que tinham da personagem após a visitação ao Museu¹¹⁷, seja “ampliando seus conhecimentos sobre Rui Barbosa” ou “percebendo o quanto ele era uma pessoa comum, apesar das excentricidades¹¹⁸”. Reservamos à última pergunta a tarefa de avaliar a relação da casa com a personagem¹¹⁹, disponibilizando quatro possibilidades de resposta e, embora não houvesse indicação para a marcação múltipla, alguns respondentes assim o fizeram. As opções apresentadas não foram propostas de forma aleatórias, estando também inseridas no processo de observação e conversas informais com os visitantes. Nesta perspectiva, as respostas possíveis visavam analisar qual a relação perceptível ao visitante era estabelecida entre a casa e a personagem, tendo as premissas a seguir, já com suas respectivas avaliações, como parâmetro: (32) Por meio da casa é possível conhecer melhor a vida pública e privada de Rui Barbosa; (7) Apenas os aspectos da vida íntima são valorizados; (3) Visitar o Museu torna o personagem um mito; (24) Visitar o Museu torna o mito um homem comum; (4) Em branco.

¹¹⁵ Pergunta n.º. 5.

¹¹⁶ Perguntas n.º. 9 e n.º. 10.

¹¹⁷ Pergunta n.º. 13.

¹¹⁸ Pergunta n.º. 14.

¹¹⁹ Pergunta n.º. 16.

Inegavelmente, a proposta museográfica implementada ao longo do tempo, bem como as narrativas construídas por meio da mediação, tem procurado destacar a privacidade e vida em família, trazendo a público os aspectos do homem comum, a despeito da sua notoriedade e importância na esfera pública. O público, por sua vez, parece buscar neste modelo conceitual exatamente a possibilidade de entrar na intimidade do outro, pois se a vida pública desta personagem pode ser acessada em diferentes meios, tais como os livros escolares e trabalhos acadêmicos, a vida privada possui um palco privilegiado: sua residência transformada em museu. E, se os livros apresentam histórias narradas a partir de fontes muito variadas, tornando Rui Barbosa uma personagem distante e inalcançável, a Casa se apresenta ao visitante como o espaço original, dando-lhe a sensação de “experimentar o passado”, permitindo a sobrevivência desta figura. E, se como percebe Arendt,

“o animal laborans necessita da ajuda do homo faber para facilitar seu trabalho e remover sua dor, e se os mortais necessitam de sua ajuda [do homo faber] para edificar um lar sobre a Terra, os homens que agem e falam necessitam da ajuda do homo faber em sua capacidade suprema, isto é, da ajuda do artista, dos poetas e historiadores, dos construtores de monumentos ou escritores, porque sem eles o único produto da atividade dos homens, a história que encenam e contam, de modo algum sobreviveria” (2014, p. 2016).

Assim, a Casa de Rui Barbosa, entre o público e o privado, integra o cenário cultural brasileiro, desde a década de 1920 viabilizando a permanência e sobrevivência por meio da esfera privada, do homem público. A instituição quase centenária ressignificou a personagem e a si mesma em um constante devir. Rui Barbosa mesmo morto ainda vive na lembrança elaborada pela Casa em que residiu, permitindo a apropriação da sua imagem por parte do público: passado, presente e futuro habitam o espaço e “dão à casa dinamismos diferentes” (BACHELARD, 1993, p. 26). Assim, a personagem se confunde com a sua residência, representando a vida e a morte; ela materializa a ausência, reforçando a presença. Isto porque *a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história* (IDEM, p. 24); *ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma.* (IDEM, p.26). As casas são, portanto espaços emblemáticos e simbólicos por abrigarem a vida em toda a sua complexidade. Os museus também se propõem a abrigar a vida, mas em uma perspectiva diferenciada, na medida em que a grande maioria lida com as criações humanas. Entretanto, há um modelo conceitual que ao coadunar os espaços acima mencionados, ou seja, a casa e o museu, complexifica o fazer museal introduzindo a personagem que habitou o lugar. Assim são os museus-casas, espaços que conectam o público e o privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudanças

*Houve um tempo
em que o Barão da Lagoa
andava pelos corredores da casa
e das janelas dos fundos
via o telheiro
o banheiro
o galinheiro
o jardim
a horta
o pomar
o parreiral
os vergalhões
as barras de ferro*

*Houve um tempo
em que Rui Barbosa
andava descobrindo a casa*

*e do meio dos verdes fundos
via as descidas do telheiro*

*e do corredor divisor da casa
via as reformas do banheiro*

*e das grades silenciosas
via o cacarejar no galinheiro*

*e no jardim quase um chuveiro
via o orvalho molhando o canteiro*

*e na horta que se fingia de morta
via a natureza hortando gostosuras*

*e no pomar via o sol e as sombras
brincando com as frutas o ano inteiro*

*e no parreiral via uvas madura
pedindo para serem comidas*

*e nos vergalhões e nas barras de ferro
via as rosas despidas pelo tempo*

*Houve um tempo
em que a casa foi vendida para o governo*

*e na escadinha lateral Maria Augusta
não mais espera o Conselheiro*

(GONZALEZ CRUZ, 1995, p. 49)

O poema de Domingo Gonzalez Cruz, funcionário aposentado da Fundação Casa de Rui Barbosa, dialoga com a pesquisa que empreendemos nestes quatro anos ao descrever, por meio da poesia, as transformações físicas e simbólicas ocorridas na Casa da Rua São Clemente. Da época do Barão da Lagoa aos dias atuais as mudanças foram incontáveis, mesmo quando nos concentramos em aspectos físicos. Ela foi ampliada em sua constituição estrutural, mas também, e, sobretudo em sua dimensão conceitual. Quando Bachelard afirma que “a casa é o nosso canto do mundo” (1993, p. 24) não o faz de forma aleatória; a associação ao termo “mundo” enfatiza a complexidade contida neste espaço. A casa é o lócus privilegiado da vida privada, onde o sujeito está resguardado das intempéries da vida pública, ainda que estas esferas se interpenetrem.

A história desta casa que analisamos em sua trajetória residencial e, em sua continuidade como museu nos revelou o quanto os espaços e as personagens vão sendo reelaborados em função do contexto histórico e social ao qual estão sujeitados. Se ao ser adquirida pelo Conselheiro a casa foi investida de um valor identitário, passando a representar a imagem do homem bem sucedido, sendo portanto um elemento de distinção; ao ser transformada em museu, ela é suspensa da sua função original, sofrendo um processo de recodificação. A casa e o museu coabitam e representam metonimicamente a personagem e os fatos que a ela se relacionam.

Há um esforço coordenado para que a instituição cumpra determinadas funções, mas estas são contingenciais, estando associadas a contextos políticos, sociais e históricos. Nos primeiros tempos percebemos a inclinação para a preservação da imagem do homem público, enfatizada na gestão de Américo Jacobina Lacombe que por mais de cinco décadas dirigiu a Casa de Rui Barbosa. Com a alteração jurídica para *Fundação*, ocorrida em 1966, o museu passa a explorar a feição residencial do espaço, buscando dar visibilidade ao homem e não ao mito. O espaço que outrora abrigou a família, palco de acontecimentos públicos e privados tem sua personalidade jurídica alterada para espaço público, mas o limite entre ambos é tênue. Para entrar em uma casa é necessário um convite, uma permissão. Se a casa não é de sua propriedade, você é considerado um visitante, ainda, que os laços com os moradores sejam muito estreitos. Para entrar em um museu algumas formalidades também são necessárias e, a sua denominação será a mesma recebida na casa – visitante. O Museu busca dar continuidade a aura simbólica existente na casa ao mesmo tempo em que constrói o discurso da apropriação do espaço público.

Talvez este lugar possa ser considerado, metaforicamente, a um *arquivo pessoal* em seu sentido mais abrangente. Heymann chama a atenção para o encantamento que o contato

com as fontes primárias produz nos cientistas sociais, como se este acesso tivesse a “força de simular o transporte no tempo”. Para a autora,

“a sedução exercida pelos arquivos pessoais privados sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua “papelada”, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes” (1997, p.41-42).

O espaço está para o visitante como o arquivo pessoal está para o pesquisador, ao transmitir a sensação do contato com o autêntico, com o lugar “original”, a conexão com a personagem se torna mais intensa. A casa antecede o museu, mas o museu não anula a casa, e ao penetrar o lugar, as referências pessoais também são acionadas. E esta premissa foi constatada na pesquisa realizada junto ao público que, de fato percebe o destaque dado a vida privada em detrimento da pública, no museu. A construção de um espaço desta natureza é sempre reveladora, pautada em articulações políticas e sociais que, em geral remontam a momentos muito anteriores ao seu decreto de criação, sendo este o ato final de um longo processo de negociação. Os dispositivos que acionam o desejo museal despertam interesse pela motivação e pela intenção que desejam alcançar. Arendt enfatiza que “*nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos*” (ARENDR, 1987, p. 31). Poderíamos então, concluir que reside na preponderância desta presença à preocupação de muitos homens. A possibilidade de passar pela vida sem deixar uma marca mais profunda é assustadora para os que temem a invisibilidade. Afirmar que tais marcas são construídas é uma premissa incontestável, a questão que se apresentou então, foi determinar os fatores que viabilizaram tais construções.

Canclini relaciona os usos do patrimônio a três tipos de agentes: público, privado e social. Cada um destes se apropria do patrimônio de forma característica e com diferentes objetivos. Para o referido autor a ação privada em relação ao patrimônio está regida, assim como em outros âmbitos, pelas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho (1994, p.94-113). Neste caso, o uso do patrimônio cultural se dá pelo seu aspecto econômico e, no lucro que este possibilita como retorno. Menezes ilustra bem esta situação:

No interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica, aparece uma velhinha ajoelhada diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, uma horda de turistas japoneses. O guia lhe

toca os ombros e diz: - “minha senhora, a senhora está perturbando a visitação (1996)”.

Assim, agregado à complexidade conceitual do termo patrimônio, temos também suas inúmeras possibilidades de uso, tal como analisamos no processo de construção da Casa de Rui Barbosa. Para o autor, o habitante e o visitante relacionam-se de forma diferente com o bem cultural. Para o primeiro existe a relação da cotidianidade: em latim, *habito/habitare* significa possuir relações intensas e permanentes. “Trata-se, portanto, de uma relação de pertença, mecanismos nos processos de identidade que nos situam no espaço, assim como a memória nos situa no tempo” (IDEM). Quando caminhamos para o uso público do patrimônio, ou melhor, para o uso que o Estado faz do mesmo nos deparamos com uma relação ambivalente: ao mesmo tempo em que o valoriza enquanto elemento integrador da nacionalidade e, em função disso, por meio de leis de proteção se coloca como guardião e salvador destes bens, permite a degradação de muitos outros testemunhos patrimoniais.

Às vezes o Estado se interessa pelo patrimônio a fim de frear o saque especulativo; noutros casos, porque o alto prestígio dos monumentos é um recurso para se legitimar e obter consenso; noutros ainda, por simples complacência cenográfica (IDEM).

O objetivo do Estado se revela na citação de Le Goff, para o qual “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (1994, p. 26). Os bens culturais, tais como os museus, atendem perfeitamente a este objetivo, pois estão ali como marcos políticos, relacionados ao seu idealizador, datados e registrados em seu contexto histórico. Contudo, as formas utilizadas para cumprir estas metas nem sempre estão claras, posto que o universo da escolha é permeado por elementos que constituem uma teia de significados que não fazem sentido quando o analisamos de forma isolada. Quais os critérios de importância e valor utilizados para definir a preservação de um bem? Ao se preservar prédios históricos, monumentos, praças, lendas, músicas enfim, uma série de bens que compõem um cenário, o que se pretende? Transformar toda uma cidade ou um país num amplo lugar de memória?

Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre reprodução cultural e desigualdades sociais, vemos que os bens reunidos na história de cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam estar disponíveis para que todos usem (1998, p. 194).

Isto porque os denominados *bens culturais* assim se tornam ao serem investidos de valor, seja pelo poder público, como em geral ocorre, ou por uma demanda social, estabelecida pelos mais diversos mecanismos. A forma pela qual ele será trabalhado irá determinar o grau de proximidade do público. Como afirma Canclini, ainda que o patrimônio sirva para unificar a nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Para Bhabha, a força narrativa e psicológica que a nacionalidade apresenta na produção cultural e na projeção política é o efeito da ambivalência da “nação” com estratégia narrativa. Ele corrobora as palavras de Gellner esclarecendo que

O nacionalismo não é o que parece, e, sobretudo não é o que parece a si próprio... Os fragmentos e retalhos culturais usados pelo nacionalismo são frequentemente invenções históricas arbitrárias. Qualquer velho fragmento teria servido da mesma forma. Mas não se pode concluir que o princípio do nacionalismo... ele próprio de modo algum contingente e acidental (1998, p. 202).

A pesquisa empreendida buscou analisar o processo de transformação de uma casa em museu, desde os seus antecedentes até as implicações que decorreram desta ação, e neste sentido, esperamos ter avançado e contribuído para a análise dos espaços que como a Casa de Rui Barbosa, agregam espaço e personagem. Certamente que a sensação de incompletude não se desfez, apesar de estarmos concluindo a tarefa a qual nos propusemos. E, se cada análise cultural séria começa, como enfatiza Geertz, com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual (1989, p. 35), encerramos aqui nossa construção, deixando a porta aberta para que outros pesquisadores entrem e se sintam à vontade para lançar luz ao tema dos museus-casas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BACHELARD, Gastón. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BHABHA, Homi K. 1998. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BENNETT, Tony. *The birth of the museum: history, theory, politics*. London: Routledge. 1995.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. Para que serve um museu. Entrevista. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 2, nº 19, abril – 2007.
- BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a lado de Rui*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.
- BOMENY, Helena Bousquet. O patrimônio de Mario de Andrade. In: *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- Botelho, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus na Europa e seu público*. São Paulo: Editora da USP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. *Anais do Museu Paulista: História e cultura material*. Vol. 15 nº 2. São Paulo, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142007000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado em junho/2013.
- _____. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico, trabalho apresentado do I ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2005. Disponível em www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf. Acessado em 28/06/2013.

_____. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do social. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN/MinC, 1994. Nº 23.

_____. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CANDAU, Joël. 2011. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto.

CARNEIRO da CUNHA Manuela. *Cultura com Aspas*, Cosacnaify, SP, 2009;

CARVALHO, Ana Cristina. O museu que é uma casa, a casa que é um museu: reflexões sobre os museus-casas históricas no Brasil. In: _____. *Museus-Casas históricas no Brasil*. São Paulo: Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas, arquitetura e patrimônio*. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CHAGAS, Mario; GODOY, Solange. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995.

CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

_____. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade. Chapecó-RS: Argos, 2006.

_____. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIOVATTO, M.; AIDAR. Ação educativa. In: G PARK, Margareth et alii (orgs). *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CLIFFORD, James. *Routes travel and translation in the late Twentieth Century*. Harvard University Press. Massachusetts, 1997.

CRUZ, Domingo Gonzalez. *A casa de Rui cheia de encantos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando e GOMES, Edlaine. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FOUCAULT, Michel. *De outros espaços*. Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREYRE, GILBERTO. *Oh de casa!:* em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro: Artenova, 1979, p. 36.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Rui, sua casa e seus livros*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 209.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: DEMU/IPHAN, 2007.

_____. Ressonância, modernidade e subjetividade. As culturas como patrimônio. In: *Horizontes Antropológicos*. [online]. 2005, vol.11, n.23, pp. 15-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>

GONÇALVES, João Felipe Ferreira. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1999. Dissertação de mestrado. Orientação: Prof. Dr. Gilberto Velho.

_____. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONDAR, Jô. O esquecimento como crise do social. In: WEHLING., Arno et al. *Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. Mestrado Memória Social e Documento, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, n.º 19.

HUYSEN, Andréas. *Escapando da amnésia*. In: *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JOUTARD, Philippe. *História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. “Les monuments aux morts comme fondateurs de l’identité des survivants” In: _____. *L’expérience de l’histoire*. Paris, Seuil; Gallimard, 1997.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1994.

LOPES, Maria Margareth. *A favor da desescolarização dos museus*. In: *Educação e Sociedade*. Ed. Papyrus. Ano XII, dezembro de 1991. Pp. 443-455.

_____. *O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil*. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

LOURENÇO FILHO. *À margem dos pareceres de Rui sobre o ensino*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1945.

MALTA, Marize. *O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

_____. *Décor e salteado: a decoração de interiores em fins do século XIX e as orientações dos manuais para o lar*. In: PESSOA, Ana; RANGEL, Aparecida (orgs). *Anais do III Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

MAGALHÃES Júnior, R. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGALHÃES, Rejane M. M. de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. Texto apresentado no encerramento do Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo/Sol e Território, ocorrido em São Paulo, 1996.

NERY, Fernando. *Ruy Barbosa: ensaio biográfico*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTNER, Sherry. *Anthropology and social theory: culture, power and the acting subject*. Cap. Subjectivity and social critique. Durham, Duke University Press, 2006;

PAMUK, Orhan. *O museu da inocência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PAVONI, Rosana. O projeto de classificação dos museus-casas. A conclusão da primeira fase e resultados. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 5. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

PEREIRA, Edgar Baptista. *A casa de São Clemente*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

PESSOA, ANA; REIS, Cláudia. Um jardim em três tempos: do barão, do comendador e do advogado. In: Anais do II Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas: jardins privados do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

PIAULT, Marc-Henry. Uma antropologia-diálogo: a propósito do Filme de Jean Rouch *Moi un Noir?*, *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 1997, v. 4: 185-192.

PINA CABRAL, João. *O Homem na Família*. Cinco Ensaios de Antropologia. Universidade de Lisboa, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* 1989, v. 2 (3).

PONTE, Antonio Manuel Torres da. *Casas-museu em Portugal: teorias e práticas*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto; Faculdade de Letras – Departamento de Ciências e Técnicas do Património. 2007.

RANGEL, Aparecida M. S. A construção da subjetividade no museu casas. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Vol. 44, 2012.

_____. Vida e morte no museu casa. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais.

REAL, Regina. Casa de Rui Barbosa, resumo histórico de suas atividades. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.

REIS, Claudia Barbosa. *A literatura no museu*. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2013.
_____. *Memória de um jardim*. Estudo do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa 6. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011.

REZENDE, Claudia Barcelos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Coleção: FGV de bolso / Série Sociedade e Cultura, 2010.

RIBEIRO, Rodrigo Alves. *Moradas da memória: uma história social da Casa-Museu de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, Maria Célia T. M. Museus e educação: conceitos e métodos. In: _____. *Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

_____. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Eduardo. As palavras e as coisas de Rui Barbosa. In: Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória e dor*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VALÈRY, Paul. O problema dos museus. In: Revista do Patrimônio. Brasília: IPHAN/MinC, 2005, n. 31.

VARINE, Hugues de. O ecomuseu. In: Ciências e Letras, n. 1. Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1979.

VASCONCELOS CRUZ, Henrique. Cuidando de uma casa: Regina Monteiro Real na Casa de Rui Barbosa. In: Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VIANA FILHO, Luiz. A vida de Rui Barbosa. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

Obras completas de Rui Barbosa

BARBOSA, Rui. *Excursão eleitoral*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 36, 1909, t. 1).

BARBOSA, Rui. *Trabalhos políticos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 2, 1872-1874, t. 2).

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946-1947. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 10, 1883, t. 1-3).

DANTAS, Rodolfo E. de Sousa. Relatório apresentado pelo Ministro do Império Rodolfo E. de Sousa Dantas. In: BARBOSA, Rui. *Discursos e trabalhos parlamentares: centenário do marquês de Pombal; o desenho e a arte industrial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 9, 1882, t. 2).

BARBOSA, Rui. Discurso na Biblioteca Nacional. In: _____. *Jubileu cívico*. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 45, 1918, t. 2). No prelo.

BARBOSA, Rui. *A Constituição de 1891*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 17, 1890, t. 1).

Outras fontes

Mesa redonda sobre la importância y desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. José do Nascimento Jr; Alan Trampe; Paula Assunção dos Santos (orgs). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseus, 2012.

Museus em números/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Ibram, 2011.

Política Nacional de Museus. Organização e textos: José do Nascimento Júnior; Mario de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007.

Museu Ruy Barbosa. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, a.XXXV, p. 443-454, 1927.

O Museu de Ruy Barbosa: carta enviada ao Exmo. Sr. Dr. Director da Faculdade de Direito do Recife. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, Recife, a.XXXIV, p. 154-156. 1926.

Periódicos

Jornal O Imparcial 11/08/1918

Jornal O Imparcial 13/08/1918

Jornal O Imparcial 14/08/1918

Jornal O Imparcial 02/03/1923

Jornal O Imparcial 03/03/1923

Jornal O Imparcial 04/03/1923

Jornal O Imparcial 06/03/1923

Jornal O Imparcial 01/03/1924

Jornal O Paiz 02/03/1923

Jornal O Paiz 05/03/1923

Jornal O Paiz 06/03/1923

Jornal O Paiz 03/04/1923

Jornal A Noite 07/03/1923

Jornal A Razão 12/08/1918

Jornal Correio da Manhã 11/08/1918

Jornal A Província de 13/05/1927

Jornal do Brasil de 18/05/1923

Jornal do Brasil de 12/02/1927

Jornal do Brasil de 08/04/1927

Jornal do Brasil de 28/09/1927

Jornal do Brasil de 16/10/1927

Jornal do Brasil de 05/05/1930

Jornal do Brasil de 18/06/1930

Jornal do Brasil de 10/08//1930

Jornal do Brasil de 12/08/1930

Jornal do Brasil de 13/08/1930

Jornal do Brasil de 14/08/1930

Jornal do Brasil de 27/08/1930

Jornal do Brasil de 04/12/1930

Jornal do Brasil de 10/12/1930

Revista Bahia Illustrada, 08/06/1918 ANNO 1. N. 34

Revista da Semana ano XXIV Nº 11 10/03/1923

Revista O Tempo, de 15/09/1922.

Revista O Tempo, de 15/11/1922

Revista O Tempo, edição sobre Rui Barbosa (sem data)

Legislação

Decreto nº 15.977, de 02/03/1923

Decreto nº 16.651, de 23/09/1924

Decreto nº 22.928, de 1933

Decreto nº 4.789, de 02/01/1924

Decreto nº 5.429, de 09/01/1928

Decreto nº 15.977, de 02/03/1923

Decreto nº 3.668, de 30/09/1941

Decreto nº 4.812, de 19/08/2003

Decreto nº 5.039, de 07/04/2004

Decreto nº 16.651, de 23/09/1924

Decreto nº 17.758, de 04/04/1927

Decreto nº 18.767, de 27/05/1929

Decreto nº 19.444, de 01/12/1930

Decreto nº 21.129, de 07/03/1932

Decreto nº 22.168, de 25/11/1946

Decreto nº 24.688, de 12/07/1934

Decreto nº 30.643, de 20/03/1952

Decreto nº 38.544, de 12/01/1956

Decreto nº 59.643, de 02/12/1966

Decreto nº 67.099, de 24/08/1970

Decreto nº 73.781, de 11/03/1974

Decreto nº 5566, de 05/01/1928

Lei nº 4.943, de 06/04/1966

Lei nº 378, de 13/01/1937

Documentos sob a guarda do Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa

- RB MF 7 – 15/11/1889 – Original do Decreto do Marechal Deodoro da Fonseca nomeando RB para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda;

- RB MF 21/1-2 – 20/11/1889 – Correspondências (63) entre RB e Deodoro da Fonseca (chefe do Governo Provisório da República) contendo pedidos de nomeação, transferência, aposentadoria e outros assuntos;

- RB MF 72/1-2 – 23/01/1890 – Documentos (83) abordando assuntos relativo às eleições para a Assembleia Constituinte de 1890: denúncias de fraudes, informações sobre o desenrolar do pleito em vários locais, números de votos obtidos entre outros;

- RB PI 2/1-18 – 25/11/1865 – Discursos de RB (70), incluindo:

- discurso, primeiro, no Ginásio Baiano durante cerimônia de encerramento dos trabalhos escolares, quando recebeu medalha de ouro das mãos do Arcebispo Primaz da Bahia;

- discurso por ocasião da renúncia à presidência da Academia Brasileira de Letras;

- discurso (incompleto) sobre a liberdade de imprensa;

- discurso (cópia) no prédio do Jornal do Comércio sobre a Primeira Guerra Mundial, intitulado “Manifestação da Liga dos Aliados”;

- discurso pronunciado na Biblioteca Nacional por ocasião da inauguração de seu busto na referida biblioteca;

- RB DP 17 – 30/01/1901 – Documentos (4) relativos à casa de RB da rua São Clemente, no RJ, incluindo:

- contratos dos serviços profissionais de Francisco Puigdomenech Colom para a realização de reformas em geral;

- nota fiscal relativa à construção realizada no jardim;
- RB DP 20 – 13/08/1918 – Fatura emitida em nome de RB relativa à venda de uma Limousine Ford pela firma Wilson King e Cia;
- RB CH 2/1-6 – 13/03/1907 – Correspondências entre o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, e RB abordando assunto relativo à indicação do seu nome para representante do Brasil em Haia;
- RB DC 1/1-26 – 01/03/1923 – Correspondências (1351) a Maria Augusta e filhos contendo votos de pesar e comunicando realizações de homenagens póstumas a B;
- RB DC 5 – 12/08/1923 – Descrição da maquete apresentada por J. Faria para construção de um monumento em homenagem a RB;
- Relatórios institucionais
 - AFCRB/DA 95 (28)-130/1945
 - 96 (18) – 1931
 - 113 (18) – 1949
 - 116 (06) – 1951
 - 123 (11) – 1956
 - 124 (06) – 1956-58
 - 128 – A (4) 1958
 - 134 (06) – 1966
 - 138 (11) - 1970
 - 142 (38) - 1975
 - 143 (62) – 1976
- Relatórios impressos e publicados 1996; 1997; 2003 a 2008

Projetos

- Áudio e transcrição dos depoimentos do Projeto Memória de Rui. A relação completa com os entrevistados consta no Anexo Z.
- Estudo preliminar sobre o visitante do Museu Casa de Rui Barbosa. Período: abril/1994 a fevereiro/1996. Elaborado por Maria do Perpétuo Socorro Rocha.
- Estudo sobre o visitante do Museu Casa de Rui Barbosa. 1996. Elaborado por Maria do Perpétuo Socorro Rocha.
- Estudo sobre a visita do Museu Casa de Rui Barbosa. 1997. Elaborado por Maria do Perpétuo Socorro Rocha.
- Estudo sobre a visita do Museu Casa de Rui Barbosa de 1998 a 2000. Elaborado por Maria do Perpétuo Socorro Rocha.
- Conhecendo o usuário do Jardim do Museu Casa de Rui Barbosa – análise do questionário aplicado. 2011. Vânia Dolores Estevam de Oliveira; Christine Corrêa; Tereza Castro.

Anexo A - Decreto nº 4.789, de 02/01/1924



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO N. 4.789 ? DE 2 DE JANEIRO DE 1924

Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu, o senador Ruy Barbosa, com mobiliario, bibliotheca, archivo. etc.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, separadamente, ou em conjuncto:

- a) a casa á rua S. Clemente n. 134, em que residiu, nesta cidade, o Sr. sennador Ruy Barbosa;
- b) o mobiliario, a bibliotheca, os manuscriptos e o archivo;
- c) a propriedade, intellectual das obras do eminente brasileiro.

Paragrapho unico. Realizada a aquisição, o Governo fundará, no edificio, e com as installações adquiridas, um museu-bibliotheca; podendo dar-lhes, não obstante, os destinos que julgar mais adequados ao culto nacional pela memoria do grande cidadão.

Art. 2º O Governo nomeará uma commissão de tres membros, escolhidos dentre os mais notaveis homens de sciencias juridicas e litterarias, para examinar, catalogar e classificar as obras existentes na referida casa.

Art. 3º As obras de Ruy Barbosa, depois de classificadas pela referida commissão, serão mandadas publicar pelo Governo, pertencendo ao Estado os respectivos direitos autoraes, publicando-se tambem os manuscriptos, cuja divulgação, dada a importancia dos mesmos, fôr considerada util.

Art. 4º Para a execução da presente lei, fica o Governo autorizado a, abrir os creditos necessarios ou a fazer as operações de credito precisas, comtanto que a desepeza a effectuar-se não exceda do quatro mil contos.

Art. 5º Na fundação de qualquer natureza que se fizer em virtude desta lei, haverá, na bibliotheca, constituída pela livraria que pertenceu ao senador Ruy Barbosa, uma secção especial, composta de todas as obras delle adquiridas pela União, e a essa secção será dada a denominação de ?Secção D. Maria Augusta?, em honra A veneranda viuva do immortal brasileiro.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1924, 103º da Independencia e 36º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

Anexo B - Decreto nº 17.758, de 04/04/1927



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO N. 17.758 ? DE 4 DE ABRIL DE 1927

Crea o Museu Ruy Barbosa e approva o seu regulamento

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando a conveniencia de manter sempre bem vivo o culto á memoria dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuzeram á gratidão da Patria;

Considerando que o Estado adquiriu a casa em que viveu o grande estadista republicano Ruy Barbosa, sua bibliotheca, seu archivo e a propriedade intellectual das suas obras:

Resolve, na conformidade da autorização expressa no paragrapho unico do art. 1º do Decreto Legislativo n. 4.789, de 2 de janeiro de 1924, crear o Museu Ruy Barbosa, expedir para o mesmo, o Regulamento que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores e organizar, ad referendum do Congresso, o quadro do respectivo pessoal.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de mil novecentos e vinte e sete, 106º da Independencia e 39º da Republica.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA.

Augusto de Vianna do Castello.

REGULAMENTO DO MUSEU RUY BARBOSA, AO QUAL SE REFERE O DECRETO N. 17.758, DE 4 DE ABRIL DE 1927

I

DO MUSEU RUY BARBOSA ? SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º O Museu Ruy Barbosa, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, e que será installado á rua S. Clemente n. 134, terá por fim conservar a Bliotheca e o Archivo de Ruy Barbosa, adquiridos pelo Estado, e quaesquer objectos que hajam pertencido ou se relacionem com a vida do grande estadista republicano e que ao mesmo Museu sejam doados.

II

CONSTITUIÇÃO DO PESSOAL

Art. 2º O pessoal constará de:

1 Conservador.

1 Auxiliar.

2 Serventes.

1 Jardineiro.

ANNO III

RIO DE JANEIRO — Segunda-feira, 12 de Agosto de 1918

N.568

Diário da manhã é propriedade de uma Sociedade Anonima

REDAÇÃO E OFFICINAS: 65, Rua da Quitanda, n. 65

ASSIGNATURAS PARA O INTERIOR: Annuo 100000, Semestral 50000, Mensal 15000

Serviço telegraphico das agencias Havas e Americana e de correspondentes especies

Composto, estereotypado e impresso em officinas próprias

TELEPHONES: 22-1 e 2142, 2143 e 2144 - Central

ASSIGNATURAS PARA O INTERIOR: Annuo 100000, Semestral 50000, Mensal 15000

As lunetas cor de rosa do ministro da Fazenda

O sr. ministro da Fazenda esteve há dias no Senado de Finanças do Senado, collocando sobre o nariz umas lunetas lentes, e de vez em quando transmitia aos vereadores impressões e informações transmittidas sobre a situação financeira do país.

Quitar-se os dados do mesmo optimo do sr. Antonio Carlos para applicação calosamente a...

O sr. Antonio Carlos foi ao Senado especialmente para responder aos ataques feitos ao governo do sr. Wenceslau Braz pelo senador Miguel de Faria...

O sr. Antonio Carlos, nas suas informações á Commissão de Finanças do Senado, procurou attender a impressão causada pelo plano de moeda...

Segundo se vê, o governo actual só tem o meio que se segue: empréstimo ao banco...

O sr. ministro da Fazenda procurou explicar que o actual governo fez enormes contos do governo passado e o...

O interessante é que ainda há poucos dias, o sr. Nicandro de Nascimento afirmou da tribuna da Câmara que o actual governo fez a emissão de um milhão de contos de réis...

Assim, ficara em pouco tempo o país com uma circulação de papel moeda de cerca de dez milhões de contos...

O cúmulo do delirium, que se viveu nos grandes delirios da Revolução financeira, com a emissão de papel moeda de "assignatura", cahidos mais tarde na mais profunda desvalorização...

O actual governo, que se declara o regenerador dos nossos costumes e restaurador do nosso credito, e normalizador da nossa situação financeira...

Em que resultados? Com que proveito para a Nação? Não cremos que haja quem se abalance a tentar provar que hoje existe um grande deposito de dinheiro...

Quando foi da nossa declaração de guerra á Alemanha, que nos custou mais emissão de papel moeda...

Segundo esse boletim, a nossa exportação, no primeiro semestre de 1918, depoz o valor de 102.440 contos de réis...

Logo depois, de sua declaração de guerra ao Império Allemão, o sr. presidente da Republica addressou-se em crear o tombo de...

mité de Produção Nacional, para cuja direcção convidou o grande economista theoric que é o sr. Vieira Souza. Os resultados apresenta esse extenso e complexo trabalho...

O café, o grande servidor dos ditos de todas as nossas emissões, está com a escala da sua exportação no seguinte estado declinante...

Falando em auxiliar a intensificação da nossa produção, o governo tem baixado a taxa de cambio de dez contos por unidade referida a cultura de trigo...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Quando proclamamos de senentes para distribuidas em todo o país, a lei do sr. Pereira Lima dá um sermão e...

Uma nacionalidade que se levanta ao homenagear o maior de seus filhos

FOI IMPONENTE O INICIO DAS COMMEMORAÇÕES AO JUBILEU DE RUY BARBOSA

A França distingue ao grande tribuno com a Cruz de Grande Official da Legião de Honra

Tiveram, hontem, inicio as festas em homenagem ao grande Ruy Barbosa, pelo centenario de seu nascimento, e a homenagem intelectual da maior cerebração da America.



Composto, estereotypado e impresso em officinas próprias

Deus espere que assista a seu sacrificio...

Anexo G - O Paiz, 05/05/1923

ASSIGNATURAS

ANNO XXXIX - N. 14.015

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 1923

SEDE SOCIAL

Avenida Rio Branco
N.º 128, 130 e 132

Jornal Independente, politico,
literario e noticioso

SEUS FUNERAES FORAM IMPONENTES

As honras militares do exercito e da marinha -- Grandes manifestações populares

O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

A CHEGADA DO FERETRO

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

As honras prestadas pela marinha

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Homenagens populares

As honras militares do exercito e da marinha foram imponentes. O saimento do feretro em S. João Baptista A MULTIDÃO

Anexo H - O Imparcial, 04/03/1923

TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 1923

O IMPARCIAL

5

O QUE VAE PELO FORD

JURADOS SORTEADOS PARA ESTE MEZ

No Tribunal do Jury, foram sorteados, hontem, para servir na sessão do corrente mez os seguintes jurados: Custodio Pereira de Carvalho, Godofredo Pallas, Dr. José Honório Monteiro, Dr. Milton Cruz, Carlos da Silva Loureiro, Dr. Armando Augusto Godoy, Dionysio de Castro Cerequeira Sobrinho, Mem Rodrigo Smith Vasconcelos, Newton Dalmacio, Henrique Van Erven, Reynaldo da Costa Nogueira e Oscar do Carvalho Azevedo.

"HABEAS-CORPUS" PARA CONTRABANDISTAS

As 11 horas da tarde, o juiz da 1ª Vara Federal foi impetrado um "habeas-corpus" em favor dos indivíduos Amalhar Pereira Ramos e Arthur Essain, que desacham presos na Casa de Detenção, em virtude de um flagrante de contrabando.

O COMISSARIO FOI IMPROVADO

O bacharel Damão José do Siqueira, residente à rua S. Javuarão n. 101, queixou-se contra Jayme Guimarães, commissario de policia daquelle districto, pelo facto seguinte: em 29 de abril do anno passado, ás 5 horas da tarde, estava-se o queixante no gabinete dentario de Eduardo Cesar Corvett, cirurgião dentista, á avenida Rio Branco n. 177, onde esperava o momento de seu tratamento, quando ali penetrou o commissario Guimarães, aliegando haver recebido denuncia de que ali havia pessoas munidas de armas para valarem o chefe de Estado. Não obstante o seu protesto, o queixoso foi revistado violentamente, como outros. Processada, queixa regularmente, foi por sentença do juiz da 1ª vara Criminal, julgada improcedente, sendo o autor condemnado nas custas.

"HABEAS-CORPUS" PRELU-DICADO

O "habeas-corpus", impetrado por José de Oliveira á seu favor, em virtude de ter sido preso e ilegalmente conduzido á Casa de Detenção, sem culpa formada, desde o dia 4 de fevereiro, foi por sentença do juiz da 1ª vara Criminal julgado improcedente, sendo o autor paciente posto em liberdade desde o dia 3 do corrente.

A INCOMPETENCIA DE JUIZO, EM "HABEAS-CORPUS"

Foi impetrada no juizo da 5ª Vara Criminal, por Oswald Leonardo, uma ordem de "habeas-corpus" a favor de Arnaldo Martins, preso por ordem do delegado do 23º districto desde 26 de fevereiro, como autor do assassinio de Helena Campos, occorrido em Terra Nova, á 2 de fevereiro do corrente anno.

Em face das informações do delegado do 23º districto, que allegou achar-se o paciente preso á disposição do marechal chefe de policia, respondendo por crime de morte na pessoa de Helena Campos o juiz da 5ª vara Criminal julgou-se incompetente para tomar conhecimento do "habeas-corpus".

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Central

Empresa Panfildt Avenida Rio Branco, 168 - Tel. 4.218 Cent.

HOJE - Um esquecimento de pura arte.

O maior successo destes ultimos tempos.

Theodora

Extrahido do celebre romance de VICTORIAN SANDOZ.

Protagonista a celebre artista RITA JOLIVET.

Um film acima de toda a especulação. Uma obra de arte que superaria todas as melhores adjectivos: LUXO E BELLEZA - ELEGANCIA E BELLEZA - ARTE E EXPLENDOR

(Exclusividade Matarazzo)

Orchestra em 23 professores com a Reparação do maestro E. RIBEIRO

Preços especiais: Poltronas, 38000 e camarões, 158000.

Hor. Cinc. 100 - 3.00 - 5.00 - 6.00 - 8.00 - 10.00.

AVISO - Tanto São este cinema para a exhibição de "THEODORA", ficam suspensas todas as entradas de favor, porventura, collectricas, Criterianas, caridade, etc., somente emquanto durar a exhibição deste film.

Breve: Charles Acting e Anita Luther em: "O MYSTERIO DO SEXTO DIA" (Ainda) film americano exclusividade Panfildt.

TENTOU MATAR A AMANTE

Vibrando-lhe uma prounda facada

Antenor Corrêa, um typo de ridico imbecillo, que perambulava pelo Campinho, em Cascadura acaba de praticar um crime covarde, tentando matar uma indefesa mulher, que, segundo a opinião de muitos, era por ella ha longo tempo, explorada.

EM REPRESALIA

Quasi matou o antagonista a faca

A suspeita, cada vez, era mais fundada. O homem tinha quasi a certeza de que sua amante o enganava e elle, bem sabia com quem. Não quiz esperar mais.

HOJE 200.000\$

Com 13 mil bilhetes

NÃO ERA CONTRABANDO

Um inquerito aberto na Inspectoria da Alfândega veio provar, que grande quantidade de papel da imprensa, pertencente á revista "O Tempo", que foi apprehendido na casa n. 15 da Avenida Passos, pelo commissario Sergio Afonso Alves, do 1º districto e pelo ajudante Intendente de guarda-nor José Thomaz Carneiro da Cunha não é aboalhamento producto de contrabando.

APPARECEU BOIANDO

Appareceu, hontem, boiando na lagoa Rodrigo de Freitas, o cadáver do menor Faustino Silva, com 15 annos de idade e residente á rua do Pinto n. 42, que, conforme já noticimos, all foi arrastado pelas ondas e morreu afogado, no domingo, quando se banhava.

JACOBINA

Superiores charutos - Em todas as charutarias - Depozito R. Carmo n. 55.

S. JOSÉ - Grande Companhia de Revistas e Burletas

Empresa PAROCHIAL SEGRETO JANEIRO, X FEVEREIRO, X MARÇO!!! TRÊS MEZES DE CANTAS!!!

HOJE - 2 sessões - A's 7 34 e 9 34

Grande exito nas representações do NOVO QUADRO

Segura elle, ó Furnando!

com que foi caracterizada a interessante e applaudida revista da rainha das parcerias theatricas: HELMQUINTILIANO

TATU! SUBIU NO PAU

que no dia 15 festejará o 1º CENTENARIO

Os espectadores serão encorajados com uma brillante apothose nos combats do football FLAMENGO, ANDARAHY, BOTAFOGO, FLUMINENSE, AMERICA E VASCO DA GAMA.

CINEMA MODERNO - "A primeira mugra (seis actos) e "A raposa azul" (3º e 4º episodios).

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

EM REPRESALIA

Quasi matou o antagonista a faca

A suspeita, cada vez, era mais fundada. O homem tinha quasi a certeza de que sua amante o enganava e elle, bem sabia com quem. Não quiz esperar mais.

HOJE 200.000\$

Com 13 mil bilhetes

NÃO ERA CONTRABANDO

Um inquerito aberto na Inspectoria da Alfândega veio provar, que grande quantidade de papel da imprensa, pertencente á revista "O Tempo", que foi apprehendido na casa n. 15 da Avenida Passos, pelo commissario Sergio Afonso Alves, do 1º districto e pelo ajudante Intendente de guarda-nor José Thomaz Carneiro da Cunha não é aboalhamento producto de contrabando.

APPARECEU BOIANDO

Appareceu, hontem, boiando na lagoa Rodrigo de Freitas, o cadáver do menor Faustino Silva, com 15 annos de idade e residente á rua do Pinto n. 42, que, conforme já noticimos, all foi arrastado pelas ondas e morreu afogado, no domingo, quando se banhava.

JACOBINA

Superiores charutos - Em todas as charutarias - Depozito R. Carmo n. 55.

S. JOSÉ - Grande Companhia de Revistas e Burletas

Empresa PAROCHIAL SEGRETO JANEIRO, X FEVEREIRO, X MARÇO!!! TRÊS MEZES DE CANTAS!!!

HOJE - 2 sessões - A's 7 34 e 9 34

Grande exito nas representações do NOVO QUADRO

Segura elle, ó Furnando!

com que foi caracterizada a interessante e applaudida revista da rainha das parcerias theatricas: HELMQUINTILIANO

TATU! SUBIU NO PAU

que no dia 15 festejará o 1º CENTENARIO

Os espectadores serão encorajados com uma brillante apothose nos combats do football FLAMENGO, ANDARAHY, BOTAFOGO, FLUMINENSE, AMERICA E VASCO DA GAMA.

CINEMA MODERNO - "A primeira mugra (seis actos) e "A raposa azul" (3º e 4º episodios).

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

EM REPRESALIA

Quasi matou o antagonista a faca

A suspeita, cada vez, era mais fundada. O homem tinha quasi a certeza de que sua amante o enganava e elle, bem sabia com quem. Não quiz esperar mais.

HOJE 200.000\$

Com 13 mil bilhetes

NÃO ERA CONTRABANDO

Um inquerito aberto na Inspectoria da Alfândega veio provar, que grande quantidade de papel da imprensa, pertencente á revista "O Tempo", que foi apprehendido na casa n. 15 da Avenida Passos, pelo commissario Sergio Afonso Alves, do 1º districto e pelo ajudante Intendente de guarda-nor José Thomaz Carneiro da Cunha não é aboalhamento producto de contrabando.

APPARECEU BOIANDO

Appareceu, hontem, boiando na lagoa Rodrigo de Freitas, o cadáver do menor Faustino Silva, com 15 annos de idade e residente á rua do Pinto n. 42, que, conforme já noticimos, all foi arrastado pelas ondas e morreu afogado, no domingo, quando se banhava.

JACOBINA

Superiores charutos - Em todas as charutarias - Depozito R. Carmo n. 55.

S. JOSÉ - Grande Companhia de Revistas e Burletas

Empresa PAROCHIAL SEGRETO JANEIRO, X FEVEREIRO, X MARÇO!!! TRÊS MEZES DE CANTAS!!!

HOJE - 2 sessões - A's 7 34 e 9 34

Grande exito nas representações do NOVO QUADRO

Segura elle, ó Furnando!

com que foi caracterizada a interessante e applaudida revista da rainha das parcerias theatricas: HELMQUINTILIANO

TATU! SUBIU NO PAU

que no dia 15 festejará o 1º CENTENARIO

Os espectadores serão encorajados com uma brillante apothose nos combats do football FLAMENGO, ANDARAHY, BOTAFOGO, FLUMINENSE, AMERICA E VASCO DA GAMA.

CINEMA MODERNO - "A primeira mugra (seis actos) e "A raposa azul" (3º e 4º episodios).

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE - 60.000\$

Inteiro, 48000 LOTERIA DO E. DO RIO

Cinema Avenida

HOJE HOJE HOJE - A grande nota da actualidade!

Volupia e Curo

Emocionante photo-drama de genero policial, em que se nos apresentam, através trabalhos de grande valor, o notavel

LEONEL BARRIMORE e a formosa e elegante SEENA OWEN

Amanhã - A Rainha da Festa

com Marion Davis e Fanny Stanley

HOJE PARISIENSE

A morte e os funeraes do Oca seicheiro RUY BARBOSA

Um sol que se apaga

Film completo, com todos os aspectos das cerimoniaes fúnebres e algumas reminiscencias da vida do grande brasileiro



Wanda Hawley na deliciosa comedia Indignada... mas gestando

na qual a linda e fresh a mostra como os celebres curtos empacotam a physiognomia feminina em apertadissimo do gran irresistivel.

ELECTRO-BALL CINEMA

EMPRESA BRASILEIRA DE DIVERSOES 51 - Rua Visconde do Rio Branco - 51

A mais popular e querida casa de diversões desta capital

Pode casar papae Milles Minter

Programmas cinematographicos dos melhores fabricantes de films. - Sensacionais torceiros de electro-ball (modalidade do tradicional sport da pelota), disputado por verdadeiras campeões. - Billares, ping-pong e outras diversões.

AO ELECTRO-BALL CINEMA - (- 51 - Rua Visconde do Rio Branco - 51.

Se tendes coração

vinde assistir



Muito breve NO Parisiense

Corações Humanos

O super-film rival de HONRARIAS TUA MATÉ

Cinema IREES

Companhia Brasil Cinematographica

Rua da Carioca ns. 49 e 51

Bastam estas duas palavras!

Norma Talmadge ao lado de sua irmã NATALIE TALMADGE em

SIM OU NÃO? uma das mais bellas criações da grande diva

SALOMAO E A SULAMITE - A ORIGIAS NO TEMPLO DE ISIDES - últimos capitulos de "A BIBLIA"

ACTUALIDADES FOX

Atenção! - A pedido, e em ULTIMO DIA d'atenção

O CARNAVAL DE 1923

Amanhã - WILLIAM FARNUM na super-produção da FOX FILM O VALLE DO DESENPERO.

TRIANON

O ponto preferido pelas famílias cariocas

Companhia Brasileira de Comédia

HOJE - E SEMPRE - HOJE

A's 7 34 e ás 9 34

O engracadissimo vaudevill em 3 actos de Corrêa Varella.

Anexo J - Decreto nº 5.429, de 09/01/1928



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO N. 5.429 ? DE 9 DE JANEIRO DE 1928

Crêa a ?Casa de Ruy Barbosa?

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Fica creado um museu?bibliotheca, sob a denominação de ?Casa de Ruy Barbosa?, que funcionará no predio, adquirido pelo Governo, onde residiu o grande brasileiro, na capital da Republica.

Art. 2º Subordinado, directamente, ao Ministerio do Interior, esse museu?bibliotheca será administrado por um zelador e pelos funcionarios constantes da tabella annexa, os quaes são de livre nomeação e demissão.

Art. 3º Dentro dos recursos que forem votados nas leis orçamentarias, o Governo mandará organizar o catalogo da bibliotheca e do museu, bem como classificar as obras publicadas ou inéditas de Ruy Barbosa; devendo iniciar, lógo que fôr possível, a edição definitiva dessas obras.

Parapho unico. São revigoradas os arts. 2º, 3º e 5º do decreto n. 4.789; de 2 de janeiro de 1924.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessarios creditos para o pagamento do pessoal constante da tabella annexa, no exercicio corrente e no de 1928, bem como o credito necessario ás obras urgentes do edificio e custeio das despesas do material; não podendo a totalidade dos mesmos creditos exceder de duzentos e cincoenta contos de réis.

Tabella

Pessoal:

1 zelador (vencimento annual)	12:000\$000
1 porteiro?conservador (ordenado e gratificação)	4:800\$000
2 serventes (ordenado e gratificação)	3:600\$000
1 jardineiro (ordenado e gratificação)	2:400\$000

Material:

Para obras urgentes no edificio	200:000\$000
Para expediente, conservação, illuminação e eventuaes, no exercicio de 1928	10:000\$000

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1928, 107ª da Independencia e 40ª da Republica.

Anexo L - O Museu Ruy Barbosa (carta) /Revista Acadêmica

O Museu de Ruy Barbosa

*Carta enviada ao Exmo. Sr. Dr. Director da
Faculdade de Direito do Recife.*

O museu de Ruy Barbosa, na Capital Federal, foi um bello sonho que se desvanecce, não sendo mais possivel tornal-o uma realidade, porque a sua casa de moradia, onde elle devia ser installado, já não é a mesma, desmembrada, como foi, dos seus parques e jardim e despida completamente dos seus moveis e alfaias, a não ser a bibliotheca com os seus quarenta mil volumes.

Como fui um dos seus companheiros de tenda, na advocacia e na imprensa, afanando-me de ter sido um dos seus menores discipulos e amigos, conservo como o meu maior padrão de orgulho varias lembranças do Amado Mestre, que são hoje reliquias historicas.

E acho que o relicario destas lembranças deve ser, não a minha residencia, mas a Faculdade de Direito do Recife.

Porque foi nella que elle cursou o primeiro e o segundo anno academico, e no seu Curso Annexo que elle fez todos os seus preparatorios.

E, porque, ao pisar a terra pernambucana, de volta do seo exilio na Inglaterra, fez publicar n' "A Provincia" um "Hymno ao Recife", que o seo magestático classicismo da fôrma soube collocar num alto pedestal insuplantavel.

Constituindo na Bibliotheca desta Faculdade um pequeno "Museo de Ruy Barbosa", rendo sincero culto á sua alta e luminosa memoria e dou, ao mesmo tempo, uma prova real do meu carinho, da minha gratidão e da minha amizade a quem, em vida, tanto me estimou e tanto me considerou.

Agora só faço a entrega da escrivaninha, de estylo colonial, que é um movel imponente, grandioso e artistico, que veio de um convento da Bahia, sua terra natal, para o seo escriptorio de advoeacia, na rua do Rosario n.º 74. Foi um presente do commendador Antonio Martins Marinhos ao Ruy, logo que elle abriu o escriptorio, de volta do seo exilio na Inglaterra.

"Com a minha chegada ao escriptorio, disse alhures, o Ruy cedeo-me o compartimento da frente do 1.º andar, separado do dr. Sancho de Barros Pimentel, por um tabique de madeira, passando, então, a occupar a sala da frente do 2.º andar. Nesta sala achava-se a sua escrivaninha que vou dar á Academia do Recife, onde o Ruy cursou os dois primeiros annos de direito.

Este escriptorio ficou sendo o "Dedo de Deus" da minha carreira de advogado e de jornalista.

Alcançei ahí as imminencias que o meu ideal ambicioso não podia ter concebido, nem mesmo sonhado".

Quando voltar do Rio, brevemente, trarei para o complemento do museo, trabalhos seus forenses, manuscriptos e impressos, pareceres e cartas, originaes de artigos da "Imprensa" e objectos que foram do seo uso pessoal.

Então farei uma conferencia nesta Faculdade sobre o "Ruy estudante no Recife".

O nome do Ruy, assim, viverá na memoria dos estudantes de hoje e dos que lhes forem succedendo, como uma das

abstracções perfectas da grandeza do Brasil, como um symbolo da Patria.

Queira V. Excia. receber muitos saudaes de quem tem muitas saudades do seo tempo de estudante desta Faculdade, onde se bacharelou.

Ulysses Brandão.

Recife, 31-10-1926.

Museu Ruy Barbosa

A inauguração, ante-hontem, do Museu Ruy Barbosa precedida de uma brilhante sessão magna em homenagem ao 13 de maio e na qual o dr. Ulysses Brandão fez uma interessante conferência sobre a vida académica do mestre, no Recife.

Resultou uma linda festa de intelligencia e do civismo a que se effectuou ante-hontem, á tarde, na Faculdade de Direito e com a qual o nosso secular instituto de ensino juridico entendeu de celebrar a gloriosa data da ablição do escravismo em nosso paiz e ao mesmo tempo tributar a Ruy Barbosa uma singela homenagem, inaugurando um pequeno museu que, reunindo as obras, muitas das quaes esgotadas, do grande mestre da sciencia do direito, e diversos objectos de seu uso pessoal, sirva para lembrar ás gerações providoras o exemplo dignificante da sua vida, verdadeiro apostolado da justiça e da verdade.

Constituiu de uma sessão magna que teve inicio ás 14 horas, na sumptuosa sala dos grãos, sob a presidencia do Professor Netto Campello, director do estabelecimento, com a presença do corpo docente congregado, altas autoridades civis, militares e ecclesiásticas, corporações discentes da Faculdade e das outras escolas superiores, dos collegios, etc.

O provento jurista, abrindo os trabalhos, proferiu uma breve e eloquente allocução sobre a brilhante data histórica que se ia comemorar e sobre a homenagem que se iria, em seguida, tributar a Ruy Barbosa, o grande sol fulgido do direito nacional.

O sr. presidente foi muito applaudido.

A seguir, sr. exc. deu a palavra ao dr. Ulysses Brandão para a sua annunciada conferencia sobre «Ruy oceânico no Recife».

O conferencista, que foi amigo pessoal do mestre e seu companheiro no escriptorio de advocacia, privando, ainda, da sua intimidade, dissertou durante estas de uma hora sobre essa phase da vida de Ruy, reconstituindo-a com agudo olhar de observador atravez uma interessante documentação, nunca estudo minucioso nos hábitos do joven academico, as suas tendencias intellectuaes, e sua passagem pela velha Academia Juridica.

A conferencia do dr. Ulysses Brandão produziu na recolhida assistencia uma excellente impressao, sendo por isso mesmo muito applaudido.

A pedido do conferencista, mto. Lucia Lewin, a joven e gentil dextra pernambucana, disse, com applausos, com emoção e alma algumas das poesias que Ruy fez no Recife.

Palaram, em seguida, em nome dos differentes annos do curso juridico, os academicos Jurge de Sousa, pelo 1.º, Mne Dowell Montenegro, pelo 2.º, Lupercio Vileça, pelo 3.º, Lima das Mota, pelo 4.º e João Medeiros Filho, pelo 5.º.

Orou, por fim, o lachurcando Bourlangier Uelma agradecendo em nome da mocidade academica a offerta do Museu á Faculdade.

Encerrada a sessão, passaram-se todos á bibliotheca, sendo recebidos pelo bibliothecario dr. José dos Anjos e pelos sub-bibliothecarios dr. Gervasio Freire e dr. Arnaldo Bastos Filho.

Procedeu-se então a inauguração do Museu.

Uma banda de musica tocou á entrada da Faculdade.

(Diario de Pernambuco de 15 de maio de 1947).

Como é do domínio publico, foi inaugurado a 13 de maio deste anno, na Bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife, o Museu Ruy Barbosa, por iniciativa do illustre pernambucano dr. Ulysses Brandão que foi companheiro de escriptoria e amigo íntimo do grande mestre do pensamento brasileiro.

O Museu Ruy Barbosa, o unico aliás que existe no Brasil, continua a merecer do seu digno fundador o mais carinhoso interesse.

Agora mesmo, o dr. Ulysses Brandão acaba de remetter ao sr. prof. Netto Campello, director da Faculdade de Direito, dois volumes encadernados d' *A Jurisprudencia*, o heilbente jornal que Ruy Barbosa illuminou com o seu polimorphico talento e admiravel cultura.

Essa collecção é hoje rara, só existindo na Bibliotheca Nacional e ainda assim deficitosa por terem sido recortados pelo proprio Ruy os magnificos editoriais de sua lavra.

O dr. Ulysses Brandão ainda tem outros documentos a fazer no Museu, entre outros, o do congresso do Chile com que o eminente brasileiro costumava andar.

Figuram actualmente no Museu:

BIBLIOTHECA RUYBARBOSIANA

- 1—Elogio do poeta Castro Alves—Bahia 1881.
- 2—Reformo do Ensino Primario. Parecer e projecto da Commissão de Instrucção Publica, composta de Ruy Barbosa, relator; Thomaz da Bomfim Kapinola e Ulysses Vianna, Rio de Janeiro, 1883.
- 3—Reformo do Ensino Secundario e Superior. Parecer e projecto da Commissão de Instrucção Publica, composta dos mesmos deputados e relator. Rio de Janeiro, 1882.
- 4—Emancipação dos escravos. Parecer. Rio de Janeiro 1884.

- 5 - Revista crime. Razões do recorrente José Soares Amaral. Questão de moeda falsa. Rio de Janeiro, 1888.
- 6 - Appellação Civil n. 5.890. Rio de Janeiro, 1889.
- 7 - Primeiras lições de cousa de N. A. Calcinas. Versão, com um preambulo do traductor. Rio de Janeiro, 1886.
- 8 - Relatório do Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro, 1891.
- 9 - Annexos ao relatório do Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro, 1891.
- 10 - Finanças e Política da Republica - Discursos e escriptos. Capital Federal, 1892.
- 11 - Sociedade anonyma - Questões de nullidade. (Additamento). Rio de Janeiro, 1892.
- 12 - O Estado de Bitão, sua natureza, seus effeitos, seus limites. Capital Federal, 1892.
- 13 - Martial Law; its constitution limits and effects. - Application made to the Federal Supreme Court for Habeas corpus. Rio de Janeiro, 1892.
- 14 - Habeas-corpus. Bahia, 1893.
- 15 - Visita a Terra Natal, Bahia, 1892.
- 16 - Justiça Militar. O Contra Almirante dr. Pereira Guimarães, perante o Conselho de Guerra. Rio de Janeiro, 1895.
- 17 - Amnistia inversa - Caso de teratologia juridica. Rio 1896.
- 18 - Discurso pronunciado no banquete que, a 24 de novembro de 1895, lhe foi offerecido pelo director do *Journal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1895.
- 19 - Escola Polytechnica - Acção de manutenção pelas lentes suspensas. Rio de Janeiro, 1896.
- 20 - Cartas de Inglaterra. Rio de Janeiro, 1896.
- 21 - O Partido Republicano Conservador - Documentos de uma tentativa bofada. Rio de Janeiro, 1897.
- 22 - Inventario Góes Vianna - Parecer. Rio de Janeiro, 1898.
- 23 - Acção ordinaria contra o Syndicato Agricola Fluminense - Parecer. Rio de Janeiro, 1897.

24—Uma revolução no processo civil—Abolição do *Forum Rei*.—Allegações. Rio de Janeiro, 1897.

25—A culpa civil das administrações públicas. Rio de Janeiro, 1898.

26—Revisão crítica do processo Mattos Gonçalves. Exposição ao Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro, 1898.

27—Praça do Mercado da Candelaria e Praça das Marilhas. Rio de Janeiro, 1898.

28—Liquidação de sentença—Aggravo civil. Rio de Janeiro, 1898.

29—Questão do Mercado da Glória—Notas ás allegações finais do procurador dos feitos. Rio de Janeiro, 1898.

30—Preservação de uma chex pia. Rio de Janeiro, 1901.

31—Appellação n. 570—Hazêta de Appellação. Rio de Janeiro, 1903.

32—Fosse de direitos pastores. Rio de Janeiro, 1903.

33—Discurso proferido no Collegio Anchieta—Bahia, 1904.

34—A transacção do Acre no tratado de Petrópolis—Polêmica. Rio de Janeiro, 1906.

35—Acre septentrional—Reivindicação do Estado do Amazonas contra a União. Rio de Janeiro, 1906.

36—Seguro Marítimo—Appellação civil n. 938. Pará, Rio, 1904.

37—2.^{me} Conferencia de la paix. Actes et discours. La Haye, 1907.

38—Anatole Franceo—Discours à l'Académie Brésilienne de 17 Mai 1909. Rio de Janeiro, 1909.

39—O direito do Amazonas no Acre Septentrional. Razões finais. Rio de Janeiro, 1910, 2 volumes.

40—Excursão eleitoral aos Estados de Bahia e Minas Geraes—Manifestos a nação. São Paulo, 1910.

41—Plataforma apresentada em sessão publica, no Polytheatro Bahiano, em a noite de 15 de janeiro de 1910. Bahia, 1910.

- 42—Nullidade e Rescisão de Sentenças. Rio de Janeiro, 1911.
- 43—Os privilégios exclusivos na jurisprudência constitucional dos Estados Unidos. Rio de Janeiro, 1911.
- 44—Questões de terras do Paraná—Impugnação de embargos. Rio de Janeiro, 1915.
- 45—Nullidade de arbitramento por excesso dos poderes arbitrais—Razões de appellação. Rio de Janeiro, 1916.
- 46—Parecer a propósito da execução das obras do porto de Porto Alegre. Rio de Janeiro, 1916.
- 47—A questão da candidatura do sr. Wenceslau Braz. Rio de Janeiro, 1915.
- 48—Problemas de Direito Internacional. Conferência realizada na Faculdade de Direito de Buenos Aires. Londres, 1916.
- 49—Questão Minas Wernock—Competência do Supremo Tribunal Federal nas appellações de sentenças arbitrais. Rio, 1917.
- 50—Appellação civil n. 1965—Precisão do contracto por arbitriação do governo, contrahente—Parecer. Rio de Janeiro 1912.
- 51—Discurso á mocidade italiana. Itália, 1917.
- 52—A Osvaldo Cruz—A obra scientifica do glorioso creator da medicina experimental no Brasil. Conferência. Instituto de Manguinho, 1917.
- 53—Americo Werneck V. Minas Geraes.—Sustentação dos embargos do Estado de appellante. Rio de Janeiro, 1918.
- 54—Conferencia no theatro de Petropolis, em Petropolis nos 17 de Março de 1917. Londres, 1917.
- 55—Acção de nullidade de arbitramento, movida pelo Espirito Santo contra Minas Geraes, na questão de limites entre os dois Estados—Petição inicial. Rio de Janeiro, 1915.
- 56—Estabelecimento classico da Revista de Língua Portuguesa. — Ruy Barbosa — Vol. 1. Rio de Janeiro, 1920.
- 57—Orações do Apóstolo—Marquez de Pimbal—Lycée

de Artes e Offícios. *Jornal do Commercio*. — Ensaio sobre Swift. Rio de Janeiro, 1921.

58 — Queda do Império — 2 volumes — Rio de Janeiro, 1921.

59 — O dorac do advogado — Rio de Janeiro, 1921.

RUY BARBOSA E ULYSSES BRANDÃO

60 — Agravo n. 595 — Aggravante Augusto de Nogueira Senna. Aggravado, Pupo de Moraes & Cia. Memorial pelos agravados. Typ. da União Portuguesa, 1898.

61 — Appellação n. 460 — Appellante, a União Federal. Appellada, a Companhia Colonizadora Industrial. Razões de appellação. Typ. Leuzinger, 1899.

62 — Appellação n. 482 — Appellantes, Amoral Ribeiro & Cia., Appellada, a Fazenda Nacional. Razões dos appellantes. Typ. Mendes Marques & Cia., 1899.

63 — Recurso de declinação — Embargante, a Companhia Colonizadora Industrial. Embargada, a União Federal. Typ. de Tribuna, 1901.

64 — Acção ordinária. A. A. a Condessa de Tancatins, a Viscondessa de Guiby e outros, R. a Associação do Sr. Visente de Paula com o arcebispo diocesano. Preservação de uma Olza Pia. Typ. do *Jornal do Brasil*, 1901.

65 — Appellação n. 570 — Appellante a Companhia de Mineração de S. João de El-Rei. Appellada, a Associação Nacional de Mineração do Brasil. Razões de Appellação. Typ. do *Jornal do Commercio*, 1903.

66 — Inventário dos bens imperiaes — Petições e documentos dos príncipes do Sexo. Typ. Leuzinger, 1903.

67 — *A Imprensa*. Director-gerente Ulysses Brandão e redactor-chefe Ruy Barbosa. Collecção completa d'essa planca, 1900 — 1901.

OBILAS SOBRE RUY BARBOSA

68 — Ruy Barbosa o Alfredo Ellis — Biographia. por F. Caneu e Alves de Souza. Rio de Janeiro.

69—Ruy Barbosa na politica e na historia. Biographia de Mario Lima Barbosa. Rio de Janeiro, 1936.

70—Ruy, jurista e advogado. Vidal Soares. Bahia,.... 1919.

71—Ruy Barbosa—Biogio historico proferido na Associaçao dos Advogados de Lisboa por J. S. da Cunha e Costa. Lisboa, 1923.

72—Ruy Barbosa—*Ex memoriam*. Edicão especial do *Tempo*, sobre a direcção de Alfredo Ruy Barbosa e Carlos Vianca Bandeira, 1924.

73—Por occasião do jubileu litterario de Ruy Barbosa. Edicão especial de *Bahia Illustrada*, da qual era director Antonio Valladares, 1918.

74—Sobre Ruy Barbosa—Um discurso e uma parecer de João e Octavio Mangabeira. Rio de Janeiro, 1921.

75—Ruy Barbosa e o Rio Grande do Sul—Baptista Pereira. S. Paulo, 1923.

76—Oracão fúnebre, por Monsenhor Francisco Bangal. Rio de Janeiro, 1923.

77—Ruy Barbosa e Silveira Martins. Pinto da Rocha. Rio de Janeiro, 1911.

78—Ruy Barbosa. Baptista Pereira. S. Paulo, 1924.

79—Ruy Barbosa e o Supremo Tribunal. Rio de Janeiro, 1923.

E muitas folhas, revistas e jornaes, referencias ás suas campanhas electoraes, ao seu jubileu litterario e ao seu fallecimento.

AUTOGRAPHOS DE RUY BARBOSA

Trinta cartas, cartões e envelopes, dirigidos ao sr. dr. Ulysses Brandão. Procuuacão e parecer dado ao mesmo, duas possas datadas de 1876. Notas ás allegações finais do Procurador dos Feitos.

Dois autographos de petições iniciais articuladas. Duas minutas de contractos.

Os originaes dos artigos—*Agora eu—e—como quizerem*—editoriaes d'á *Imprensa*, de 10 a 18 de fevereiro de 1900.

As obras de números 30, 35 e 37, com autographos. Discursos aos alvôreses bahianos, proferido em 1918, no Theatro Lyrico, dactylographadas e em correções manuscritas. Enveloppes para pedidos de protractação e de ordulas electoraes.

OBJECTOS DO MUSEU

A grande mesa secretaria de jacarandá esculpturada, de estylo colonial, que foi do seu escriptorio de advuesia, com capital e monogramma em obra de talha, estylo Renascença, de apparencia artistica imponente e sobria, com aspecto severo, mas empolgante. Medalhão com o seu retrato em terra-cotta. Tres peaos de marmore para papéis, um memorandum com porta-lapis, dois cinzeiros da mesa do escriptorio, tres *petiches* classorriaes da sala de entrada, e um barometro de quarto de dormir, tudo da sua residência.

DADIVAS DA FAMILIA

A pedido do dr. Ulysses Brandão, que tem o alto ruybarboesiano, foram feitas as dadivas constantes das seguintes cartas e cartões autographos:

*Ao amigo dr. Ulysses Brandão, o vitta Ruy Barbosa envia este busto para figurar no Museu Ruy Barbosa. (É com dedicatória no Museu um retrato lithographado reproduzido de uma photographia tirada em Paris, na volta de Haya).

*Ao dr. Ulysses Brandão o Alfredo Ruy com um alvôres offerece o trabalho aqui junto, sobre a vida de seu pai que lhe parece digno de figurar na sala—Museu Ruy Barbosa, da Escola de Direito do Recife Rio, 2—8—27. (Com uma duplicata da edição d'O Tempo, 1a memoria, que foi substituida pela dadiva ndeante).

«Ao Ulysses Brandão o Alfredo Ray Barbosa, com um abraço pede o obsequio de remetter os dois volumes da obra de seu saudoso pai *Reforma do Ensino Primario, Secundario e Superior* no Museu Ray Barbosa da Faculdade de Direito do Recife, no qual tem o prazer de offerecê-las. 3-8-27».

«Ao dr. Ulysses com os seus cumprimentos Cláudia Ray Barbosa Airesa pede para offerecer em seu nome esta pequena lembrança do seu idolatrado pai, para o Museu do Recife. 3-8-27». (Com uma medalha de bronze commemorativa da 2.^a Conferencia da Paz, mandada cunhar em 1907 pelo governo).

«Ao bom sougo dr. Ulysses Brandão, Maria Luiza Victoris Ray Barbosa abraça e offerere estas duas chincras, que diariamente scriam no molesta do seu adorado pai. 3-8-27».

«Destinado amigo dr. Ulysses Brandão. Conforme lhe prometti, mando-lhe os versos de Ray Barbosa, adolescente no Recife. São muito interessantes para o estudo da sua psychologia nesse época. Parece-me que não devem ser publicados por esquivas. Remetter-lha-ci leve outros objectos para o Museu Ray do Recife, cuja criação se deve á sua affectuosa iniciativa. Seu amigo e obrigado—*Haplístia Pereira*.—Rio, 18 de agosto de 1927». (Com o autographo da poesia *Sergei*, com 32 quadras feitas no Recife, a 30 de março de 1865).

8-9-27.

«Minha cara irmã,

Ao velho amigo dr. Ulysses Brandão que quer uma dadiua minha para o Museu Ray Barbosa, que elle fundou na Faculdade de Direito do Recife, mostrei o que possuo do meu saudoso cunhado o amigo, obens o autographo de seu exílio do Chile que lhe pertence.

O dr. Ulysses faz muito empenho em que eu offereça o

chapeo e como foi e quem m'o deu como lembrança, não quero fazê-lo sem a tua autorização, que venho pedir. Acho que melhor do que em minha casa, elle catará na Casa do Direito, venerado pela mocidade acadêmica de hoje e pela mocidade universitária de amanhã. Do teu irmão e amigo — *Carlos Bradeiro*.

*Cachito.

Não precisava V. do meu consentimento que, aliás, dou de muita boa vontade.

Realmente esse chapeo ficará muito bem na Casa do Direito, na Academia do Recife, onde Ruy passou os seus exames preparatórios e estudou o 1.º e 2.º anno do curso jurídico.

El o empenho do nosso amigo dr. Elyssas só merece elogios.

Uma abraço de sua irmã minha amiga — *Maria Augusta*.

OUTRAS DADIVAS

Do Antero de Castro, reitor da Casa Ruy Barbosa, Quêro do Império — coleção de artigos do *Diário de Notícias*. (Obra cit. n. 57). Uma polyanthes, em selim, em homenagem ao ministro da Fazenda do governo provisório. Vêzes autographos. Discurso de Francisco de Castro proferido de um artigo de Ruy Barbosa. Varios folhetos e jornaes nacionaes e estrangeiros.

OBRAS EXISTENTES NA FACULDADE

Para a bibliotheca ruybarbociana devem ser transferidas as suas obras que se acham na bibliotheca da Faculdade e os documentos do seu archivo, bem como a *Storia di Cerati* Anna de Cerato Castro que o acadêmico Ruy arrumou, em lillo, a 9 de maio de 1867 e dez dias depois offereceu ao professor de Economia Politica, calceira do 5.º anno do curso juridico, com esta dedicatória:

«Ao exmo. sr. conselheiro Antun, signal do mais salu-
do respeito e consideração de—*Ruy Barbosa*.—Recife, 10
de maio de 1867».—*Ruy Barbosa*.

(Do *Diario de Pernambuco* de 10 de Novembro).

Anexo O - Jornal do Brasil, 28/09/1927

colhido pelos armadores de acordo com a sua capacidade de trabalho e, principalmente com a sua idoneidade moral.

A liberdade de nomear quem esteja nestas condições deve excluir a obrigação de procurar o indivíduo, que não terá responsabilidade técnica, entre os que se habilitarem no tal curso, onde não se aprenderá certamente a possuir as qualidades morais exigidas no exercício do cargo.

Por fim, o projecto está a classe de motorista, com o respectivo curso, destinado este a diplomar os machinistas que houverem de embarcar nos navios motores.

Por que esta novidade? A Escola de Marinha Mercante ensina os machinistas, que por lá passam a trabalhar com toda espécie de máquina.

Interessante é a coincidência de haver o projecto sido apresentado no mesmo dia em que o Ministro da Marinha, tendo em vista as razões que lhe foram apresentadas pela direcção da Escola, corroborada pelos pareceres do fiscal do governo, resolveu mandar executar outro plano de ensino.

É neste ponto, pois, a Escola precisava de reforma. Logo, as idéas boas do projecto são velhas, e as novas não são boas...

Uma operação do Conselho Municipal

O Conselho Municipal está focando o assunto para se discutir. O Sr. Maurício de Lacerda fazia ontem um requerimento à mesa daquela casa acerca de um caso positivamente interessante. Trata-se do seguinte: o Sr. Maurício de Lacerda apresentara há tempo ao Conselho um projecto, mandando imprimir uma conferência de Sr. Miguel Couto e as cópias de Teixeira Mendes sobre anistia, para serem distribuídas pelas escolas públicas.

Não obstante isso envolver despesa, o trabalho foi mandado à impressão sem que tivesse sido ouvida a Comissão de Orçamento. Agora se verifica que a tiragem desses folhetos deveria subir a 300 mil — e que a despesa seria apenas de 300 contos!

É puramente phantástico o Sr. Maurício de Lacerda classifi-

car a revista do caracter de vingança praticada tranquillamente em

o publicado o quadro de funcionários do Museu Ruy Barbosa. Até hoje, porém, elle existe só em nome e a casa de Ruy continua sempre fechada com o chronico guarda civil ao portão. O seu jardim, principalmente na parte que fôra destruída para abertura da tal rua, tem um aspecto desolador de abandono.

Por que isso? Se realmente existe intenção de se crear o Museu Ruy Barbosa, é preciso que seja elle organizado devidamente com um regulamento que permita ao publico visitá-lo. Sim, porque não é de crer que foi para conservar fechadas e mofoando numa velha residência, que o governo adquiriu a bibliotheca e outros objectos de grande valor, que pertenceram a Ruy Barbosa.

Esses mimos que devem ser enviadas a Avenida das Nações n. 229 ou a redacção da "A Noite", serão distribuidos convenientemente pela grande commissão.

Nos que temos tido lanuemas oportunidades de assignalar os feitos generosos do povo carioca e que conhecemos bem de perto o grande coração da mulher brasileira não temos duvida em vaticinar que o seu feliz apello que, com a devida venia subscrevamos, terá enorme repercussão e produzirá amplos resultados.

Museu Ruy Barbosa

A casa onde vivia Ruy Barbosa com a sua preciosa bibliotheca, depois de adquirida pelo governo da União, ficou esquecida com um guarda civil na sua jardim e um zelador nella morando.

Nos fins do governo passado o ex-prefeito lembrou-se de fazer passar uma rua pelo jardim da casa de Ruy e não vacillou deixando aquella casa e o resto do seu jardim transformados em verdadeiro alcatraz. O actual governo em boa hora corrigiu o attentado praticado e fez restituir a velha mansão da rua São Clemente o terreno que lhe fôra tirado. Além disso, resolveu crear na casa de Ruy Barbosa, um museu com o seu nome, onde guardados e conservados a bibliotheca e outros objectos que pertenceram a Ruy, pudessem os seus admiradores, o publico em geral, apreciar e reviver num ambiente proprio a obra e vida do grande brasileiro.

Chegou a ser então organizado

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

o Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

Porto da Silveira

e inicio da construcção. Houve, mesmo, um esboço do projecto no qual era dado ao edificio o singular feitio circular, que os technicos muito apreciaram.

Esse novo modelo de penitenciaría traria, segundo se salientou então, uma facilidade catapulta de fiscalização e de hygiene, dando aos serviços uma organização perfeita.

Terminou, porém, a vigencia orçamentaria sem que a authorização fosse usada e continuamos com esta penitenciaría que ali está e que não devemos mostrar aos hospedes estrangeiros, principalmente quando estes a certa vez que esses hospedes pretendem visitar tambem o Estado de S. Paulo.

O Sr. Ministro da Viação, concedeu permissão à Great Western para augmentar de 25 por cento o preço das passagens especiais para vendedores de jornaes.

Um homem que foi recomendado...

Não são somente os jócos que cabem nos contos de vigário. Tambem os policiaes têm, ás vezes, essa ingenharia. E — com essa ingenharia grave! — até o proprio chefe da segurança publica é victima de uma habil trapaceira.

O Sr. Christiano de Góes, chefe de Polícia do Distrito Federal, acaba de cair num conto de vigário. Elle deu uma carta de recommendação para a policia de Minas Geraes a um Sr. Henry Gooda, que se dizia medico. E o homem, chegando a Belle Horizonte, demonstrou que era um refinado adrião...

De sorte que estamos diante desse caso singular, um chefe de policia que, inadvertidamente, recommendou um pirata!

Todas as coisas podem ter a sua utilidade. E esse episodio pôde ter tambem a sua. Elle poderá servir para nos dar uma lição preciosa, que já se encontra no Evangelho — a saber que as nossas impressões sobre os homens são enganadoras e que não devemos affirmar nada e que

Anexo P - Decreto nº 18.767, de 27/05/1929



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO N. 18.767 ? DE 27 DE MAIO DE 1929

Approva o Regulamento da "Casa de Ruy Barbosa"

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição da Republica e de accôrdo com o disposto no decreto legislativo n. 5.429, de 9 de janeiro de 1928, resolve que, na "Casa de Ruy Barbosa", se observe o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1929, 108º da Independencia e 41º da Republica.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA.

Augusto de Vianna do Castello.

REGULAMENTO, A QUE SE REFERE O DECRETO N. 18.767, DA PRESENTE DATA, PARA A "CASA DE RUY BARBOSA"

Art. 1º A "Casa de Ruy Barbosa", dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, e installada á rua de S. Clemente n. 134, tem por fim conservar não só a bibliotheca e o archivo de Ruy Barbosa, adquiridos pelo Estado, mas tambem, quaesquer objectos que hajam pertencido ao grande estadista da Republica, ou se relacionem com sua vida e sejam doados.

Art. 2º O pessoal é o seguinte:

- 1 zelador;
- 1 porteiro-conservador;
- 2 serventes;
- 1 jardineiro.

Art. 3º O zelador, nomeado por decreto, será de livre escolha do Governo.

Art. 4º O porteiro-conservador será nomeado por decreto. Os serventes e o jardineiro serão nomeados, mediante contracto, e por portaria do ministro.

Art. 5º Compete ao zelador:

- a) distribuir e superintender os respectivos serviços; fazer observar os dispositivos deste regulamento, e zelar pelo cumprimento de deveres por parte dos respectivos funcionarios;
- b) dar posse aos funcionarios do estabelecimento;
- c) executar ou mandar executar todos os trabalhos concementes á Secretaria;
- d) fiscalizar o comparecimento do pessoal; podendo justificar até três faltas, em cada mez, e conceder licença, até 30 dias, na conformidade das disposições em vigor;
- e) conceder férias, de accôrdo com o decreto n. 14.663, de 1 fevereiro de 1921;
- f) prorrogar o expediente, ou antecipar o seu encerramento; assim como, fechar,

Anexo Q - Jornal do Brasil, 14/08/1930

A CASA RUY BARBOSA

A colossal inauguração da mansão do glorioso brasileiro foi uma festa de...
Jaboatão, em a honra do Sr. Ruy Barbosa.
rui - Casa e Inauguração.

A mansão do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi inaugurada com uma colossal festa...
A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...
A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...



A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...

A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...
A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...
A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...



A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...

A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...
A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...
A inauguração da casa do Sr. Ruy Barbosa, em Jaboatão, foi uma festa de...

J "NYASSA" NAS AGUAS DA GUANABARA

Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...
Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...

Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...
Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...

Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...
Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...

Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...
Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...

Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...
Em noite de catástrofe, o balneario, repentinamente, foi abençoado com a presença da Nyassa...

"MISS PORTUGAL"

O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.

O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.



O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.

O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.



O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.

O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.



O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.

O brilhantismo de que se revestiu em recepção nesta Capital - As homenagens que lhe serão prestadas.

Anexo R - Decreto nº 24.688, de 12/07/1934



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO N. 24.688 ? DE 12 DE JULHO DE 1934

*Reorganiza os serviços da Casa de Rui
Barbosa e dá outras, Providências*

O Chefe do Govêmo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando a necessidade de imprimir maior eficiência á organização da Casa de Rui Barbosa, que tem por objeto a conservação da biblioteca, do arquivo, a publicação das obras do grande brasileiro e a realização de cursos e conferências,

DECRETA:

Art. 1º O pessoal da Casa de Rui Barbosa, que perceberá os vencimentos constantes da tabela anexa, será o seguinte:

- 1 director (em comissão);
- 1 chefe do arquivo e das publicações;
- 1 porteiro-conservador.
- 2 serventes;
- 1 jardineiro.

Art. 2º O director, de livre escolha do Govêmo, exercerá o cargo em comissão.

Art. 3º O chefe do Arquivo e das Publicações deverá possuir habilitações especiais para o exercício do cargo.

Art. 4º As atribuições do pessoal serão determinadas, oportunamente, em regulamento.

Art. 5º O diretor promoverá, sempre que julgar conveniente, a realização de cursos ou conferências sôbre a vida e a obra de Rui Barbosa, ou sôbre assuntos que com elas se relacionem.

Art. 6º O porteiro-conservador deverá residir nas dependências do próprio edifício.

Art. 7º A Casa conservar-se-á aberta á visita pública ás quintas e aos domingos, das 11 ás 17 horas, ficando, porém, diariamente franqueados, para a consulta dos livros e documentos, a Bibliotéca e o Arquivo.

Art. 8º Fora dos dias aqui determinados, unicamente por autorização especial do diretor, poderão ser permitidas visitas ao estabelecimento.

Art. 9º Para atender á despesa, de que trata o presente decreto, no actual exercício, fica transferida da sub-consignação 13 ? consignação Material da verba 2ª ? título II ? Faculdade de Direito de São Paulo, a quantia de dezoito contos, seiscentos e cincoenta mil réis (18:650\$000), sendo 16:150\$000 para o pessoal fixo e 2:500\$000 para o Material, para a verba 7ª ? Casa de Rui Barbosa ? art. 5º do decreto n. 24.167, de 25 de abril de 1934.

Parágrafo único. O ministro da Educação e Saúde Pública fica autorizado a organizar a respectiva tabela, afim de ser submetida ao registro do Tribunal de Contas.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1934, 113º da independência e 46º da República.

Anexo S - Decreto nº 22.168, de 25/11/1946



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 22.168, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1946.

*Aprova o Regimento da casa de Rui
Barbosa do Ministério da Educação e
Saúde.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o regimento da casa de Rui Barbosa, que assinado pelo Ministro da Educação e saúde, com êste baixa.

Art. 2º Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1946; 125º da Independência e 58º da República.

Eurico G. Dutra

Ernesto de Souza Campos

REGIMENTO DA CASA DE RUI BARBOSA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A casa de Rui Barbosa (C. R. B.), criada pelo Decreto Legislativo nº 5.429, de 9 de janeiro de 1928, órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde, subordinado ao respectivo Ministro de Estado, tem por finalidade cultuar a memória de Rui Barbosa, velando pela Biblioteca, arquivo, documentos e objetos que lhe pertenceram, promovendo a publicação de seu arquivo e de suas obras e realizando conferências sôbre a sua vida e obra.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A C. R. B. compõe-se de:

Turma do Museu e Divulgação (T. M. D.);

Turma de Administração (T. A.).

Art. 3º O Diretor terá um Secretário por ele designado.

Art. 4º As Turmas terão Chefes designados pelo Diretor.

Art. 5º Os Órgãos que integram a C. R. B. funcionários perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 6º À T. M. D. compete:

I - promover a aquisição, o registro, a classificação e catalogação, a guarda e conservação dos livros, documentos, móveis e outros objetos que pertenceram ou se refiram a Rui Barbosa;

II - permitir a leitura e a consulta das coleções de publicações e documentos;

III - realizar pesquisas, estudos e divulgações sôbre a pessoa, a vida e a obra de Rui Barbosa;

IV - promover a edição de catálogos e publicações de documentos e de conferências de autoria de Rui Barbosa ou com ele relacionadas;

V - elaborar o plano anual de conferências a serem realizadas pela C. R. B.;

VI - organizar o calendário das comemorações cívicas dos atos e fatos marcantes da vida de Rui Barbosa;

VII - prestar informações aos visitantes a respeito da vida e obra de Rui Barbosa;

VIII - extrair certidões e cópias de documentos, quando autorizado pelo Diretor;

Art. 7º À T. A. compete:

I - promover as medidas necessárias á administração do pessoal, material, orçamento e comunicações, devendo para tanto:

a) receber, registrar, distribuir, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis relativos às atividades da C. R. B.;

Anexo T - Decreto nº 30.643, de 20/03/1952



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 30.643, DE 20 DE MARÇO DE 1952.

Institui o Centro de Pesquisar da Casa de Rui Barbosa e dispõe sôbre seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPUBLICA , usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I , da Constituição,

DECRETA.

Art. 1º Fica instituído , na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisar da Casa de Rui Barbosa.

Art. 2º O Centro ora instituído realizara seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filosofia, e terá por campo de pesquisar a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalho.

Art. 3º O Centro em referencia compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa.

1º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins.

2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas parlamentares e jurisprudência do Brasil ; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação.

3º A Comissão de Filologia promoverá pesquisar em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliograficas, históricas literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.

Art. 4º O Centro de Pesquisar da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e bolentis periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo.

Art. 5º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualiza-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado.

Art. 6º O Ministério da Educação e Saúde contratara os técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão necessários aos trabalhos em cursos.

Art. 7º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde.

Art. 8º Êste Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952, 131º da Independência e 64º da Republica.

GETULIO VARGAS

Anexo U - Decreto nº 38.544, de 12/01/1956



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 38.544, DE 12 DE JANEIRO DE 1956.

Aprova o Regimento da Casa de Rui Barbosa.

O VICE PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da Casa de Rui Barbosa (C.R.B), que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

NEREU RAMOS

Abgar Renault

Regimento da Casa de Rui Barbosa

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º - A Casa de Rui Barbosa (C.R.B.), criada pelo Decreto legislativo nº 5.429, de 12 de janeiro de 1928, órgão integrante do Ministério da Educação e Cultura (M.E.C.) diretamente subordinado ao Ministro do Estado, tem por finalidade:

I - cultivar a memória de Rui Barbosa;

II - velar pela biblioteca, arquivo, documentos e objetos que lhe pertenceram;

III - promover a publicação do ser arquivo e de suas obras;

IV - realizar conferências e publicar trabalhos sobre sua vida, suas atividades, seu tempo e assuntos que por êle tenha sido versados.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 2º - A.C.R.B. compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Seção Técnica (S.T)

II - Centro de Pesquisas (C.P.)

III - Seção de Administração (S.A.)

IV - Zeladoria (Z).

Parágrafo único - A.S.I. compreenderá o Museu, a Biblioteca e o arquivo histórico da C.R.B.

Anexo V - Lei nº 4.943, de 06/04/1966



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 4.943, DE 6 DE ABRIL DE 1966.

[Vide Decreto nº 73.781, de 1974](#)
[Vide Decreto nº 91.144, de 1985](#)
[Vide Lei nº 7.815, de 1987](#)

Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Casa de Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Cultura, fica transformada em fundação, denominada "Fundação Casa de Rui Barbosa", instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, tendo sede e fóro na cidade da Guanabara.

Art. 2º São transferidos do domínio da Fundação e passam a integrar o seu patrimônio os seguintes bens e direitos da União:

- a) imóvel na Rua São Clemente nº 134, na cidade do Rio de Janeiro, com tôdas as suas benfeitorias;
- b) bens móveis existentes no imóvel referido na alínea anterior, inclusive biblioteca, documentos e objetos do museu;
- c) direitos autorais das obras de Rui Barbosa ou de outras quaisquer editadas pela Casa de Rui Barbosa, que pertençam ao domínio da União;
- d) o imóvel na Rua São Clemente nº 130, declarado de utilidade pública para ampliação da Casa de Rui Barbosa, em cuja posse a União já foi imitada.

Art. 3º O patrimônio da Fundação, além dos bens e direitos enumerados no artigo anterior, constituir-se á:

- a) de doações, legados e auxílios recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- b) dos bens e direitos que adquirir;
- c) do saldo da renda de suas atividades, quando assim determinar o Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Consultivo.

Parágrafo único. No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos terão o destino a ser estabelecido em lei especial.

Art. 4º A Fundação terá como finalidade o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa, devendo além de outras atividades:

- a) promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;
- b) manter o museu e a biblioteca Rui Barbosa, acessíveis ao uso e consulta públicos;
- c) promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa;
- d) promover estudos e cursos sôbre assuntos jurídicos, políticos, filológicos, ou outros relacionados com a obra e a vida de Rui Barbosa;
- e) colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no âmbito de sua finalidade;
- f) colaborar, quando solicitada, com o Govêno da União ou dos Estados, podendo, mediante convênio ou

Anexo W - Decreto nº 59.643, de 02/12/1966



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 59.643, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1966.

Aprova os Estatutos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e na forma do art. 6º da Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados os Estatutos da Fundação Casa de Rui Barbosa, que a este acompanham, assinados pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Art. 1º A Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica e literária, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira, constituída nos termos da Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, com sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, reger-se-á pelos presentes Estatutos.

Art. 2º A Fundação tem como finalidade o desenvolvimento da cultura da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação da obra e vida de Rui Barbosa e o culto de sua memória, devendo, além de outras atividades:

- a) promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários;
- b) manter o museu que foi sua residência aberto à visitação pública e tomar acessível à consulta a Biblioteca;
- c) promover estudos, conferências, cursos, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa;
- d) promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, históricos, filológicos, ou outros relacionados com a obra e vida de Rui Barbosa;
- e) Colaborar com instituições nacionais estrangeiras, no âmbito de sua finalidade;
- f) Colaborar, quando solicitada, com o Governo da união ou dos estados, podendo, mediante convênio ou acôrdo, incumbir-se da prestação de serviços pertinentes às suas atividades;
- g) Cultuar, a 5 de novembro de cada ano, data natalícia de Rui Barbosa, o Dia da Cultura.

Art. 3º Mediante convênio com entidades públicas, a Fundação poderá promover a

Anexo X - Lei nº 5579, de 15/05/1970



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

LEI Nº 5.579 - DE 15 DE MAIO DE 1970

Institui o "Dia da Cultura e da Ciência", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia da Cultura e da Ciência", que será comemorado a cinco de novembro de cada ano, como homenagem a data natalícia de figuras exponenciais das letras e das ciências, no Brasil e no mundo.

Parágrafo único. As comemorações a que se refere o presente artigo terão como escopo o Conselheiro Rui Barbosa, nascido a 5 de novembro de 1849.

Art. 2º O Ministério da Educação e Cultura estabelecerá as normas para a divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa, principalmente nos estabelecimentos de ensino do País.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Jarbas G. Passarinho

Anexo Y - Lei nº 5.039, de 07/04/2004



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.039, DE 7 DE ABRIL DE 2004.

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º, ficam remanejados, na forma do Anexo III a este Decreto, da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a FCRB, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS: um DAS 101.4; dois DAS 101.2; um DAS 101.1; e um DAS 102.1.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação do Estatuto de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no caput, o Presidente da FCRB fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º O regimento interno da FCRB será aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura e publicado no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 4.812, de 19 de agosto de 2003.

Brasília, 7 de abril de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson Machado
Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.4.2004

ANEXO I

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, fundação pública, criada pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1986, vinculada ao Ministério da Cultura, tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º A FCRB tem por finalidade o desenvolvimento da cultura, por meio da pesquisa, do ensino, da preservação e da difusão, cumprindo-lhe, especialmente:

I - promover o conhecimento da vida e da obra de Rui Barbosa, por meio da guarda, preservação e divulgação dos bens que lhe pertenceram – residência, mobiliário, biblioteca e o arquivo pessoal – e de sua produção intelectual, destacando-se a publicação sistemática da obra por ele deixada, sua crítica e interpretação;

II - manter, ampliar e preservar os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos e iconográficos de Rui Barbosa e da cultura brasileira, sob sua guarda, por intermédio de ações exemplares continuadas de conservação, preservação e acesso aos bens culturais; e

III - promover estudos e cursos sobre temas pertinentes à sua área de atuação e que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade na área de conservação, preservação e acesso a bens culturais, assim como na elaboração de normas, tecnologias e procedimentos técnicos relacionados à gestão de seu patrimônio cultural.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A FCRB tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão colegiado: Conselho Consultivo;

II - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal; e

b) Coordenação-Geral de Planejamento e Administração;

III - órgãos específicos singulares:

a) Centro de Pesquisa; e

b) Centro de Memória e Informação.

CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 4º A FCRB será dirigida por um Presidente, assistido por um Conselho Consultivo.

Parágrafo único. A nomeação do Procurador-Chefe e do Auditor-Chefe será submetida, previamente, à Advocacia-Geral da União e à Controladoria-Geral da União, respectivamente.

CAPÍTULO IV

DO ÓRGÃO COLEGIADO

Art. 5º O Conselho Consultivo é composto de:

I - um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

II - um representante da Academia Brasileira de Letras;

III - um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

IV - um representante do Instituto dos Advogados do Brasil; e

V - oito pessoas eminentes no campo da cultura nacional.

§ 1º Os membros do Conselho serão indicados pelo Presidente da FCRB e designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para mandato de três anos, permitida a recondução.

§ 2º Verificando-se vaga no Conselho entre os membros a que se refere o Inciso V deste artigo, será designado novo Conselheiro, que completará o mandato do seu antecessor.

§ 3º A participação no Conselho, na qualidade de membro, não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 6º O Conselho Consultivo reunir-se-á e deliberará na forma do regimento Interno.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Do Órgão Colegiado

Art. 7º Ao Conselho Consultivo compete:

- I - aprovar as diretrizes e estratégias da FCRB, que lhe serão apresentadas pelo Presidente da Fundação;
- II - assistir ao Presidente na gestão das ações; e
- III - apreciar os assuntos que lhes sejam submetidos pelo Presidente ou pelo Diretor-Executivo.

Seção II

Dos Órgãos Seccionais

Art. 8º A Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

- I - exercer a representação judicial e extrajudicial da FCRB;
- II - prestar assessoria direta e imediata ao Presidente e aos órgãos da estrutura da FCRB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- III - apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da FCRB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 9º A Coordenação-Geral de Planejamento e Administração compete propor diretrizes e normas administrativas, gerenciar programas e projetos e executar as atividades de planejamento e orçamento, de finanças, de contabilidade, de serviços gerais, de modernização administrativa, de informação e informática e de administração e desenvolvimento de recursos humanos.

Seção III

Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 10. Ao Centro de Pesquisa compete:

- I - realizar estudos e pesquisas rufianas, de política cultural, de história, de direito, de literatura e de filologia;
- II - contribuir para a expansão e a consolidação do desenvolvimento da pesquisa básica no País, em sua área de atuação;
- III - coordenar a publicação das Obras Completas de Rui Barbosa, segundo o plano aprovado pelo Decreto-Lei nº 3.668, de 30 de setembro de 1941, assim como de outras obras pertinentes a sua atividade de pesquisa;
- IV - organizar cursos e atividades visando à qualificação de pesquisadores, em sua área de atuação; e
- V - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Art. 11. Ao Centro de Memória e Informação compete:

- I - gerenciar os bens culturais pertencentes à FCRB, assegurando as melhores condições para sua expansão, guarda, preservação, tratamento técnico, divulgação e acesso;
- II - estabelecer, no âmbito de sua competência, métodos e procedimentos para a gestão, em especial sobre as ações de preservação e restauração de acervos patrimoniais – museológico, arquivístico, bibliográfico, arquitetônico e ambiental –, assegurando referências técnicas e tecnológicas a partir de suas iniciativas;
- III - promover estudos, pesquisas, assessoramento, consultorias e eventos científicos culturais sobre análise, guarda, preservação e divulgação de bens culturais patrimoniais, no âmbito de sua competência; e

IV - desenvolver projetos e produtos para a promoção e renovação do acesso, divulgação e educação patrimonial, em sua área de atuação.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 12. Ao Presidente Incumbe:

- I - representar a FCRB em juízo ou fora dele;
- II - planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Fundação;
- III - ratificar os atos de dispensa ou de declaração de inexistência das licitações, nos casos prescritos em lei;
- IV - ordenar despesas; e
- V - baixar atos normativos.

Art. 13. Ao Diretor-Executivo Incumbe:

- I - auxiliar o Presidente na implementação das atividades de competência da FCRB;
- II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e o plano de ação da FCRB; e
- III - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente da FCRB.

Art. 14. Ao Auditor Interno Incumbe:

- I - verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais;
- II - acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; e
- III - prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 15. Aos Diretores dos Centros, ao Procurador-Chefe, ao Coordenador-Geral e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades afetas às suas respectivas unidades, bem como exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente ou pelo regimento interno.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16. Constituem patrimônio da FCRB, transferidos na forma da Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966:

- I - os bens e direitos de sua propriedade, os que venha a adquirir ou, ainda, os que lhe forem doados; e
- II - direitos autorais de quaisquer obras por ela editadas, que pertençam ao domínio da União.

Art. 17. Constituem recursos financeiros da FCRB:

- I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento da União;
- II - auxílios e subvenções da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e de quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III - rendas de qualquer natureza, derivadas dos seus próprios serviços; e
- IV - outras receitas eventuais.

Art. 18. O patrimônio e os recursos da FCRB serão utilizados, exclusivamente, na execução de suas finalidades.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. O regimento interno definirá o detalhamento dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da FCRB, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ NA	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	1	Diretor-Executivo	101.5
	1	Auditor Interno	101.4
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Divisão	1	Chefe	101.2
	3		FG-1
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
Serviço	4	Chefe	101.1
CENTRO DE PESQUISA	1	Diretor	101.4
Serviço	6	Chefe	101.1
CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO	1	Diretor	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,15	1	6,15	1	6,15
DAS 101.5	5,16	1	5,16	1	5,16
DAS 101.4	3,98	4	15,92	5	19,90
DAS 101.2	1,14	1	1,14	3	3,42
DAS 101.1	1,00	12	12,00	13	13,00
DAS 102.2	1,14	2	2,28	2	2,28
DAS 102.1	1,00	-	-	1	1,00
SUBTOTAL (1)		21	42,65	26	56,91
FG-1	0,20	3	0,60	3	0,60

SUBTOTAL (2)	3	0,60	3	0,60
TOTAL (1+2)	24	43,25	29	51,51

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS -UNITÁRIO	DA SEGES/MP P/ A FCRB	
		QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.4	3,98	1	3,98
DAS 101.2	1,14	2	2,28
DAS 101.1	1,00	1	1,00
DAS 102.1	1,00	1	1,00
TOTAL		5	8,26

Anexo Z - Relação dos entrevistados no Projeto Memória Rui

Projeto Memória de Rui / Relação de depoimentos

1. 10/04/1975 – D. Baby (Maria Luíza Vitória Rui Barbosa Guerra);
2. 25/04/1975 – Sr. Ventura;
3. 21/04/1976 – Dr. Américo Jacobina Lacombe;
4. 05/05/1976 – D. Judith Imbassahy de Mello;
5. 05/05/1976 – D. Carolina Nabuco;
6. 28/06/1976 – Prof. Austregésilo de Athayde;
7. 10/06/1976 – Dr. Péricles Madureira de Pinho;
8. 08/12/1976 – Prof. Roberto de Lira Tavares;
9. 15/07/1976 – Dr. Marcos Carneiro de Mendonça;
10. 05/08/1976 – Dr. Alfredo Rui Barbosa;
11. 23/08/1976 – Dr. Rui Barbosa Netto;
12. 10/09/1976 – Dr. Luis Vianna Filho;
13. 29/10/1976 – Elisa e Rosa Curvelo Vieira;
14. 12/05/1977 – Dr. Paulo Marques de Faria;
15. 17/05/1977 – Dr. Bianor de Lamare;
16. 27/07/1977 – Odete Barcellos;
17. 02/08/1977 – Prof. Raymundo Magalhães Jr.
18. 25/06/1985 – Irmã Ana de Lourdes (Lucila Maria Rui Barbosa Batista Pereira) e Stella Maria Rui Barbosa Batista Pereira;
19. 13/08/1985 – D. Odete Parreira Lucena Reis e Lídia Parreira de Loureiro;
20. 19/09/1985 – Dr. Charles Brooking;
21. 13/08/1986 – Rubem Pereira Braga;
22. 07/08/1986 – Adroaldo Alencar Costa;
23. 26/05/1987 – Prof. Hélio Silva;
24. 03/08/1987 – Dr. Sobral Pinto;
25. 20/05/1988 – Dr. Barbosa Lima Sobrinho;
26. 23/08/1994 - Irmã Ana de Lourdes (Lucila Maria Rui Barbosa Batista Pereira) 2ª entrevista;
27. 10/05/1988 e 22/08/1995 – Laura Rodrigo Otávio;
28. 24/04/1997 – João Valentim Ruy Barbosa;
29. 14/11/1997 – Pedro Antonio Menezes;
30. [? /Sem data] – Família Dezon Costa;

Anexo AA - Modelo do questionário (Museu e a personagem)

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Identificação

1. Local de residência

Estado: _____ **Cidade:** _____ **Bairro:** _____

2. Gênero

() Masculino () Feminino

3. Estado civil

() Solteiro () Casado/união civil () Divorciado/separado () Viúvo

4. Faixa etária:

() Entre 18 a 25 anos () Entre 26 e 35 anos () Entre 36 a 45 anos

() Entre 46 e 55 anos () Entre 56 e 64 anos () Acima de 64 anos

5. Qual sua formação escolar mais elevada e concluída?

() Sem instrução formal () Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio completo () Ensino Superior completo () Pós-graduação

6. Qual a sua ocupação principal?

() Servidor(a) / Funcionário(a) público(a) () Funcionário(a) de empresa privada
() Profissional Liberal () Bolsista () Aposentado(a)
() Empresário(a) () Do Lar () Estudante
() Estudante: _____

Personagem

1) Antes de visitar o Museu Casa de Rui Barbosa, você já tinha ouvido falar em Rui Barbosa?

() Sim () Não

2) Se sim, como se deu o contato com o mesmo?

() A partir de conteúdos escolares;
() Histórias contadas por parentes mais velhos;
() Interesse pessoal;
() Outro _____

3) Quem foi Rui Barbosa?

4) Qual a imagem ou palavra que melhor retrata a figura de Rui Barbosa?

- 5) Na sua opinião, por que o governo decidiu transformar a residência de Rui Barbosa em museu?

Museu Casa de Rui Barbosa

- 6) É a primeira vez que visita este museu?
() Sim () Não

- 7) Se sim, o que o motivou a sua visita?

- 8) Se não, por que o interesse em visitá-lo novamente?

- 9) Que aspectos da vida do personagem são privilegiados pela instituição, na organização do espaço?

() Vida pública () Vida privada

- 10) E durante a mediação?

() Vida pública () Vida privada () Não participei da mediação

- 11) Qual o cômodo mais interessante do Museu? Por quê?

- 12) No seu entendimento o visitante se sente mais próximo do personagem pelo fato de estar no espaço que fora sua residência?

() Sim () Não

- 13) Após a visita a imagem que você tinha deste personagem foi alterada?

() Sim () Não

- 14) Se sim, de que forma?

15) Se não, por quê?

- O espaço não proporciona esta possibilidade;
- A casa sobressai mais do que o personagem;
- As informações são insuficientes;
- Não sei explicar;

16) Sobre a casa e o personagem, você diria que:

- Por meio dela é possível conhecer melhor a vida pública e privada de Rui Barbosa;
- Apenas os aspectos da vida íntima são valorizados;
- Visitar o Museu torna o personagem um mito;
- Visitar o Museu torna o mito um homem comum;

Anexo AB - Autorização reprodução /Jornal do Brasil

Casa Brasil Empreendimentos Culturais Editoriais Ltda

CL 003/2015

CONTRATO DE LICENÇA DE REPRODUÇÃO DE OBRA :

A) PARTES:

A - 1 - LICENCIANTE: CASA BRASIL EMPREENDIMENTOS CULTURAIS E EDITORIAIS LTDA, sediada na Av. Paulo de Frontin, 568 - casa, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ nº 07.433.596/0001-62.

A - 2 - LICENCIADO(A): APARECIDA RANGEL, residente na Rua Haddock Lobo, 419/604 - Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CPF nº 018.447.797-26.

Considerando que a LICENCIANTE, é responsável pela comercialização do conteúdo editorial e acervo fotográfico do "Jornal do Brasil" (doravante designado **JB**);

RESOLVEM firmar o presente Contrato de Licença para reprodução de obra ("CONTRATO"), que se regerá pelas seguintes condições:

B) OBRA(S) LICENCIADA(S): Reprodução de 20 páginas do Jornal do Brasil

- 1) Jornal do Brasil - 18/05/1923 (Edição 00118 - p. 13)
Instituto dos Advogados faz um apelo ao Congresso Nacional para instalação do Museu Ruy Barbosa
- 2) Jornal do Brasil - 23/09/1926 (Edição 0027 - p. 5)
(artigo de Gonçalo Jorge sobre a Casa de Ruy Barbosa)
- 3) Jornal do Brasil - 12/02/1927 (Edição 00037 p. 5)
(visita do Presidente da República e criação do Museu)
- 4) Jornal do Brasil - 13/02/1927 (Edição 00038 p. 6)
(criação do Museu Ruy Barbosa)
- 5) Jornal do Brasil 08/04/1927 (Edição 00084 p. 5)
(máscara de Ruy Barbosa / criação Museu Ruy Barbosa)
- 6) Jornal do Brasil 28/09/1927 (Edição 00231 p. 5)
(criação do Museu Ruy Barbosa)
- 7) Jornal do Brasil 16/10/1927 (Edição 00247 p. 11)
(Museu Ruy Barbosa - Recife)
- 8) Jornal do Brasil 12/08/1923 (Edição 00192 p.9)
(Inauguração da Casa Ruy Barbosa)
- 9) Jornal do Brasil 8/05/1930 (Edição 00110 p. 5)
(Casa Ruy Barbosa)
- 10) Jornal do Brasil 18/06/1930 (Edição 00145 p. 5)
(Inauguração da Casa de Ruy Barbosa em 02/07/1930)
- 11) Jornal do Brasil 10/08/1930 (Edição 00191 p. 5)
(Divulgação da inauguração da Casa de Ruy Barbosa 13/08/1930);
- 12) Jornal do Brasil 12/08/1930 (Edição 00192 p. 9)
(A Casa de Ruy Barbosa)
- 13) Jornal do Brasil 13/08/1930 (Edição 00193 p. 5/ p. 6 / p. 7)
(A Casa de Ruy Barbosa)
- 14) Jornal do Brasil 14/08/1930 (Edição 00194 p.9)
(A Casa de Ruy Barbosa)
- 15) Jornal do Brasil 27/08/1930 (Edição 00205 p. 16)
(Visitas a Casa Ruy Barbosa)
- 16) Jornal do Brasil 5/09/1923 (Edição 00213 p. 8)
(Uma visita a Casa de Ruy Barbosa);

Casa Brasil Empreendimentos Culturais Editoriais Ltda

CL 003/2015

17) Jornal do Brasil 4/12/1930 (Edição 00286 p. 8)
(Dois donativos)

18) Jornal do Brasil 10/12/1930 (Edição 00291 p. 6)
(Atos do Governo Provisório - mudança de gestão);

C) PREÇO LÍQUIDO DA LICENÇA: R\$ 100,00 (cem reais).

E) CANAL DE DIVULGAÇÃO: Trabalho de Doutorado sobre a Casa de Rui Barbosa.

F) RESUMO DAS CONDIÇÕES DE LICENÇA LISTADAS NO CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE USO DE OBRA:

F.01 - A obra a que se refere este contrato, listada e discriminada na cláusula "B", não poderá ser usada para outros fins senão os descritos na cláusula "E".

F.02 - A licença não inclui qualquer material de publicidade ou propaganda em qualquer veículo ou mídia. Em se tratando de obra gerada para fins editoriais (onde apareçam pessoas), ela não poderá ser utilizada para fins publicitários, exceto se a Licenciada obtiver expressa autorização do uso da obra, real ou pessoal.

F.03 - A Licenciada ao reproduzir a obra, se obriga a indicar a respectiva autoria (Jornal do Brasil/CPDoc JB).

F.04 - A presente licença não autoriza a sub-licença.

F.05 - O (A) Licenciado(a) indicará, em sua publicação, o nome do Licenciante, para identificá-la como detentora legal dos direitos autorais da obra licenciada.

F.06 - O prazo para permanência e divulgação da OBRA será para uma única edição, obedecendo ao item Canal de Divulgação

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015.



Casa Brasil Emp Culturais e Editorias Ltda



Aparecida Rangel

Testemunhas:



Nome: Eliane Koss
RG: 06965967-2



Nome: Gabriela Lúcio de Sousa
RG: 32.721.540-9